

CONTABILIDADE GERAL

APOSTILA DE 200 QUESTÕES DE CONCURSO RESOLVIDAS (ESAF e CESPE/UNB)

**Luiz Roberto Missagia
Francisco Velter**

www.pontodosconcursos.com.br

JULHO de 2004

APRESENTAÇÃO	3
PARTE I QUESTÕES	4
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO 2 - CONTAS	11
CAPÍTULO 3 – TÉCNICAS CONTÁBEIS	17
CAPÍTULO 4 – OPERAÇÕES COM MERCADORIAS	22
CAPÍTULO 5 - TRIBUTOS, DESCONTOS, DEVOLUÇÕES e ABATIMENTOS	28
CAPÍTULO 6 – CONTAS ESPECIAIS E AJUSTES	32
CAPÍTULO 7 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	44
CAPÍTULO 8 – OUTROS ASSUNTOS	67
CAPITULO 9 - CUSTOS	71
PARTE II RESOLUÇÕES	74
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	75
CAPÍTULO 2 – CONTAS	83
CAPÍTULO 3 – TÉCNICAS CONTÁBEIS	92
CAPÍTULO 4 – OPERAÇÕES COM MERCADORIAS	101
CAPÍTULO 5 - TRIBUTOS, DESCONTOS, DEVOLUÇÕES e ABATIMENTOS	110
CAPITULO 6 – CONTAS ESPECIAIS E AJUSTES	117
CAPÍTULO 7 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	133
CAPÍTULO 8 – OUTROS ASSUNTOS	174
CAPÍTULO 9 – CUSTOS	179

APRESENTAÇÃO

Neste material selecionamos cuidadosamente 200 exercícios da disciplina Contabilidade Geral de concursos dos anos recentes (desde 1996), procurando separá-los por assunto. Com isso, criamos 9 capítulos de acordo com o ponto da matéria no qual a questão de prova mais se enquadra. Dessa forma, esperamos que o candidato possa resolver as questões em uma seqüência didática, a mesma utilizada para ministrar a matéria em sala de aula.

Trata-se de uma solicitação antiga dos candidatos. Por isso, preparamos essa apostila de exercícios resolvidos como uma espécie de complemento fundamental ao Livro *Manual de Contabilidade* (Editora Impetus), que apresenta a teoria sobre a disciplina. Pela nossa experiência, é vital que o aluno faça o maior número possível de exercícios. Porém, o ideal é que estes exercícios sejam de concursos anteriores e resolvidos em uma ordem adequada.

Todas as questões foram resolvidas pelos autores. É claro que os alunos poderão encontrar outras maneiras de se chegar à resposta correta, talvez até melhores. O importante é que se fixe o assunto envolvido em cada questão. Façam uma revisão após o exercício, se necessário.

Vocês encontrarão provas elaboradas pela Escola de Administração Fazendária (ESAF), que administra os concursos de Auditor Fiscal e Técnico da Receita Federal, Auditor de Finanças e Controle, Tribunal de Contas da União e outros, e também pela UnB / CESPE, que elabora provas para Fiscal de Contribuições Previdenciárias (INSS), Banco Central e Polícia Federal (que agora exige noções de Contabilidade), por exemplo.

Quaisquer sugestões ou críticas podem ser enviadas por e-mail para os autores, por meio do site da INTERNET www.pontodosconcursos.com.br, do qual participamos como professores convidados.

PARTE I
QUESTÕES

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

Questão 1.1 (AFRF/98) - No mês de julho, a firma Papoulas Ltda. foi registrada e captou recursos totais de R\$ 7.540,00, sendo R\$ 7.000,00 dos sócios, como capital registrado e R\$ 540,00 de terceiros, sendo 2/3 como empréstimos obtidos e 1/3 como receitas ganhas. Os referidos recursos foram todos aplicados no mesmo mês, sendo R\$ 540,00 em mercadorias; R\$ 216,00 em poupança bancária; R\$ 288,00 na concessão de empréstimos; e o restante em despesas normais.

Após realizados esses atos de gestão, pode-se afirmar que a empresa ainda tem um patrimônio bruto e um patrimônio líquido, respectivamente, de

- a) R\$ 1.044,00 e R\$ 864,00
- b) R\$ 1.044,00 e R\$ 684,00
- c) R\$ 1.044,00 e R\$ 504,00
- d) R\$ 1.584,00 e R\$ 1.044,00
- e) R\$ 7.540,00 e R\$ 7.000,00

Questão 1.2 (AFRF/98) - No dia primeiro do mês quatro a firma Violetas S/A demonstrou a seguinte situação patrimonial:

Ativo Circulante	R\$ 2.300,00
Ativo Permanente	R\$ 2.300,00
Passivo Circulante	R\$ 2.300,00
Patrimônio Líquido	R\$ 2.300,00

Durante o referido mês, a empresa executou e contabilizou diversas partidas contábeis, chegando ao último dia com a seguinte situação patrimonial:

Ativo Circulante	R\$ 1.100,00
Ativo Permanente	R\$ 4.800,00
Passivo Circulante	R\$ 3.400,00
Patrimônio Líquido	R\$ 2.500,00

No período não houve aumento de capital por subscrição e integralização de ações novas.

Diante destas informações, podemos dizer que a Violetas S/A, no mês de abril acima referido, apurou

- a) perdas de R\$ 1.200,00, como mostra a redução do Ativo Circulante
- b) perdas de R\$ 1.100,00, como mostra o aumento do Passivo Circulante
- c) ganhos de R\$ 200,00, como mostra o aumento do Patrimônio Líquido
- d) ganhos de R\$ 1.300,00, como mostra o aumento do ativo total
- e) nem ganhos nem perdas já que o patrimônio permanece balanceado

Questão 1.3 (ICMS-SC/98) - A Cia. Tetra está situada em um país onde não ha inflação. Os três Inventários Gerais abaixo fornecidos estão corretos e foram extraídos dos BPs que foram publicados:

COMPANHIA TETRA INVENTÁRIO GERAIS

	31/DEZ./94	31/DEZ./95	31/DEZ./96
Caixa e Bancos	\$ 250	\$ 130	\$ 210
Fornecedores de Mercadorias	\$ 280	\$ 90	\$ 230
Mercadorias	\$ 180	\$ 120	\$ 90
Salários a pagar	\$ 220	\$ 130	\$ 180
Duplicatas a Receber	\$ 120	\$ 100	\$ 150
Dividendos a pagar	\$ zero	\$ 80	\$ zero

Em 1995, os acionistas da Cia. Tetra subscreveram os \$ 30 de Capital social, mas nada integralizaram. Em 1996, os acionistas integralizaram os \$ 30 que subscreveram em 1995, e integralizaram mais \$ 40 subscritos em 1996. Levando em consideração apenas o que foi informado, pode-se afirmar que:

- a) o prejuízo líquido de 1995 foi de \$ 80.
- b) o prejuízo líquido de 1996 foi de \$ 10.
- c) o lucro líquido de 1995 foi de \$ 50.
- d) o prejuízo líquido de 1996 foi de \$ 80.
- e) é possível calcular o lucro/prejuízo líquido quer de 1995, quer de 1996.

Questão 1.4 (TRF/2000) - Considerando as regras fundamentais da digrafia contábil, que determina o registro da aplicação dos recursos simultaneamente e em valores iguais as respectivas origens, temos como correta a seguinte equação contábil geral:

- a) Ativo = Passivo + Capital Social + Despesas - Receitas
- b) Ativo + Receitas = Capital Social + Despesas + Passivo
- c) Ativo - Passivo = Capital Social + Receitas + Despesas
- d) Ativo + Capital Social + Receitas = Passivo + Despesas
- e) Ativo + Despesas = Capital Social + Receitas + Passivo

Questão 1.5 (TFC/2000) Os procedimentos contábeis utilizados no Método das Partidas Dobradas exigem que se registrem os investimentos da atividade em contrapartida com as respectivas fontes de financiamento, formando-se, com isso, um fundo de valores positivos e negativos que se contrapõem.

Desse modo, quando é elaborado um balancete de verificação no fim de determinado período, o fundo de valores positivos, do ponto de vista contábil, estará representado pela soma

- a) do bens, dos direitos e das despesas
- b) dos bens e dos direitos
- c) dos bens, dos direitos e das receitas
- d) do ativo e do patrimônio líquido
- e) do patrimônio líquido

Questão 1.6 (TFC/2000) O balancete levantado no final do período apresenta a seguinte posição:

Caixa	100
Fornecedores	300
Contas a Pagar	200
Duplicatas a Receber	200
Móveis e Utensílios	700
Bancos	50
Receitas de Serviços	1.400
Despesas antecipadas	50
Salários e Ordenados	200
Capital	500
Lucros Acumulados	100
Impostos Municipais	200
Material Consumido	200
Despesa de Energia	100
Despesas Diversas	300
Receitas Financeiras	100
Descontos Concedidos	100
Instalações	400
Juros Ativos	80
Juros Passivos	120
Soma	5.800

O encerramento das contas de receita e de despesas, constantes desse balancete, informará que houve, no período um lucro de:

- a) 320
- b) 360
- c) 420
- d) 440
- e) 460

Questão 1.7 (TFC/2000) No balancete de verificação da empresa Gaivota, levantado em 31.12.x1, assim se apresentavam as contas:

Bancos	10
Clientes	20
Capital a Realizar	50
Capital	100
Salários a Pagar	10
Caixa	15
Mercadorias	40
Empréstimos Obtidos	40
Prejuízos Acumulados	20
<u>Fornecedores</u>	<u>5</u>
Soma	310

Com base nesse balancete, conclui-se que:

- a soma da coluna 1 (saldos devedores) do balancete é 85.
- a soma da coluna 2 (saldos credores) do balancete é 105.
- o valor do Ativo Patrimonial é de 155
- o valor do Passivo Patrimonial é de 65.
- o valor do Patrimônio Líquido é de 30.

Questão 1.8 (AFTN/96) Os efeitos no resultado de exercício decorrentes da mudança de critério de avaliação dos estoques devem constar das notas explicativas. Este procedimento contábil está de acordo com o princípio contábil da (do):

- prudência
- evidência
- custo histórico como base de valor
- continuidade
- confrontação

Questão 1.9 (INSS/97) De acordo com o princípio da competência, as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se relacionarem, independentemente de recebimento e pagamento. Em conformidade com esse conceito, as receitas devem ser reconhecidas.

- nas transações com terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela investidura da propriedade de bens anteriormente pertencentes a entidade, que pela fruição de serviços por esta prestados.
- quando da extinção, parcial ou total, de um ativo, qualquer que seja o motivo, sem desaparecimento concomitante de um passivo de valor igual ou menor.
- pela geração natural de novos passivos, independente da intervenção de terceiros.
- pelo recebimento efetivo de doações destinadas à cobertura de despesas administrativas.
- pelo recebimento antecipado de clientes, por conta de entrega futura de bens e/ou serviços.

Questão 1.10 (AFRF/2000) Indique a opção correta.

- Os financiamentos para aquisição de bens do ativo permanente, vencíveis após o término do exercício social seguinte, são classificados no Ativo Realizável a Longo Prazo.
- Os empréstimos recebidos de sociedades coligadas ou controladas, vencíveis no curso do exercício social seguinte, serão classificados no Ativo Circulante.
- Os empréstimos recebidos de sociedades coligadas ou controladas, vencíveis após término do exercício social seguinte, serão classificados no Passivo Exigível a Longo Prazo.
- Os financiamentos para aquisição de bens do Ativo Permanente, vencíveis após o término do exercício social seguinte, serão classificados no Passivo Circulante.
- Os empréstimos recebidos de sociedades coligadas ou controladas, vencíveis no curso do exercício social seguinte, serão classificados no Ativo Realizável a Longo Prazo

Questão 1.11 (ESAF/TTN–1992/SP) O Primeiro Congresso Brasileiro de Contabilidade, realizado na cidade do Rio de Janeiro, de 17 a 27 de agosto de 1924, formulou um conceito oficial de CONTABILIDADE. Assinale a opção que indica esse conceito oficial.

- a) Contabilidade é a ciência que estuda o patrimônio do ponto de vista econômico e financeiro, observando seus aspectos quantitativo e específico e as variações por ele sofridas.
- b) Contabilidade é a ciência que estuda e pratica as funções de orientação, de controle e de registro relativas à Administração Econômica.
- c) Contabilidade é a metodologia especial concebida para captar, registrar, reunir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente.
- d) Contabilidade é a arte de registrar todas as transações de uma companhia, que possam ser expressas em termos monetários, e de informar os reflexos dessas transações na situação econômico-financeira dessa companhia.
- e) Contabilidade é a ciência que estuda e controla o patrimônio das entidades, mediante registro, demonstração expositiva, confirmação, análise e interpretação dos fatos nele ocorridos.

Questão 1.12 (ESAF/TTN–1994/vespertino) “... o patrimônio, que a Contabilidade estuda e controla, registrando todas as ocorrências nele verificadas.”

“... estudar e controlar o patrimônio, para fornecer informações sobre sua composição e variações, bem como sobre o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial.”

As proposições indicam, respectivamente:

- a) o objeto e a finalidade da Contabilidade;
- b) a finalidade e o conceito da Contabilidade;
- c) o campo de aplicação e o objeto da Contabilidade;
- d) o campo de aplicação e o conceito de Contabilidade;
- e) a finalidade e as técnicas contábeis da Contabilidade.

Questão 1.13 (TFC/ESAF/96) Decomposição, comparação e interpretação dos demonstrativos do estado patrimonial e do resultado econômico de uma entidade é:

- a) função econômica da Contabilidade;
- b) objeto da Contabilidade;
- c) técnica contábil chamada Análise de Balanços;
- d) finalidade da Contabilidade;
- e) função administrativa da Contabilidade.

Questão 1.14 Com relação ao patrimônio, julgue os seguintes itens.

- 1) Patrimônio bruto é igual ao capital aplicado.
- 2) Patrimônio líquido negativo quer dizer passivo a descoberto, que ocorre somente se a empresa possuir prejuízos acumulados.
- 3) O patrimônio deve ser autônomo, não podendo ser compartilhado por diversas empresas, pois do contrário teríamos diversos patrimônios autônomos, segundo o princípio da entidade.
- 4) Patrimônio líquido menor em decorrência de diminuições de ativos, legalmente previstas, satisfaz a correta aplicação do princípio da prudência.
- 5) O ativo realizável a longo prazo e o passivo exigível a longo prazo não podem existir em um patrimônio, cuja entidade tem o seu término previsto no final do exercício social em curso.

Questão 1.15 (TFC/ESAF/96) Em relação ao patrimônio bruto e ao patrimônio líquido de uma entidade, todas as afirmações abaixo são verdadeiras, exceto:

- a) o patrimônio bruto nunca pode ser inferior ao patrimônio líquido;
- b) o patrimônio bruto e o patrimônio líquido não podem ter valor negativo;
- c) o patrimônio bruto e o patrimônio líquido podem ter valor inferior ao das obrigações da entidade;
- d) o soma dos bens e direitos a receber de uma entidade constitui o seu patrimônio bruto, enquanto o patrimônio líquido é constituído desses mesmos bens e direitos, menos as obrigações;
- e) o patrimônio bruto pode ter valor igual ao patrimônio líquido.

Questão 1.16 (ESAF/FISCAL–FORTALEZA/98) Jorge Trapalhão é comerciante (revenda de produtos veterinários) e fazendeiro. Apesar de a fazenda não estar incorporada ao patrimônio da firma comercial, ele não faz distinção dos fatos decorrentes de sua dupla atividade, na escrituração do estabelecimento comercial, em que pese utilizar normalmente empregados e produtos de um em outro estabelecimento.

O procedimento de Jorge Trapalhão, analisado sob o aspecto contábil, está:

- a) correto, porque Jorge Trapalhão é pessoa física, uma vez que, de acordo com o Código Civil, a pessoa jurídica não pode ser formada de um único indivíduo;
- b) incorreto, porque contraria o princípio contábil da competência;
- c) correto, porque, qualquer que seja o seu sistema de escrituração, o resultado de suas atividades reverter-se-á totalmente em seu benefício;
- d) incorreto, porque contraria o princípio contábil da entidade;
- e) correto, porque, apesar de misturá-los, ele não omite nem adultera os fatos contábeis decorrentes de sua dupla atividade.

Questão 1.17 (MPOG/ESAF/2000) Na aplicação dos princípios fundamentais de Contabilidade, é correto afirmar que:

- a) havendo completa cessação das atividades da entidade, os valores diferidos não poderão mais ser convertidos em despesas;
- b) as variações patrimoniais não são reconhecidas quando não há certeza definitiva de sua ocorrência;
- c) no recebimento de doação pela entidade, o registro deve ser feito pelo valor de mercado;
- d) a utilização da moeda do país nos registros contábeis assegura a representação de unidade constante de poder aquisitivo;
- e) a apropriação de receitas e despesas é vinculada ao recebimento de numerário ou ao desembolso de caixa.

Questão 1.18 (MIC/ESAF/98) O Chefe pediu ao contador uma conciliação dos resultados do mês de março, para saber se a firma andava com os pagamentos em dia. Na conciliação, o contador apurou que havia:

juros de fevereiro, pagos em março, no valor de R\$ 1.000,00;

aluguel de março, ainda não pago, no valor de R\$ 2.000,00;

conta relativa ao consumo de energia elétrica em março, paga no mesmo mês, no valor de R\$ 3.000,00;

aluguel relativo ao mês de abril, já pago antecipadamente no mês de março, no valor de R\$ 4.000,00;

juros ganhos no mês de março, mas ainda não recebidos, no valor de R\$ 4.000,00;

receitas recebidas em março, por serviços que só serão realizados no mês de abril, no valor de R\$ 3.000,00;

juros relativos ao mês de março, recebidos no próprio mês, no valor de R\$ 2.000,00; e

comissões ganhas em fevereiro, mas recebidas apenas no mês de março, no valor de R\$ 1.000,00.

O contador fez o trabalho e informou ao Chefe que, de acordo com o princípio contábil da competência, o resultado apurado no mês de março foi:

- a) um prejuízo de R\$ 2.000,00;
- b) um prejuízo de R\$ 1.000,00;
- c) um resultado nulo ou igual a zero;
- d) um lucro de R\$ 1.000,00;
- e) um lucro de R\$ 2.000,00.

Questão 1.19 (ESAF/AFC–STN/2000) Uma empresa que contabiliza suas operações pelo regime de caixa, quando as comparar com o princípio da competência, para fins de balanço, vai verificar que as despesas incorridas, mas não pagas no exercício, provocaram:

- a) um passivo menor que o real e um lucro maior que o real;
- b) um passivo maior que o real e um lucro menor que o real;
- c) um ativo maior que o real e um lucro maior que o real;
- d) um ativo maior que o real e um lucro menor que o real;
- e) um ativo maior que o real e um passivo menor que o real.

Questão 1.20 (ESAF-CVM/2001) A Companhia de Reparos S.A. tem exercício social coincidente com o ano civil. Em dezembro de 2000, prestou serviços a uma indústria (conserto de máquinas), cobrando-lhe R\$ 10.000,00, dos quais recebeu, contra recibo, dez por cento. Em janeiro de 2001, faturou o restante, dividindo o pagamento em 18 (dezoito) parcelas mensais e sucessivas de igual valor, vencendo a primeira delas em 31.01.01. De acordo com a Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), a Companhia deve assim apropriar a receita:

- a) R\$ 10.000,00, em 2000;
- b) R\$ 1.000,00, em 2000, e R\$ 9.000,00, em 2001;
- c) R\$ 10.000,00, em 2001;
- d) R\$ 1.000,00, em 2000; R\$ 6.000,00, em 2001; e R\$ 3.000,00, em 2002;
- e) R\$ 7.000,00, em 2001, e R\$ 3.000,00, em 2002.

Questão 1.21 (AFRF/2002-B) Abaixo estão cinco assertivas relacionadas com os princípios fundamentais de Contabilidade. Assinale a opção que expressa uma afirmação verdadeira.

- a) A observância dos princípios fundamentais de Contabilidade é obrigatória no exercício da profissão, mas não constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade.
- b) O princípio da entidade reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, exceto no caso de sociedade ou instituição, cujo patrimônio pode confundir-se com o dos sócios ou proprietários.
- c) Da observância do princípio da oportunidade resulta que o registro deve ensejar o reconhecimento universal das variações ocorridas no patrimônio da entidade, em um período de tempo determinado.
- d) A apropriação antecipada das prováveis perdas futuras, antes conhecida como convenção do conservadorismo, hoje é determinada pelo princípio da competência.
- e) A observância do princípio da continuidade não influencia a aplicação do princípio da competência, pois o valor econômico dos ativos e dos passivos já contabilizados não se altera em função do tempo.

CAPÍTULO 2 - CONTAS

Questão 2.1 (AFRF/98) - O Balancete levantado em 31/12 apresenta a seguinte posição: Caixa R\$ 50,00; Fornecedores R\$ 150,00; Contas a Pagar R\$ 100,00; Duplicatas a Receber R\$ 100,00; Móveis e Utensílios R\$ 250,00; Estoques R\$ 50,00; Bancos conta Movimento R\$ 25,00; Vendas R\$ 1.200,00; Despesas Antecipadas R\$ 25,00; Salários R\$ 100,00; Custo das Mercadorias Vendidas R\$ 500,00; Capital Social R\$ 200,00; Lucros Acumulados R\$ 50,00; Impostos R\$ 100,00; Despesas de Impressos e Materiais para Escritório R\$ 100,00; Energia R\$ 50,00; Despesas Diversas R\$ 150,00; Receitas de Juros R\$ 50,00; Descontos Concedidos R\$ 50,00; Instalações R\$ 200,00.

O encerramento das contas de resultado relacionadas acima demonstra que houve um lucro líquido de:

- a) R\$ 50,00 b) R\$ 250,00
c) R\$ 200,00 d) R\$ 150,00
e) R\$ 450,00

Questão 2.2 (Papil-PF/2000)

Quadro NC-I

Balanco Patrimonial em 31/12/99 (em R\$ mil) da Companhia Comercial de Alimentos (CCA)

Ativo		Passivo	
Disponibilidades	2.600	Circulante	13.100
Caixa	(150)	Fornecedores	5.000
Bancos Conta Movimento	250	Empréstimos Bancários	3.600
Aplicações com liquidez	2.500	Tributos	2.500
Circulante	21.350	Salários e encargos	2.000
Contas a Receber	5.000	Exigível a longo prazo	8.200
Estoques	13.500	Empréstimos Bancários	8.200
Despesas do Período seguinte	250	Patrimônio Líquido	10.050
Capital a integralizar	2.600	Capital Social	5.000
Permanente	7.400	Reserva de Capital	2.000
Investimentos	1.200	Reservas de lucros	2.500
Imobilizado	6.000	Lucros acumulados	550
Diferido	200		
Total	31.350	Total	31.350

Com base no Balanco Patrimonial apresentado no quadro NC 1, julgue os itens que se seguem.

1. A existência de um valor de caixa negativo é uma situação normal, já que é comum, nas empresas em geral, a conta caixa apresentar saldo virado.
2. A CCA deverá registrar despesas financeiras nas suas contas de resultado para o ano de 2000.
3. O saldo, em 31 de dezembro de 1999, de contas a receber pela CCA, corresponde ao montante de vendas recebido do mês de dezembro desse ano.
4. Considerando que a empresa possui um ciclo operacional normal, é correto concluir que a CCA pode ter dívida com vencimento após 31 de dezembro de 2000.
5. É possível existir no ativo imobilizado um saldo residual de terreno igual a zero, ou seja, totalmente depreciado.

Questão 2.3 (Papil-PF/2000) Acerca do quadro acima, julgue os itens abaixo.

1. De acordo com a Lei n.º 6.404/76, na rubrica imobilizado devem estar registrados os direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da companhia, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os de propriedade industrial ou comercial.
2. A avaliação dos investimentos registrados no balanço patrimonial mostrado, elaborado segundo a Lei n.º 6.404/76, seria certamente superior a R\$ 1,2 milhão, caso fosse feita pelo método de equivalência patrimonial, em vez de pelo método de custo adotado, por não se tratar de investimento relevante ou influente.

3. Devem estar registradas na rubrica deferido, segundo a Lei nº 6.404/76, as aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social, inclusive os juros pagos ou creditados aos acionistas durante o período que anteceder o início das operações sociais.
4. Dos R\$ 5 milhões do capital social inteiramente subscrito, a empresa possui R\$ 2,6 milhões registrados como capital social a integralizar no ativo circulante, apresentação feita em consonância com que dispõe a Lei n.º 6.404/76.
5. A empresa possui R\$ 2,5 milhões de reservas de lucros, que devem ser destinados integralmente para pagamento de dividendas, conforme dispõe a Lei n.º 6.404/76.

Questão 2.4 (TRF/2000) Ao inventariar sua riqueza de acordo com o regime contábil de caixa, os proprietários concluíram que, hoje, sua firma possui débitos no valor de R\$ 190.000,00, créditos no valor de R\$ 180.000,00, um capital registrado e todo integralizado no valor de R\$ 80.000,00, além de diversos bens no valor de R\$ 100.000,00.

Foi também apurada a existência de R\$ 1.000,00 de receitas já ganhas mas ainda não quitadas; de R\$ 1.300,00 de despesas quitadas antecipadamente; de uma conta de energia elétrica no valor de R\$ 2.000,00 vencida e não paga; além da expectativa de perda da ordem de 1% no recebimento de letras com valor nominal de R\$ 50.000,00.

Ao demonstrar o patrimônio acima indicado, contabilizando-o segundo os princípios contábeis da Prudência e da Competência de Exercícios, essa empresa vai evidenciar no grupo Patrimônio Líquido um lucro acumulado no valor de

- | | |
|------------------|------------------|
| a) R\$ 9.800,00 | d) R\$ 27.200,00 |
| b) R\$ 7.200,00 | e) R\$ 30.000,00 |
| c) R\$ 10.000,00 | |

Questão 2.5 (TRF/2000)

Em 31 de dezembro de 1999, o Contador da firma ZÊ LTDA. apresenta as seguintes contas e saldos, extraídos do livro Razão:

CONTAS	SALDOS
Caixa	250
Duplicatas a Pagar	650
Lucros Acumulados	130
Aluguéis Passivos	140
Comissões Ativas	30
Receita de Juros	110
Impostos a Recolher	300
Veículos	900
Custo das Vendas	600
Receita de Vendas	900
Despesas de Juros	130
Clientes	360
Móveis e Utensílios	540
Capital Social	950
Impostos Federais	200
Salários	450
Fornecedores	880
FGTS a Recolher	200

Conferimos essa listagem e verificamos que o balancete não está fechado, pois a soma dos saldos devedores não está com valor igual à soma dos saldos credores. Mesmo assim, certificamo-nos de que as contas diferenciais estão todas representadas com saldos corretos na relação acima. Deste modo, podemos afirmar que o Patrimônio Líquido contido na listagem apresentada soma o valor de:

- | | |
|-----------------|---------------|
| a) R\$ 1.080,00 | b) R\$ 710,00 |
| c) R\$ 800,00 | d) R\$ 910,00 |
| e) R\$ 600,00 | |

Questão 2.6 (AFTN/96) Quando adquirimos com caráter de permanente, são classificados como Ativo Permanente Investimentos:

- participações societárias e os bens de uso intangíveis
- bens de uso intangíveis e os direitos de longo prazo
- bens tangíveis não utilizados nas atividades da empresa.
- bens tangíveis utilizados nas atividades da empresa
- bens de uso tangíveis e os direitos de longo prazo.

Questão 2.7 (AFTN/96) - O Ativo Permanente Imobilizado é formado:

- apenas por bens intangíveis e direitos da entidade utilizados em suas atividades
- por todos os bens tangíveis e intangíveis além dos direitos de longo prazo de entidade
- apenas por bens tangíveis utilizados no desenvolvimento de suas atividades
- por bens e direitos da entidade utilizados no desenvolvimento de suas atividades
- somente por bens depreciáveis utilizados no desenvolvimento das atividades da entidade

Empresa: CIA. BOREAL - Saldos, sem indicação da natureza, dos Balancetes Finais ajustados (19x1 e 19x2)

Caixa	1.000,00	2.000,00
Bancos c/ movimento	7.000,00	3.000,00
Lucros/Prejuízos acumulados	5.950,00	25.050,00
Duplicatas a Receber	15.000,00	25.000,00
Encargos trabalhistas a Recolher	10.000,00	35.000,00
Despesas Antecipadas	5.000,00	10.000,00
Financiamentos Bancários	6.500,00	7.000,00
Capital Social	10.550,00	21.100,00
Depreciação acumulada	1.000,00	7.500,00
Créditos de coligadas – Transações não Operacionais	10.000,00	12.500,00
Imobilizado Técnico	29.000,00	75.000,00
Reserva do Capital	10.550,00	21.100,00
Fornecedores	18.000,00	15.000,00
Obrigações Tributárias	11.000,00	25.000,00
Participações Societárias	2.000,00	6.000,00
Cotas a Pagar	2.000,00	6.000,00
Estoques	8.000,00	35.000,00
Reserva Legal	1.000,00	5.000,00
Provisão p/ Dev. Duvidosos	450,00	750,00

Observações Importantes

- Todas as obrigações são exigíveis a curto prazo, exceto os financiamentos Bancários contraídos em 1991, pelo prazo de 10 anos, com carência de principal e juros por 4 anos;

- a classificação das contas obedece às normas legais específicas para as Sociedades por Ações;

- a empresa tem por norma interna não vender com prazo de recebimento superior a 180 dias; esta regra também é válida para Despesas Antecipadas.

Análise a natureza dos saldos fornecidos e assinale, nas questões 2.8 a 2.10, todas relacionadas com os Balanços Patrimoniais, a opção que completa corretamente cada resposta.

Questão 2.8 (AFTN/96) O capital de Giro da Empresa, e 1992, é:

- \$ 1.250 negativo
- \$ 6.750 negativo
- \$ 6.750 positivo
- \$ 1.250 positivo
- \$ 5.750 negativo

Questão 2.9 (AFTN/96) Os ativos circulantes de 1991 e 1992 somam respectivamente:

- a) \$ 45.550 e \$ 86.750
- b) \$ 74.250 e \$ 35.550
- c) \$ 35.550 e \$ 10.000
- d) \$ 35.550 e \$ 74.250
- e) \$ 30.000 e \$ 73.500

Questão 2.10 (AFTN/96) O valor do capital próprio de 1991 soma:

- a) \$ 5.950
- b) \$ 47.500
- c) \$ 75.500
- d) \$ 10.550
- e) \$ 28.050

Questão 2.11 (ESAF/TTN–1994/matutino) “A escrituração da companhia será mantida em registros(____), com obediência aos preceitos da legislação (____) e desta Lei e aos princípios de Contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de competência.”

Completam corretamente o artigo 177 da Lei nº 6404/76, que trata da escrituração, retrotranscrito com 02 (duas) omissões, as palavras:

- a) permanentes e tributária;
- b) confiáveis e comercial;
- c) individualizados e comercial;
- d) permanentes e comercial;
- e) contábeis e fiscal.

Questão 2.12 (PREFEITURA DE NATAL–RN–2001/ESAF) – O contador da firma Alfa Limitada ME criou os seguintes títulos, para complementar seu plano de contas:

Despesas de aluguel	Aluguéis a receber
Aluguéis a pagar	Aluguéis ativos
Aluguéis passivos	Aluguéis passivos a vencer
Prêmios de seguros	Seguros a vencer
Seguros a pagar	Impostos e taxas
Impostos a recolher	Impostos a recuperar
Salários	

Aluguéis ativos a vencer (valores recebidos antecipadamente, sem hipótese de reembolso)

Ao codificar as contas acima no plano de contas, o contador classificou, corretamente:

- a) sete contas de resultado;
- b) seis contas patrimoniais;
- c) seis contas de despesas;
- d) quatro contas de passivo circulante;
- e) quatro contas de ativo circulante.

Questão 2.13 (PREFEITURA DE NATAL–RN–2001/ESAF) – A firma Amoreiras S/A tem um plano de contas corretamente implantado, com uma classificação adequada à elaboração das demonstrações financeiras. Quando a investidora comprou, com a intenção de logo revender, um lote de 0,5% das ações do Banco do Brasil e outro lote de 11% das ações dos Supermercados do Sol S/A, o contador precisou criar os títulos “Valores mobiliários – Ações Banco do Brasil” e “Ações de coligadas – Supermercados do Sol”. Assinale a classificação correta para as citadas contas “Valores mobiliários – Ações Banco do Brasil” e “Ações de coligadas – Supermercados do Sol”, respectivamente.

- a) Ativo circulante e ativo realizável a longo prazo.
- b) Ativo permanente – investimentos e ativo permanente – investimentos.
- c) Ativo realizável a longo prazo e ativo permanente – investimentos.
- d) Ativo permanente – investimentos e ativo circulante.
- e) Ativo circulante e ativo permanente – investimentos.

Questão 2.14 (AFC/2002 ESAF) – Abaixo está uma relação de contas constantes do Plano de Contas, elaborado para a empresa Sol de Março – ME.

Caixa	Clientes
Mercadorias	Juros passivos
Fornecedores	Capital social
Títulos a pagar	Aluguéis ativos
Seguros a vencer	Prêmios de seguros
Móveis e utensílios	Ações de coligadas
Lucros acumulados	Impostos a recolher
Material de consumo	Reservas de reavaliação
Receitas de comissões a vencer	

Observando-se as contas acima sob o prisma das escolas doutrinárias da Contabilidade, que formularam as conhecidas Teorias das Contas, podem ser identificadas na relação:

- a) 3 contas de agentes consignatários;
- b) 4 contas de agentes correspondentes;
- c) 5 contas de resultado;
- d) 6 contas diferenciais;
- e) 11 contas patrimoniais.

Questão 2.15 (ATE/MS/2001–ESAF) – Folheando o Plano de Contas utilizado na Empresa Berilo S/A, destacamos os seguintes títulos, penderes de classificação:

Título das contas

01 – Ações de coligadas	02 – Ações em tesouraria
03 – Bancos c/movimento	04 – Capital a integralizar
05 – Capital social	06 – Clientes
07 – Despesas antecipadas	08 – Duplicatas a pagar
09 – Duplicatas descontadas	10 – Empréstimos bancários
11 – Mercadorias em estoque	12 – Receitas antecipadas
13 – Venda de mercadorias	

Analisando os títulos acima, indique, entre as opções abaixo, aquela que contém a informação classificatória verdadeira.

- a) Todas as contas acima são patrimoniais e devem figurar no balanço patrimonial.
- b) Sete das contas acima apresentam saldos devedores e seis apresentam saldos credores.
- c) Das contas acima, três são integrais credoras, três são de resultado e duas são retificadoras.
- d) A relação acima contém três contas de resultado, cinco contas de saldos devedores e cinco contas de saldos credores.
- e) A relação acima contém três contas retificadoras, duas contas de passivo e uma conta de resultado.

Questão 2.16 (ATE/MS/2001–ESAF) – As contas e saldos listados a seguir foram extraídos, entre outras contas, do livro Razão da Cia. Comerciindústria, no último dia do exercício social:

Contas (em ordem alfabética)	saldos(R\$)
Ações de coligadas	100,00
Aluguéis a pagar	150,00
Aluguéis a receber	200,00
Caixa	250,00
Capital a integralizar	300,00
Capital social	950,00
Clientes	900,00
Duplicatas aceitas	850,00
Duplicatas emitidas	800,00
Fornecedores	750,00
Juros ativos	700,00
Juros passivos	650,00
Máquinas e equipamentos	600,00
Materiais	550,00
Mercadorias	500,00
Notas promissórias aceitas	450,00
Notas promissórias emitidas	400,00
Receitas a receber	350,00
Receitas a vencer	300,00

Considerando, exclusivamente, as contas acima listadas, podemos verificar que os saldos devedores e os créditos da empresa estão nelas evidenciados, respectivamente, pelos valores de:

- a) R\$ 5.650,00 e R\$ 4.100,00;
- b) R\$ 2.700,00 e R\$ 3.800,00;
- c) R\$ 2.900,00 e R\$ 4.200,00;
- d) R\$ 5.300,00 e R\$ 4.450,00;
- e) R\$ 5.650,00 e R\$ 3.000,00.

CAPÍTULO 3 – TÉCNICAS CONTÁBEIS

Questão 3.1 (TRF/2000) Abaixo são apresentadas cinco afirmativas. Escolha entre elas a única que não expressa inteiramente a verdade.

- a) O pagamento, em cheque bancário, do valor de uma duplicata acrescido de encargos de juros e de mora, deve ser contabilizado em lançamento de terceira fórmula.
- b) Quando o extrato bancário de uma empresa apresenta saldo credor, o valor desse saldo passa a representar um passivo na estrutura patrimonial.
- c) A aquisição de máquinas, parte para alugar e parte para revender, com pagamento de entrada em dinheiro e aceite de títulos pelo valor restante, caracteriza um fato administrativo permutativo.
- d) As contas de Provisão tanto podem ser classificadas no Passivo Circulante, como no Ativo Circulante ou no Ativo Permanente, dependendo de sua natureza, mas, mesmo assim, todas elas são formadas a partir de débitos lançados em contas de despesa.
- e) Uma operação de devolução de vendas afeta os valores contabilizados tanto em "Receita de Vendas", como em "Custo das Vendas", como também afeta o valor do estoque final.

Questão 3.2 (TFC/2000) Aponte o lançamento correto considerando que os históricos estão certos e adequados:

- a) Diversos
a Caixa
 pelo recebimento de duplicatas, como segue:
Duplicatas a Receber Valor principal do título 300,00
Juros Ativos Valor dos juros incorridos 30,00 330,00
- b) Duplicatas a Pagar
a Diversos
 pelo pagamento de duplicatas, como segue:
a Caixa valor líquido do título 270,00
a Descontos Passivos
 valor dos descontos obtidos no pagamento 30,00 300,00
- c) Diversos
a Diversos
 valor das vendas de mercadoras isentas de tributação realizadas nesta data, como segue:
Caixa
valor recebido como entrada e sinal de pagamento 100,00
Clientes
valor financiado na operação, para 30 e 60 dias 400,00 500,00
a Mercadorias
Valor de custo que ora se baixa do estoque 350,00
a Resultado com Mercadorias
Valor de lucro alcançado nesta venda 150,00 500,00
- d) Caixa
a Bancos conta Movimento
 Valor do nosso depósito bancário nesta data 250,00
- e) Comissões Ativas
a Caixa
 Valor das despesas de comissão, pago nesta data 60,00

Questão 3.3 (AG-PF/2000)

Balancete Simplificado de verificação em 31/07/2000

Contas	Saldo (em R\$)	
	Devedor	Credor
Bancos Conta Movimento		1.000
Aplicações Com Liquidez	2.000	
Bancos Conta Vinculada	500	
Contas a Receber		7.000
Estoques e almoxarifado	500	
Despesas do período seguinte	100	
Adiantamentos e outras ativas	200	
Capital social a integralizar	1.000	
Ações avaliadas pelo custo	1.500	
Ações avaliadas pela equivalência patrimonial	500	
Imóveis	2.000	
Móveis e utensílios	1.000	
Veículos	5.000	
Máquinas e equipamentos	2.000	
Instalações	500	
Depreciação e amortização acumulada		1.000
Despesas pré-operacionais	500	
Gastos com pesquisa e desenvolvimento	100	
Fornecedores	200	
Empréstimos bancários		2.000
Tributos a pagar		500
Salários e encargos a pagar		2.000
Dividendos a pagar		500
Empréstimos bancários de longo prazo		3.000
Tributos parcelados de longo prazo		2.000
Capital social		7.215
Reservas de capital		3.000
Reservas de lucros		2.000
Lucros acumulados		500
Receita bruta de vendas e serviços		30.000
Impostos sobre vendas	4.000	
Devoluções e abatimentos	200	
Custo das mercadorias vendidas	15.000	
Despesa com tecnologia de informação	800	
Despesas comerciais	4.000	
Despesas gerais e administrativas	2.000	
Despesas financeiras	500	
Despesa de depreciação	600	
Outras despesas operacionais	100	
Despesas com impostos diversos	200	
Despesa com pesquisa	300	
Despesa de amortização do diferido	50	
Despesa de imposto de renda	563	
Despesa de contribuição social sobre lucro	202	
Totais	46.115	67.715

Com base nos dados do balancete de uma determinada sociedade anônima, apresentado acima, julgue os seguintes itens:

1. Estão erroneamente classificados nas colunas de saldo os valores correspondentes às seguintes contas: bancos conta movimento; contas a receber; depreciação e amortização acumulada.
2. Estão corretamente classificados nas colunas de saldo os valores correspondentes as seguintes contas: despesas do período seguinte; ações avaliadas pelo custo; capital social.
3. Um lançamento de compra à vista de máquinas e equipamentos do imobilizado, no valor de R\$ 100,00, alteraria a diferença entre os totais de débitos e de créditos, apresentados na última linha do balancete.
4. A conta capital social a integralizar está corretamente classificada como saldo devedor.
5. Em despesas gerais e administrativas, devem estar registradas as despesas com salários e encargos sociais do pessoal empregado no departamento jurídico que exerça função de assessoramento da diretoria.

Questão 3.4 (AFRF/2000) José Henrique resolveu medir contabilmente um dia de sua vida começando do "nada" patrimonial.

De manhã cedo nada tinha. Vestiu o traje novo (calça, camisa, sapatos, etc.), comprado por R\$ 105,00, mas que sua mãe lhe deu de presente. Em seguida tomou R\$ 30,00 emprestados de seu pai, comprou o jornal por R\$ 1,20, tomou ônibus pagando R\$ 1,80 de passagem. Chegando ao CONIC, comprou fiado, por R\$ 50,00, várias caixas de bombons e chicletes e passou a vendê-los no calçadão. No fim do dia, cansado, tomou uma refeição de R\$ 12,00, mas só pagou R\$ 10,00, conseguindo um desconto de R\$ 2,00. Contou o dinheiro e viu que vendera metade dos bombons e chicletes por R\$ 40,00.

Com base nessas informações, podemos ver que, no fim do dia, José Henrique possui um "capital próprio" no valor de:

- a) R\$ 120,00
- b) R\$ 189,00
- c) R\$ 2,00
- d) R\$ 187,00
- e) R\$ 107,00

Questão 3.5 (MTB–CESPE–UNB/94) A operação que caracteriza um fato contábil permutativo é o(a):

- a) execução de serviços a terceiros, para pagamento a prazo;
- b) recebimento de doação, por uma empresa estatal;
- c) aumento de capital, com a utilização de lucros acumulados e de reservas legais;
- d) apuração do resultado de correção monetária de ativo permanente e do patrimônio líquido;
- e) aumento de capital com nova subscrição dos sócios.

Questão 3.6 (SEFA/PA – 2002/ESAF) Nos lançamentos contábeis, as partidas são denominadas de:

- a) terceira fórmula, quando são debitadas duas contas e creditada uma conta;
- b) segunda fórmula, quando são debitadas duas contas e creditada uma conta;
- c) segunda fórmula, quando são debitadas duas contas e creditadas duas contas;
- d) terceira fórmula, quando são creditadas duas contas e debitada uma conta;
- e) terceira fórmula, quando são debitadas duas contas e creditadas duas contas.

Questão 3.7 (SEFA/PA – 2002/ESAF) Assinale a opção correta.

- a) Todo acréscimo de valor em contas do ativo corresponde, necessariamente, a um decréscimo de valor em contas do passivo.
- b) Um decréscimo no valor de contas do ativo corresponde, necessariamente, a um acréscimo de valor em contas do passivo.
- c) Um acréscimo no valor de uma conta do ativo corresponde, necessariamente, a um acréscimo de valor em conta do passivo ou do patrimônio líquido.
- d) A um decréscimo no valor total do ativo corresponde, necessariamente, um acréscimo no valor de uma, ou mais, contas do passivo ou do patrimônio líquido.
- e) Um acréscimo no valor total do ativo não corresponde, necessariamente, a um acréscimo no valor do patrimônio líquido.

Questão 3.8 (SERPRO/2001-ESAF) – Na nossa Mini Microempresa, apuramos que o aluguel de R\$ 180,00, vencido em janeiro/00, fora pago em dezembro/99; que, em dezembro/99, foram recebidos juros de R\$ 150,00, que só venciam em janeiro/00; que os salários de dezembro/99, no valor de R\$ 200,00, só foram pagos em janeiro/00; e que, também em dezembro/99, foram prestados serviços no valor de R\$ 310,00, para recebimento apenas no mês seguinte.

Estes fatos haviam sido contabilizados no exercício de 1999, segundo as regras do regime contábil de caixa. No entanto, a lei determina que, para fins de balanço, deve ser utilizado o regime contábil de competência, uma vez que se trata de um princípio fundamental de Contabilidade.

A modificação contábil do regime de caixa para o de competência, neste caso particular, vai provocar um dos seguintes efeitos na apuração final do resultado do exercício de 1999. Assinale a resposta certa.

- a) O rédito terá decréscimo de R\$ 30,00.
- b) O rédito será um prejuízo de R\$ 30,00.
- c) O rédito terá acréscimo de R\$ 80,00.
- d) O rédito será um lucro de R\$ 80,00.
- e) O rédito será um lucro de R\$ 110,00.

Questão 3.9 (AFRF/2002/ESAF) – Da leitura atenta dos balanços gerais da Cia. Emile, levantados em 31.12.01 para publicação, e dos relatórios que os acompanham, podemos observar informações corretas que indicam a existência de:

Capital de giro, no valor de	R\$ 2.000,00
Capital social, no valor de	R\$ 5.000,00
Capital fixo, no valor de	R\$ 6.000,00
Capital alheio, no valor de	R\$ 5.000,00
Capital autorizado, no valor de	R\$ 5.500,00
Capital a realizar, no valor de	R\$ 1.500,00
Capital investido, no valor de	R\$ 8.000,00
Capital integralizado, no valor de	R\$ 3.500,00
Lucros acumulados, no valor de	R\$ 500,00
Prejuízo líquido do exercício, no valor de	R\$ 1.000,00

A partir das observações acima, podemos dizer que o valor do capital próprio da Cia. Emile é de:

- a) R\$ 5.500,00;
- b) R\$ 5.000,00;
- c) R\$ 4.000,00;
- d) R\$ 3.500,00;
- e) R\$ 3.000,00.

Questão 3.10 (AFRF/2002/ESAF) – Assinale, abaixo, a opção que não se enquadra no complemento da frase:

“A companhia deve ter, além dos livros obrigatórios para qualquer comerciante, os seguintes, revestidos das mesmas formalidades legais:

- a) Livro de Registro de Ações Ordinárias”.
- b) Livro de Atas das Assembléias-Gerais”.
- c) Livro de Presença de Acionistas”.
- d) Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal”.
- e) Livro de Transferência de Ações Nominativas”.

Questão 3.11 (AFRF/2002/ESAF) – A empresa Carnes & Frutas S/A, em 30 de agosto de 2000, obteve um financiamento em 05 (cinco) parcelas semestrais iguais de R\$ 3.000,00 e repassou, por R\$ 20.000,00, uma de suas máquinas, dividindo o crédito em 10 (dez) parcelas bimestrais.

Todos os encargos foram embutidos nas respectivas parcelas e não se verificou nenhum atraso nas quitações.

Devedores e credores admitem compensar débitos e créditos dessas operações em 2002, mas só o farão à época própria, cabendo à empresa dar ou receber a quitação restante.

Em decorrência desses fatos, se observarmos o balanço de fim de exercício, elaborado com data de 31.12.00, certamente vamos encontrar:

- a) valores a receber a curto prazo, R\$ 16.000,00;
- b) valores a receber a longo prazo, R\$ 4.000,00;
- c) valores a pagar a curto prazo, R\$ 7.000,00;
- d) valores a pagar a longo prazo, R\$ 13.000,00;
- e) saldo a compensar a longo prazo, R\$ 2.000,00;

Questão 3.12 (TRF/2002/ESAF) – Entre as formalidades extrínsecas e intrínsecas dos Livros de Escrituração, destacamos as abaixo indicadas, exceto:

- a) termos de abertura e de encerramento;
- b) registro na Junta Comercial (autenticação);
- c) numeração tipográfica e seqüencial das folhas;
- d) escrituração em ordem cronológica de dia, mês e ano;
- e) existência de emendas, rasuras e espaço em branco.

Questão 3.13 (AGENTE TRIBUTÁRIO ESTADUAL – ATE – MS-ESAF-2001) – O fato contábil decorrente da quitação ou liquidação de um crédito de curto prazo causa no patrimônio o seguinte efeito:

- a) diminuição do ativo disponível e do passivo circulante;
- b) aumento do ativo disponível e do passivo circulante;
- c) diminuição e aumento no passivo circulante, simultaneamente;
- d) diminuição e aumento no ativo circulante, simultaneamente;
- e) não haverá alterações, pois o fato é permutativo.

Questão 3.14 (MPOG-ESAF/2001) Caracteriza fato contábil misto diminutivo a operação representada pelo lançamento

- a) D Fornecedores
C Banco - Conta Movimento
C Abatimentos sobre Compras
- b) D Caixa
C Duplicatas a Receber
C Receitas Financeiras
- c) D Veículos - novos
C Caixa
C Títulos a Pagar
C Veículos - antigos
- d) D Empréstimos de Sócios
C Capital a Integralizar
- e) D Empréstimos Bancários
D Encargos Financeiros sobre Dívidas Repactuadas
C Títulos a Pagar

CAPÍTULO 4 – OPERAÇÕES COM MERCADORIAS

Questão 4.1 (AFRF/98) - A nossa empresa identificou seu estoque de mercadorias em 2.000 unidades avaliadas ao custo médio unitário de R\$ 60,00. Logo após, promoveu uma venda de 1.500 unidades à vista, por R\$ 150.000,00, numa operação isenta de tributação.

O comprador, todavia, mostrando-se insatisfeito com a transação, devolveu 20% da compra e ainda conseguiu obter um abatimento de 10% no preço.

Feita a renegociação e refeitos os registros cabíveis, a nossa empresa mantém um estoque de mercadorias assim formado:

- a) 500 unidades a R\$ 54,00 = R\$ 27.000,00
- b) 800 unidades a R\$ 54,00 = R\$ 43.200,00
- c) 500 unidades a R\$ 60,00 = R\$ 30.000,00
- d) 800 unidades a R\$ 60,00 = R\$ 48.000,00
- e) 800 unidades a R\$ 90,00 = R\$ 72.000,00

Questão 4.2 (TCE-ES/94) - Uma empresa comercial não adota o controle permanente de seu estoque de mercadorias e, no final do exercício, estavam registradas na contabilidade, as contas abaixo relacionadas, com os seus respectivos saldos:

Vendas de Mercadorias	\$ 7.250.000
Compra de Mercadorias	\$ 4.500.000
Devolução de Vendas	\$ 120.000
Estoque inicial de Mercadorias	\$ 1.620.000
Abatimento s/ Compras	\$ 72.500
Descontos s/ Vendas	\$ 65.000
Estoque Final de Mercadorias	\$ 810.000
Abatimento s/ Vendas	\$ 38.750
Devolução de Compras	\$ 98.500

Com base nessas informações pode-se afirmar que o Resultado Bruto com Mercadorias no período foi igual a:

OBS.: Desconsidere o impostos incidentes sobre vendas e compras.

- a) \$ 1.879.750
- b) \$ 1.887.250
- c) \$ 1.918.500
- d) \$ 1.940.000
- e) \$ 2.127.250

Questão 4.3 (ICMS-SC/98) - A Cia. Alfa, empresa comercial típica, está situada em um país sem qualquer tipo de tributação e encerra seus exercícios sociais a cada 31 de dezembro.

Em 1993, as "deduções da receita operacional bruta" da Cia. Alfa foram de R\$ 320 e representavam 5% da "receita operacional bruta". Em 1993, o "custo das mercadorias" foi 80% da "receita operacional líquida". O estoque de mercadorias existentes em 31/dez./93 valia \$530.

Em 1993, o "*lucro (prejuízo) operacional bruto*", a "*receita operacional líquida*", e o "*custo das mercadorias vendidas*" foram, respectivamente,

- a) \$ 1.216 \$ 6.080 e \$ 4.864
- b) \$ 1.216 \$ 4.864 e \$ 6.080
- c) \$ 1.216 \$ 6.400 e \$ 5.184
- d) (\$ 1.216) \$ 4.864 \$ 6.080
- e) impossível responder pela falta de informações no enunciado

Questão 4.4 (ICMS/SC-98) - Suponha uma empresa comercial situada em um país onde os preços das mercadorias que adquire para revender sempre decrescem a cada nova compra que ela efetua. Suponha que ao longo de determinado período tal empresa efetuou diversas compras e diversas vendas, intercaladamente. Tendo em vista o cenário descrito, pode-se afirmar que

- a) se a empresa adotar o método *PEPS*, os valores do **estoque final** e do **custo das mercadorias vendidas** serão, respectivamente, menor e maior do que se adotar o método *UEPS*.
- b) se a empresa adotar o método *PEPS*, os valores do **estoque final** e do **custo das mercadorias vendidas** serão, respectivamente, maior e menor do que se adotar o método *UEPS*.
- c) se a empresa adotar o método *UEPS*, os valores do **estoque final** e do **custo das mercadorias vendidas** serão, respectivamente, menor e maior do que se adotar o método *PEPS*.
- d) se a empresa adotar o método *PEPS*, os valores do **estoque final** e do **custo das mercadorias vendidas** serão, respectivamente, maior e igual do que se adotar o método *UEPS*.
- e) se a empresa adotar o método *UEPS*, os valores do **estoque final** e do **custo das mercadorias vendidas** serão, respectivamente, maior e igual do que se adotar o método *PEPS*.

Questão 4.5 (TFC/2000) - A Comercial S.A. T. Elite apresentava os saldos abaixo em primeiro de maio:

Caixa	1.500,00
Mercadorias	1.300,00
Clientes	1.000,00
Capital Social	4.200,00
Fornecedores	1.800,00
Móveis e utensílios	2.200,00

Durante o mês a empresa realizou as seguintes operações:

- Comprou a prazo 400 unidades de mercadorias a R\$ 5,00 cada uma;
- vendeu a prazo 300 unidades dessa mercadoria a R\$ 6,00 cada uma;
- pagou dívidas de R\$ 1.000,00 com juros de 10%; e
- recebeu direitos de R\$ 800,00 com desconto de 10%

Considerando que o estoque inicial continha 260 unidades, e que as mercadorias são isentas de tributação, essa empresa, sem realizar nenhum outro negócio, apresentará em 31 de maio:

- a) lucro bruto de R\$ 1.800,00
- b) lucro líquido R\$ 300,00
- c) estoque final de R\$ 1.500,00
- d) patrimônio bruto de R\$ 6.000,00
- e) patrimônio líquido de R\$ 4.320,00

Questão 4.6 (TTN/98) - Na primeira semana de abril de 1998, uma empresa comercial realizou o seguinte movimento de compra e venda de mercadorias:

02/04/98 - compra a prazo de 400 unidade de mercadorias pelo valor de R\$ 5.200,00;

03/04/98 - venda a prazo de 500 unidades de mercadorias pelo valor total de R\$ 6.000,00;

04/04/98 - compra à vista de 400 unidades de mercadorias ao preço unitário de R\$ 15,00;

05/04/98 - venda à vista de 200 unidades de mercadorias ao preço unitário e R\$ 18,00.

- O estoque final dessas mercadorias em 31 de março de 1998 era de 200 unidades avaliadas ao custo unitário de R\$ 10,00.
- A empresa em questão mantém controle permanente de estoques e o avalia pelo método do custo médio ponderado.
- As compras e as vendas dessas mercadorias estão isentas de tributação.

Com base nessas informações, podemos afirmar que:

- a) o custo total das vendas do dia 03 de abril foi de R\$ 5.900,00;
- b) o estoque final existente após a venda do dia 05 de abril é de 300 unidades ao custo médio unitário de R\$ 14,40;
- c) o lucro bruto total das operações exemplificadas alcançou a cifra de R\$ 3.900,00;
- d) ao todo, nesta semana, foram vendidas 700 unidades de mercadorias ao custo médio unitário de R\$ 13,20;
- e) o lucro alcançado nas vendas do dia 05 de abril foi de R\$ 3,00 por unidade.

Questão 4.7 (AFCE-TCU/99) Utilizando corretamente os critérios técnicos e legais de avaliação patrimonial, a empresa que não mantiver sistema de custo integrado e coordenado com o restante da escrituração, o chamado "controle permanente", deverá avaliar o custo de seus estoques de bens de vendas utilizando uma das opções abaixo. Assinale-a.

- a) Ao custo das primeiras entradas.
- b) Ao custo das últimas entradas.
- c) Ao preço de custo médio ponderado.
- d) Ao preço de custo médio ponderado ou a PEPS, opcionalmente.
- e) Ao preço de custo médio ponderado, ou a PEPS, ou a UEPS, opcionalmente.

Questão 4.8 (AFRF/2000) A Comercial Estrela D'alva praticou as seguintes transações mercantis:

em 02.11: compras a prazo de 300 unidades pelo preço total de R\$ 600,00;

em 10.11: vendas a prazo de 200 unidades pelo preço total de R\$ 500,00;

em 15.11: compras a vista de 160 unidades pelo preço total de R\$ 400,00;

em 30.11: vendas a vista de 150 unidades pelo preço total de R\$ 450,00.

Considerando-se que em 31.10 a empresa já possuía 200 unidades ao custo de R\$ 1,50, podemos afirmar que:

- a) se o critério de avaliação dos estoques for PEPS, o custo das vendas terá o valor de R\$ 775,00;
- b) se o critério de avaliação dos estoques for PEPS, o estoque final terá o valor de R\$ 525,00;
- c) o critério de avaliação dos estoques for UEPS, o custo das vendas terá o valor de R\$ 600,00;
- d) se o critério de avaliação dos estoques for UEPS, o estoque final terá valor de R\$ 525,00;
- e) se o critério de avaliação dos estoques for PEPS, o lucro bruto terá valor de R\$ 175,00.

Questão 4.9 (AFRF/2000)

Historico	Quantidades	Valor Total
Estoque inicial	120	1.200
Compras	400	5.040
Estoque Final	20	240

O Resultado Operacional é de 2.000.

Desconsidere impostos incidentes sobre compras e vendas.

Assinale a opção correta, levando em conta os dados acima.

- a) a Receita Bruta de Vendas é de 8.240;
- b) o custo unitário das compras é de 12,60;
- c) a Receita Líquida de Vendas é de 8.240;
- d) o custo de Mercadorias Vendidas é de 6.240;
- e) o custo unitário das compras é de 12,00.

Questão 4.10 (ESAF/TTN-1994/vespertino) – O lucro bruto na empresa comercial é contabilizado como RCM – resultado com mercadorias. A equação base para encontrar o RCM é a seguinte:

- a) $RCM = vendas - estoque\ Inicial - compras + estoque\ final;$
- b) $RCM = vendas - estoques;$
- c) $RCM = vendas - estoques + compras;$
- d) $RCM = estoques\ inicial + compras - estoque\ final;$
- e) $RCM = vendas - estoques\ inicial + compras - estoque\ final.$

Questão 4.11 (ESAF/TCU-1999) Utilizando corretamente os critérios técnicos e legais de avaliação patrimonial, a empresa que não mantiver sistema de custo integrado e coordenado com o restante da escrituração, o chamado controle permanente, deverá avaliar o custo de seus estoques de bens de vendas, utilizando uma das opções abaixo. Assinale-a.

- a) Ao custo das primeiras entradas.
- b) Ao custo das últimas entradas.
- c) Ao preço de custo médio ponderado.
- d) Ao preço de custo médio ponderado ou a PEPS, opcionalmente.
- e) Ao preço de custo médio ponderado, ou a PEPS ou a UEPS, opcionalmente.

Questão 4.12 (ESAF/MPOG/2001) Durante o período, a empresa realizou, seqüencialmente, as seguintes operações com mercadorias:

- A – aquisição de 10 unidades, a \$ 5,00 cada uma;
- B – aquisição de 10 unidades, a \$ 8,50 cada uma;
- C – venda de 15 unidades, a \$ 10,00 cada uma;
- D – aquisição de 5 unidades, a \$ 10,00 cada uma.

O estoque inicial era de 5 unidades, a \$ 3,00 cada uma. O estoque final era de:

- a) \$ 150,00, pelo critério PEPS, no sistema de inventário periódico;
- b) \$ 107,50, pelo critério PEPS, no sistema de inventário permanente;
- c) \$ 110,00, pelo critério da média ponderada móvel;
- d) \$ 90,00, pelo critério UEPS, no sistema de inventário periódico;
- e) \$ 65,00, pelo critério UEPS, no sistema de inventário permanente;

PEPS – primeiro a entrar, primeiro a sair;

UEPS – último a entrar, primeiro a sair.

Questão 4.13 (ESAF/CVM/PLANEJAMENTO–2001) Após realizar a primeira operação de venda do exercício, na qual obteve receita bruta de vendas de R\$ 1.000,00, com um CMV (custo das mercadorias vendidas) de R\$ 600,00, a empresa Arfe Ltda. aceitou devolução parcial das mercadorias vendidas, cujo valor de R\$ 200,00 foi creditado ao cliente. As mercadorias recebidas foram devolvidas ao fornecedor, que foi debitado pelo valor de R\$ 100,00.

Considerando que essa mercadoria estava isenta de impostos, podemos dizer que a operação rendeu à Arfe um lucro bruto de:

- a) R\$ 80,00;
- b) R\$ 100,00;
- c) R\$ 200,00;
- d) R\$ 300,00;
- e) R\$ 320,00.

Questão 4.14 (ESAF/SUSEP/2001) Em 25 de janeiro, a nossa empresa adquiriu a prazo, para revender, um lote de 500 itens industrializados, com tributação de ICMS a 12% e de IPI a 4%. O preço de venda praticado pela indústria vendedora e aceito por nós foi de R\$ 30,00, a unidade. Na operação, foram emitidas duplicatas, que aceitamos devidamente. A nossa Contabilidade é informatizada, utilizando um sistema que só admite lançamentos contábeis de primeira fórmula, de modo que, para contabilizar a operação acima citada, foram necessários os três lançamentos abaixo. Assinale a opção correta.

- a) Mercadorias
 - a Duplicatas a pagar
 - pelo preço de compra 15.000,00
 - ICMS a recuperar
 - a Duplicatas a pagar
 - pelo valor do ICMS s/ a compra 1.800,00
 - IPI a recuperar
 - a Duplicatas a pagar
 - pelo valor do IPI s/ a compra 600,00.
- b) Mercadorias
 - a Duplicatas a pagar
 - pelo preço de compra 13.200,00
 - ICMS a recuperar
 - a Mercadorias
 - pelo valor do ICMS s/ a compra 1.800,00
 - Mercadorias
 - a Duplicatas a pagar
 - pelo valor do IPI s/ a compra 600,00.

c) Mercadorias	
a Duplicatas a pagar	
pelo preço de compra	13.200,00
Mercadorias	
a ICMS a recuperar	
pelo valor do ICMS s/ a compra	1.800,00
Mercadorias	
a IPI a recolher	
pelo valor do IPI s/ a compra	600,00.
d) Mercadorias	
a Duplicatas a pagar	
pelo preço de compra	15.000,00
ICMS a recuperar	
a Mercadorias	
pelo valor do ICMS s/ a compra	1.800,00
Mercadorias	
a Duplicatas a pagar	
pelo valor do IPI s/ a compra	600,00.
e) Mercadorias	
a Duplicatas a pagar	
pelo preço de compra	15.000,00
ICMS a recuperar	
a Mercadorias	
pelo valor do ICMS s/ a compra	1.800,00
IPI a recuperar	
a Mercadorias	
pelo valor do IPI s/ a compra	600,00.

Questão 4.15 (SEFA/PA – 2002/ESAF) Assinale a opção correta.

As despesas de fretes:

- e seguros, pagas na aquisição de mercadorias para revenda, devem ser classificadas como custo de aquisição de mercadorias;
- e seguros, pagas na aquisição de mercadorias para revenda, devem ser classificadas como despesas comerciais;
- não-pagas, devem ser classificadas no ativo diferido;
- pagas na entrega de mercadorias vendidas devem ser classificadas como custo de mercadorias vendidas;
- pagas na venda de mercadorias não alteram o resultado operacional.

Questão 4.16 (AFRF/2002–A/ESAF) – No balancete de 30 de junho, a firma Zimbra Comercial Ltda. apresentava um estoque de mercadorias no valor de R\$ 75.000,00.

Durante o mesmo mês, o movimento de entradas e saídas demonstrou: estoque inicial de R\$ 60.000,00, com compras de R\$ 120.000,00 e vendas de R\$ 100.000,00.

As operações foram tributadas em 10% com IPI nas compras; em 12% com ICMS nas compras; e em 17% com ICMS nas vendas.

No mês seguinte, ao acertar as contas com o fisco, a empresa demonstrará, em relação ao movimento de junho passado:

- ICMS a recolher de R\$ 17.000,00;
- ICMS a recuperar de R\$ 14.400,00;
- ICMS a recuperar de R\$ 4.600,00;
- ICMS a recolher de R\$ 2.600,00;
- ICMS a recolher de R\$ 1.160,00.

Questão 4.17 (AFRF/2002–A/ESAF) – A Sapataria J.B. consegue fabricar botinas, custeando materiais e mão-de-obra em partes iguais.

Atualmente, está vendendo as botinas a R\$ 20,00, o par.

Nós, da J.C. Comércio, no início de maio, tínhamos 200 pares dessas botinas em estoque, ao custo unitário de R\$ 17,00. Durante o mês, compramos mais 300 pares, ao preço oferecido por J.B. mais 30% de IPI.

É verdade que o produto vende bem. No fim de maio, restaram-nos apenas 40 pares, avaliados a custo médio.

As operações de compra e venda são tributadas com ICMS a 20%.

Com essas informações, podemos dizer que o custo unitário das vendas de J.C. Comércio, no mês de maio, foi de:

- a) R\$ 16,40; d) R\$ 21,20;
- b) R\$ 18,80; e) R\$ 22,40.
- c) R\$ 20,00;

Questão 4.18 (AFRF/2002–A/ESAF) – Apresentamos abaixo os dados da movimentação do estoque de cestos de vime, comprados para revender, relativos ao mês de março.

O mês começou com a existência de 15 cestos, avaliados a R\$ 3,00 por unidade.

As vendas ocorreram no dia 5: cinco unidades; no dia 20: quinze unidades; e no dia 30: vinte unidades.

Os preços unitários foram, respectivamente, de R\$ 4,00, R\$ 6,00 e R\$ 8,00.

As compras foram feitas no dia 10: vinte unidades; e no dia 15: dez unidades. A primeira compra teve custo unitário igual ao do estoque inicial e a última foi feita ao preço unitário de fatura de R\$ 5,00.

As compras e vendas foram tributadas em 20% com ICMS. Não houve devoluções, nem descontos.

O estoque é contabilizado por controle permanente e avaliado pelo custo médio ponderado.

Com as informações acima, podemos afirmar que:

- a) o estoque final apresenta custo unitário de R\$ 3,25;
- b) o custo das mercadorias vendidas foi de R\$ 130,00;
- c) a venda do dia 20 de março deu lucro bruto de R\$ 41,25;
- d) o estoque existente ao fim do dia 10 de março foi de R\$ 78,00;
- e) o valor total do estoque final de março foi de R\$ 81,25.

CAPÍTULO 5 - TRIBUTOS, DESCONTOS, DEVOLUÇÕES e ABATIMENTOS

Questão 5.1 (AFRF/98) - Determinada empresa industrial vendeu 2.000 unidades de um produto, ao preço unitário de R\$ 120,00, com frete de R\$ 3.000,00 por conta do vendedor. O vendedor concedeu, na nota fiscal, um desconto de R\$ 2.500,00 e, ainda, um desconto de R\$ 2.000,00 no pagamento da duplicata, vencível a 30 dias. Sabendo-se que:

- o custo dos Produtos Vendidos é de R\$ 120.000,00;

- foram pagas:

outras despesas com vendas de R\$ 2.600,00;

salários de vendedores de R\$ 3.500,00;

- a transação estava sujeita a:

Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de R\$ 2.400,00;

Imposto sobre Produtos Industrializados de R\$ 2.100,00;

Programa de Integração Social (PIS) – faturamento de R\$ 500,00;

Contribuição Social sobre o Faturamento (COFINS) de R\$ 1.000,00.

Podemos afirmar que a receita líquida de vendas do produto é de:

- a) R\$ 231.500,00;
- b) R\$ 229.500,00;
- c) R\$ 228.600,00;
- d) R\$ 231.600,00;
- e) R\$ 233.600,00.

Questão 5.2 (ICMS-SC/98) - A Cia. Peperi negocia toalhas de banho e adota o regime de inventário periódico para controlar seu estoque. Seus exercícios sociais se encerram a cada 31 de dezembro. Nada do resultado (lucro/prejuízo) de cada exercício social recebe qualquer destinação. O Balancete de Verificação a seguir fornecido foi "levantado" em 31/dez./92, imediatamente antes dos lançamentos de apuração do resultado de 1992. Os valores nele contidos estão corretos.

Companhia PEPERI

Balancete de verificação (31/dez./92)

(imediatamente antes da apuração do resultado de 1992)

Contas	Saldos Devedores	Saldo Credores
Duplicatas a Receber (AC)	5.000	
Compras de Mercadorias	14.080	
ICMS a Recolher (PC)		140
Duplicatas a Receber (ARLP)	11.000	
Lucros Acumulados (PL)		8.800
Despesas com Vendas (global das...)	608	
Fornecedores (PC)		1.025
Mercadorias (AC)	1.600	
Devoluções de Vendas	3.000	
Despesas Administrativas (global das...)	3.392	
ICMS sobre Vendas	6.460	
Capital Social (PL)		10.000
Aluguel a pagar (PC)		30
Terrenos (AP/I)	5.860	
Caixa e Bancos (AC)	10.305	
Vendas Brutas		41.000
Salários e Encargos Sociais a pagar (PC)		310
Totais	61.305	61.305

O Seguinte trecho de DOAR está correto:

CIA. PEPERI
Demonstração das origens e aplicações de recursos de 1992

I) Origens de Recursos			
II) Aplicações de Recursos			
III) Aumento do Capital Circulante Líquido (i-II)			
IV) Modificação no Capital Circulante Líquido:			
	31/dez./91	31/dez./92	Varição
Ativo Circulante	6.600	16.445	9.845
Passivo Circulante	3.460	1.505	(1.955)
Capital Circulante Líquido	3.140	14.940	11.800

Com base no que foi informado, pode-se afirmar que em 1992, o valor das "vendas líquidas" e o valor do "lucro operacional bruto" da Cia. Peperi foram de, respectivamente,

- \$ 31.540 e \$ 17.000.
- \$ 30.932 e \$ 15.252.
- \$ 31.540 e \$ 15.860.
- \$ 30.932 e \$ 17.000.
- \$ 34.540 e \$ 17.000.

Questão 5.3 (TRF/2000) - A empresa Comércio Varejista Ltda., avalia seus estoques de bens de venda ao custo das últimas entradas e calcula o custo das vendas em períodos mensais. No mês de outubro do ano X0 foram colhidas as seguintes informações em relação ao movimento de compras e vendas:

Vendas a prazo	12.000,00
Vendas à vista	15.000,00
Devolução de vendas	500,00
ICMS sobre vendas	2.500,00
ICMS sobre compras	2.200,00
estoque em 30 de setembro	4.000,00
compras à vista	7.000,00
compras a prazo	8.000,00
devolução de compras	1.000,00
abatimento no preço de compra	200,00

Considerando que durante todo o mês de outubro a empresa não conseguiu vender 2/5 da quantidade de mercadorias que tinha disponíveis para venda no período, e fazendo a contabilização correta do movimento realizado, podemos dizer em relação a esse mês que:

- o ICMS de outubro a recolher em novembro é de R\$ 2.500,00;
- o custo da mercadoria vendida no período alcançou R\$ 7.120,00;
- as vendas do mês deram um lucro operacional bruto de R\$ 13.320,00;
- o estoque final de mercadorias foi avaliado em R\$ 10.680,00;
- a receita líquida de vendas alcançou o montante de R\$ 26.200,00.

Questão 5.4 (TTN/98) - Em 25 de março de 1998, a Firma Mento Ltda. pagou o total de R\$ 210,00, na aquisição de 4 mesas, com a finalidade de revendê-las. Esse valor contém o preço das mesas com incidência de R\$ 34,00 de ICMS e de R\$ 10,00 de IPI.

- a empresa mantém controle permanente de estoques;
- o critério de avaliação utilizado é pelo método PEPS (Primeiro a Entrar é o Primeiro a Sair);

Após contabilizar essa aquisição de mercadorias a empresa deverá lançar na Ficha de Controle de Estoques, do item mesas para revenda, o valor unitário de:

- R\$ 44,00
- R\$ 50,00
- R\$ 46,50
- R\$ 52,50
- R\$ 41,50

Questão 5.5 (TTN/98) - Ao encerrar o exercício social, a Cia. Comércio & Comércio constatou as seguintes apurações:

- 1- Receitas Brutas de Vendas do período: R\$ 12.000,00
- 2- Impostos faturados sobre vendas (ICMS): 17%
- 3- Resultado Operacional Bruto: 30% do total das Vendas
- 4- Estoque inicial de Mercadorias; R\$ 1.160,00
- 5- Valor das compras de mercadorias efetuadas no exercício (líquido de impostos): R\$ 8.000,00

Com essas informações podemos afirmar que o estoque de mercadorias, apurado em inventário, no final do exercício, corresponde, em relação as compras, a

- a) 09,5%
- b) 24,5%
- c) 50,0%
- d) 35,5%
- e) 35,0%

Questão 5.6 (AFCE-TCU/99) - Através da nota fiscal n.º 1.315, a firma Comercial LTDA. adquiriu quatro máquinas de calcular ao preço unitário de R\$ 120,00, com incidência de IPI a 10% e ICMS a 12%. Pagou o total da nota com o cheque BB 125.874. A finalidade da compra foi uma máquina para uso da própria firma e três máquinas para revender. Na contabilidade foi providenciado o lançamento contábil correto que está apresentado a seguir sem o respectivo histórico. Assinale-o.

- a) Diversos
 - a Bancos c/movimento
 - Móveis e utensílios 120,00
 - Mercadorias 360,00 480,00
- b) Diversos
 - a Bancos c/movimento
 - Móveis e utensílios 120,00
 - Mercadorias 316,80
 - ICMS a Recuperar 43,20 480,00
- c) Diversos
 - a Bancos c/movimento
 - Móveis e utensílios 132,00
 - Mercadorias 396,00 528,00
- d) Diversos
 - a Bancos c/movimento
 - Móveis e utensílios 117,60
 - Mercadorias 352,80
 - ICMS Recuperar 57,60 528,00
- e) Diversos
 - a Bancos c/movimento
 - Móveis e utensílios 132,00
 - Mercadorias 352,80
 - ICMS a Recuperar 43,20 528,00

Questão 5.7 (AFCE-TCU/99) A empresa comercial "Compras, Trocas & Vendas" resolveu encerrar definitivamente o seu estoque de chapéus de couro, que já não tinha fornecedor garantido, dispondo-se a vendê-lo sem nenhum lucro, ressarcindo-se, via preço, apenas do custo e do ICMS, que, certamente, teria de recolher na venda, a alíquota de 17%. Não havia ICMS anterior a ser recuperado. O custo do estoque em questão era de R\$ 4.150,00. A tributação da venda para o ICMS era de 17%. Para não ganhar nem perder, a firma "Compras, Trocas & Vendas" teria de vender seu estoque pelo valor total de

- R\$ 3.444,50
- R\$ 4.150,00
- R\$ 4.855,50
- R\$ 5.000,00
- R\$ 5.850,00

Questão 5.8 (AFTN/96) - A CIA AMAZÔNIA compra a prazo lotes de um determinado produto na seguinte ordem:

LOTES	DATA/AQUIS	QTD	PREÇO UN.
A	04.01.XI	500	\$ 400,00
B	20.01.X1	1.000	\$ 450,00
C	27.01.X1	2.000	\$ 520,00

Considerando-se ainda que:

- sobre as compras do Lote A foram pagos fretes no valor de \$20 por unidade transportada em 05.01.x1
- devolução em 21.01.x1 de 200 unidades do Lote B
- sobre as compras do Lote C foi concedido um abatimento no valor de \$118.400 em 28.01.x1
- no mês foram consumidas: 1.200 unidades em 23.01.x1 e 2.000 unidades em 30.01.x1.

Com base nestes dados, pode-se afirmar que o valor dos estoques consumidos, de acordo com a média ponderada fixa de:

- \$ 1.445.626,38
- \$ 1.570.000,00
- \$ 1.449.600,00
- \$ 1.446.400,00
- \$ 1.445.520,00

Questão 5.9 (AG-PF/2000) - Julgue os itens a seguir, relativos à compra de material de estoque para revenda por uma empresa que atue no ramo de comércio varejista.

- A compra de diversos itens por um preço total de R\$ 5.000,00, após um desconto de R\$ 500,00 para pagamento à vista, altera o lucro da empresa, mesmo antes da revenda desses itens.
- A compra de material de estoque por R\$ 1.000,00, para pagamento a prazo, acarreta um débito em conta de estoques e um crédito em conta de passivo de fornecedores.
- A compra de diversos itens de estoque, pelo preço total de R\$ 10.000,00, com pagamento de R\$ 1.000,00 no ato e R\$9.000,00 a prazo, implica o registro de R\$ 1.000,00 em conta redutora do lucro operacional, além dos demais registros.
- A compra de itens no valor de R\$ 20.000,00, com um custo adicional de frete de R\$ 400,00, implica um registro de R\$ 20.400,00 a débito de conta de estoques.
- A compra de calçados para revenda, com emissão de nota fiscal pelo fornecedor no valor total de R\$ 30.000,00, estando nele incluso um ICMS de R\$ 3.000,00, acarreta um registro pelo comprador a crédito de estoque no valor de R\$ 27.000,00.

Questão 5.10 (AFRF/2000) - Os dados abaixo foram extraídos de um balancete:

Compras	100
Custo de bens do ativo imobilizado vendidos	10
Despesas Comerciais	50
Despesas Gerais	110
ICMS sobre Vendas	80
Mercadorias	100
Receita de Venda de Bens do Ativo Imobilizado	20
Vendas	400

- o estoque final de Mercadorias é de 50;
- desconsidere impostos sobre compra.

O lucro operacional é de:

- 10
- 90
- (40)
- 100
- 170

CAPÍTULO 6 – CONTAS ESPECIAIS E AJUSTES

Questão 6.1 (AFRF/98) - A empresa Jasmim S/A, cujo exercício social coincide com o ano-calendário, pagou, em 30/04/97, o prêmio correspondente a uma apólice de seguro contra incêndio de suas instalações para vigor no período de 01/05/97 a 30/04/98. O valor pago de R\$ 30.000,00 foi contabilizado como despesa operacional do exercício de 1997. Observando o princípio contábil da competência, o lançamento de ajuste, feito em 31.12.1997, provocou, no resultado do exercício de 1998, uma:

- a) Redução de R\$ 10.000,00
- b) Redução de R\$ 30.000,00
- c) Redução de R\$ 20.000,00
- d) Majoração de R\$ 20.000,00
- e) Majoração de R\$ 10.000,00

Questão 6.2 (AFRF/98) - A empresa Cravos e Rosas S/A, ao encerrar o exercício social em 31.12.19x7, tinha estoques de bens de vendas de 100 mil unidades, ao custo unitário de R\$ 1,00 (um real) e duplicatas emitidas em vendas a prazo, no valor total de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

- a empresa tem experiência válida e comprovada, nos últimos três exercícios, de que 2% de seus créditos costumam se tornar ilíquidáveis;
- o preço de mercado de suas mercadorias foram cotados a R\$ 1,10 (um real e dez centavos) a unidade, no dia do balanço;
- as duplicatas a receber ainda não estão vencidas.

Ao aplicar integralmente o princípio contábil da prudência, referida empresa apresentará, em balanço, esse Ativo Circulante (estoques e créditos) pelo valor contábil de:

- a) R\$ 294.900,00
- b) R\$ 298.900,00
- c) R\$ 297.100,00
- d) R\$ 296.000,00
- e) R\$ 300.000,00

Questão 6.3 (ICMS-SC/98) A Cia. Alfa situa-se em um país sem inflação e sem qualquer tipo de Tributação. Ela encerra seus Exercícios sociais em 31 de dezembro de cada ano quando, então, elabora as demonstrações financeiras (contábeis) previstas na Lei n.º 6.404/76.

Em 31/dez./95, havia sido constituída uma "Reserva para Contingências" no valor de \$ 1.300 a qual foi revertida em 31/dez./96, pois nesta data deixaram de existir as razões que justificaram sua constituição.

Em 31/dez./96, a Diretoria autorizou a constituição de quaisquer "Reserva (s) para Contingências" que fosse necessárias.

O Contador entende já ser possível proceder o "encerramento do exercício social" (ou seja, "apurar o resultado" e "destinar o resultado").

Se tal ocorrer neste momento, do confronto das receitas com as despesas já contabilizadas (e relativas a 1996), será apurado um lucro de \$ 8.700.

O Contador efetuará os lançamentos de apuração do resultado de 1996 obtendo um lucro líquido de \$ 8.700.

Depois disso, efetuará os lançamentos de destinação do resultado, dentre os quais estará o da constituição de uma "Reserva para Contingência" no valor e \$ 1.100, em virtude do seguinte fato (o que seguir narrado realmente ocorreu):

“ Em 31/dez./96, a Cia. Alfa efetuou a venda e um lote de equipamentos por ela produzidos e que estavam registrados no seu estoque de produtos prontos. Fugindo totalmente das regras da empresa, a Diretoria garantiu ao comprador que até 31/dez./97 a Cia. Alfa arcaria com qualquer conserto nos equipamentos caso apresentassem defeitos. Quando tomou tal decisão singular, a Diretoria o fez baseada em profundo estudo técnico de diversas áreas da empresa. Tal estudo apontava o valor até 31/dez./97, em função da decisão.”

Diante do acima exposto, escolha a alternativa que aprecia adequadamente o que está contido no enunciado:

- a) Está correta a posição assumida pelo Contador. O lucro líquido é de \$8.700 e deveria ser constituída a "Reserva para Contingências " de \$ 1.100.
- b) Está incorreta a posição assumida pelo Contado. O lucro líquido é de \$7.600 e não deveria ser constituída uma "Reserva para Contingências" de \$ 1.100.
- c) Está incorreta a posição assumida pelo Contador. O lucro líquido é de \$ 7.600, deveria ser constituída a "Reserva para Contingências" de \$1.100 e, complementarmente, deveria ser constituída uma "Provisão para Contingências" de \$ 1.100.
- d) Está incorreta a posição assumida pelo Contador. O lucro líquido é de \$8.900 (\$ 8.700 mais \$1.300 da reversão da "reserva para contingências " que existia menos \$1.100 decorrentes da garantia dada em 31/dez./96). Não deveria ser constituída a "Reserva para Contingência" de \$ 1.100.
- e) Está incorreta a posição assumida pelo Contador. O lucro líquido é de \$8.900 (\$8.700 mais \$1.300 da reversão da "reserva para contingências" que existia menos \$1.100 decorrentes da garantia dada em 31/dez./96). Complementarmente, deveria ser constituída uma "Reserva para Contingências" de \$1.100.

Questão 6.4 (TRF/2000) Se uma empresa mantém todas as duplicatas de sua emissão em determinado banco, em operação de desconto, os seus clientes serão creditados quando a (o)

- a) duplicata for descontada no banco;
- b) duplicata for enviada ao banco para desconto;
- c) banco acusar o recebimento da duplicata;
- d) banco emitir o aviso de crédito;
- e) cliente pagar a duplicata no banco.

Questão 6.5 (TRF/2000) Em 31.12.1999 a firma Dubitatia Ltda. fez a estimativa de que, provavelmente, perderia no ano seguinte R\$ 670,00 no recebimento das duplicatas de sua emissão. Nessa mesma data havia saldo anterior de R\$ 320,00 na conta **Provisão para Devedores Duvidosos**.

Considerando válida a expectativa de perda e corretos os cálculos efetuados, essa empresa deverá, adequar seu balanço aos princípios contábeis fundamentais, mandar fazer o seguinte lançamento:

- a) Devedores Duvidosos
a Provisão para Devedores Duvidosos 350,00
- b) Provisão para Devedores Duvidosos
a Duplicatas a Receber 320,00
- c) Devedores Duvidosos a
a Provisão para Devedores Duvidosos 670,00
- d) Devedores Duvidosos
a Duplicatas a Receber 670,00
- e) Devedores Duvidosos
a Provisão para Devedores Duvidosos 990,00

Questão 6.6 (TFC/2000) A empresa Júpiter S.A. promoveu a contabilização completa de seus atos e fatos administrativos, mas o computador, quando mandou levantar o balancete de verificação, nele não incluiu as seguintes contas e respectivos saldos:

Ações em tesouraria	R\$ 600,00
Amortização acumulada	R\$ 160,00
Capital a realizar	R\$ 800,00
Depreciação acumulada	R\$ 450,00
Duplicatas descontadas	R\$ 400,00
Prejuízos acumulados	R\$ 110,00
Provisão p/ FGTS	R\$ 222,00
provisão p/ férias	R\$ 111,00
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	R\$ 200,00
Provisão p/ imposto de renda	R\$ 500,00
provisão p/ perdas em investimento	R\$ 300,00
Provisão para ajuste ao preço do mercado	R\$ 100,00

A inclusão das contas acima e respectivos saldos, já contabilizados na montagem estrutural das demonstrações contábeis provocará todas as alterações abaixo, exceto:

- a) os saldos devedores aumentarão em R\$ 1.510,00;
- b) os saldos credores aumentarão em R\$ 2.443,00;
- c) o Ativo permanente ficará reduzido em R\$ 910,00;
- d) o Passivo Circulante ficará aumentado em R\$ 433,00;
- e) o Ativo Circulante ficará reduzido em R\$ 700,00.

Questão 6.7 (TFC/2000) A Varejista S/A possui, no fim do exercício, 300 unidades, assim discriminadas:

- 100 unidades do item "A", ao custo unitário de R\$ 2,50;
- 100 unidades do item "B", ao custo unitário de R\$ 2,70;
- 100 unidades do item "C", ao custo unitário de R\$ 2,80.

Os itens tipo "C" estão todos contabilizados como bens de uso, os outros dois tipos são destinados a venda.

No dia de encerramento do exercício social os três tipos de itens "A", "B" e "C" estavam cotados ao preço de mercado de R\$ 2,60 por unidade.

Com essas informações podemos afirmar que, no balancete de Verificação do final do período, preparatório para o Balanço Patrimonial, as contas que registravam esses itens apresentavam saldos cujo soma total era de:

- a) R\$ 770,00
- b) R\$ 780,00
- c) R\$ 790,00
- d) R\$ 800,00
- e) R\$ 810,00

Questão 6.8 (TTN/98) Quando a Empresa Comercial Ltda. realizou uma operação de desconto bancário, enviando ao Banco S/A a duplicata n.º 3112, que tinha a receber de Sebastião Silva-ME, seu Contador realizou corretamente o seguinte lançamento:

- a) Duplicatas Descontadas
Despesas Bancárias
a Duplicatas a Receber
- b) Duplicatas Descontadas
a Bancos Conta Movimento
a Despesas Bancárias
- c) Bancos Conta Movimento
Despesas Bancárias
a Duplicatas Descontadas
- d) Bancos Conta Movimento
Despesas Bancárias
a Duplicatas a Receber
- e) Bancos Conta Movimento
Despesas Bancárias
a Duplicatas Descontadas
a Duplicatas a Receber

Questão 6.9 (AFCE-TCU/99) Registrada em 25 de fevereiro de 1998, a "Firma Mento Ltda." funcionou normalmente até o fim do ano, contabilizando seus resultados sob a ótica do Regime Contábil de Caixa. Ao chegar a dezembro foi informada de que, para elaborar seus balanços, teria de observar o Regime Contábil da Competência de Exercícios, em obediência aos princípios contábeis e as determinações legais.

O lucro do exercício de 1998 já estava contabilizado sob regime de caixa e computava os seguintes elementos.

- 1) Salários correspondentes aos meses de fevereiro a dezembro: R\$ 3.960,00, faltando pagar apenas o mês de dezembro, no valor de R\$ 630,00;
- 2) Seguros correspondentes aos meses de fevereiro de 1998 a janeiro de 1999, totalmente pago, a razão de R\$ 80,00 por mês;
- 3) Serviços prestados durante todo o período, a razão de R\$ 450,00 ao mês inclusive fevereiro de 1998, faltando receber apenas o mês de dezembro/98;
- 4) juros vencidos a favor da "Firma Mento", no valor de R\$ 600,00, totalmente recebidos;
- 5) Impostos e taxas municipais no valor de R\$ 400,00, já vencido mas ainda não pagos;
- 6) Comissões recebidas em 1998 mas que se referem ao exercício de 1999, no valor de R\$ 100,00.

Ao fazer as correções de lançamento para ajustar o lucro ao regime de competência, a empresa, naturalmente, provocou alterações no valor contábil do resultado antes contabilizado. Essas alterações significaram:

- a) redução do lucro em R\$ 330,00;
- b) redução do lucro em R\$ 640,00;
- c) aumento do lucro em R\$ 310,00;
- d) aumento do lucro em R\$ 370,00;
- e) aumento do lucro em R\$ 1.030,00.

Questão 6.10 (AFTN/96) A contrapartida das contas de Provisões, são contas do (de):

- a) Ativo
- b) Receita
- c) Passivo
- d) Reservas
- e) Resultado

Em 01.10.x1 a CIA ALVORECER desconta uma nota promissória de \$ 1000.000, com vencimento previsto para 31.01.19x2, e juros de \$ 8.000

Com base nesta afirmativa, assinale a opção correta nas questões 6.11 e 6.12

Questão 6.11 (AFTN/96) Na data da operação o registro contábil efetuado foi:

- a) Débito de \$92.000 na conta "Notas Promissórias a Pagar" e crédito de igual valor da conta "Bancos Conta Movimento";
- b) Débitos de \$8.000 em "Despesas Financeiras de Juros", \$92.000 em "Bancos c/ movimento" e crédito de \$100.000 em "Notas Promissórias a Pagar";
- c) Débitos de \$8.000 em "Encargos Financeiros a Transcorrer", \$92.000 em "Bancos c/ movimento" e crédito de \$100.000 em "Notas Promissórias a Pagar";
- d) Débitos de \$8.000 em "Resultados de exercícios Futuros - Juros Ativos", \$92.000 em "Bancos c/ Movimento" e crédito de \$100.000 em "Notas Promissórias a Pagar";
- e) Débito de \$92.000 na conta "Bancos c/ Movimento" e crédito de igual valor na conta "Nota Promissória a Pagar".

Questão 6.12 (AFTN/96) Em 31.12.19x1, quando a empresa apresentar seu Balanço Patrimonial, o efeito gerado pela operação retrocitada na apuração do resultado da empresa é:

- a) Nulo, por se tratar de Resultado de exercícios futuros
- b) De apropriação de despesa financeira em \$ 4.000
- c) De apropriação de despesa financeira em \$ 8.000
- d) De apropriação de despesa financeira em \$ 2.000
- e) De apropriação de despesa financeira em \$ 6.000

Questão 6.13 (AFTN/96) Em 31.12.12x1 a CIA PARÁ apresentava os seguintes dados relativos aos finais de matéria-prima

Matéria Prima	QTDE em unidades	Custo Total em R\$	Valor de Mercado em R\$
A	1.000	2.000.000	1.800.000
B	1.500	6.000.000	7.500.000
C	2.000	8.000.000	7.000.000

Com base nestes dados, o valor total do estoque de matéria-prima que deve ser evidenciado no Balanço patrimonial é:

- \$ 14.800,00;
- \$ 16.000,00;
- \$ 16.500,00;
- \$ 15.000,00;
- \$ 15.800,00.

Questão 6.14 (INSS/97) No balanço patrimonial, a diferença entre o valor dos ativos e dos passivos e o resultado de exercício futuros representa o patrimônio líquido que é o valor contábil pertencente aos acionistas ou sócios. De acordo com a Lei n.º 6.404/76, o patrimônio líquido pode incluir

- capital social, que representa valores recebidos pela empresa ou valores por ela gerados que estão formalmente incorporados ao capital social.
- reservas de capital, que representam valores, recebidos, inexigíveis e que não transitam por contas de resultado.
- provisões para contingências, representando priváveis compromissos futuros, de fatos contábeis ocorridos.
- reservas de lucros, representando lucros obtidos pela empresa e retidos com finalidade específicas.
- estoques de ouro, representando as reservas reais da empresa para garantir ou lastrar os títulos emitidos e adquiridos no mercado de valores mobiliários.

Questão 6.16 (AFRF/2000) A empresa Sol S.A. apresentou valores correntes ou circulantes, com os seguintes saldos:

Caixa	40,00
Bancos c/movimento	100,00
Valores Mobiliários	200,00
Mercadorias	600,00
Materiais de Consumo	120,00
Duplicatas a Pagar	800,00
Duplicatas Descontadas	300,00
Duplicatas a Receber	500,00

No encerramento do exercício, para promover os ajustes necessários ao Balanço, o Contador apurou que:

- o extrato bancário indicava um cheque de R\$ 20,00 emitido mas ainda não sacado pelo portador;
- os valores mobiliários são mil ações da CSN, avaliadas a vinte e cinco centavos de real, no dia do balanço;
- ainda faltam contabilizar R\$ 40,00 da receita antecipada e R\$ 150,00 de despesas antecipadas.

Feitas as atualizações contabilmente necessárias, o balanço patrimonial apresentará um Ativo Circulante no valor de:

- R\$ 1.150,00;
- R\$ 1.300,00;
- R\$ 1.320,00;
- R\$ 1.410,00;
- R\$ 1.370,00.

Questão 6.17. (Esaf/Fiscal-Natal–RN-2001) A firma Previdente S/A, em 01/08/01, contratou um seguro anual para cobertura de incêndio avaliada em R\$ 300.000,00, com vigência a partir da assinatura do contrato. O exercício social da Previdente é coincidente com o ano calendário. O prêmio cobrado pela seguradora é equivalente a 10% do valor da cobertura e foi pago em 31 de agosto de 2001. Em consonância com o princípio contábil da competência de exercícios, no balanço patrimonial de 31/12/01, a conta seguros a vencer constará com saldo atualizado de

- a) R\$ 175.000,00;
- b) R\$ 30.000,00;
- c) R\$ 20.000,00;
- d) R\$ 17.500,00;
- e) R\$ 12.500,00.

Questão 6.18. (MIC/ESAF/98) A Minha Empresa mantém em estoque 800 unidades de mercadorias avaliadas em R\$ 10.000,00, sendo R\$ 4.000,00 relativos à mercadoria tipo “A”, que tem custo unitário de R\$ 10,00, e R\$ 6.000,00 correspondentes à mercadoria tipo “B”, cujo custo unitário é de R\$ 15,00. No último dia do exercício social, o custo de mercado dessas mercadorias estava cotado a R\$ 12,00, tanto para o tipo “A” como para o tipo “B”. O contador, cumprindo as determinações da Lei nº 6.404/76, e em obediência ao princípio contábil da prudência, deve apresentar no balanço patrimonial:

- a) mercadorias R\$ 10.000,00
(-) provisão para ajuste de estoque (R\$ 400,00)
- b) mercadorias R\$ 10.000,00
(-) provisão para ajuste de estoque (R\$ 1.200,00)
- c) mercadorias R\$ 10.000,00
(-) provisão para ajuste de estoque (R\$ 2.400,00)
- d) mercadorias R\$ 9.600,00
- e) mercadorias R\$ 8.800,00

Questão 6.19. (ESAF/TCE–RN/2001) Tendo certa empresa recebido aviso do banco, comunicando o recebimento, e respectiva quitação, de uma duplicata descontada com ele, a Contabilidade dessa empresa deverá fazer o seguinte lançamento:

- a) Bancos c/ movimento
a Duplicatas a receber;
- b) Duplicatas a receber
a Bancos c/ movimento;
- c) Títulos descontados
a Duplicatas a receber;
- d) Títulos descontados
a Bancos c/ movimento;
- e) Duplicatas a receber
a Títulos descontados.

Questão 6.20. (AFRF/2002–A–ESAF) – A empresa Zola estava desmontando seu parque operacional e, para isto, efetuou as seguintes operações:

- a – vendeu, à vista, por R\$ 3.000,00, uma máquina adquirida por R\$ 4.000,00 e que já fora depreciada em 70%;
- b – baixou, do acervo patrimonial, um guindaste comprado por R\$ 5.000,00, já depreciado em 80%; e
- c – alienou, por R\$ 2.000,00, um cofre, ainda bom, com valor contábil de R\$ 3.000,00, embora já depreciado em 25%.

No período, não houve incidência de correção monetária e as operações não sofreram tributação.

Considerando apenas as transações citadas, podemos dizer que a empresa Zola incorreu em:

- a) custos de R\$ 13.000,00;
- b) custos de R\$ 4.450,00;
- c) lucros de R\$ 550,00;
- d) perdas de R\$ 2.600,00;
- e) perdas de R\$ 200,00.

Questão 6.21. (AFRF/2002–A–ESAF) – A Cia. Poços & Minas possui uma máquina própria de sua atividade operacional, adquirida por R\$ 30.000,00, com vida útil estimada em 05 (cinco) anos e depreciação baseada na soma dos dígitos dos anos em quotas crescentes.

A mesma empresa possui também uma mina, custeada em R\$ 60.000,00, com capacidade estimada de 200 mil kg, exaurida com base no ritmo de exploração anual de 25 mil kg de minério.

O usufruto dos dois itens citados teve início na mesma data. As contas jamais sofreram correção monetária.

Analisando tais informações, podemos concluir que, ao fim do terceiro ano, essa empresa terá no balanço patrimonial, em relação aos bens referidos, o valor contábil de:

- a) R\$ 34.500,00;
- b) R\$ 40.500,00;
- c) R\$ 49.500,00;
- d) R\$ 55.500,00;
- e) R\$ 57.500,00.

Questão 6.22. (TRF/2002–A/(ESAF) – Em primeiro de outubro de 2001, a Imobiliária Casa & Terra S/A recebeu, antecipadamente, 06 (seis) meses de aluguel, com valor mensal de R\$ 300,00, e pagou o aluguel dos próximos 12 (doze) meses, no valor anual de R\$ 2.400,00.

Nesse caso, as regras do regime contábil da competência levam-nos afirmar que, no balanço de encerramento do exercício, elaborado em 31.12.01, em decorrência desses fatos haverá:

- a) despesas do exercício seguinte no valor de R\$ 600,00;
- b) receitas do exercício seguinte no valor de R\$ 900,00;
- c) despesas do exercício seguinte no valor de R\$ 1.200,00;
- d) receitas do exercício seguinte no valor de R\$ 1.800,00;
- e) despesas do exercício seguinte no valor de R\$ 2.400,00.

Questão 6.23. (TRF/2002–A/ESAF) – A empresa Andaraqui S/A possui, no ativo imobilizado, um imóvel adquirido por R\$ 65.000,00 e móveis e utensílios, adquiridos por R\$ 20.000,00. O desgaste desses bens é contabilizado anualmente, calculado pelo método da linha reta.

No encerramento do exercício, em 31.12.01, o imóvel completou exatos 08 (oito) anos de uso e os móveis apenas 04 (quatro) anos. A vida útil do imóvel (edificação) foi estimada em 25 (vinte e cinco) anos e a dos móveis e utensílios, em 10 (dez) anos. Os saldos não sofreram baixas, reavaliação nem correção monetária.

O custo do terreno equivale a 60% do imóvel.

Com as informações supra-alinhadas, feitos os cálculos corretos, podemos dizer que, no balanço de 31.12.01, a depreciação acumulada de imóveis e de móveis e utensílios estará com saldo credor de:

- a) R\$ 4.600,00;
- b) R\$ 14.720,00;
- c) R\$ 16.320,00;
- d) R\$ 18.400,00;
- e) R\$ 28.800,00.

Questão 6.24. (TRF/2002–ESAF) – Observe o seguinte lançamento, constante do Diário da Firma Violetas – ME, do qual foi, cuidadosa e didaticamente, suprimido o histórico, para fins de concurso.

Duplicatas descontadas

a Diversos

Valor que se registra em decorrência, a saber:

a Bancos c/ movimento R\$ 1.300,00

a Duplicatas a receber R\$ 2.700,00 R\$ 4.000,00

O histórico suprimido, no lançamento supradescrito, deverá descrever a:

- a) quitação de desconto bancário, com devolução de duplicatas não-recebidas;
- b) quitação de desconto bancário, com liquidação de duplicatas recebidas;
- c) contratação de desconto bancário, com entrega de duplicatas, recebendo parte do dinheiro em conta corrente;
- d) quitação de desconto bancário, com devolução de duplicatas não-recebidas e liquidação de duplicatas recebidas;
- e) quitação de desconto bancário, com liquidação de duplicatas recebidas e devolução de duplicatas não-recebidas.

Questão 6.25. (ATE/MS/2001–ESAF) – A Nossa Empresa fecha o exercício social e faz balanços a cada 31 de agosto. Em 31 de agosto de 2000, o balancete, elaborado com vistas à realização de ajustes ao resultado do exercício, apresentou a conta aluguéis passivos a vencer com saldo remanescente de R\$ 36.000,00, relativo ao contrato de aluguel do Depósito Geral, celebrado no montante de R\$ 135.000,00, para o período de 01/10/98 a 31/03/01.

A fim de atender ao princípio contábil da competência dos exercícios, o contador da empresa deverá fazer a seguinte partida de diário:

- a) Aluguéis passivos
 - a Aluguéis passivos a vencer R\$ 4.500,00;
- b) Aluguéis passivos a vencer
 - a Aluguéis passivos R\$ 4.500,00;
- c) Aluguéis passivos
 - a Aluguéis passivos a vencer R\$ 22.500,00;
- d) Aluguéis passivos a vencer
 - a Aluguéis passivos R\$ 22.500,00;
- e) Aluguéis passivos
 - a Aluguéis passivos a vencer R\$ 31.500,00.

Questão 6.26. (ATE/MS/2001–ESAF) – A empresa Carente S/A recebeu aviso do Banco da Casa, comunicando o recebimento de uma duplicata com ele descontada anteriormente.

O contador, acertadamente, promoveu o seguinte lançamento:

- a) Bancos c/movimento
 - a Duplicatas a receber;
- b) Duplicatas a receber
 - a Bancos c/movimento;
- c) Títulos descontados
 - a Duplicatas a receber;
- d) Duplicatas a receber
 - a Títulos descontados;
- e) Títulos descontados
 - a Bancos c/movimento.

Questão 6.27. (ATE/MS/2001–ESAF) – Em novembro passado, a folha de pagamento da empresa Rubi Vermelho Ltda. discriminava:

Salários e ordenados: R\$ 120.000,00

Horas extras trabalhadas: R\$ 8.000,00

INSS patronal a 22%

INSS do segurado a 11%

FGTS do segurado a 8%

No mês de dezembro, não foi computado nenhum reajuste salarial e a jornada de trabalho foi absolutamente igual à do mês anterior. Esta folha está dividida de tal modo, que não há imposto de renda recolhido na fonte.

Exclusivamente a partir desses dados, considerando que a empresa acima encerra o exercício em 31 de dezembro, podemos afirmar que esta folha de pagamento ocasionou, para a empresa em questão, uma despesa total de:

- a) R\$ 180.480,00;
- b) R\$ 166.400,00;
- c) R\$ 156.160,00;
- d) R\$ 152.320,00;
- e) R\$ 149.920,00.

Questão 6.28. (BACEN/2001–ESAF) – A empresa industrial Aços & Móveis adquiriu uma máquina por R\$12.000,00, instalando-a para funcionar a partir de 01/08/1998. Tal máquina tem vida útil prevista para produzir 240.000 peças. A capacidade produtiva da empresa Aços & Móveis é de 30.000 peças anuais.

Tendo funcionado estritamente dentro do planejado, nos anos de 1998, 1999 e 2000, e contabilizado o coeficiente 1,2 de depreciação acelerada no ano 1999, podemos dizer que:

- a) a depreciação acumulada, até o final de 1999, foi de R\$ 2.425,00;
- b) a depreciação acumulada, no balanço de 2000, foi de R\$ 3.300,00;
- c) o encargo de depreciação, em 1999, foi de R\$1.500,00;
- d) para vender essa máquina, em 30 de junho de 2001, ganhando R\$1.000,00, o preço deveria ser de R\$6.100,00;
- e) o valor depreciável da máquina, em 31/12/2001, será de R\$6.900,00.

Questão 6.29. (AFC–2002–ESAF) – A empresa Comércio e Indústria LSM promoveu o estudo comparativo de três de seus produtos no mercado específico, compilando os seguintes dados:

- item alfa: saldo contábil, R\$ 300.000,00; quantidade, 12.000; preço de mercado, R\$ 24,00;
- item beta: saldo contábil, R\$ 25.000,00; quantidade, 1.000; preço de mercado, R\$ 26,00;
- item celta: saldo contábil, R\$ 153.000,00; quantidade, 5.100; preço de mercado, R\$ 31,00.

Diante da conclusão desse estudo e para atender aos princípios fundamentais de Contabilidade, a empresa deverá, para fins de balanço:

- a) fazer provisão de R\$ 12.000,00, com base na variação negativa entre custo e mercado;
- b) fazer provisão de R\$ 10.860,00, com base na diferença média de variação entre custo e mercado;
- c) fazer provisão de R\$ 6.100,00, com base na variação positiva entre custo e mercado;
- d) fazer provisão de R\$ 5.900,00, com base na diferença de variação entre custo e mercado;
- e) deixar de fazer provisão, pois o preço médio de mercado é maior que o de custo.

Questão 6.30. (AFPS–INSS–ESAF/2002) A empresa Arbóresse Ltda. mandou elaborar a folha de pagamento do mês de outubro, com os seguintes dados:

- salários e ordenados: R\$ 21.000,00;
- horas extras trabalhadas: R\$ 2.000,00;
- imposto de renda retido na fonte: R\$ 2.500,00;
- contribuição para o INSS, parte dos empregados: 11%;
- contribuição para o INSS, parte patronal: 20%;
- depósito para o FGTS: 8%.

Com base nos dados e informações acima fornecidos, pode-se dizer que a empresa, em decorrência dessa folha de pagamento, terá despesas totais no valor de:

- a) R\$ 29.440,00; b) R\$ 31.970,00;
- c) R\$ 34.470,00; d) R\$ 26.910,00;
- e) R\$ 24.410,00.

Questão 6.31. (ICMS-MS-2001) A empresa Alfa encerra seu balanço em 31 de dezembro de cada ano. No dia 10 de janeiro de 2001 adquiriu da empresa Beta uma máquina industrial usada, cuja vida útil remanescente foi estimada em 5 anos.

Sabe-se que a empresa Beta adquiriu este equipamento para instalação em seu parque industrial em 01 de janeiro de 1998. O valor pelo qual a empresa Alfa adquiriu a máquina foi de R\$ 750,00. Seu valor residual é de R\$ 50,00.

Com estas considerações, podemos afirmar que o valor da depreciação anual a ser contabilizada em 31 de dezembro de 2001, pelo método da linha reta será de

- a) R\$ 140,00 b) R\$ 150,00
- c) R\$ 280,00 d) R\$ 300,00
- e) R\$ 700,00

Questão 6.32. (ESAF/TRF – 2000) O contador da nossa firma recebeu, para classificação e contabilização, os documentos referentes aos seguintes fatos, ocorridos em determinado mês:

- I – contrato de empréstimo no banco no valor de 1.200,00, com encargos de 10%;
- II – pagamento de um título de 650,00, com desconto de 10%;
- III – recebimento de um título de 460,00, com juros de 10%;
- IV – recebimento do aluguel do mês, no valor de 38,00;
- V – registro dos impostos do mês, para recolhimento posterior, no valor de 12,00;
- VI – compra, a prazo, de máquinas para uso, por 1.000,00, pagando 40% de entrada;
- VII – pagamento de um título de 450,00, com juros de 10%;
- VIII – recebimento de um título de 360,00, com desconto de 10%;
- IX – pagamento do aluguel do mês, no valor de 28,00;
- X – registro de serviço realizado para recebimento a prazo, no valor de 52,00.

Considerando, exclusivamente, a contabilização desses fatos, podemos afirmar que:

- a) o lucro alcançado nas operações foi de R\$ 40,00;
- b) no balanço patrimonial, o valor do passivo exigível alcançou R\$ 672,00;
- c) no balancete de verificação, a soma dos saldos devedores é R\$ 913,00;
- d) no balanço patrimonial, a soma do grupo ativo alcançou R\$ 712,00;
- e) o valor total creditado foi R\$ 2.013,00.

Questão 6.33. (SEFA/PA – 2002 – ESAF) Os dados colhidos na Escrituração da Ville Gagnon S/A informam a existência dos seguintes valores, em 31.12.01, data de encerramento do exercício:

Caixa	R\$ 100,00
Máquinas, sendo 1/3 para revender	R\$ 630,00
Ações de outras empresas, sendo 1/3 para revender	R\$ 450,00
Despesas de depreciação de máquinas	R\$ 90,00
Depreciação acumulada	R\$ 180,00
Perdas em investimentos	R\$ 20,00
Provisão para perdas em investimentos	R\$ 60,00
Provisão para ajustes de ações ao preço de mercado	R\$ 30,00
Fornecedores	R\$ 850,00
Duplicatas descontadas	R\$ 90,00
Duplicatas a receber	R\$ 290,00
Capital social	R\$ 600,00
Reservas de lucro	R\$ 100,00

Organizando-se essas contas e respectivos saldos na forma de balancete, podemos não ter uma igualdade contábil, mas, certamente, teremos:

- a) saldos credores de R\$ 1.550,00;
- b) saldos devedores de R\$ 1.220,00;
- c) ativo total com saldo de R\$ 1.110,00;
- d) passivo exigível com saldo de R\$ 940,00;
- e) diferença devedora, no valor de R\$ 330,00.

Questão 6.34. (PREFEITURA DE NATAL–RN / 2001 ESAF) – Abaixo estão relacionadas as trinta e uma contas movimentadas pela Cia. de Comércio Beta, conforme Razão Geral de 31.12.00:

01 –Ações de coligadas	R\$ 1.200,00
02 –Ações em tesouraria	R\$ 300,00
03 –Aluguéis ativos	R\$ 200,00
04 –Aluguéis passivos	R\$ 550,00
05 –Bancos c/ aplicação	R\$ 1.100,00
06 –Caixa	R\$ 1.200,00
07 –Capital a integralizar	R\$ 3.000,00
08 –Capital social	R\$ 10.000,00
09 –Custo da mercadoria vendida	R\$ 3.800,00
10 –Despesas a pagar	R\$ 160,00
11 –Despesas a vencer	R\$ 280,00
12 –Duplicatas a pagar	R\$ 3.000,00
13 –Duplicatas a receber	R\$ 1.000,00
14 –Duplicatas descontadas	R\$ 800,00
15 –Fornecedores	R\$ 4.000,00
16 –Edificações	R\$ 5.000,00
17 –Impostos	R\$ 650,00
18 –Impostos a recolher	R\$ 500,00
19 –Matéria-prima	R\$ 1.300,00
20 –Mercadorias	R\$ 2.500,00
21 –Móveis e utensílios	R\$ 3.500,00
22 –Participações acionárias	R\$ 800,00
23 –Participação de empregados	R\$ 320,00
24 –Provisão p/ ajuste de estoques	R\$ 150,00
25 –Provisão p/ imposto de renda	R\$ 700,00
26 –Receitas a receber	R\$ 600,00
27 –Receitas a vencer	R\$ 250,00
28 –Receita bruta de vendas	R\$ 6.000,00
29 –Reservas de capital	R\$ 350,00
30 –Reservas de lucros	R\$ 400,00

31 –Lucros ou prejuízos acumulados com saldo igual à diferença entre devedores e credores.

Considerando-se, exclusivamente, a relação, podemos afirmar que a empresa demonstra um patrimônio bruto de:

- a) R\$ 10.750,00; b) R\$ 17.530,00;
c) R\$ 17.940,00; d) R\$ 18.290,00;
e) R\$ 18.480,00.

Questão 6.35. (AFRF/2002 – A/ESAF) – A empresa Andaraí S/A extraiu de seu balancete o seguinte elenco resumido de contas patrimoniais:

Ações e participações	R\$3.000,00
Adiantamento a diretores	R\$500,00
Bancos conta movimento	R\$2.000,00
Caixa	R\$500,00
Despesas com pesquisa	R\$2.500,00
Duplicatas a pagar	R\$300,00
Duplicatas a receber	R\$3.000,00
Empréstimos e financiamentos obtidos	R\$10.000,00
Fornecedores	R\$5.000,00
Imóveis	R\$6.000,00
Mercadorias	R\$3.000,00
Máquinas e equipamentos	R\$1.700,00
Poupança	R\$1.000,00
Receitas antecipadas	R\$6.500,00
Seguros a vencer	R\$800,00
Títulos a pagar	R\$2.000,00
Veículos	R\$1.000,00

Se agruparmos as contas acima, por natureza contábil, certamente encontraremos uma diferença entre a soma dos saldos credores e devedores.

Assinale a opção que indica o valor correto.

- a) R\$ 1.200,00 é a diferença devedora.
- b) R\$ 1.200,00 é a diferença credora.
- c) R\$ 1.800,00 é a diferença credora.
- d) R\$ 17.300,00 é a soma dos saldos credores.
- e) R\$ 22.000,00 é a soma dos saldos devedores.

Questão 6.36 Casa das Baterias Ltda., cujo balanço é levantado a 31 de agosto de cada ano, apresentou no Balancete de Verificação de 31/08/82 (elaborado com a finalidade de permitir a realização de ajustes ao resultado do exercício), na conta “ALUGUÉIS A VENCER”, um saldo devedor de R\$ 36.000,00, relativo ao contrato de aluguel, no montante de R\$ 135.000,00, do depósito geral, abrangendo o período de 01/10/80 a 31/03/83.

A fim de atender ao regime de competência dos exercícios, o contador da empresa fez uma partida de diário, debitando a conta ALUGUÉIS e creditando a conta “ALUGUÉIS a VENCER”, no valor de:

- a) R\$ 27.600,00
- b) R\$ 1.200,00
- c) R\$ 4.500,00
- d) R\$ 31.500,00
- e) R\$ 13.500,00

CAPÍTULO 7 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Questão 7.1 (AFRF/98) - As sociedades por ações têm ampla regulamentação em Lei. Em relação à constituição da companhia e ao exercício social previstos na Lei, podemos afirmar corretamente que

- a) a constituição da companhia depende do cumprimento, entre outros, dos seguintes requisitos: subscrição, por mais de uma pessoa, de pelo menos 90% (noventa por cento) das ações em que se divide o capital fixado no estatuto e realização, em dinheiro, de no mínimo 10% (dez por cento) das ações subscritas, para que possam ser depositadas em Banco Oficial, até a institucionalização da empresa;
- b) as demonstrações de cada exercício serão publicadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior;
- c) em 31 de dezembro de cada ano, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício;
- d) o exercício social terá a duração de 1 (um) ano, com início em 1^o de janeiro e término em 31 de dezembro, podendo ter duração diversa, no ano em que a companhia for constituída;
- e) As demonstrações financeiras registrarão a destinação dos lucros segundo a proposta dos órgãos da administração, desde que esta proposta tenha sido aprovada pela assembléia geral.

Questão 7.2 (TCE-ES/94) - Uma empresa apresentava, no início do exercício, um Ativo Circulante de \$18.400 e um Passivo Circulante de \$ 14.500. No final do exercício, o balanço patrimonial apresentou um Ativo Circulante de \$23.200 e um Passivo Circulante de \$16.800 e, ao se elaborar a demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, foi apurada uma origem de recursos no montante de \$ 5.300. O valor das aplicações de recursos na referida demonstração foi igual a:

- a) \$ 2.500;
- b) \$ 2.800;
- c) \$ 3.800;
- d) \$ 7.800;
- e) \$ 10.300.

Questão 7.3 (TCE-ES/94) - Uma empresa no exercício social encerrado em 31/12/93 apurou lucro, antes da provisão para imposto de renda e das participações estatutárias de \$ 4.000,00 Sabendo-se que:

- a provisão para imposto de renda foi constituída a base de 25%;
- a empresa está dispensada de recolher a contribuição social;
- o seu estatuto estabelece as seguintes participações, nesta ordem:

Empregados	10%
Administradores	10%
Partes beneficiárias	5%

Então, pode-se concluir que o lucro líquido do exercício, após estas deduções, será igual a:

- a) \$ 2.000.000;
- b) \$ 2.078.000;
- c) \$ 2.250.000;
- d) \$ 2.308.500;
- e) \$ 2.924.100.

Questão 7.4 (TCE-ES/94) - Na disposição do balanço patrimonial, de acordo com a Lei n.º 6.404/76, a conta Reservas para Incentivos Fiscais é classificada no seguinte subgrupo do Patrimônio Líquido:

- a) Reservas de capital;
- b) Capital Autorizado;
- c) Reservas de Lucros;
- d) Reservas de Reavaliação;
- e) Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Questão 7.5 (TCE-ES/94) - A Empresa Alvorada foi constituída, no início do exercício de 19x1, com um capital inicial de \$ 20.000, correspondente a 20.000 ações a \$1. No decorrer do exercício, a Empresa Progresso adquiriu 4.000 ações da Alvorada, integralizando, no ato, o valor da operação. No encerramento do exercício, o patrimônio líquido da Alvorada estava assim constituído:

Capital	\$ 20.000
Reserva de Capital	\$ 10.000
Reserva de Lucros	\$ 3.000
Lucros Acumulados	\$ 2.000

Sabendo-se que o coeficiente de correção monetária para o exercício foi fixado em 1.50, pode-se, então, concluir que o valor do ganho equivalência patrimonial, obtido pelo Progresso, foi igual a:

- a) \$ 5.000;
- b) \$ 4.500;
- c) \$ 3.000;
- d) \$ 2.000;
- e) \$ 1.000.

Questão 7.6 (AFRF 2002-B) - A empresa de Pedras & Pedrarias S/A. demonstrou no exercício de 2001 os valores:

Lucro bruto	R\$ 90.000,00
Lucro operacional	R\$ 70.000,00
Receitas operacionais	R\$ 7.500,00
Despesas operacionais	R\$ 27.500,00
Participação de Administradores	R\$ 2.500,00
Participação de Debenturistas	R\$ 3.500,00
Participação de Empregados	R\$ 3.000,00

A tributação do lucro dessa empresa deverá ocorrerá alíquota de 30% para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido, conjuntamente. Assim, se forem calculados corretamente o IR e a CSLL, certamente o valor destinado, no exercício, à constituição da reserva legal deverá ser de

- a) R\$ 2.000,00
- b) R\$ 2.070,00
- c) R\$ 2.090,00
- d) R\$ 2.097,50
- e) R\$ 2.135,00

Questão 7.7 (ICMS-SC/98) - A Cia. Xaxim encerra seus exercícios em 31/dez. de cada ano. O lucro líquido de cada exercício social recebe a seguinte distinção: (a) 5% para a Reserva Legal e (b) 20% para dividendos, sempre pagos no exercício social seguinte. (Para fins desta Questão, cada um dos percentuais deve incidir diretamente sobre o valor do lucro líquido.)

A Cia. Xaxim negocia mercadorias. Na Demonstração do Resultado do Exercício de 1994 da Cia. Xaxim, as **únicas** "despesas operacionais" foram: "despesas com vendas" de \$135 e "despesas administrativas" de \$856. O lucro líquido de 1994 foi de \$3.050.

Durante 1994, a conta "Fornecedores de Mercadorias" foi debitada em \$ 2.987 por pagamentos efetuados pela Cia. Xaxim aos seus fornecedores. Durante 1994, a Cia. Xaxim comprou mercadorias a vista por \$ 2.813.

Durante 1994, a Cia. Xaxim recebeu \$2.111 em decorrência de vendas à vista praticadas no ano. Durante 1994, a conta "Duplicatas a Receber" foi creditada em \$4.661, em virtude de recebimentos de clientes. Os saldos das seguintes contas constavam nos Balanços Patrimoniais da Cia. Xaxim (os balanços que foram publicados):

No Balanço Patrimonial de...	31/dez./93	1/dez./94
Fornecedores de Mercadorias	\$ 813	\$ 1.341
Mercadorias.....	\$ 1.220	\$ 1.633
Duplicatas a Receber.....	\$ 1.405	\$ não fornecido

O valor das "Vendas a Prazo" auferidas pela Cia. Xaxim durante 1994 foi de

- a) \$ 6.854;
- b) \$ 4.661;
- c) \$ 7.845;
- d) \$ 6.772;
- e) \$ 4.330.

Questão 7.8 (AFC-SFC/2000) – A Nossa Firma, ao fim do exercício social de 19X1, ostentava um patrimônio líquido com a seguinte composição:

Capital Social	100.000,00
Capital a Realizar	(9.000,00)
Reservas de Capital	8.000,00
Reservas Estatutárias	7.000,00
Reserva Legal	6.000,00
Lucros Acumulados	5.000,00
Somatório	117.000,00

No resultado do exercício de 19X1 foi apurado um prejuízo líquido no valor de R\$ 15.000,00, que deverá ser absorvido por recursos próprios anteriores. Assim sendo, o novo patrimônio líquido, após a absorção do prejuízo do exercício, deverá ter a seguinte composição:

a) Capital Social	100.000,00
Capital a Realizar	(9.000,00)
Reservas de Capital	8.000,00
Reservas Estatutárias	0,00
Reserva Legal	3.000,00
Lucros Acumulados	0,00
Somatório	102.000,00

b) Capital Social	100.000,00
Capital a Realizar	(9.000,00)
Reservas de Capital	8.000,00
Reservas Estatutárias	3.000,00
Reserva Legal	0,00
Lucros Acumulados	0,00
Somatório	102.000,00

c) Capital Social	100.000,00
Capital a Realizar	(9.000,00)
Reservas de Capital	0,00
Reservas Estatutárias	0,00
Reserva Legal	6.000,00
Lucros Acumulados	5.000,00
Somatório	102.000,00

d) Capital Social	100.000,00
Capital a Realizar	(9.000,00)
Reservas de Capital	4.000,00
Reservas Estatutárias	7.000,00
Reserva Legal	0,00
Lucros Acumulados	0,00
Somatório	102.000,00

e) Capital Social	100.000,00
Capital a Realizar	(9.000,00)
Reservas de Capital	8.000,00
Reservas Estatutárias	0,00
Reserva Legal	0,00
Lucros Acumulados	3.000,00
Somatório	102.000,00

Questão 7.9 (AFC-STN/2000) – Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as demonstrações financeiras, para exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas durante o exercício.

A seguir temos cinco frases a respeito desse assunto. Assinale aquela que representa uma afirmativa verdadeira.

- O exercício social terá a duração de 1 (um) ano e a data do início e a do término deverá ser fixada no estatuto.
- As demonstrações financeiras deverão registrar a destinação do lucro proposta pelos órgãos da administração, desde que tenha havido a aprovação pela assembléia geral.
- As notas explicativas deverão indicar os investimentos em outras sociedades, mas apenas aqueles que forem, e quando forem, relevantes.
- Como componentes do grupo resultados de exercícios futuros deverão ser classificadas as receitas de exercícios futuros, ou seja, aquelas receitas que tiverem sido recebidas antecipadamente.
- As contas de depreciação acumulada são componentes do ativo imobilizado, enquanto que as contas de amortização acumulada integram o ativo diferido.

Questão 7.10 (TRF/2000) - Se determinada empresa decide aumentar o próprio capital com o aproveitamento das reservas existentes, terá que contabilizar esse fato administrativo da forma seguinte:

- Capital Social
a Reservas
- Capital a Integralizar
a Reservas
- Capital a Integralizar
a Capital Social
- Reservas
a Capital Social
- Reservas
a Capital a Integralizar

Questão 7.11 (TFC/2000) - Abaixo são apresentados alguns eventos cujos recursos demandam a contabilização de reservas patrimoniais. Assinale a opção cujo evento não dá origem a formação de "Reserva de Capital".

- doação e subvenções recebidas para custeio;
- produto da venda de bônus de subscrição;
- produto de venda de partes beneficiárias;
- ágio obtido na emissão de ações;
- valores reservados para aumento de capital.

Questão 7.12 (TTN-98) - Considere as contas abaixo, e respectivos saldos, representativas do Razão da Empresa S/A na data de encerramento do seu exercício social:

Caixa	20,00
Bancos c/ Movimento	80,00
Duplicatas a Receber	240,00
Máquinas e Equipamentos	160,00
Fornecedores	300,00
Salários a pagar	200,00
ICMS a recolher	100,00
Capital Social	300,00
Lucros ou Prejuízos acumulados	60,00
Receita Bruta de Vendas	700,00
Despesas Operacionais	180,00
ICMS sobre vendas	90,00
Custo da Mercadoria Vendida	230,00
Estoque de Mercadorias	410,00
Veículos	250,00

Ao estruturar o seu Balanço Patrimonial com base nos dados acima, a empresa em questão demonstrará um Patrimônio Líquido de:

- a) R\$ 500,00;
- b) R\$ 300,00;
- c) R\$ 470,00;
- d) R\$ 560,00;
- e) R\$ 360,00.

Questão 7.13 (AFTN/96) A diferença entre a Reserva de Reavaliação e a Correção Monetária Patrimonial consiste em:

- a) A primeira levar em conta apenas o valor de mercado e a segunda o custo histórico corrigido;
- b) A primeira tomar por base o valor de mercado, enquanto que a segunda leva em conta o custo de reposição;
- c) A primeira não levar em conta o custo histórico como base de valor e a segunda considerar apenas o valor de mercado;
- d) A primeira observar apenas o valor de realização do bem e a segunda considerar o valor de reposição corrigido;
- e) A primeira tomar por base o custo histórico corrigido e a segunda simplesmente o valor de realização corrigido.

Questão 7.14 (AFTN-96) - No grupo Resultado de Exercícios Futuros devem ser incluídos:

- a) Os valores não pertencentes ao exercício atual, que afetem apenas os exercícios seguintes e representem obrigações futuras derivadas de antecipação de valores genuínos de despesas ou de receita;
- b) Os valores recebidos que afetarão exercícios futuros, sobre os quais não pese nenhuma obrigatoriedade futura de entrega de bens e serviços ou de devolução pela entidade;
- c) Os valores recebidos que afetarão exercícios futuros, sobre os quais pese a obrigatoriedade de entrega de bens e serviços e que em hipótese alguma impliquem devolução de valor financeiro;
- d) Os valores pertencentes a diversos exercícios, passíveis de devoluções e que representem obrigações futuras de entrega de bens e serviços, que serão apropriados para o resultado, conforme o fato gerador;
- e) Valores que devem ser apropriados à competência de cada exercício, exclusivamente como receitas, e que sejam passíveis de devolução ou, ainda, representem obrigações futuras de entrega de bens e serviços.

Questão 7.15 (AFTN/96) São classificados como Reservas de Capital:

- a) Os Prêmios na emissão de Debêntures e a Reserva Especial para Dividendos Obrigatórios não Distribuídos;
- b) A Reserva Especial para Dividendos Obrigatórios não Distribuídos e as Subvenções para Investimentos;
- c) A Reserva de Lucros a Realizar, o Ágio na Emissão de Ações e as Doações e Subvenções para Investimentos;
- d) Os Prêmios na emissão de Debêntures, o Ágio na Emissão de Ações e as Doações e Subvenções para Investimentos;
- e) As Reservas para Contingências, as Reservas para Expansão e a Correção Monetária do Capital Realizado.

Questão 7.16 (AG-PF/2000) - Com referência às movimentações do patrimônio líquido, segundo a Lei n.º 6.404/76, julgue os itens abaixo.

1. No recebimento de dinheiro de acionistas para integralização do capital social subscrito, deverá haver um registro a crédito do capital social ou da conta que registre o capital a integralizar.
2. Na emissão de ações ao preço unitário de R\$1,00, sendo R\$0,50 destinados ao capital social e R\$0,50 à reserva de capital-ágio na subscrição de novas ações, a empresa deverá registrar R\$0,80 para cada real recebido, por conta desse aumento de capital, na conta de bônus de subscrição, no patrimônio líquido.
3. O produto da alienação de partes beneficiárias pode ser registrado no patrimônio líquido.
4. No recebimento de um bem imóvel doado por uma sociedade anônima cujo registro se dará em conta de patrimônio líquido de doações e subvenções para investimento, deverá haver um registro a débito dessa conta, em contrapartida de um crédito no imobilizado de igual valor.
5. Uma empresa que apresentar uma reserva de capital no valor de R\$8.000,00 e um saldo de prejuízo de R\$2.000,00, após consumir os lucros acumulados e todas as reservas de lucros acumulados e todas as reservas de lucros, poderá compensá-lo com parte da reserva de capital que ela possui.

Questão 7.17 (ESAF/Auditor-Piauí/2001)

Dados os saldos abaixo discriminados, à data do balanço, determinar o valor do patrimônio líquido, de acordo com a Lei n o 6.404/76. (Valores em \$)

Capital Social 600
 Reserva Legal 80
 Provisão para Contingências 60
 Subvenção para Custeio 50
 Reserva para Aumento de Capital 40
 Ágio na Emissão de Ações 100
 Ações em Tesouraria 30
 Reavaliação de Ativos de Controladas 140
 Reserva para Novos Investimentos 120
 Reserva de Lucros a Realizar 90

- a) 1.280
- b) 1.200
- c) 1.140
- d) 1.000
- e) 900

Questão 7.18 (INSS/97) A demonstração das origens e aplicações de recursos é utilizada para indicar as modificações na posição financeira da companhia e deve discriminar

1. os empréstimos de curto prazo tomados pela companhia no período.
2. lucro do exercício, acrescido de depreciação, amortização ou exaustão e ajustado pela variação nos resultados de exercício futuros.
3. os dividendos propostos sobre o lucro do exercício.
4. as aquisições de estoques circulantes.
5. as reservas de lucros constituídas.

Questão 7.19 (INSS/97) - O capital circulante líquido, que é a folga financeira da empresa a curto prazo, é obtido pela diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante. As transações que podem aumentar o capital circulante líquido incluem

1. A aquisição a prazo de estoques de mercadorias para revenda.
2. A venda à vista, com lucro, de um equipamento obsoleto que estava classificado no imobilizado.
3. pagamento de despesas com o conserto de máquinas não-provisionadas.
4. recebimento em dinheiro de uma duplicata já baixada anteriormente como prejuízo.
5. A aquisição à vista de participações societárias de uma empresa controlada.

Questão 7.20 (AFRF/2000) Classificam-se como Reservas de Capital as Reservas:

- a) de Prêmios pela Emissão de Debêntures;
- b) de Doações e Subvenções, quando recebidas de entidades privadas;
- c) de Reavaliação de Bens do Ativo Imobilizado;
- d) Estatutárias, destinadas a Investimentos;
- e) por Ajuste de Investimentos em sociedades Controladas;

Questão 7.21 (AFRF/2000) Considere os seguintes dados:

Ativo Circulante		Passivo Circulante	
Mercadorias	50	Impostos a pagar	80
Duplicatas a Receber	70	Salários a pagar	120
Caixa	10	Fornecedores	240
Bancos	30	Empréstimos Bancários	180
Outras contas	60		
Matérias-primas	60		
Máquinas	120		

A apresentação acima, de acordo com as disposições da Lei n.º 6.404/76, incorre em algumas impropriedades. Elas são em número de:

- a) 3
- b) 1
- c) 2
- d) 5
- e) 4

Questão 7.22 (AFRF/2000) - Na conversão de debêntures em ações, as parcelas que ultrapassem o valor nominal da ação deverão ser registradas como

- a) reserva de lucros que poderão amortizar prejuízos futuros ou ser distribuídas aos sócios no exercício social em que não forem apurados lucros;
- b) reserva de lucros que poderá ser distribuída aos sócios, no próprio exercício;
- c) reservas de capital;
- d) reserva de lucros destinada, obrigatoriamente, a amortizar prejuízos;
- e) receitas não-operacionais do exercício.

Questão 7.23 (AFRF/2000) Indique a opção correta, levando em conta os seguintes dados:

Capital	200
Reserva Legal	30
Reservas de Capital	25
Resultado antes do imposto de renda	400
Participações	20
Provisão para Imposto de Renda	80

O valor a ser destacado para constituição da Reserva Legal

- a) deverá ser de 15;
- b) deve ser de 5;
- c) pode ser de 15;
- d) deve ser de 20;
- e) pode ser de 5.

Questão 7.24 (AFRF/2000) – A empresa Lua Luar S.A., em 31.12.X1, mandou distribuir todo o lucro líquido do exercício, na forma seguinte:

- R\$ 200,00 para imposto de renda;
- R\$ 60,00 para dividendos;
- R\$ 50,00 para reservas estatutárias;
- R\$ 30,00 para participação de debenturistas;
- R\$ 40,00 para reserva legal; e
- R\$ 180,00 para lucros acumulados.

Considerando-se que essa empresa tinha R\$ 20,00 de prejuízos anteriores, e que a destinação do lucro foi corretamente contabilizada, devemos afirmar que:

- a) o valor das participações estatutárias é R\$ 80,00;
- b) o lucro líquido do exercício, depois do imposto de renda, era de R\$ 190,00;
- c) o saldo atual da conta Lucros ou Prejuízos Acumulados de R\$ 160,00;
- d) o lucro líquido do exercício, antes da distribuição, era de R\$ 410,00;
- e) em decorrência do prejuízo anterior, o imposto de renda será de R\$ 180,00.

Questão 7.25 (AFRF/2000) - Em 31 de dezembro o nosso Contador havia montado um rascunho da DOAR (Demonstração de origens e Aplicações de Recursos) com a seguinte estrutura:

I. Origens	1.800,00
II. Aplicações	2.600,00
III.Redução de CCL	800,00

quando descobriu que o lucro líquido do exercício ainda não fora computado nessa demonstração. Referido lucro foi assim formado e distribuído:

Resultado do Exercício:

Receitas totais do período	6.000,00
Despesas do período (sem as depreciações)	(3.500,00)
Encargos de depreciação do período	(400,00)
Lucro líquido antes do imposto de Renda	2.100,00
Provisão para o Imposto de Renda	(300,00)
Lucro líquido do exercício	1.800,00

Lucros ou Prejuízos Acumulados

Saldo inicial	0,00
Lucro Líquido do Exercício	1.800,00
Dividendos Proposto	(150,00)
Saldo Atual	1.650,00

Após o cômputo do resultado do exercício acima demonstrado, naquilo que couber, a DOAR apresentará:

- no item I: origens no valor de R\$ 4.300,00;
- no item I: origens no valor de R\$ 3.900,00;
- no item III: aumento no CCL no valor de R\$ 1.250,00;
- no item II: aplicações no valor de R\$ 3.000,00;
- no item II: aplicações no valor de R\$ 3.150,00.

Questão 7.26. (PCF/UnB/CESPE-97) A demonstração do resultado do exercício é a apresentação, em forma resumida, das operações realizadas pela empresa, durante o exercício social, demonstradas de forma a destacar o resultado líquido do período. Relativamente a esse assunto, julgue os itens a seguir.

- Na determinação do resultado do exercício, serão computadas apenas as receitas e os rendimentos efetivamente realizados em moeda, no período, assim como custos, despesas, encargos e perdas pagos, correspondentes às receitas e rendimentos.
- O resultado do período, antes das destinações para constituição das reservas e dividendos, deve ser registrado na conta de lucros ou prejuízos acumulados.
- As despesas financeiras, gerais, administrativas e com vendas devem ser demonstradas após a apuração do resultado operacional.
- Os impostos sobre as vendas, como IPI, ICMS e ISS, considerados como dedução da receita bruta, devem ser demonstrados após a apuração do lucro bruto.
- Os valores devedores de ajustes de exercícios anteriores, decorrentes de mudanças de critérios contábeis ou de efeitos de erros imputáveis a determinados exercícios anteriores, e que não possam ser atribuíveis a fatos subsequentes, devem ser contabilizados em despesas não-operacionais.

Questão 7.27. (ESAF/AFC-STN-2002) A Undécima S/A, firma de comércio de máquinas, vendeu uma de suas máquinas do ativo permanente, conseguindo obter R\$ 7.600,00, em três parcelas semestrais iguais.

A máquina vendida tinha uso normal desde primeiro de outubro de 1998 e vinha sofrendo depreciação anual à taxa constante de 12%, com resíduo de 20%, mas sem correção monetária.

Referida máquina fora comprada a vista por R\$ 12.500,00.

Ao contabilizar a operação de venda, que foi realizada em 30 de junho de 2002, o Contador, certamente, vai registrar no resultado não-operacional:

- perda líquida de R\$ 1.000,00
- perda líquida de R\$ 400,00
- ganho líquido de R\$ 500,00
- ganho líquido de R\$ 725,00
- ganho líquido de R\$ 2.100,00

Questão 2.28. (AFRF/2002–ESAF) As contas abaixo representam um grupo de receitas e despesas que, embora distribuídas aqui aleatoriamente, compõem a demonstração do resultado do exercício da empresa Boapermuta S/A.

Receitas não-operacionais	R\$ 2.000,00
Provisão para contribuição social	10%
Juros recebidos	R\$ 1.500,00
Depreciação	R\$ 700,00
Participação de administradores	5%
Impostos e taxas	R\$ 500,00
Propaganda e publicidade	R\$ 1.800,00
Vendas canceladas	R\$ 20.000,00
PIS/PASEP	1%
Despesas bancárias	R\$ 800,00
Estoque inicial	R\$ 30.000,00
Comissões sobre vendas de mercadorias	R\$ 3.000,00
Descontos incondicionais concedidos	R\$ 20.000,00
Estoque final	R\$ 37.000,00
Descontos condicionais concedidos	R\$ 2.000,00
Participação de partes beneficiárias	5%
Juros pagos	R\$ 500,00
Vendas de mercadorias	R\$ 100.000,00
COFINS	2%
Salários e encargos	R\$ 3.000,00
Água e energia	R\$ 200,00
Provisão para imposto de renda	15%
Compras de mercadorias	R\$ 50.000,00
ICMS s/ compras e vendas	12%
Descontos obtidos	R\$ 15.000,00

Ordenando-se as contas acima, adequadamente e em conformidade com as regras de elaboração da demonstração do resultado do exercício, vamos encontrar:

- receita líquida de vendas de R\$ 48.000,00;
- lucro operacional bruto de R\$ 4.000,00;
- lucro operacional líquido de R\$ 15.000,00;
- lucro líquido antes da contribuição social e do imposto de renda de R\$ 20.000,00;
- lucro líquido do exercício de R\$ 13.500,00.

Questão 7.29. (ESAF/AFC-STN-2002) A empresa Nove Adm S/A, ao encerrar o exercício social, apurou o Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido no valor de R\$ 20.000,00.

Em seguida, calculou: a Provisão de 30% para o Imposto de Renda, encontrando R\$ 6.000,00; e a participação de empregados no lucro, encontrando R\$ 1.200,00.

Calculou, ainda, sobre a base correta, a participação de Administradores e a Contribuição Social sobre o Lucro, ambas à taxa de 10%.

Feitos estes cálculos, segundo a Lei nº 6.404/76, o lucro líquido do exercício a ser indicado na linha final da Demonstração do Resultado do Exercício será de:

- R\$ 9.720,00
- R\$ 10.240,00
- R\$ 10.260,00
- R\$ 10.320,00
- R\$ 10.368,00

Questão 7.30. (AFRF/2002–ESAF) A empresa Zucata S/A, que negocia com máquinas usadas, em 30 de abril, promoveu a venda dos seguintes itens:

- um trator de seu estoque de vendas, vendido por R\$ 35.000,00;
- um *jeep* de seu imobilizado, vendido por R\$ 25.000,00; e
- um imóvel de sua propriedade, vendido por R\$ 70.000,00.

A operação de venda não sofrerá nenhum gravame fiscal, a não ser de imposto de renda sobre eventuais lucros, ao fim do ano, que serão calculados naquela ocasião.

Os dados para custeamento da transação foram os seguintes:

–o trator foi adquirido por R\$ 28.000,00, tem vida útil de 10 (dez) anos e já estava na empresa há dois anos e meio;

–o *jeep* foi adquirido por R\$ 20.000,00, tem vida útil de 8 (oito) anos e já estava na empresa há 2 (dois) anos;

–o imóvel foi adquirido por R\$ 80.000,00, tem uma edificação equivalente a 40% do seu valor, com vida útil estimada em 25 (vinte e cinco) anos e já estava na empresa há 10 (dez) anos.

Considerando essas informações, podemos afirmar que, na operação de venda, a Zucata alcançou um lucro global de:

- a) R\$ 26.200,00; d) R\$ 19.800,00;
- b) R\$ 26.000,00; e) R\$ 14.000,00.
- c) R\$ 21.000,00;

Questão 7.31. (TRF–2002–ESAF) A nossa Empresinha de Compras realizou as cinco operações abaixo, no prazo de uma semana.

- 1 – comprou objetos por R\$ 2.000,00, pagando 30% de entrada;
- 2 – pagou a conta de luz, vencida no mês passado, no valor de R\$ 95,00;
- 3 – vendeu 2/4 dos objetos por R\$ 800,00, recebendo 40% de entrada;
- 4 – registrou a conta de luz do mês (R\$ 80,00), para pagamento no mês seguinte; e
- 5 – vendeu, à vista, o resto dos objetos comprados, por R\$ 1.300,00.

A contabilização obedece aos princípios fundamentais da Contabilidade; as operações de compra e venda não sofreram tributação; não houve outras transações no mês.

O registro contábil desses fatos, se corretamente lançados, evidenciará o seguinte resultado do mês:

- a) R\$ 5,00 (lucro); d) R\$ 100,00 (lucro);
- b) R\$ 20,00 (lucro); e) R\$ 155,00 (prejuízo).
- c) R\$ 75,00 (prejuízo);

Questão 7.32. (BACEN/2001–ESAF) A Cia. RentaLucra apresentou a seguinte composição em seu balanço, encerrado em 31 de dezembro de 2000, com indicação também dos saldos anteriores:

Componentes	saldo em 31.12.99	saldo em 31.12.00
Disponibilidades	1.000,00	850,00
Valores a receber	2.500,00	2.000,00
Estoques	2.000,00	9.400,00
Imobilizado	1.100,00	2.000,00
Empréstimos bancários	2.700,00	2.850,00
Dividendos a pagar	1.200,00	3.500,00
Salários a pagar	300,00	400,00
Participações a pagar	200,00	350,00
Provisão p/imposto de renda	0,00	600,00
Capital social	2.000,00	2.000,00
Reserva legal	0,00	150,00
Reserva estatutária	0,00	300,00
Reserva de contingências	500,00	400,00
Lucros (prejuízos) acumulados	(300,00)	3.700,00

Sabe-se que, durante o exercício de 2000, foram pagos os salários e as participações no lucro de 1999, que estavam atrasados, mas não foram quitados os dividendos anteriores.

Baseados nos dados e nas informações acima, podemos afirmar que o lucro líquido antes do imposto de renda, apresentado na DRE (demonstração do resultado do exercício) de 2000 dessa empresa, expressou o valor de:

- a) R\$4.350,00; d) R\$7.650,00;
 b) R\$4.850,00; e) R\$8.150,00.
 c) R\$7.600,00;

Questão 7.33. (MPOG-ESAF/2001) Classifica-se como conta de resultado:

- a) Subvenção para Custeio
 b) Prejuízos Acumulados
 c) Dividendos a Distribuir
 d) Amortização Acumulada de Bens Intangíveis
 e) Conta Corrente de ICMS

Questão 7.34. (ICMS-MS-2001) A Cia. RentaLucra apresentou a seguinte composição em seu balanço encerrado em 31 de dezembro do ano 2000:

Componentes	saldo(R\$) em 31.12.00
Bens Numerários	3.000,00
Duplicatas a Receber	9.000,00
Provisão p/Devedores Duvidosos	2.700,00
Empréstimos a Coligadas	1.500,00
Despesas Antecipadas	1.050,00
Estoques	14.100,00
Ações de Coligadas	5.295,00
Imobilizado	7.050,00
Duplicatas Descontadas	3.000,00
Empréstimos Bancários (LP)	3.000,00
Dividendos a Pagar	2.325,00
Contas a Pagar	5.700,00
Provisão p/Imposto de Renda	3.150,00
Capital Social	7.815,00
Reservas de Lucros	2.850,00
Reservas de Capital	9.480,00
Lucros (Prejuízos) Acumulados	975,00

Observações:

1 – Sabe-se que no Grupo Patrimônio Líquido, em 01/01/2000, existiam os seguintes saldos:

Capital Social R\$ 7.815,00

Reservas de Capital R\$ 9.480,00

Prejuízos Acumulados R\$ 5.400,00

2 – Os dividendos a pagar são todos oriundos da destinação do resultado obtido em 31 de dezembro de 2000.

Baseados nos dados e informações acima, podemos afirmar que o Lucro Líquido antes do Imposto de Renda, apresentado na DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) de 2000 dessa empresa, expressou o valor de

- a) R\$ 20.175,00
 b) R\$ 19.200,00
 c) R\$ 17.850,00
 d) R\$ 14.700,00
 e) R\$ 9.300,00

Questão 7.35. (Esaf/AFRF-2003) A firma Rinho Ltda. apresenta as seguintes rubricas vinculadas ao resultado do exercício:

COFINS	R\$ 180,00
Custo da Mercadoria Vendida	R\$ 2.800,00
Despesas Financeiras	R\$ 600,00
ICMS s/ Vendas	R\$ 720,00
PIS s/ Faturamento	R\$ 60,00
Receita Operacional Bruta	R\$ 6.000,00
Salários e Ordenados	R\$ 1.000,00

Com base nos dados apresentados, pode-se dizer que a empresa apresenta:

- a) Receita Líquida de Vendas R\$ 5.280,00
- b) Receita Líquida de Vendas R\$ 2.240,00
- c) Lucro Operacional Bruto R\$ 5.040,00
- d) Lucro Operacional Líquido R\$ 2.240,00
- e) Lucro Operacional Líquido R\$ 640,00

Questão 7.36. (AFRF/2002/ESAF) A Companhia Capcap de Negócios apresenta os seguintes valores relacionados ao capital próprio:

Capital autorizado	R\$ 100.000,00
Capital subscrito	R\$ 90.000,00
Capital integralizado	R\$ 70.000,00
Lucros acumulados	R\$ 20.000,00
Reserva de ágio na venda de ações	R\$ 19.000,00
Reserva para contingências	R\$ 17.000,00
Reserva de correção monetária	R\$ 16.000,00
Reservas estatutárias	R\$ 15.000,00
Reservas para investimento	R\$ 14.000,00
Reserva legal	R\$ 13.000,00
Reserva de reavaliação	R\$ 12.000,00

Agrupando corretamente os títulos acima, encontraremos:

- a) capital social no valor de R\$ 100.000,00;
- b) capital a realizar no valor de R\$ 30.000,00;
- c) reservas de lucros no valor de R\$ 59.000,00;
- d) reservas de capital no valor de R\$ 47.000,00;
- e) patrimônio líquido no valor de R\$ 216.000,00.

Questão 7.38. (Esaf/AFC-2002) O patrimônio da Indústria Luzes & Velas é constituído pelos elementos que abaixo apresentamos com valores apurados em 30 de setembro.

Bens fixos	R\$ 2.100,00
Notas Promissórias emitidas	R\$ 600,00
Débitos de Funcionamento	R\$ 900,00
Créditos de Financiamento	R\$ 600,00
Bens de Venda	R\$ 900,00
Créditos de Funcionamento	R\$ 1.200,00
Bens Numerários	R\$ 450,00
Bens de Renda	R\$ 750,00
Débitos de Financiamento	R\$ 300,00
Reservas de Lucros	R\$ 750,00
Reservas de Capital	R\$ 1.800,00

Sabendo-se que essa empresa apresenta lucros acumulados correspondentes a 25% do valor do capital de terceiros, podemos afirmar que o valor do seu Capital Social é

- a) R\$ 4.200,00
- b) R\$ 3.000,00
- c) R\$ 2.550,00
- d) R\$ 1.800,00
- e) R\$ 1.200,00

Questão 7.39. (ESAF-CVM/2001) Comparando-se o conceito do ativo permanente diferido com o das despesas antecipadas, pode-se dizer que:

- a) o diferido é formado por despesas já incorridas e não-pagas que afetam exclusivamente o passivo circulante;
- b) as despesas antecipadas são formadas por despesas incorridas e não-pagas que afetam o passivo circulante e o exigível de longo prazo;
- c) as despesas antecipadas registram despesas pagas e não-incorridas e o diferido é formado por despesas já incorridas;
- d) as despesas antecipadas alteram o resultado não-operacional e o diferido, o resultado operacional;
- e) o diferido afeta os resultados do exercício, através de amortizações baseadas em estimativas, e as despesas antecipadas, quando são pagas.

Questão 7.40. (PCF/UnB/CESPE-97) Do patrimônio resulta o patrimônio líquido, mediante a equação considerada como básica na contabilidade: $(\text{bens} + \text{direitos}) - (\text{obrigações}) = \text{patrimônio líquido}$. Esses componentes básicos patrimoniais podem ser denominados de ativos (bens + direitos), passivos (obrigações) e patrimônio líquido, sendo que todos os elementos patrimoniais devem ter contas correspondentes para representá-los, possibilitando os registros a débito e a crédito e a apuração dos respectivos saldos.

Relativamente a esse assunto, julgue os itens a seguir.

1. As aplicações temporárias em ouro devem ser classificadas no grupo de investimentos, como subgrupo do ativo permanente.
2. A depreciação de terrenos é utilizada com a finalidade de distribuir o custo do capital neles aplicado ao longo de sua vida economicamente útil, abrangendo diversos períodos contábeis de apuração de resultado, e o saldo acumulado deve ser demonstrado em conta redutora do ativo, com saldo devedor.
3. Marcas, direitos e patentes industriais devem ser classificados no ativo diferido.
4. As debêntures emitidas pelas empresas com cláusula de conversibilidade em ações, inclusive juros e participações, devem ser classificadas no passivo circulante ou exigível a longo prazo.
5. As provisões para resgate de partes beneficiárias com prazo superior a 2 (dois) anos devem ser classificadas no passivo exigível a longo prazo.

Questão 7.41. (Esaf/AFC-2002) Entre as cinco opções, assinale aquela que contém uma afirmativa correta.

- a) No Ativo Circulante são classificados, entre outros, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as despesas do exercício seguinte ao balanço.
- b) No Ativo Realizável a Longo Prazo são classificados, entre outros, os bens e direitos realizáveis após o término do exercício seguinte ao balanço e os bens e direitos oriundos dos negócios realizados por controladas, coligadas, proprietários, sócios, acionistas e diretores.
- c) Em investimentos, no Ativo Permanente, são classificados as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza que não se destinem à manutenção da atividade da empresa.
- d) No Ativo Diferido são classificadas, entre outras, as contas representativas das aplicações de recursos que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social.
- e) Como reservas de capital, no Patrimônio Líquido, são classificados, entre outros, os valores recebidos a título de ágio na subscrição de ações de coligadas, que ultrapassarem a importância destinada à formação do capital social.

Questão 7.42. (ESAF/AFTN-1994/setemb.) Balancete em 31.12.93 (em R\$ 1,00)

Bancos	10
Caixa	20
Capital	500
Clientes	350
Correção monetária de balanço	150
Custo de mercadorias vendidas	300
Depreciações acumuladas	50
Despesas comerciais	70
Despesas financeiras	10
Despesas tributárias	10
Fornecedores	180
Imóveis	80
Impostos incidentes sobre vendas	200
Juros ativos	40
Máquinas	30
Mercadorias	620
Reserva correção monetária capital	70
Reserva de lucros	60
Reserva legal	100
Salários a pagar	50
Veículos	200
Vendas	1000

OBS.: As bases de cálculo da contribuição social sobre o lucro e do imposto de renda (PJ) foram negativas.

Considerando os dados acima, podemos afirmar que o valor levado à conta de reserva legal, na distribuição de resultados do balanço de 31.12.93, foi de:

- a) zero; d) R\$ 14,00;
 b) R\$ 15,00; e) R\$ 13,00.
 c) R\$ 20,00;

Questão 7.43. (Esaf/AFC-2002) A Empresa Oficial de Mercancia, em 31/12/01 elaborou o seguinte balancete de verificação:

Ações em Tesouraria	R\$ 1.000,00
Ações de Coligadas	R\$ 1.500,00
Adiantamentos a Fornecedores	R\$ 600,00
Adiantamentos de Clientes	R\$ 300,00
Bancos c/ Movimento	R\$ 1.200,00
Capital a Integralizar	R\$ 4.000,00
Capital Social	R\$15.000,00
Clientes	R\$ 2.800,00
Duplicatas Descontadas	R\$ 800,00
Duplicatas a Receber	R\$ 2.000,00
Fornecedores	R\$ 6.000,00
Impostos a Recolher	R\$ 600,00
Juros Ativos	R\$ 300,00
Juros Ativos a Receber	R\$ 110,00
Juros Ativos a Vencer	R\$ 100,00
Juros Passivos	R\$ 200,00
Lucros Acumulados	R\$ 300,00
Material de Consumo	R\$ 500,00
Mercadorias	R\$ 3.000,00
Móveis e Utensílios	R\$ 5.500,00
Provisão de Férias	R\$ 400,00

Provisão para Imposto de Renda	R\$ 1.800,00
Provisão p/ Perdas Investimentos	R\$ 700,00
Reserva Legal	R\$ 800,00
Seguros a Vencer	R\$ 190,00
Veículos	R\$ 4.500,00

Ao elaborar o balanço patrimonial, a empresa certamente encontrará

- a) Passivo Circulante de R\$ 8.300,00
- b) Ativo Circulante de R\$ 8.700,00
- c) Patrimônio Líquido de R\$ 11.100,00
- d) Ativo Permanente de R\$ 11.800,00
- e) Ativo Total de R\$ 20.400,00

Questão 7.44. (AFRF/2002/ESAF) Assinale a opção que apresenta uma afirmativa incorreta.

- a) Reservas de capital representam, genericamente, acréscimo ao patrimônio líquido que não transita pela conta de resultado da companhia nem é proveniente de reavaliação de ativos.
- b) Reservas de lucros representam, genericamente, a retenção de parcelas provenientes de ganhos, com o objetivo de preservar o patrimônio líquido de uma sociedade.
- c) A depreciação dos bens representa a diminuição de seu valor, em consequência do desgaste pelo uso, ação da natureza ou obsolescência.
- d) Reservas de lucros representam, genericamente, a retenção de parcelas provenientes dos ganhos da entidade, com o objetivo de preservar o patrimônio líquido para posterior destinação.
- e) Um imóvel que a diretoria não tem intenção de vender e que é alugado a terceiros, por não ter emprego na exploração da atividade da empresa, deve ser classificado como ativo permanente imobilizado.

Questão 7.45. (AFRF/2002–ESAF) A firma Comércio Livre Ltda. apurou os seguintes valores, em 31.12.01:

Depósito no banco	R\$ 150,00
Salários do mês	R\$ 620,00
Comissões ativas	R\$ 450,00
Títulos a receber	R\$ 900,00
Aluguéis passivos	R\$ 600,00
Produtos para venda	R\$ 750,00
Equipamentos	R\$ 1.000,00
Serviços prestados a prazo	R\$ 1.500,00
Capital inicial	R\$ 2.650,00
Duplicatas a pagar	R\$ 2.200,00
Lucros anteriores	R\$ 120,00
Casa e terrenos	R\$ 1.350,00
Receitas de vendas	R\$ 1.000,00
Impostos atrasados	R\$ 450,00

Ao elaborar balancete de verificação e o balanço patrimonial com fulcro nas contas e saldos acima, a empresa encontrará:

- a) saldos devedores, no valor de R\$ 5.650,00;
- b) ativo circulante, no valor de R\$ 2.250,00;
- c) passivo circulante, no valor de R\$ 4.150,00;
- d) ativo permanente, no valor de R\$ 2.950,00;
- e) patrimônio líquido, no valor de R\$ 3.000,00.

Questão 7.46. (AFRF/2002–ESAF) A empresa Livre Comércio Ltda. realizou as seguintes operações, ao longo do mês de setembro de 2001:

- I. venda, à vista, de mercadorias por R\$ 300,00, com lucro de 20% sobre as vendas;
- II. pagamento de duplicatas de R\$ 100,00, com juros de 15%;
- III. prestação de serviços por R\$ 400,00, recebendo, no ato, apenas 40%; e
- IV. pagamento de títulos vencidos, no valor de R\$ 200,00, com desconto de 10%.

Analisando as operações acima listadas, podemos afirmar que, em decorrência delas:

- a) o ativo recebeu débitos de R\$ 460,00;
- b) o ativo aumentou em R\$ 165,00;
- c) o patrimônio líquido aumentou em R\$ 460,00;
- d) o passivo recebeu créditos de R\$ 300,00;
- e) o passivo diminuiu em R\$ 335,00.

Questão 7.47. (AFRF/2002–ESAF) A Cia. Faunix & Florix, ao fim do ano de 2001, demonstrava o seguinte patrimônio líquido:

Capital social	R\$ 50.000,00
Reserva de subvenção para investimentos	R\$ 2.000,00
Reserva de reavaliação	R\$ 3.000,00
Reserva estatutária	R\$ 4.000,00
Reserva legal	R\$ 8.000,00

O lucro líquido apurado no exercício foi de R\$ 60.000,00, após a destinação planejada, exceto a constituição de reservas.

Agora, para seguir as regras e os preceitos atinentes à espécie, a Contabilidade deverá contabilizar uma reserva legal de:

- a) R\$ 3.000,00;
- b) R\$ 2.500,00;
- c) R\$ 2.000,00;
- d) R\$ 1.000,00;
- e) R\$ 0,00.

Questão 7.48. (TRF–2002–ESAF) O patrimônio da Empresa Alvas Flores, em 31.12.01, era composto pelas seguintes contas e respectivos saldos, em valores simbólicos:

Caixa	R\$ 100,00
Capital social	R\$ 350,00
Empréstimos obtidos LP	R\$ 150,00
Bancos c/movimento	R\$ 200,00
Lucros acumulados	R\$ 200,00
Fornecedores	R\$ 100,00
Contas a receber	R\$ 100,00
Empréstimos concedidos LP	R\$ 100,00
Dividendos a pagar	R\$ 150,00
Duplicatas emitidas	R\$ 800,00
Notas promissórias emitidas	R\$ 500,00
Adiantamento de clientes	R\$ 200,00
Impostos a pagar	R\$ 50,00
Equipamentos	R\$ 100,00
Clientes	R\$ 450,00
Reserva legal	R\$ 100,00
Mercadorias	R\$ 500,00
Notas promissórias aceitas	R\$ 250,00
Duplicatas aceitas	R\$ 1.000,00
Patentes	R\$ 200,00

A representação gráfica do patrimônio que acima se compõe evidenciará um ativo total no valor de:

- a) R\$ 2.400,00;
- b) R\$ 2.600,00;
- c) R\$ 2.800,00;
- d) R\$ 2.850,00;
- e) R\$ 3.050,00.

Questão 7.49. (AFC–2002–ESAF) O patrimônio da Indústria Luzes & Velas é constituído pelos elementos que abaixo apresentamos, com valores apurados em 30 de setembro:

Bens fixos	R\$ 2.100,00
Notas promissórias emitidas	R\$ 600,00
Débitos de funcionamento	R\$ 900,00
Créditos de financiamento	R\$ 600,00
Bens de venda	R\$ 900,00
Créditos de funcionamento	R\$ 1.200,00
Bens numerários	R\$ 450,00
Bens de renda	R\$ 750,00
Débitos de financiamento	R\$ 300,00
Reservas de lucros	R\$ 750,00
Reservas de capital	R\$ 1.800,00

Sabendo-se que essa empresa apresenta lucros acumulados correspondentes a 25% do valor do capital de terceiros, podemos afirmar que o valor do seu capital social é:

- a) R\$ 4.200,00; d) R\$ 1.800,00;
 b) R\$ 3.000,00; e) R\$ 1.200,00.
 c) R\$ 2.550,00;

Questão 7.50. (AFC–2002–ESAF) Entre as cinco opções, assinale aquela que contém uma afirmativa correta.

- a) No ativo circulante são classificados, entre outros, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as despesas do exercício seguinte ao balanço.
 b) No ativo realizável a longo prazo são classificados, entre outros, os bens e direitos realizáveis após o término do exercício seguinte ao balanço e os bens e direitos oriundos dos negócios realizados por controladas, coligadas, proprietários, sócios, acionistas e diretores.
 c) Em investimentos, no ativo permanente, são classificados as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, que não se destinem à manutenção da atividade da empresa.
 d) No ativo diferido são classificadas, entre outras, as contas representativas das aplicações de recursos que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social.
 e) Como reservas de capital, no patrimônio líquido, são classificados, entre outros, os valores recebidos a título de ágio, na subscrição de ações de coligadas, que ultrapassarem a importância destinada à formação do capital social.

Questão 7.51. (AFC–2002–ESAF) A Empresa Oficial de Mercancia, em 31/12/01, elaborou o seguinte balancete de verificação:

Ações em tesouraria	R\$ 1.000,00
Ações de coligadas	R\$ 1.500,00
Adiantamentos a fornecedores	R\$ 600,00
Adiantamentos de clientes	R\$ 300,00
Bancos c/ movimento	R\$ 1.200,00
Capital a integralizar	R\$ 4.000,00
Capital social	R\$ 15.000,00
Clientes	R\$ 2.800,00
Duplicatas descontadas	R\$ 800,00
Duplicatas a receber	R\$ 2.000,00
Fornecedores	R\$ 6.000,00
Impostos a recolher	R\$ 600,00
Juros ativos	R\$ 300,00
Juros ativos a receber	R\$ 110,00
Juros ativos a vencer	R\$ 100,00
Juros passivos	R\$ 200,00
Lucros acumulados	R\$ 300,00
Material de consumo	R\$ 500,00

Mercadorias	R\$ 3.000,00
Móveis e utensílios	R\$ 5.500,00
Provisão de férias	R\$ 400,00
Provisão para imposto de renda	R\$ 1.800,00
Provisão p/ perdas investimentos	R\$ 700,00
Reserva legal	R\$ 800,00
Seguros a vencer	R\$ 190,00
Veículos	R\$ 4.500,00

Ao elaborar o balanço patrimonial, a empresa certamente encontrará:

- a) passivo circulante de R\$ 8.300,00;
- b) ativo circulante de R\$ 8.700,00;
- c) patrimônio líquido de R\$ 11.100,00;
- d) ativo permanente de R\$ 11.800,00;
- e) ativo total de R\$ 20.400,00.

Questão 7.52. (CESPE/PERITO-PF-97) As demonstrações financeiras são elaboradas para cumprir as obrigações societárias das empresas, com a finalidade de dar conhecimento aos interessados sobre a sua situação econômica-financeira e permitir uma série de decisões sobre investimentos, gerenciamento de recursos, direitos trabalhistas, dividendos e outras. Os objetivos principais a serem atingidos na divulgação são os relativos à informação não-enganosa, clara e concisa, de maneira a dar representatividade às demonstrações, para que sirvam de instrumentos valiosos a orientar as decisões a serem tomadas com base nela. Relativamente a esse tema, julgue os seguintes itens.

- ① A Lei das Sociedades por Ações determina a obrigatoriedade de divulgação do montante do lucro ou prejuízo líquido por ação do capital social da companhia, mais comumente denominado lucro por ação, na demonstração do resultado do exercício
- ② A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados ganha relevância em razão do dividendo obrigatório das sociedades por ações e pela possibilidade de segregar parcelas do lucro do exercício para a formação da reserva de lucros a realizar e reservas de contingências, as quais estarão sujeitas à incidência do dividendo obrigatório no futuro, quando forem revertidas para lucros ou prejuízos acumulados.
- ③ A demonstração das mutações do patrimônio líquido, que é de muita utilidade, pois fornece a movimentação ocorrida durante o exercício nas diversas contas componentes do patrimônio líquido, deve ser preparada também de forma obrigatória por todas as sociedades constituídas sob a égide da Lei das Sociedades por Ações.
- ④ A demonstração das origens e aplicações de recursos deve evidenciar as movimentações patrimoniais ocorridas no exercício social, dando ênfase a todos os valores de ingresso e saída de recursos de curto prazo, afetando, por consequência, os elementos não-circulantes.
- ⑤ As demonstrações financeiras serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para o esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício, referindo-se, por exemplo, aos investimentos em outras sociedades, quando relevantes.

Questão 7.53. (AFC-2002-ESAF) Ao encerrar o resultado do exercício de 2001, a Cia. De Sal & Sol apurou um lucro de R\$ 85.000,00, após fazer as provisões para o imposto de renda e para a contribuição social sobre o lucro.

A empresa deverá mandar contabilizar a destinação desse lucro para:

- participações estatutárias, o valor de R\$ 5.000,00;
- reservas estatutárias, o valor de 10% sobre o lucro;
- reserva legal, o valor de R\$ 4.000,00;
- dividendo mínimo obrigatório sobre o lucro, o valor de R\$ 20.000,00.

Com base nas informações acima, pode-se afirmar que o valor destinado às reservas estatutárias deverá ser de:

- a) R\$ 5.600,00;
- b) R\$ 6.000,00;
- c) R\$ 7.600,00;
- d) R\$ 8.000,00;
- e) R\$ 8.500,00.

Questão 7.54. (BACEN-2001-ESAF) No balancete de 31 de outubro de 2000, o Banco Bom S/A apresentava a conta ações em tesouraria com saldo devedor de R\$115.000,00, constituído pelo custo de aquisição de suas próprias ações, adquiridas em operação realizada no dia 5 do mesmo mês.

No mesmo dia 31 de outubro, o Banco conseguiu vender metade dessas ações, à vista, por R\$72.000,00.

Segundo as regras do COSIF, o lucro obtido na transação deve ser registrado a crédito de:

- a) reservas de lucro;
- b) outras reservas de capital;
- c) capital social;
- d) receitas não-operacionais;
- e) ações em tesouraria.

Questão 7.55. (MPOG-ESAF/2001) De acordo com a legislação brasileira,

- a) os bens arrendados utilizados pela arrendatária integram seu Ativo.
- b) o fundo de comércio que a empresa vai acumulando ao longo de sua existência não é registrado em seu Ativo.
- c) as partes beneficiárias atribuídas gratuitamente pela companhia classificam-se no seu Patrimônio Líquido.
- d) os tributos devidos cujo valor esteja sendo questionado pela empresa não podem figurar em seu Passivo.
- e) as ações da própria companhia, adquiridas e mantidas em tesouraria, devem ser classificadas no seu Ativo.

Questão 7.56. (CESPE/PERITO-PF-97) Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio e as mutações ocorridas no exercício. Julgue os itens abaixo, relativos a demonstrações financeiras.

- ① As demonstrações de cada exercício serão publicadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações de dois exercícios anteriores.
- ② Nas demonstrações, as contas semelhantes poderão ser agrupadas; os pequenos saldos poderão ser agregados, desde que indicada a sua natureza e não ultrapassem a dois décimos do valor do respectivo grupo de contas.
- ③ As demonstrações financeiras registrarão a destinação dos lucros segundo a proposta dos órgãos da administração, no pressuposto de sua aprovação pela assembléia geral.
- ④ As demonstrações financeiras do exercício em que houver modificação de métodos ou critérios contábeis, de efeitos relevantes, deverão indicá-la em nota explicativa e ressaltar esses efeitos.
- ⑤ No ativo, as contas serão dispostas em ordem crescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados.

Questão 7.57. (ICMS-MS-2001) De acordo com a legislação vigente sobre classificação contábil, os empréstimos tomados de empresas coligadas ou controladas, com vencimento para 120 dias, devem ser classificados no Grupo Patrimonial

- a) Ativo Circulante
- b) Passivo Circulante
- c) Ativo Realizável a Longo Prazo
- d) Passivo Exigível a Longo Prazo
- e) Ativo Permanente – Investimentos

Questão 7.58. (ICMS-MS-2001) A Azienda é uma microempresa do ramo comercial.

Suas contas, exceto a conta Lucros (ou Prejuízos) Acumulados, apresentam os seguintes saldos:

Capital	R\$ 800,00
Empréstimos Bancários	R\$ 2.000,00
Impostos a Recolher	R\$ 120,00
Impostos e Taxas	R\$ 150,00
Juros Ativos	R\$ 250,00
Mercadorias	R\$ 1.200,00
Caixa	R\$ 800,00
Salários e Ordenados	R\$ 320,00
Receita de Vendas	R\$ 950,00
Custo das Vendas	R\$ 900,00

Por ocasião do encerramento do exercício, contabilizando-se os resultados sem nenhuma tributação ou distribuição, poderemos confirmar quatro das assertivas abaixo. Assinale a única que não está correta.

- a) Capital Alheio: valor de R\$ 2.120,00
- b) Capital Próprio: valor de R\$ 800,00
- c) Passivo a Descoberto: valor de R\$ 120,00
- d) Prejuízos Acumulados: valor de R\$ 920,00
- e) Prejuízo do Exercício: valor de R\$ 170,00

Questão 7.59. (CESPE/PERITO-PF-97) Do patrimônio resulta o patrimônio líquido, mediante a equação considerada como básica na contabilidade: (bens + direitos) – (obrigações) = patrimônio líquido. Esses componentes básicos patrimoniais podem ser denominados de ativos (bens + direitos), passivos (obrigações) e patrimônio líquido, sendo que todos os elementos patrimoniais devem ter contas correspondentes para representá-los, possibilitando os registros a débito e a crédito e a apuração dos respectivos saldos. Relativamente a esse assunto, julgue os itens a seguir.

- ① As aplicações temporárias em ouro devem ser classificadas no grupo de investimentos, como subgrupo do ativo permanente.
- ② A depreciação de terrenos é utilizada com a finalidade de distribuir o custo do capital neles aplicado ao longo de sua vida economicamente útil, abrangendo diversos períodos contábeis de apuração de resultado, e o saldo acumulado deve ser demonstrado em conta redutora do ativo, com saldo devedor.
- ③ Marcas, direitos e patentes industriais devem ser classificados no ativo diferido.
- ④ As debêntures emitidas pelas empresas com cláusula de conversibilidade em ações, inclusive juros e participações, devem ser classificadas no passivo circulante ou exigível a longo prazo.
- ⑤ As provisões para resgate de partes beneficiárias com prazo superior a dois anos devem ser classificadas no passivo exigível a longo prazo.

Questão 7.60. (ESAF-CVM/2001) Na demonstração das origens e aplicações de recursos, as depreciações de ativos, realizadas durante o exercício social, são consideradas:

- a) grupo de origens de recursos;
- b) grupo de aplicações de recursos;
- c) acréscimo ao lucro líquido do exercício;
- d) redução do lucro líquido do exercício;
- e) valor não considerado na sua apresentação.

Questão 7.61. A Impa S/A publicou o seguinte extrato do Balanço/ X2 comparativamente com o X1:

CONTAS	X1	X2
Caixa	14.000	16.000
Bancos	37.000	41.000
Estoques	17.000	12.000
Clientes (12m)	23.000	36.000
Clientes (24m)	11.000	9.000
Equipamentos	40.000	40.000
Depreciação Acumulada	(8.000)	(10.000)
Total	134.000	144.000
Fornecedores	55.000	83.500
Salários a Pagar	1.000	1.500
Impostos a Recolher	2.000	3.000
Financiamentos	-	11.500
Financiamentos (LP)	40.000	34.500
Capital	20.000	29.000
Reserva de Capital	4.000	-
Reservas de Lucros	2.000	-
Lucros Acumulados	10.000	(19.000)
Total	134.000	144.000

Informações adicionais:

- a) Ao longo do exercício social de X2, foram capitalizadas as Reservas de Capital no valor de R\$ 4.000,00;
- b) Variações Monetárias Passivas:
 - Financiamentos (CP) = 1.500
 - Financiamentos (LP) = 4.500

Solicita-se:

- a) Prejuízo Líquido Ajustado;
- b) Origem de recursos;
- c) Aplicação de recursos; e
- d) Variação CCL.

Questão 7.62

AC	
Disponível	13.000
Aplicações Financeiras	8.000
Clientes	90.000
Estoques	26.000
ARLP	
Aplicações Financeiras	19.000
AP	
Imóveis	80.000
Depreciação Acumulada	(4.000)
Equipamentos	50.000
Depreciação Acumulada	(3.000)
Desp. Pré-operacionais	20.000
Amortização Acumulada	(2.000)
PC	
Fornecedores	34.000
PIR	48.000
Dividendos a Pagar	26.000
Financiamentos	18.000
PELP	
Financiamentos	72.000
REF	
Aluguéis Ativos a Vencer	3.000
P.L.	
Capital Social	20.000
Reservas de Capital	4.000
Reserva de Reavaliação	7.000
Reserva Legal	4.000
Reserva Estatutária	1.000
Reservas p/ Contingência	3.000
Lucros Acumulados	57.000

Informações adicionais:

- houve realização de Res. de Reavaliação no valor de R\$ 1.000,00;
- Receitas Financeiras:
 - Aplicações a CP = 400
 - Aplicações a LP = 900
- Despesas Financeiras:
 - Financiamentos de CP = 2.200
 - Financiamentos de LP = 8.800

Perguntas:

- a) Lucro Líquido Ajustado;
- b) Origem de recursos;
- c) Aplicações de recursos; e
- d) Variação CCL.

Questão 7.63. (AFC–2002–ESAF) A empresa Associety S/A, em 31/12/01, montou os balanços abaixo demonstrados sinteticamente e prontos para a evidenciação do capital de giro líquido.

C o n t a s	SalDOS	
	31/12/00	31/12/01
Caixa	R\$ 1.000,00	R\$ 800,00
Clientes	R\$ 1.200,00	R\$ 1.300,00
Estoques	R\$ 1.400,00	R\$ 1.200,00
Duplicatas a receber	R\$ 1.600,00	R\$ 1.650,00
Títulos a Receber Longo Prazo	R\$ 1.800,00	R\$ 2.000,00
Ações de Coligadas	R\$ 2.000,00	R\$ 1.700,00
Imóveis	R\$ 2.500,00	R\$ 3.500,00
Depreciação Acumulada	R\$ 400,00	R\$ 600,00
Dividendos a Pagar	R\$ 0,00	R\$ 350,00
Fornecedores	R\$ 2.000,00	R\$ 2.200,00
Duplicatas a Pagar	R\$ 1.200,00	R\$ 1.100,00
Títulos a Pagar Longo Prazo	R\$ 2.300,00	R\$ 1.500,00
Capital Social	R\$ 5.500,00	R\$ 5.500,00
Capital a Integralizar	R\$ 600,00	R\$ 100,00
Reserva Legal	R\$ 500,00	R\$ 600,00
Lucros Acumulados	R\$ 200,00	R\$ 400,00

Com base exclusivamente nas informações acima, pode-se dizer que a elaboração da demonstração de origens e aplicações de recursos – DOAR vai evidenciar:

- a) Redução do CCL, no valor de R\$ 450,00;
- b) Aumento do CCL, no valor de R\$ 700,00;
- c) Origens de recursos, no valor de R\$ 1.300,00;
- d) CCL atual, no valor de R\$ 2.000,00;
- e) Aplicações de recursos, no valor de R\$ 2.350,00.

Questão 7.64. (ESAF–CVM/2001) Observando um resumo da demonstração do resultado do exercício (DRE), publicada pela empresa Finan Cia., podemos ver que ela apurou lucro bruto de R\$ 5.000,00; lucro operacional de R\$ 2.100,00; resultado do exercício de R\$ 1.500,00, antes do imposto de renda; provisão para imposto de renda de R\$ 500,00 e lucro líquido do exercício, após o IR, de R\$ 1.000,00.

A empresa não tinha prejuízos acumulados, não constituiu reservas no exercício, nem sujeitou-se à contribuição social sobre o lucro.

Os procedimentos contábeis de praxe contabilizaram a distribuição do lucro, exclusivamente, destinando 20% para pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto em lei, 20% para pagamento de participação estatutária aos administradores e 20% para pagamento de participação estatutária aos empregados.

Após a contabilização, podemos constatar que a conta dividendos a pagar, que antes não tinha saldo, passou a ter saldo credor de:

- a) R\$ 120,00;
- b) R\$ 128,00;
- c) R\$ 160,00;
- d) R\$ 168,00;
- e) R\$ 200,00.

Questão 7.65. (PERITO CONTÁBIL – 2002/CESPE/Unb–PERITO)

Considerando a Lei das S.A. e as alterações nela recentemente introduzidas, julgue os itens a seguir.

1. O dividendo mínimo obrigatório de uma S.A., caso o estatuto seja omissivo, será de 50% do lucro líquido do exercício, deduzido da reserva legal e da reserva de contingências e acrescido da reversão da reserva de contingências que tiver sido realizada.
2. Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e não tiverem sido absorvidos por prejuízos, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado, após a realização.
3. O resultado líquido positivo da equivalência patrimonial não é base para a formação da reserva de lucros a realizar.
4. Nenhuma companhia aberta pode distribuir dividendos em valor inferior ao mínimo obrigatório.
5. A reserva de contingências objetiva compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado.

CAPÍTULO 8 – OUTROS ASSUNTOS

Questão 8.1 (AFRF/98) - Contabilizado em seu Ativo Imobilizado, a empresa Reboq Ltda. possuía um guindaste, sobre o qual não foi contratado nenhum seguro e que, talvez por isso mesmo, sofreu um incêndio com perda total. Nada foi recuperado. No referido dia o Contador verificou que:

- o guindaste fora comprado por R\$ 50.000,00;
- dessa aquisição só foram pagos R\$ 45.000,00, restando ainda uma dívida de R\$ 5.000,00;
- já foi contabilizada uma correção monetária de R\$ 8.000,00;
- também já foi contabilizada uma depreciação de R\$ 3.000,00.

Feitos estes cálculos e os ajustes contábeis necessários, verifica-se que o incêndio do guindaste provocou a contabilização de uma despesa líquida não operacional, decorrente da perda total, no valor de:

- a) R\$ 47.000,00;
- b) R\$ 55.000,00;
- c) R\$ 53.000,00;
- d) R\$ 50.000,00;
- e) R\$ 58.000,00.

Questão 8.2 (AFRF/98) - A empresa Dona S/A possui capital social formado por 2 milhões de ações.

Nós, a empresa Sócia S/A, possuímos 30% desse capital e avaliamos o nosso investimento pelo método da Equivalência Patrimonial.

No fim do exercício social a empresa Dona S/A, tendo apurado lucro líquido de R\$300.000,00, resolveu contabilizar a distribuição de dividendos calculados em 40% deste lucro. O nosso Contador, ao ser comunicado deste fato, promoveu o seguinte lançamento no Diário da empresa Sócia S/A, para registrar o dividendo a ela distribuído:

a) Dividendos a Receber
a Investimentos Permanentes
- Ações da Empresa Dona S/A
Pelo valor que nos cabe como acionista R\$
36.000,00

b) Dividendos a Receber
a Receitas de Dividendos
Pelo valor que nos cabe como
Acionista R\$ 36.000,00

c) Investimentos Permanentes
- Ações da Empresa Dona S/A
a Receita da Equivalência Patrimonial
Pelo valor que nos cabe como
Acionista R\$ 90.000,00

d) Dividendos a Receber
a Receitas de Dividendos
Pelo valor que nos cabe como
Acionista R\$ 90.000,00

e) Equivalência Patrimonial
a Investimentos Permanentes
- Ações da Empresa Dona S/A
Pelo valor que nos cabe como
Acionista R\$ 90.000,00

Questão 8.3 (AFRF/98) - Feitos os lançamentos de encerramento para levantamento do Balanço Patrimonial, o Contador constatou que o saldo da conta de Resultado do Exercício apresentava saldo credor de R\$ 800.000,00.

Para encerrar esta conta, ele creditou Provisão p/ Imposto de Renda, em R\$180.000,00; Participação de Empregados em R\$12.000,00; Participação de Diretores em R\$10.000,00; e Lucros Acumulados pelo valor restante de R\$598.000,00.

Em Lucros Acumulados, após contabilizar Reserva Legal de R\$ 25.000,00; Reserva Estatutária de R\$50.000,00; Reversão de Reserva Estatutária de R\$10.000,00 e Reversão de Reserva de Contingências de R\$30.000,00, o Contador calculou o dividendo mínimo obrigatório fixado na Lei 6.404/76 (art. 202) à base de 30% como previsto nos Estatutos Sociais, encontrando o valor de:

- a) R\$ 180.900,00;
- b) R\$ 162.900,00;
- c) R\$ 168.900,00;
- d) R\$ 171.900,00;
- e) R\$ 156.900,00.

Questão 8.4 (AFRF/98) - A Cia. Bira & Bira foi constituída com capital de R\$ 750.000,00, por três sócias, que integralizaram suas ações como segue:

Amélia Macambira	R\$ 300.000,00
Beatriz Itabira	R\$ 150.000,00
Creuza Mambira	R\$ 300.000,00

Após determinado período, a empresa verificou que nas suas operações normais lograra obter lucros de R\$ 600.000,00, dos quais R\$ 150.000,00 foram distribuídos e pagos às sócias. Os restantes R\$450.000,00 foram reinvestidos na empresa na conta Reserva para Aumento de Capital, nada mais havendo em seu Patrimônio Líquido.

Nessa oportunidade, Beatriz Itabira decide retirar-se da sociedade, vendendo sua participação às duas outras sócias, com ágio de 20% sobre o valor patrimonial.

Considerando as informações acima fornecidas, podemos afirmar que a Sra. Beatriz Itabira deve receber pela venda de sua participação acionária o valor de

- a) R\$ 144.000,00;
- b) R\$ 36.000,00;
- c) R\$ 180.000,00;
- d) R\$ 288.000,00;
- e) R\$ 324.000,00.

Questão 8.5 (ICMS-SC/98) A Cia. Atenciosa presta serviços, situa-se em um país onde não há qualquer tipo de tributação e encerra seus exercícios a cada 31 de dezembro. Em suas atividades, a Cia. Atenciosa se vale de **ajustões** - um específico tipo de aparelho - e os registra na conta "Ajustões" no Ativo imobilizado (do Ativo Permanente). Os **ajustões** são os únicos ativos da Cia. Atenciosa que sofrem depreciação sendo, para tal, utilizada a taxa de 12,5% ao ano. Para fins desta Questão, não há fracionamento menor do que um mês de depreciação. A despesa com depreciação é mensalmente registrada, do mês em que ativados os ajustes e até (inclusive) o mês em que baixados.

Sabe-se que é de \$117,00 o saldo da conta "Despesa com Depreciação de Ajustoes" **imediatamente antes** dos lançamentos de apuração do resultado do exercício social de 1997. Tal valor é o total das "despesas com depreciação" incorridas em 1997 e decorrentes dos únicos **ajustões** que ela adquiriu até 31/dez./97 e dos quais ainda é proprietária em tal data. Em 31/dez./97, estes **ajustões** estão 9,375% depreciados.

Em 1º/mar./98, a Cia. Atenciosa comprou a vista **três novos ajustões** (mas iguais entre si). Além desta compra, nenhuma outra ocorre durante 1998 e, tampouco, qualquer baixa acontece em 1998.

Sabe-se que o saldo de 30/abr./98 da conta "Depreciação Acumulada de Ajustões" é de \$199,00.

Os três novos ajustes adquiridos pela Cia. Atenciosa em 1º/mar./98 lhe custaram

- a) \$ 1.440,00.
- b) \$ 82,00.
- c) \$ 960,00.
- d) \$ 480,00.
- e) \$ 2.880,00.

Questão 8.6 (TFC/2000) Um bem depreciable em 4 (quatro) anos, foi adquirido por R\$6.000,00, com pagamento contratado para 3 (três) anos, em parcelas iguais.

No fim do segundo ano de uso desse bem, a empresa terá um encargo de depreciação no valor de:

- a) R\$ 4.000,00;
- b) R\$ 3.000,00;
- c) R\$ 2.000,00;
- d) R\$ 1.500,00;
- e) R\$ 1.000,00.

Questão 8.7 (TFC /2000) Observe as contas a seguir:

Vendas	R\$ 1.000,00	Salários	R\$ 250,00
Juros Ativos	R\$ 180,00	Comissões Ativas	R\$ 300,00
Impostos	R\$ 280,00	Salários a pagar	R\$ 150,00
Comissões a Receber	R\$ 190,00	CMV	R\$450,00
COFINS	R\$ 70,00	Provisão p/ imposto de Renda	R\$ 50,00

Após a apuração dos dados acima, a empresa mandou contabilizar a depreciação de R\$240,00 sobre máquinas de uso e a venda à vista por R\$500,00 de um armário de uso que fora comprado por R\$600,00 e já estava depreciado em 40%.

Contabilizados esses fatos, podemos afirmar que:

- a) o lucro líquido do exercício diminuiu em R\$ 240,00;
- b) o lucro operacional diminuiu em R\$ 100,00;
- c) o lucro líquido do exercício diminuiu em R\$ 100,00;
- d) o lucro operacional diminuiu em R\$ 480,00;
- e) a receita bruta de vendas aumentou para R\$ 1.500,00.

Questão 8.8 (AFCE-TCU/99) Em 31 de março, ao encerrar o seu exercício social, a nossa "Empresa Arial S.A." apurou as seguintes informações contábeis:

Dinheiro na Tesouraria	700,00
Dívidas diversas	880,00
Direitos sobre terceiros	500,00
Bens para vender	1.250,00
Folha de pagamentos, já quitada	170,00
Recibo de aluguel, já recebido	135,00
Capital registrado na Junta Comercial	3.000,00
Duplicatas de nossa emissão	200,00
Notas Promissórias de nossa emissão	410,00
Recibo de Juros, já pagos	45,00
Móveis de nosso próprio uso	1.300,00
Lucros do período anterior	230,00
Duplicatas emitidas por terceiros	620,00
Notas promissórias emitidas por terceiros	110,00
Ações de empresas coligadas	920,00
Recibo de juros, pagos antecipadamente	80,00

A partir das informações acima fornecidas concluímos que nossa "Empresa Arias S.A." apresenta um capital de giro no valor de:

- a) R\$ 930,00;
- b) R\$ 2.760,00;
- c) R\$ 2.840,00;
- d) R\$ 3.140,00;
- e) R\$ 3.260,00.

Questão 8.9 (INSS/97) - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício social, os órgãos de administração de uma companhia apresentarão à assembleia ordinária proposta a respeito da destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício. Considera-se destinação possível para o lucro líquido;

1. a provisão para o imposto de renda.
2. a parcela destinada à constituição da reserva de retenção de lucros.
3. prêmio da emissão de debêntures.
4. a transferência para reserva de lucros a realizar.
5. a formação da reserva para contingências.

Questão 8.10 (AFRF/2000) - Um bem depreciable, com vida útil de 20 anos, foi comprado por Nossa Firma em 01-04-20x1, mas só foi instalado para uso em primeiro de julho. O valor total da aquisição foi R\$20.000,00 e deverá ser depreciado com um valor residual de 10%, em contabilização anual.

Se a empresa adotar o método de depreciação conhecido como método linear, no balanço patrimonial de 20x3, este bem já terá sido depreciado em

- a) 15,00%;
- b) 22,50%;
- c) 13,75%;
- d) 12,50%;
- e) 23,75%.

CAPITULO 9 - CUSTOS

Os levantamentos de dados do Departamento de Produção da CIA. VALÊNCIA apontam os seguintes dados, nesta ordem:

ITENS	PRODUTO	PRODUTO	TOTAL CONSUMIDOS
	A	B	
Materiais Indiretos	\$1.600.000	\$2.400.000	\$4.000.000
Mão-de-obra Direta	\$2.400.000	\$3.600.000	\$6.000.000
Mão-de-obra Indireta	\$ 800.000	\$1.200.000	\$2.000.000
Matéria-prima	\$ 4.200.000	\$ 2.800.000	\$7.000.000
Horas de Produção no período	2.000 hs	1.000 hs	3.000 hs

Informações complementares:

- além dos custos já identificados, aos produtos foi verificada a existência de Outros Custos Indiretos, comuns aos dois produtos, no valor de \$ 1.800.000,00
 - por decisão da Diretoria Industrial, os custos comuns devem ser atribuídos aos produtos em função das horas de produção
 - no período, foram iniciadas e completadas 10.000 (dez mil) unidades de cada um dos produtos "A" e "B".
- Com base nos dados fornecidos, assinale, nas questões 9.1 e 9.2, a opção que completa corretamente cada questão.

Questão 9.1 (AFTN/96) Os custos unitários dos produtos A e B são, respectivamente:

- a) \$ 1.020,00 e \$ 1.060,00;
- b) \$ 1.060,00 e \$ 1.020,00;
- c) \$ 1.040,00 e \$ 1.060,00;
- d) \$ 1.060,00 e \$ 1.040,00;
- e) \$ 1.020,00 e \$ 1.040,00.

Questão 9.2 (AFTN/96) - Considerando que foram vendidos apenas 80% dos produtos B e que não havia nenhum outro estoque inicial ou final, pode-se afirmar que o estoque final do produto B é:

- a) \$ 2.040.000,00;
- b) \$ 2.100.000,00;
- c) \$ 2.120.000,00;
- d) \$ 2.140.000,00;
- e) \$ 2.080.000,00.

Questão 9.3 (AFTN/96) A atribuição de todos os gastos de fabricação aos produtos é determinada pela seguinte forma de custeio:

- a) de realização;
- b) variável;
- c) direto;
- d) estimado;
- e) por absorção.

Questão 9.4 (AFTN/96) - Os itens de produção, que nascem de forma normal durante o processo produtivo, porém não possuem mercado definido, e cuja venda é aleatória, são denominados:

- a) perdas produtivas;
- b) subprodutos;
- c) sucatas;
- d) co-produtos;
- e) perdas improdutivas.

Questão 9.5 (INSS/97) Os conceitos de custos para avaliação dos estoques consagram o custeamento por meio de dois métodos: o custeio por absorção e o variável (também chamado de custeio direto), que se diferenciam no reconhecimento dos custos fixos de produção. Em consonância com esse entendimento, é correto afirmar-se que

1. custeio por absorção engloba todos os custos variáveis, tratando os custos fixos como despesas.
2. custeio direto fere os princípios fundamentais de contabilidade, em especial, o regime de competência.
3. custeio direto não é aceito pelo fisco, por antecipar o reconhecimento de despesas.
4. custeio por absorção não é aceito pelo fisco, por postergar reconhecimento de receitas.
5. custeio por absorção atende aos princípios fundamentais de contabilidade, por incluir todos os custos necessários para serem confrontados com a receita, por ocasião da venda do produto.

Questão 9.6 (INSS/97) Os encargos financeiros, apurados segundo o regime de competência, decorrentes de financiamentos para aquisição de matérias-primas devem ser apropriados

1. Diretamente aos custos de produção, agregando-se da matéria-prima correspondente.
2. Como custo de produção, agregando-se custos indiretos de fabricação, devendo ser, posteriormente, rateado aos produtos.
3. Como despesa antecipada no ativo circulante, independentemente de terem sido pagos ou não.
4. Como despesas de exercícios futuros, até que os respectivos produtos acabados sejam vendidos.
5. Como ativo diferido, para amortização em cinco exercícios sociais.

Questão 9.7 (MPOG-ESAF/2002) De uma empresa industrial, fabricante dos produtos “X” e “Y”, foram levantados os seguintes dados:

	Produto “ X”	Produto “Y”
Produção do período, unidades	10.000	20.000
Horas gastas na produção	20.000	30.000
Preço unitário de venda	R\$ 2,00	R\$ 4,00
Matéria-Prima consumida	R\$ 3.000,00	R\$ 10.000,00
Mão-de-Obra Direta empregada	R\$ 2.000,00	R\$ 6.000,00
Estoques iniciais	nihil	nihil
Estoques finais	nihil	nihil
Produtos vendidos no período, unidades	10.000	20.000

Sabendo-se que os custos fixos do período, no valor total de R\$ 30.000,00, foram apropriados com base na quantidade de horas gastas na produção e não há incidência de tributos sobre o preço de vendas, podemos afirmar que o lucro bruto unitário de vendas do produto “X” e do produto “Y” foi, respectivamente, de:

- a) R\$ 0,30 e R\$ 2,30
- b) R\$ 1,70 e R\$ 2,30
- c) R\$ 2,30 e R\$ 1,70
- d) R\$ 2,30 e R\$ 2,30
- e) R\$ 1,70 e R\$ 1,70

Questão 9.8 (MPOG-ESAF/2002) O Departamento de Produção da Cia. Industrial, em um determinado período, identificou os seguintes dados:

Produto	Custos Variáveis/unidade	Preço de Venda/unidade	Unidades totais produzidas
A	R\$ 2.800,00	R\$ 4.000,00	1.500
B	R\$ 4.000,00	R\$ 5.000,00	2.000
C	R\$ 1.500,00	R\$ 2.500,00	500
D	R\$ 1.700,00	R\$ 3.500,00	1.000

Levando em conta que a empresa produz e vende, integralmente, a sua produção, que no período incorreu em custos fixos no valor de R\$ 1.000.000,00 e que sobre o preço de venda não há incidência de tributação, pode-se afirmar que:

- a) utilizando como rateio dos custos fixos as unidades produzidas, o produto “A” será o que apresentará o menor lucro unitário em relação aos demais produtos.
- b) se a empresa rateia seus custos fixos, tomando como base as unidades produzidas, o lucro unitário obtido com o produto “B” terá o mesmo valor do lucro unitário do produto “C”.
- c) independente do critério de rateio utilizado o produto “B” terá o maior lucro unitário em função de ter o maior preço unitário de venda e a maior produção.
- d) o produto “C” é o que gera o menor lucro unitário tendo em vista possuir a menor produção e o preço de venda unitário mais baixo em relação aos demais produtos.
- e) o lucro unitário de “C” será maior que o obtido pelo produto “D” se o critério utilizado para o rateio dos custos fixos do período for o total dos custos variáveis.

Questão 9.9 (MPOG-ESAF/2002) Determinada indústria substituiu suas máquinas antigas, que produziam 50.000 unidades/mês, por uma nova que permite a produção de 150.000 unidades/mês.

O custo de aquisição dessa nova máquina foi de R\$ 24.000,00 e terá uma vida útil produtiva de 10 anos.

Com as antigas máquinas o custo unitário de produção era R\$ 0,10. Após a utilização da nova máquina, será de R\$ 0,05.

Levando em conta que a produção máxima foi completada e vendida no mês de referência ao preço unitário de R\$ 0,25 e que não há incidência de impostos sobre as vendas, pode-se afirmar que, após a entrada em funcionamento da nova máquina, o lucro bruto sobre as vendas mensais será:

- a) R\$ 10.000,00
- b) R\$ 20.500,00
- c) R\$ 30.000,00
- d) R\$ 35.000,00
- e) R\$ 37.500,00

Questão 9.10 (MPOG-ESAF/2002) Os dados da produção da Cia. Alvorada em um determinado período são:

I - Dados Gerais:

Itens	Valores em R\$
Estoque inicial de Matérias-Primas	500,00
Compras efetuadas no período	4.500,00
Estoque final de Matérias-Primas	1.000,00
Custo de Mão-de-Obra Direta	6.000,00
Custos Indiretos Variáveis	1.000,00
Custos Indiretos Fixos	4.000,00
Despesas Gerais Fixas	2.000,00
Despesas Gerais Variáveis	3.000,00
Valor total das Vendas	40.000,00

II - O total da produção acabada no período foi de 20.000 unidades.

III - Não foi verificada a existência, de estoques iniciais ou finais, de Produtos Acabados e de Produtos em Elaboração.

IV - Não há impostos ou outras deduções que afetem o valor das compras e vendas.

Com base nas informações fornecidas, assinale a opção que contém o valor unitário da margem de contribuição.

- a) R\$ 2,00
- b) R\$ 1,50
- c) R\$ 1,00
- d) R\$ 1,25
- e) R\$ 1,30

PARTE II
RESOLUÇÕES

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

Questão 1.1 (AFRF/98)

Patrimônio Bruto = Total do Ativo

Ativo		Passivo	
Poupança	216	<u>Exigível</u>	
Mercadorias	540	Empréstimos Obtidos	360
Empréstimos Concedidos	288	<u>PL</u>	
		Capital	7000
		Receitas	180
		(-) Despesas	x
TOTAL	1044	TOTAL	1044

Receitas Ganhas: $(1/3) \times \$ 540 = \$ 180,00$

Empréstimos Obtidos: $2/3 \times \$ 540 = \$ 360,00$

Patrimônio Bruto: \$ 1.044,00

PL = $1.044 - 360 = \$ 684,00$

Resposta: Letra B

Questão 1.2 (AFRF/98)

A questão faz referência a ganhos ou perdas (lucro ou prejuízo). As modificações no ativo circulante, no permanente ou no passivo circulante não necessariamente implicam ganhos ou perdas. Ex.: Compra de mercadorias a prazo (+AC/+PC), pagamento de duplicata à vista sem juros (-AC /-PC).

Como não houve aumento de capital por subscrição de novas ações, tudo nos leva a crer que o aumento do PL de \$ 200,00 ocorreu em virtude de lucros (ganhos) obtidos nas operações da empresa.

Resposta: Letra C

Questão 1.3 (ICMS-SC/98)

Para resolvermos esta questão utilizaremos a equação fundamental do patrimônio

$A - PE = PL$, onde

A = Ativo

PE = Passivo Exigível

PL = Patrimônio Líquido

Primeiramente vamos identificar a que grupo cada conta pertence:

Quadro I

Ativo	94	95	96
Caixa e Bancos	250	130	210
Mercadorias	180	120	90
Duplicatas a Receber	120	100	150
Total do Ativo	550	350	450

Quadro II

Passivo Exigível	94	95	96
Fornecedores	280	90	230
Salários a pagar	220	130	180
Dividendos a pagar	-	80	-
Total do Passivo Exigível	500	300	410

Calculando o PL em cada ano, temos (quadro):

Grupo	94	95	96
A	550	350	450
PE	500	300	410
PL (=A-PE)	50	50	40

Conforme os dados fornecidos, o capital integralizado somente sofre variação no ano de 1996, tendo sido aumentado de \$ 70, referente a:

Integralização em 96 de parcela subscrita em 95	30
(+) Integralização em 96 de parcela subscrita em 96	40
(=) variação do capital integralizado de 95 para 96	70

Sendo assim, olhando para a variação do PL no quadro II de 95 para 96, observamos que a mesma foi de - 10.

Como o capital integralizado variou em +70, para chegarmos a variação de -10 concluímos que houve um prejuízo em 96 de \$ 80, pois $- 80 + 70 = -10$.

Resposta: Letra D

Questão 1.4 (TRF-2000)

Esta questão utiliza a equação fundamental do patrimônio, ou seja,

$$A = P + PL, \text{ onde}$$

A = Ativo

P = Passivo (Exigível)

PL = Patrimônio Líquido

Como não temos esta equação explícita dentre as alternativas apresentadas, vemos que o Patrimônio Líquido foi substituído pela conta Capital Social e pelo Resultado do Exercício (Receitas menos Despesas). Assim, a equação fundamental do patrimônio escrita de outra forma ficaria:

$$\text{Ativo} = \text{Passivo} + \text{Capital Social} + \text{Receitas} - \text{Despesas}$$

ou

$$\text{Ativo} + \text{Despesas} = \text{Passivo} + \text{Capital Social} + \text{Receitas}$$

Resposta: Letra E

Questão 1.5 (TFC/2000)

A questão trata do Balancete de Verificação, que contrapõe os valores positivos com os negativos, ou seja, saldos devedores com saldos credores.

Os valores positivos são representados pelas aplicações dos recursos obtidos. Estas aplicações podem ser: bens, direitos ou despesas, que são as contas devedoras. As contas credoras representam o lado negativo, do ponto de vista contábil.

Resposta: Letra A

Questão 1.6 (TFC/2000)

Para calcularmos o lucro líquido basta contrapormos as despesas com as receitas:

Resultado do Exercício			
Salários	200	1400	Receitas de Serviços
Impostos Municipais	200	100	Receitas Financeiras
Material Consumido	200	80	Juros Ativos
Energia	100		
Despesas Diversas	300		
Descontos Concedidos	100		
Juros Passivos	120		
	1220	1580	
		360	

Resposta: Letra B

Questão 1.7 (TFC-2000)**Balancete de Verificação**

Contas	D	C
Bancos	10	
Clientes	20	
Capital a Realizar	50	
Capital		100
Salários a Pagar		10
Caixa	15	
Mercadorias	40	
Empréstimos obtidos		40
Prejuízos Acumulados	20	
Fornecedores		5
TOTAL	155	155

Balanco Patrimonial

ATIVO		PASSIVO	
Bancos	10	Salários a pagar	10
Clientes	20	Empréstimos Obtidos	40
Caixa	15	Fornecedores	5
Mercadorias	40	(=) Passivo Exigível	55
		Patrimônio Líquido	
		Capital	100
		(-) Capital a Realizar	(50)
		(-) Prejuízos Acumulados	(20)
		(=) Total do PL	30
TOTAL	85	TOTAL	85

Resposta: Letra E

Questão 1.8 (AFTN/96)

O gabarito dava como resposta a letra B (evidência). porém, como o edital do concurso fazia menção apenas a Resolução CFC 750/93 com relação aos princípios contábeis, a ESAF teve que anular a questão pois não consta este princípio (da evidenciação) de tal resolução.

Resposta: Anulada

Questão 1.9 (INSS/97)

A questão trata do Princípio da Competência, cujo enunciado reproduziu parte do texto do artigo 9º da Resolução CFC 750/93.

1. **(Correta)** É a reprodução literal do § 3º, I da Resolução CFC 750/93.
2. **(Errada)** Segundo o § 3º, II da Resolução 750/93 a receita considera-se realizada quando da extinção, parcial ou total, de um **passivo**, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um **ativo** de valor igual ou maior .
3. **(Errada)** Segundo o § 3º, III da Resolução 750/93 a receita considera-se realizada pela geração natural de novos **ativos**, independentemente da intervenção de terceiros.
4. **(Correta)** Conforme o § 3º, IV da Resolução 750/93 a receita considera-se realizada no recebimento efetivo de doações e subvenções.
5. **(Errada)** O recebimento antecipado de clientes por conta de entrega futura de bens ou serviços não é realização de receita no regime de competência. O lançamento neste caso seria o seguinte:
D Caixa (+AC)
C Adiantamento de Clientes (+PC)

Questão 1.10 (AFRF/2000)

- a) Financiamentos de Longo Prazo são classificáveis no Passivo Exigível a Longo Prazo;
- b) Em seu artigo 179, II, a lei 6.404/76 cita que os empréstimos a sociedades coligadas ou controladas, serão classificáveis no ativo realizável a longo prazo, independentemente do prazo de recebimento. Isto porque a lei admite que a expectativa de recebimento deste tipo de empréstimo não se dá no curto prazo, em função da ligação entre as pessoas jurídicas. Já quanto aos empréstimos obtidos das empresas coligadas, a lei não faz referência aos mesmos em seu artigo 180. Portanto, de acordo com a doutrina dominante, deveremos classificá-los conforme o prazo (curto prazo no passivo circulante e longo prazo no exigível a longo prazo). Este prazo sendo omissivo, de acordo com o Princípio da Prudência, a classificação deve ser no passivo circulante.
- c) Conforme explicação anterior esta é a opção correta;
- d) Passivo Exigível a longo prazo;
- e) Empréstimos recebidos de coligadas ou controladas, conforme explicação anterior, se classificam no Passivo Exigível a Longo Prazo, independentemente do prazo para pagamento.

Resposta: Letra C

Questão 1.11(ESAF/TTN-1992/SP)

Encontramos na doutrina contábil diversos conceitos de contabilidade. Até pouco tempo, alguns autores conferiam a ela a roupagem de arte ou metodologia. No entanto, considerando que esta disciplina possui princípios próprios, hodiernamente não cabem mais aqueles adjetivos, pois possui componentes científicos.

Neste contexto, foi elaborado, durante o 1º congresso brasileiro de contabilidade um conceito que vigora como único oficial, com os seguintes dizeres:

“Contabilidade é a ciência que estuda e pratica as funções de orientação, de controle e de registro relativos à Administração Econômica”.

Percebe-se que os núcleos verbais são: a orientar, o controlar e o registrar.

A resposta correta é a letra “b”.

Questão 1.12 (ESAF/TTN-1994/vespertino)

O objeto de estudo da contabilidade é o patrimônio, assim entendido como o conjunto de bens, direitos e obrigações.

A finalidade da contabilidade é estudar e controlar o patrimônio para, a partir desse estudo, extrair informações sobre sua composição e variações que servirão de orientação aos usuários internos e externos da contabilidade.

A resposta correta é a letra “a”.

Questão 1.13. (TFC/ESAF/96)

A contabilidade, para alcançar os seus objetivos, utiliza-se das técnicas de escrituração, demonstrações financeiras, análise de balanços e auditoria.

ANÁLISE DE BALANÇO: é a técnica que utiliza métodos e processos científicos (estatísticos) na decomposição, comparação e interpretação do conteúdo das demonstrações contábeis, para a obtenção de informações analíticas, ou seja, mais detalhadas, com o objetivo de avaliar a situação patrimonial e financeira da empresa. Vejam que a análise não se limita ao Balanço Patrimonial, estendendo-se também às outras demonstrações contábeis.

A resposta correta é a letra “c”.

Questão 1.14

Item 1: Patrimônio Bruto representa o ativo total. Considerando que o capital próprio e o capital de terceiros representam o total das origens de recursos e que estes capitais estão aplicados no ativo, podemos dizer que o ativo total ou, melhor, o patrimônio bruto é igual ao capital aplicado.

O item está **CERTO**.

Item 2: Passivo a descoberto quer dizer que o capital de terceiros não encontra cobertura no ativo, isto é, o valor do ativo, se existente, não é suficiente para saldar o passivo. Neste caso, o patrimônio líquido é negativo. Analisando as hipóteses que poderão tornar o patrimônio líquido negativo, chega-se a conclusão que isto ocorre com a ocorrência de prejuízos, logo a empresa deve apresentar a conta prejuízos acumulados com saldo para se configurar o passivo a descoberto.

O item está **CERTO**.

Item 3: O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, **a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes**, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

O item está **CERTO**.

Item 4: O Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o Patrimônio Líquido. O Princípio da PRUDÊNCIA impõe a escolha da hipótese de que resulte menor patrimônio Líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais Princípios Fundamentais de Contabilidade.

O item está **CERTO**:

Item 5: A CONTINUIDADE influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor ou o vencimento dos passivos, especialmente quando a extinção da ENTIDADE tem prazo determinado, previsto ou previsível. Desta forma, uma entidade que possui o seu término previsto para o exercício seguinte não deverá possuir ativos e passivos de longo prazo.

O item está **CERTO**.

Questão 1.15 (TFC/ESAF/96)

O patrimônio bruto representa o ativo total e o patrimônio líquido a diferença entre esse ativo total e o passivo exigível. Logo, não poderá ser maior do que o ativo total. Pode, na melhor das hipóteses, ser igual. Assim, a letra “a” está certa.

O patrimônio bruto pode ser nulo ou positivo, mas nunca negativo. Já o patrimônio líquido pode assumir valor positivo, nulo ou negativo. O valor negativo aparece com o passivo a descoberto. Assim, a alternativa “b” está errada.

Na situação de passivo a descoberto, o valor das obrigações é superior ao do patrimônio bruto e neste caso e em outras situações o patrimônio líquido também é inferior ao das obrigações. A letra “c” está certa.

Considerando que o patrimônio bruto é o conjunto de bens mais direitos e que o patrimônio líquido é a diferença entre o ativo e o passivo exigível, temos que a alternativa “d” está correta.

Em situações especiais, na inexistência de passivo exigível, o patrimônio bruto e o PL podem assumir valores iguais. Essa situação ocorre geralmente no início das atividades e no final das atividades da empresa. A alternativa “e” está correta.

Questão 1.16 (ESAF/FISCAL-FORTALEZA/98)

O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

Desta forma a atitude de Jorge Trapalhão está incorreta por afronta ao princípio da entidade, cuja alternativa a ser assinalada é a letra “d”.

Questão 1.17 (MPOG/ESAF/2000)

Os valores diferidos devem ser baixados como despesa no exercício em que ficar comprovado que não podem ser recuperados ou atribuídos a atividade para a qual foram realizados. Desta forma, a alternativa “a” está incorreta.

Consoante os princípios da prudência e da oportunidade, os registros devem ser realizados mesmo no caso de existir somente razoável certeza ou quando houver alguma incerteza de grau variável. Ressalte que estes princípios, nesta acepção, possuem aplicação nas mutações patrimoniais posteriores ao registro original, pois o registro original deve ser efetuado na extensão exata dos fatos ocorridos com o mundo exterior. Logo a alternativa “b” está errada.

O recebimento de doações, segundo o princípio da competência, representa a realização de receita e deve ser registrado pelo valor de mercado do bem recebido. A alternativa “c” está correta.

O uso da moeda do País é condição indispensável a homogeneização, mas não assegura o poder aquisitivo, visto que a moeda sofre desvalorização em função da inflação e mesmo pela desvalorização frente a outras moedas. A alternativa “d” está errada.

O princípio da competência assevera que as receitas e despesas devem ser reconhecidas no período em que forem geradas, independentemente do recebimento ou do pagamento, isto é, basta ocorrer o fato gerador de receita ou de despesa para que estas sejam reconhecidas no resultado do exercício, não importante se houve o recebimento ou o efetivo pagamento. A alternativa “e” está errada.

Questão 1.18 (MIC/ESAF/98)

Segundo o princípio da competência, as receitas e despesas devem ser incluídas no resultado do exercício em que ocorrerem seus fatos geradores, independentemente do recebimento ou do pagamento.

Desta forma;

Os juros de fevereiro, pagos em março, no valor de R\$ 1.000,00 constituem despesas de fevereiro;

O aluguel de março, ainda não pago, no valor de R\$ 2.000,00, constitui despesa do mês de março;

A conta relativa ao consumo de energia elétrica em março, paga no mesmo mês, no valor de R\$ 3.000,00, constitui despesa de março;

O aluguel relativo ao mês de abril, já pago antecipadamente no mês de março, no valor de R\$ 4.000,00, constitui despesa do mês de abril;

Os juros ganhos no mês de março, mas ainda não recebidos, no valor de R\$ 4.000,00, constituem receitas do mês de março;

As receitas recebidas em março, por serviços que só serão realizados no mês de abril, no valor de R\$ 3.000,00, constituem uma obrigação da entidade e somente serão considerados receita quando da efetiva prestação do serviço;

Os juros relativos ao mês de março, recebidos no próprio mês, no valor de R\$ 2.000,00, são receitas do mês de março; e

As comissões ganhas em fevereiro, mas recebidas apenas no mês de março, no valor de R\$ 1.000,00, são receitas do mês de fevereiro.

Assim, o resultado do mês de março, envolvendo apenas as receitas e despesas cujos fatos geradores se referem a este mês, é:

Discriminação	Despesa	Receita
Aluguel	2.000,00	
Energia elétrica	3.000,00	
Juros ganhos		4.000,00
Juros de março e recebidos em março		2.000,00
Totais	5.000,00	6.000,00
Lucro no mês de março		1.000,00

Portanto, a resposta correta é a letra “d”.

Questão 1.19 (ESAF/AFC-STN/2000)

Na escrituração pelo regime de caixa somente são reconhecidas as receitas e despesas efetivamente recebidas ou pagas. Desta forma, as despesas incorridas e que não foram pagas não foram contabilizadas. Se houvesse a contabilização dessas despesas, teríamos como contrapartida uma obrigação (passivo exigível) e um lucro menor. Logo, pela não adoção do regime de competência, esta empresa apresenta um passivo menor que o real e um lucro maior que o real.

A resposta correta é a letra “a”.

1.20 (ESAF-CVM/2001)

O art. 177 da Lei nº 6.404/76 determina que a escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e desta Lei e aos **princípios de contabilidade** geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o **regime de competência**.

O regime de competência determina que as receitas e despesas sejam reconhecidas no exercício em que ocorrerem, independentemente do recebimento ou pagamento.

Desta forma, toda receita da prestação de serviço deve ser reconhecida no ano de 2000, isto é, R\$ 10.000,00, em 2000.

A resposta correta é a letra “a”.

1.21 (AFRF/2002–B)

Consoante o disposto no § 1º do art. 1º da Resolução nº 750, do CFC, de 1993, “a observância dos princípios fundamentais de contabilidade é obrigatória e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade”. Desta forma, a alternativa “a” está errada.

O princípio da entidade reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, não comportando exceções. Logo a letra “b” está errada.

Da observância do princípio da oportunidade resulta que o registro deve ensejar o reconhecimento universal das variações ocorridas no patrimônio da Entidade em um período de tempo determinado, base necessária para gerar informações úteis ao processo decisório da gestão. Logo a letra “c” está correta.

O princípio da prudência veio substituir que se conhecia por convenção do conservadorismo, logo a letra “d” está errada.

A aplicação do princípio da continuidade constitui imperativo à correta aplicação do princípio da competência. Assim, a letra “e” está errada.

Resposta: Letra C

CAPÍTULO 2 – CONTAS

Questão 2.1 (AFRF/98)

Reparem que a questão não cita provisão para imposto de renda nem especifica os impostos pagos ou os descontos concedidos (se são comerciais ou financeiros). Como a pergunta é o valor do lucro líquido, basta compararmos receitas com despesas. Assim:

RESULTADO DO EXERCÍCIO			
DESPESAS		RECEITAS	
Salários	100	1200	Vendas
CMV	500	50	Receita de Juros
Impostos	100		
Impressos e Escritório	100		
Energia	50		
Despesas Diversas	150		
Descontos Concedidos	50		
	1.050	1250	
		200	

Observamos que o saldo da conta “Resultado do Exercício” foi de \$200,00 credor. Então houve lucro de \$200,00.

Resposta: Letra C

Questão 2.2 (Papil-PF/2000)

1. **(Errada)** Não é possível a existência de "conta caixa negativa". Deve ter havido erro de escrituração.
2. **(Correta)** Despesas Financeiras são despesas operacionais. São contas de resultado, não constam do Balanço. As despesas do exercício seguinte (contas patrimoniais) do Balanço de 99 aparecerão como despesas (contas de resultado) no ano de 2000.
3. **(Errada)** O saldo de contas a receber corresponde às vendas a prazo realizadas até o momento e ainda não liquidadas.
4. **(Correta)** O valor da conta "Empréstimos Bancários" de \$8.200 no Passivo Exigível a Longo Prazo representa uma dívida da empresa com vencimento após 31/12/2000.
5. **(Errada)** A rubrica "terrenos" não é possível de ser depreciada.

Questão 2.3 (Papil-PF/2000)

1. **(Correta)** É a própria definição do Ativo Imobilizado.
2. **(Errada)** Para saber se o investimento seria superior a R\$ 1,2 milhão avaliado pela equivalência patrimonial, haveríamos de saber o valor do PL da investida.
3. **(Correta)** É a definição de Ativo Diferido.
4. **(Errada)** A conta "Capital a Integralizar", se houvesse, seria retificadora de patrimônio líquido.
5. **(Errada)** O saldo de "Reservas de Lucros" poderá ser incorporado ao capital ou retornar a conta "Lucros Acumulados" para distribuição de dividendos, ou ainda utilizado para compensar prejuízos.

Questão 2.4 (TRF/2000)

De acordo com o Regime de Caixa, as despesas devem ser lançadas somente quando pagas e as receitas quando efetivamente recebidas. Assim, temos na questão: \$190.000,00 de débitos (despesas) e \$180.000,00 de créditos (receitas), totalizando um resultado negativo pelo regime de caixa no valor de \$ 10.000.

Como temos \$100.000,00 em bens e \$80.000,00 no capital, de acordo com a equação fundamental do patrimônio:

$$A = P + \text{Capital} + \text{Lucros Acumulados (LPA)}$$

$$100.000 = 80.000 + \text{LPA}$$

$$\text{LPA} = 20.000 \text{ (antes da apuração do resultado)}$$

O resultado do período foi um prejuízo de \$ 10.000.

Agora devemos ajustar o lucro (prejuízo) aos Princípios da prudência e competência, da seguinte forma:

Operação	Redução	Aumento
Receitas já ganhas não quitadas		1.000
Despesas antecipadas		1.300
Conta de energia vencida	2.000	
Expectativa de Perda	500	
Totais	2.500	2.300
Ajuste negativo	200	

Efetuando o ajuste do resultado temos que:

$$\text{RLE} = -10.000 - 200 = - 10.200$$

Assim, o lucro acumulado após a contabilização do resultado ajustado (-10.200) ficará em:

$$\text{Lucro Acumulado} = 20.000 - 10.200 = 9.800$$

Resposta: Letra A

Questão 2.5 (TRF/2000)

De acordo com o enunciado as contas diferenciais (Receitas, Despesas e PL) estão com saldo correto. Assim, o PL após a apuração do resultado seria:

Resultado do Exercício	Saldo Devedor	Saldo Credor
Aluguéis Passivos (Despesas)	140	
Comissões Ativas (Receitas)		30
Receita de Juros		110
Custo das Vendas	600	
Receita de Vendas		900
Despesa de Juros	130	
Imposto Federais	200	
Salários	450	
Total	1520	1040

O resultado do exercício foi:

$$\text{RLE} = \$ 1520 - \$ 1040 = \$ 480 \text{ (prejuízo)}.$$

Somando com as demais contas de PL, temos:

Patrimônio Líquido	Valor
Capital Social	950
Lucros Acumulados	130
Prejuízo do Período	(480)
Total do PL	600

Resposta: Letra E

Questão 2.6 (AFTN/96)

São classificados no ativo permanente investimentos, de acordo com a Lei 6.404/76, os direitos de qualquer natureza não classificáveis no ativo circulante, que não se destinem à manutenção das atividades da companhia, além das participações permanentes em outras sociedades. Assim, as opções a,b,d,e citavam algum tipo de bem de USO, o que as enquadraria no Ativo Imobilizado. Um exemplo de bens tangíveis não utilizados na atividade principal da empresa são os imóveis que a empresa aluga a terceiros (imóveis para renda).

Resposta Letra C**Questão 2.7 (AFTN/96)**

Classificam-se no imobilizado os direitos que tenham por objetivo bens (tangíveis ou intangíveis) destinados à manutenção de sua atividade, inclusive os de propriedade industrial ou comercial (marcas e patentes). Comentando as demais alternativas:

- a) faltam os bens tangíveis;
- b) não são todos os bens tangíveis e intangíveis;
- c) faltam os bens intangíveis;
- e) há também os bens amortizáveis ou exauríveis.

Resposta: Letra D**Questão 2.8 (AFTN/96)**

A questão exigia o conhecimento das classificações das contas. Assim, nos balancetes, temos os seguintes itens no ano de 19x2:

Ativo Circulante		Passivo Circulante	
Caixa	2.000	Fornecedores	15.000
Bcos c/ movimento	3.000	Encargos Trabalhistas	35.000
Duplicatas a Receber	25.000	Obrigações Tributárias	25.000
(-) PDD	(750)	Contas a pagar	6.000
Despesas Antecipadas	10.000		
Estoques	35.000		
Total	74.250	Total	81.000

O capital circulante líquido (CCL) ou capital de giro líquido é obtido pela fórmula: $CCL = AC - PC$
 $CCL = 74.250 - 81.000 = -6750$

Resposta: Letra B (Anulada)

OBS.: A questão somente especificou capital circulante. Talvez por isso tenha sido anulada.

Questão 2.9 (AFTN/96)

O ativo circulante de 19x2 já foi calculado na questão anterior (74.250)

Ativo Circulante em 19x1

Caixa	1.000
Bcos c/ movimento	7.000
Duplicatas a Receber	15.000
(-) PDD	(450)
Depesas Antecipadas	5.000
Estoques	8.000
Total	35.550

OBS.: Créditos de coligadas (transações não operacionais) se referem a empréstimos a coligadas (Ativo Realizável a longo prazo).

Resposta: Letra D

Questão 2.10 (AFTN/96)

O Capital Próprio se refere ao PL. Para sabermos se o saldo da conta Lucros ou prejuízos Acumulados é credor ou devedor, devemos utilizar os balancetes. Para que os mesmos “fechem”, este saldo deve ser credor tanto em 19x1 quanto em 19x2.

Total Saldos devedores em 19x1 = 77.000

Total Saldos credores em 19x1 = 77.000

Total Saldos devedores em 19x2 = 168.500

Total Saldos credores em 19x2 = 168.500

Patrimônio Líquido em 19x2

Capital Social	10.550
Reserva legal	1.000
Reserva de capital	10.550
Lucro Acumulado	5.950
Total	28.050

Resposta: Letra E

2.11. (ESAF/TTN-1994/matutino)

O art. 177 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, possui a seguinte grafia:

Art. 177. A escrituração da companhia será mantida em registros **permanentes**, com obediência aos preceitos da legislação **comercial** e desta Lei e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de competência.

§ 1º As demonstrações financeiras do exercício em que houver modificação de métodos ou critérios contábeis, de efeitos relevantes, deverão indicá-la em nota e ressaltar esses efeitos.

§ 2º A companhia observará em registros auxiliares, sem modificação da escrituração mercantil e das demonstrações reguladas nesta Lei, as disposições da lei tributária, ou de legislação especial sobre a atividade que constitui seu objeto, que prescrevam métodos ou critérios contábeis diferentes ou determinem a elaboração de outras demonstrações financeiras.

§ 3º As demonstrações financeiras das companhias abertas observarão, ainda, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, e serão obrigatoriamente auditadas por auditores independentes registrados na mesma comissão.

§ 4º As demonstrações financeiras serão assinadas pelos administradores e por contabilistas legalmente habilitados.

Conforme se depreende da leitura do caput do ato legal, a resposta correta é a letra “**d**”.

2.12. (PREFEITURA DE NATAL–RN–2001/ESAF)

Das contas apresentadas, temos as seguintes 6 (seis) contas de resultado:

- Despesas de aluguel
- Aluguéis ativos
- Aluguéis passivos
- Prêmios de seguros
- Impostos e taxas
- Salários

As conta patrimoniais são em número de 8 (oito):

- Aluguéis a receber
- Aluguéis a pagar
- Aluguéis ativos a vencer
- Aluguéis passivos a vencer
- Seguros a vencer
- Seguros a pagar
- Impostos a recolher
- Impostos a recuperar

Das 6 (seis) contas de resultado, representam despesas as seguintes contas:

- Despesas de aluguel
- Aluguéis passivos
- Prêmios de seguros
- Impostos e taxas
- Salários

Das 8 (oito) contas patrimoniais 3 (três) são de passivo circulante:

- Aluguéis a pagar
- Seguros a pagar
- Impostos a recolher

Das 8 (oito) contas patrimoniais 4 (quatro) são de ativo circulante:

- Aluguéis a receber
- Aluguéis passivos a vencer
- Seguros a vencer
- Impostos a recuperar

Há que se fazer uma ressalva em relação a conta aluguéis ativos a vencer (valores recebidos antecipadamente, sem hipótese de reembolso), pois esta conta pertence ao grupo de contas do Resultado de Exercícios Futuros.

A resposta correta é a letra “e”.

2.13. (PREFEITURA DE NATAL–RN–2001/ESAF)

A correta classificação das contas representativas de investimentos em outras sociedades deve levar em conta a intenção da sociedade adquirente. Se esta adquirir a participação societária com intenção de revenda imediata, a participação será registrada ou classificada no ativo circulante. Se, porém, a intenção da entidade for a de participar do capital social da sociedade investida, então ele será classificado no ativo permanente – investimento. Por pertinente, cabe esclarecer que a participação no capital social de outra sociedade com 10% ou mais, sem exercer o controle, transforma a outra sociedade em coligada da investidora e neste particular é que cabe o esclarecimento, pois todos os investimentos em coligadas são classificados no ativo permanente – investimento.

A resposta correta é a letra “e”.

2.14. (AFC/2002 ESAF)

Sobre as TEORIAS DAS CONTAS temos a expor:

O homem é um ser insaciável e está sempre em busca de melhores condições, juntamente com essas condições vêm novos conceitos, mais adaptados a nova realidade. Não estamos afirmando que os novos conceitos sejam melhores que os anteriores, mas devemos admitir que o objetivo seja esse.

Assim como a sociedade, também a Contabilidade se encontra em constante processo de transformação, e, nesse particular, surgiram ao longo do tempo diversas escolas e teorias sobre contas, dentre as quais três são as que merecem o nosso destaque. São elas:

- **Teoria Personalista**
- **Teoria Materialista**
- **Teoria Patrimonialista**

1 - TEORIA PERSONALISTA - Esta teoria atribuía às pessoas a responsabilidade para cada conta, de forma que o responsável pelo caixa, devia à empresa o equivalente ao valor registrado nessa conta. Os terceiros de quem a empresa tinha valores a receber eram os devedores e, por fim, os terceiros a quem a entidade devia, eram os seus credores. Desta forma, as contas representativas de bens e direitos eram debitadas, pois as pessoas responsáveis pelos bens e direitos da entidade deviam a esta. As contas representativas de obrigações da entidade, representavam créditos dos terceiros para com esta, por isso eram creditadas.

Assim, por esta teoria as contas representavam as pessoas que eram responsáveis por determinados bens e/ou direitos, ou as que detinham o direito a crédito perante a entidade.

Compreendeu por quê a conta caixa, que é um bem da entidade, é debitada quando aumenta o seu valor?!!!

O recurso acima utilizado para explicar, de forma rudimentar, a questão do débito e do crédito não deve ser alastrado, pois, hoje, na concepção científica de Contabilidade essa colocação colhe repúdio da maioria dos doutrinadores, e, por quê não, do Conselho Federal de Contabilidade. Mas, que ele é útil na tentativa de explicar o porquê do débito e do crédito, disso ninguém duvida, principalmente, quando o objetivo do estudo da Contabilidade é **concurso público**, quando se precisa aprender de forma rápida e objetiva, mesmo que seja de forma simples, tal qual a apresentamos.

Essa teoria classificava as contas em três grandes grupos, a saber:

- **Contas dos Agentes Consignatários** — Essas contas representavam os bens da empresa. Existiam pessoas que recebiam em consignação os bens da entidade, sobre os quais eram os responsáveis, portanto eram os devedores (note que as contas representativas de bens são de natureza devedora).
- **Contas dos Agentes correspondentes** – Representavam os direitos e as obrigações da entidade com terceiras pessoas, os correspondentes que eram os credores.
- **Contas dos Proprietários** — Eram as contas do Patrimônio Líquido e suas variações, inclusive as receitas e as despesas, por interferirem diretamente no patrimônio líquido.

2 - TEORIA MATERIALISTA - Conforme o próprio nome nos diz, essas contas representavam uma relação com a materialidade, ou seja, estas contas só deviam existir enquanto existissem também os elementos materiais por ela representados na entidade.

As contas, por essa teoria, eram classificadas em:

- **Contas Integrais** — Eram aquelas representativas de bens, direitos e obrigações.
- **Contas Diferenciais** — Eram as representativas de receitas, despesas e Patrimônio Líquido.

3 - TEORIA PATRIMONIALISTA - É a teoria que atualmente tem repercussão mundial e entende que o patrimônio é o objeto da Contabilidade sendo sua finalidade o seu controle. É a teoria aceita pelos doutrinadores contemporâneos, por entenderem que se amolda à Contabilidade ciência.

Por essa teoria, as contas são classificadas em dois grandes grupos:

Contas patrimoniais — São as contas que representam os bens, direitos, obrigações e a situação líquida das entidades, ou seja: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. Estas contas permanecem com o seu saldo no momento da apuração do resultado, vale dizer, elas aparecem no balanço patrimonial.

Contas de resultado — São as conta que representam as receitas e as despesas. Estas contas devem ter, sempre, os seus saldos zerados, isto é, devem ser encerradas (tornar o saldo zero e transferi-lo a apuração do resultado) por ocasião da apuração do resultado ou do exercício social. São incorporadas ao Balanço Patrimonial no grupo do Patrimônio Líquido, via contas de lucros, como por exemplo lucros ou prejuízos acumulados e reservas de lucros.

Analisando as três teorias, ora expostas, temos que:

A conta **capital**, como as demais contas de **patrimônio líquido**, são:

- contas dos proprietários, segundo a teoria personalista;
- contas diferencial, segundo a teoria materialista;
- contas patrimonial, segundo a teoria Patrimonialista.

A conta despesas de salários, como as demais contas de **resultado**, são:

- contas dos proprietários, segundo a teoria personalista
- contas diferencial, segundo a teoria materialista
- contas de resultado, segundo a teoria Patrimonialista

Assim, chama-se a atenção para a diferença existente entre as contas diferenciais e as contas de resultado. Enquanto estas são formadas apenas pelas receitas e despesas, aquelas contém, também, o Patrimônio Líquido.

Resumindo, temos:

Teoria Personalista	contas dos Agentes consignatários (bens) contas dos Agentes correspondentes (direitos e obrigações) contas dos Proprietários (receitas, despesas e Patrimônio líquido)
Teoria Materialista	contas Integrais (bens, direitos e obrigações) contas Diferenciais (receitas, despesas e Patrimônio líquido)
Teoria Patrimonialista	contas Patrimoniais (bens, direitos, obrigações e Patrimônio Líquido) contas de Resultado (receitas e despesas)

Desta forma, nas contas apresentadas na questão, temos:

Contas de agentes consignatários:

- Caixa
- Mercadorias
- Móveis e Utensílios
- Material de Consumo

Contas de agentes correspondentes

Clientes
 Fornecedores
 Ações de Coligadas
 Seguros a Vencer
 Títulos a Pagar
 Impostos a Recolher
 Receitas de Comissões a Vencer

Contas de resultado

Juros Passivos
 Aluguéis Ativos
 Prêmios de Seguros
 Material de Consumo

Contas diferenciais

Juros Passivos
 Aluguéis Ativos
 Prêmios de Seguros
 Capital Social
 Lucros Acumulados
 Reservas de Reavaliação

Contas patrimoniais

Capital Social
 Lucros Acumulados
 Reservas de Reavaliação
 Caixa
 Mercadorias
 Móveis e Utensílios
 Material de Consumo
 Clientes
 Fornecedores
 Ações de Coligadas
 Seguros a Vencer
 Títulos a Pagar
 Impostos a Recolher
 Receitas de Comissões a Vencer

Portanto, a resposta correta é a letra “d”.

2.15. (ATE/MS/2001-ESAF)

Contas	Débito/Crédito
01 – Ações de Coligadas	D
02 – Ações em Tesouraria	D
03 – Bancos c/Movimento	D
04 – Capital a Integralizar	D
05 – Capital Social	C
06 – Clientes	D
07 – Despesas Antecipadas	D
08 – Duplicatas a Pagar	C
09 – Duplicatas Descontadas	C
10 – Empréstimos Bancários	C
11 – Mercadorias em Estoque	D
12 – Receitas Antecipadas	C
13 – Venda de Mercadorias	C

Logo, temos sete contas de saldo devedor e seis contas de saldo credor.

Alternativa correta letra “B”.

2.16. (ATE/MS/2001-ESAF)

CONTAS	Saldos Devedores	Créditos (direitos)
Ações de Coligadas 100,00	100,00	
Aluguéis a Pagar 150,00		
Aluguéis a Receber 200,00	200,00	200,00
Caixa 250,00	250,00	
Capital a Integralizar 300,00	300,00	300,00
Capital Social 950,00		
Clientes 900,00	900,00	900,00
Duplicatas Aceitas 850,00		
Duplicatas Emitidas 800,00	800,00	800,00
Fornecedores 750,00		
Juros Ativos 700,00		
Juros Passivos 650,00	650,00	
Máquinas e Equipamentos 600,00	600,00	
Materiais 550,00	550,00	
Mercadorias 500,00	500,00	
Notas Promissórias Aceitas 450,00	450,00	450,00
Notas Promissórias Emitidas 400,00		
Receitas a Receber 350,00	350,00	350,00
Receitas a Vencer 300,00		
TOTAIS	5.650,00	3.000,00

Alternativa correta letra ”E”.

CAPÍTULO 3 – TÉCNICAS CONTÁBEIS

Questão 3.1 (TRF/2000)

Analisando cada alternativa temos o seguinte:

a) (Correta) Lançamento de 3ª fórmula

- D – Duplicatas a Pagar
- D – Juros Passivos
- C – Bancos c/Movimento

b) (Errada) O saldo credor no extrato bancário significa um valor disponível na conta-corrente da empresa, representado por um saldo devedor da conta de Ativo “Bancos c/Movimento”, e não por um Passivo.

c) (Correta) Lançamento de 4ª fórmula

- D – Máquinas para alugar (AP Investimentos)
- D – Máquinas para Revenda (AC)
- C – Caixa (AC)
- C – Títulos a Pagar (PC)

O fato é permutativo pois não afeta o patrimônio líquido.

d) (Correta)

Provisões Ativas

- Provisão para ajuste de estoques ao valor de mercado (AC);
- Provisão para devedores duvidosos (AC);
- Provisão para perdas prováveis na realização de investimentos (AP).

Provisões Passivas

- Provisão para imposto de renda;
- Provisão para férias;
- Provisão para Contribuição Social s/lucro.

O lançamento se dá sempre a débito de uma conta de despesa e a crédito da provisão.

e) (Correta) Os efeitos de uma devolução de vendas são os seguintes:

Rubrica	Efeito
Receita de Vendas	Reduz
Custo das Vendas	Reduz
Estoque Final	Aumenta

Resposta: Letra B

Questão 3.2 (TRF/2000)

- a) (Incorreta)
Recebimento de Duplicata com juros

Caixa		
a Diversos		
a Duplicatas a Receber	300,00	
a Juros Ativos	<u>30,00</u>	330,00

- b) (Incorreta)
Pagamento de Duplicata com desconto

Duplicatas a Pagar		
a Diversos		
a Caixa	270,00	
a Descontos Ativos	<u>30,00</u>	300,00

- c) (Correta)
O lançamento também pode ser efetuado da seguinte forma:

Diversos		
a Diversos		
Caixa	100,00	
Clientes	400,00	
CMV	<u>350,00</u>	850,00
a Mercadorias	350,00	
a Vendas	<u>500,00</u>	850,00

$$\text{RCM} = \text{Vendas} - \text{CMV} = 500 - 350 = 150$$

- d) (Incorreta)
Depósito Bancário

Bancos c/Movimento		
a Caixa	250,00	

- e) (Incorreta)
Pagamento de Comissões

Comissões Passivas		
a Caixa	60,00	

Resposta: Letra C

Questão 3.3 (AG-PF/2000)

1. **(Errada)** Saldo correto das Contas:

Bancos conta movimento (devedor)	– Errada
Contas a Recebr (devedor)	– Errada
Depreciação e Amortização Acumulada (credor)	- Correta

Portanto, como a conta Depreciação e Amortização Acumulada está classificada corretamente (saldo credor), a afirmativa é falsa.

2. **(Correta)** Saldo correto das Contas:

Despesas do Período Seguinte (devedor)	– Correta
Ações Avaliadas pelo Custo (devedor)	– Correta
Capital Social (credor)	- Correta

3. **(Errada)** Lançamento de compra à vista de máquinas e equipamentos:

D Máquinas e Equipamentos	100	
C Caixa		100

O lançamento acima aumenta os saldos devedores em R\$ 100,00 (Máquinas e Equipamentos), mas ao mesmo tempo os diminui em R\$ 100,00 (Caixa), portanto não há alteração no total dos saldos credores e devedores.

4. **(Correta)** A conta Capital a Integralizar é retificadora do Capital Social (Patrimônio Líquido), portanto seu saldo é devedor.

5. **(Correta)** Os salários e respectivos encargos do pessoal ligado à área de administração são considerados despesas administrativas.

Questão 3.4 (AFRF/2000)

A questão pergunta o valor do capital próprio. Vamos efetuar os lançamentos:

a) Comprou roupas com R\$ 105,00 que sua mãe lhe deu:

D - Roupas (ativo)	105,00	
C - Capital (PL)		105,00

b) Empréstimos de R\$30,00

D - Caixa (+A)	30,00	
C - Empréstimos (+P)		30,00

c) Pagamento de despesas c/ ônibus e jornal

D - Despesas (-PL)	3,00	
C - Caixa (-A)		3,00

d) Compra de caixa de bombons fiado:

D - Estoques (+A)	50,00	
C - Empréstimos (+P)		50,00

- e) Refeição de R\$ 12,00 com desconto de R\$ 2,00
- | | | |
|-----------------------------|-------|--|
| D - Despesas (-PL) | 12,00 | |
| C - Descontos obtidos (+PL) | 2,00 | |
| C - Caixa (-A) | 10,00 | |
- f) Venda de metade dos bombons por R\$ 40,00
- | | | |
|-------------------|-------|--|
| D - Caixa (+A) | 40,00 | |
| C - Estoques (-A) | 25,00 | |
| C - Lucros (+PL) | 15,00 | |

PL			
(C)	1,80	105	(A)
(C)	1,20	2	(E)
(E)	12	15	(F)
	15	122	
		107	

Ativo			
(A)	105	3	(C)
(B)	30	10	(E)
(D)	50	25	(F)
(F)	40		
	225	38	
	187		

Passivo	
	30 (B)
	<u>50 (D)</u>
	80

Equação fundamental do patrimônio:

$$A - P = PL$$

$$187 - 80 = 107$$

Resposta: Letra E

Questão 3.5 (MTB-CESPE-UNB/94)

Fato contábil permutativo é aquele que não altera o patrimônio líquido.

A doutrina costuma dizer que o fato permutativo envolve somente contas patrimoniais, no que está certa. Porém, devemos analisar com muito cuidado esta afirmação, pois em alguns casos, mesmo envolvendo apenas contas patrimoniais, o fato contábil pode ser modificativo, como é o caso de recebimento de doações e subvenções, visto que há a entrada no patrimônio de um bem ou direito que afeta diretamente o patrimônio líquido.

Dentre os fatos apresentados o que não afeta o patrimônio líquido é o representado pela letra “c”, pois há apenas uma permuta entre elementos do próprio patrimônio líquido.

A resposta correta é a letra “c”.

Questão 3.6 (SEFA/PA – 2002/ESAF)

A questão versa sobre as fórmulas de lançamento. Consideram-se de primeira fórmula os lançamentos em que se debita apenas uma conta e em contrapartida se credita também apenas uma conta.

São de segunda fórmula os lançamentos quando é debitada uma conta e creditadas duas ou mais contas.

São de terceira fórmula os lançamentos quando são debitadas duas ou mais conta e creditada apenas uma.

São de quarta fórmula os lançamentos quando são debitadas duas ou mais contas e creditadas duas ou mais contas.

Desta forma, a resposta correta é a da letra “a”.

Questão 3.7. (SEFA/PA – 2002/ESAF)

Letra “a”: O ativo pode sofrer acréscimos por diversas razões como, por exemplo, o recebimento de doações o que não reflete em movimentação de contas do passivo.

Letra “b”: Um decréscimo do ativo não implica em aumento do passivo.

Letra “c”: Um acréscimo em uma conta do ativo pode corresponder a um decréscimo do valor de outra conta do ativo e não implica, necessariamente, em acréscimo em conta de passivo ou do patrimônio líquido.

Letra “d”: Um decréscimo no valor total do ativo corresponde a um decréscimo de conta do passivo ou do patrimônio líquido.

Letra “e”: Um acréscimo no total do ativo pode refletir em acréscimo no passivo ou do patrimônio líquido.

A alternativa correta é a letra “e”.

Questão 3.8. (SERPRO/2001–ESAF)

Apuração do resultado de 1999, segundo o regime de CAIXA:

Contas	Despesas	Receitas
Aluguel	180,00	
Recebimento de juros		150,00
Somas	180,00	150,00
Resultado = PREJUÍZO	30,00	

Apuração do resultado de 1999, segundo o regime de COMPETÊNCIA:

Contas	Despesas	Receitas
Salários	200,00	
Serviços prestados		310,00
Somas	200,00	310,00
Resultado = LUCRO		110,00

Alteração no resultado:

Regimes	Prejuízo	Lucro
Caixa	30,00	
Competência		110,00
Somas	30,00	110,00
Resultado modificado		80,00

A resposta correta é a letra “d”.

Questão 3.9. (AFRF/2002/ESAF)

O art. 182 da Lei nº 6.404/76, em seu § 2º, estabelece que:

Art. 182. A conta do capital social discriminará o montante subscrito e, por dedução, a parcela ainda não realizada.

...

§ 2º Será ainda registrado como reserva de capital o resultado da correção monetária do capital realizado, enquanto não-capitalizado.

Dessa forma, o valor contábil do capital equiivale ao capital integralizado, portanto o valor do capital social no valor de R\$ 5.000,00 e do capital a integralizar não são elementos necessários à solução deste problema.

A questão solicita o capital próprio, que em última análise representa o valor do PL, o qual apuramos pelo uso das seguintes contas:

Capital Integralizado no valor de	R\$ 3.500,00
Lucros Acumulados no valor de	R\$ 500,00
Prejuízo Líquido do Exercício no valor de	(R\$ 1.000,00)
Total	R\$ 3.000,00

A alternativa correta é letra “e”.

Questão 3.10. (AFRF/2002/ESAF)

O art. 100 da Lei nº 6.404/1976, elenca os livros societários exigidos para as companhias:

Art. 100. A companhia deve ter, além dos livros obrigatórios para qualquer comerciante, os seguintes, revestidos das mesmas formalidades legais:

I - o livro de Registro de Ações Nominativas, para inscrição, anotação ou averbação: (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 5.5.1997)

a) do nome do acionista e do número das suas ações;

b) das entradas ou prestações de capital realizado;

c) das conversões de ações, de uma em outra espécie ou classe; (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 5.5.1997)

d) do resgate, reembolso e amortização das ações, ou de sua aquisição pela companhia;

e) das mutações operadas pela alienação ou transferência de ações;

f) do penhor, usufruto, fideicomisso, da alienação fiduciária em garantia ou de qualquer ônus que grave as ações ou obste sua negociação.

II - o livro de "Transferência de Ações Nominativas", para lançamento dos termos de transferência, que deverão ser assinados pelo cedente e pelo cessionário ou seus legítimos representantes;

III - o livro de "Registro de Partes Beneficiárias Nominativas" e o de "Transferência de Partes Beneficiárias Nominativas", se tiverem sido emitidas, observando-se, em ambos, no que couber, o disposto nos números I e II deste artigo;

IV - o livro de Atas das Assembléias Gerais; (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 5.5.1997)

V - o livro de Presença dos Acionistas; (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 5.5.1997)

VI - os livros de Atas das Reuniões do Conselho de Administração, se houver, e de Atas das Reuniões de Diretoria; (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 5.5.1997)

VII - o livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal. (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 5.5.1997)

§ 1º A qualquer pessoa, desde que se destinem a defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal ou dos acionistas ou do mercado de valores mobiliários, serão dadas certidões dos assentamentos constantes dos livros mencionados nos incisos I a III, e por elas a companhia poderá cobrar o custo do serviço, cabendo, do indeferimento do pedido por parte da companhia, recurso à Comissão de Valores Mobiliários. (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 5.5.1997)

§ 2º Nas companhias abertas, os livros referidos nos incisos I a III do caput deste artigo poderão ser substituídos, observadas as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, por registros mecanizados ou eletrônicos. (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 5.5.1997)

Como se pode perceber não é exigido o Livro de Registro de Ações Ordinárias. Essa foi muito sutil.

Resposta: Letra A

Questão 3.11. (AFRF/2002/ESAF)

As operações foram realizadas em 30 de agosto de 2000, então, pelo empréstimo, temos que os vencimentos serão:

30 janeiro 2001	R\$ 3.000,00	
30 agosto 2001	R\$ 3.000,00	
30 janeiro 2002	R\$ 3.000,00	
30 agosto 2002	R\$ 3.000,00	Longo prazo
30 janeiro 2003	R\$ 3.000,00	

Valores a receber pela alienação de suas máquinas:

30 de outubro 2000	R\$ 2.000,00	
30 de dezembro 2000	R\$ 2.000,00	
28 de fevereiro 2001	R\$ 2.000,00	
30 de abril 2001	R\$ 2.000,00	
30 de junho 2001	R\$ 2.000,00	
30 de agosto 2001	R\$ 2.000,00	
30 de outubro 2001	R\$ 2.000,00	
30 de dezembro 2001	R\$ 2.000,00	
28 de fevereiro 2002	R\$ 2.000,00	Longo Prazo
30 de abril 2002	R\$ 2.000,00	

Em 31 de 12 de 2000, os valores a receber a curto prazo foram de R\$ 12.000,00

Na mesma data, os valores a receber a longo prazo foram de R\$ 4.000,00.

Os valores a pagar a curto prazo são de R\$ 6.000,00

Os valores a pagar a longo prazo são de R\$ 9.000,00

O saldo a compensar a longo prazo é de R\$ 5.000,00

Resposta: Letra B

Questão 3.12. (TRF/2002/ESAF)

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da RESOLUÇÃO Nº 563 de 28 de outubro de 1983, Aprova a NBC T 2.1, que trata das Formalidades da Escrituração Contábil.

Segundo essa resolução, as formalidades são:

1 – A Entidade deve manter um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, através de processo manual, mecanizado ou eletrônico.

2 – A escrituração será executada:

a) em idioma e moeda corrente nacionais;

b) em forma contábil;

c) em ordem cronológica de dia, mês e ano;

d) com ausência de espaços em branco, entrelinhas, borrões, rasuras, emendas ou transportes para as margens;

e) com base em documentos de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

2.1 – A terminologia utilizada deve expressar o verdadeiro significado das transações.

2.2 – Admite-se o uso de códigos e/ou abreviaturas nos históricos dos lançamentos, desde que permanentes e uniformes, devendo constar, em elenco identificador, no “Diário” ou em registro especial revestido das formalidades extrínsecas.

3 – A escrituração contábil e a emissão de relatórios, peças, análises e mapas demonstrativos e demonstrações contábeis são de atribuição e responsabilidade exclusivas de Contabilista legalmente habilitado.

4 – O Balanço e demais Demonstrações Contábeis de encerramento de exercício serão transcritos no “Diário”, completando-se com as assinaturas do Contabilista e do titular ou representante legal da Entidade.

Igual procedimento será adotado quanto às Demonstrações Contábeis elaboradas por força de disposições legais, contratuais ou estatutárias.

5 – O “Diário” e o “Razão” constituem os registros permanentes da Entidade.

Os registros auxiliares, quando adotados, devem obedecer aos preceitos gerais da escrituração contábil, observadas as peculiaridades da sua função. No “Diário” serão lançadas, em ordem cronológica, com individualização, clareza e referência ao documento probante, todas as 107 operações ocorridas, incluídas as de natureza aleatória, e quaisquer outros fatos que provoquem variações patrimoniais.

5.1 – Observado o disposto no “caput”, admite-se:

a) a escrituração do “Diário” por meio de partidas mensais;

b) a escrituração resumida ou sintética do “Diário”, com valores totais que não excedam a operações de um mês, desde que haja escrituração analítica lançada em registros auxiliares.

5.2 – Quando o “Diário” e o “Razão” forem feitos por processo que utilize fichas ou folhas soltas, deverá ser adotado o registro “Balancetes Diários e Balanços”.

5.3 – No caso de a Entidade adotar para sua escrituração contábil o processo eletrônico, os formulários contínuos, numerados mecânica ou tipograficamente, serão destacados e encadernados em forma de livro.

5.4 – O Livro Diário será registrado no Registro Público competente, de acordo com a legislação vigente.

**Publicada no DOU, de 30-12-83.*

Percebe-se que na escrituração contábil não devem haver emendas, rasuras e espaços em branco, logo a letra “e” está incorreta, isto é, a alternativa a ser assinalada.

Resposta: Letra E

Questão 3.13. (AGENTE TRIBUTÁRIO ESTADUAL – ATE – MS-ESAF-2001)

Uma diminuição e aumento simultâneo no ativo circulante, quando não há desconto ou acréscimo, constitui-se num fato contábil permutativo, visto que não altera o Patrimônio Líquido (PL).

Porém, ocorre alteração no Patrimônio, qualitativa no patrimônio e na alternativa “e” afirma-se que não haverá alterações, por isso ela está errada.

Alternativa correta letra “D”.

Questão 3.14. (MPOG-ESAF/2001)

Fato contábil misto diminutivo é aquele que envolve duas ou mais contas patrimoniais e uma conta de despesa. Assim, teremos em um único fato contábil um fato permutativo e um fato modificativo diminutivo.

Letra a) } Neste lançamento foi debitada a conta Fornecedores e creditadas as contas Bancos e Abatimentos.

Fornecedores e Bancos são contas patrimoniais e abatimentos recebidos no pagamento de obrigação é conta de resultado, significando receita. Portanto o fato é misto aumentativo.

Letra b) } Receitas financeiras é uma receita ao passo que Caixa e Duplicatas a receber são contas patrimoniais. Logo o fato é misto aumentativo.

Letra c) } O fato apresentado envolve apenas contas patrimoniais, portanto é fato permutativo.

Letra d) } Igualmente a alternativa anterior, o fato é permutativo, pois as contas envolvidas são patrimoniais.

Letra e) } Empréstimos bancários e Títulos a Pagar são contas patrimoniais e Encargos Financeiros é conta de resultado, mais especificamente, conta de despesa. Dessa forma, o fato que nos foi apresentado é misto diminutivo.

A alternativa E está correta.

CAPÍTULO 4 – OPERAÇÕES COM MERCADORIAS

Questão 4.1 (AFRF/98)

Ficha de Controle de Estoque – Custo Médio

Operação	Entradas			Saídas			Saldo		
	QTD	V.U.	V.T.	QTD	V.U.	V.T.	QTD	V.U.	V.T.
Saldo inicial							2.000	60,00	120.000,00
Venda				1500	60,00	90.000,00	500	60,00	30.000,00
Devolução da Venda				(300)	60,00	(18.000,00)	800	60,00	48.000,00
TOTAL					CMV	72.000,00		EF	48.000,00

Obs: O abatimento concedido sobre vendas não influencia o valor do estoque, mas sim o valor da receita líquida de vendas. Relembrando, são redutores da receita bruta de vendas:

- impostos sobre vendas (ICMS, PIS, CONFINS, IE);
- descontos incondicionais concedidos;
- abatimento s/ vendas;
- devoluções de vendas.

Resposta: Letra D

Questão 4.2 (TCE-ES/94)

Se a empresa não adota o inventário permanente é porque utiliza o sistema de controle periódico. Sendo assim, primeiramente devemos calcular o valor das compras líquidas:

Compras Brutas	4.500.000
(-) Abatimentos s/compras	(72.500)
(-) Devolução de Compras	(98.500)
(=) Compras Líquidas	4.329.000

Para o cálculo do CMV, utilizaremos a fórmula:

$$\text{CMV} = \text{EI} + \text{CL} - \text{EF}$$

$$\text{CMV} = 1.620.000 + 4.329.000 - 810.000 = 5.139.000$$

Para o cálculo do RCM, deveremos antes obter o valor das Vendas Líquidas. Assim:

Vendas Brutas	7.250.000
(-) Devolução de Vendas	(120.000)
(-) Descontos s/ vendas	(*) (65.000)
(-) Abatimentos s/ vendas	(38.750)
(=) Vendas Líquidas (VL)	7.026.250

O RCM será então obtido pela fórmula:

$$\text{RCM} = \text{VL} - \text{CMV}$$

$$\text{RCM} = 7.026.250 - 5.139.000 = \mathbf{1.887.250}$$

(*) OBS: Consideramos nesta questão que os descontos sobre vendas foram **incondicionais (comerciais)**, pois somente estes reduzem a receita bruta. Os descontos condicionais (financeiros) são considerados despesas financeiras (operacionais) e não reduzem o valor das Vendas Brutas.

Resposta: Letra B

Questão 4.3 (ICMS/SC - 98)

Deduções da receita bruta (D) = 320

$$D = 5\% \times RB$$

$$CMV = 80\% \times RL = EI + C - EF$$

$$EF (31/12/93) = 530$$

$$LB = RL - CMV$$

$$LB = RL - (80\% \times RL) = [20\% \times RL]$$

$$D = 5\% \times RB \therefore RB = \frac{D}{0,05} = \frac{320}{0,05} = 6400$$

$$RL = RB - D = 6400 - 320 = 6.080$$

$$CMV = 80\% \times RL = 80\% \times 6.080 = 4.864$$

$$LB = RL - CMV = 6.080 - 4864 = 1.216$$

DRE

RB	6.400
(-) Deduções da RB	(320)
(=) RL	6.080
(-) CMV	(4.864)
(=) LB	1.216

Resposta: Letra A

Questão 4.4 (ICMS/SC-98)

Esta questão é uma “pegadinha”. Estamos acostumados a ouvir falar que o critério UEPS não é aceito pela legislação do IR por ser aquele que fornece o **maior valor para o custo e o menor para o lucro**, conseqüentemente.

Só que isto é válido somente para economias inflacionárias (preço crescente). Na questão os preços decrescem a cada compra (deflação). Assim, pelo método PEPS (primeiro a entrar é o primeiro a sair), o estoque final (último a entrar) terá os valores mais recentes, ou seja, os menores. Já o custo das mercadorias vendidas (CMV) será pelas aquisições mais antigas (preços mais altos).

OBS.: Numa situação de inflação o raciocínio deve ser invertido.

Resposta: Letra A

Questão 4.5 (TFC-2000)

Efetuando os lançamentos, temos:

1) Compra a prazo:

$$400 \text{ unid} \times \$5,00 = \$2.000,00$$

D – Mercadorias	2.000	
C – Fornecedores		2.000

2) Venda a prazo:

Preço de venda: 300 X \$6,00 = \$1.800,00

Preço de custo: 300 X \$5,00 = \$1.500,00

D – Clientes	1.800	
C – Vendas		1.800

D – CMV	1.500	
C – Mercadorias		1.500

OBS: Como o estoque inicial era de 260 unidades, o custo unitário será de $\$1.300,00/260 = \$5,00$. Portanto, não faria diferença na questão o método de custeio aplicado (PEPS, UEPS ou PMP).

3) Pagamento de dívida com juros:

D – Fornecedores	1.000	
D – Juros Passivos	100	
C – Caixa		1.100

4) Recebimento de direitos com desconto:

D – Descontos Concedidos	80	
D – Caixa	720	
C – Clientes		800

Razonetes

CAIXA			
SI	1500	1100	(3)
(4)	720		
	2220	1100	
	1120		

MERCADORIAS			
SI	1300		
(1)	2000	1500	(2)
	3300	1500	
	1800		

CLIENTES			
SI	1000		
(2)	1800	800	(4)
	2800	800	
	2000		

FORNECEDORES			
		1800	SI
(3)	1000	2000	(1)
	1000	3800	
		2800	

Demonstração do Resultado do Exercício

Vendas	1.800
(-) CMV	(1.500)
(=) Lucro Bruto	300
(-) Descontos Financeiros	(80)
(-) Juros Passivos	(100)
(=) Lucro Líquido	120

Balço Final

Ativo		Passivo	
Caixa	1.120	Fornecedores	2.800
Clientes	2.000	Patrimônio Líquido	
Mercadorias	1.800	Capital	4.200
Móveis e Utensílios	2.200	Lucros	120
Total	7.120	Total	7.120

Patrimônio Líquido = 4.200 + 120 = 4.320

Resposta: Letra E

Questão 4.6 (TTN-98)

Ficha de controle de Estoques (Custo Médio)

Data	Entradas			Saídas			Saldos		
	QTD	VU	V.T.	QTD	V.U.	V.T.	QTD	V.U.	V.T.
31/3/98							200	10,00	2.000,00
02/4/98	400	13,00	5.200,00				600	12,00	7.200,00
03/4/98				500	12,00	6.000,00	100	12,00	1.200,00
04/4/98	400	15,00	6.000				500	14,40	7.200,00
05/4/98				200	14,40	2.880,00	300	14,40	4.320,00
					CMV	8.880,00		EF	4.320,00

Lançamentos**02/04/98**

D - Estoques 5.200
C - Fornecedores 5.200

03/04/98

D - Clientes 6.000
C - Vendas 6.000

D - CMV 6.000
C - Estoques 6.000

Obs.: Foi coincidência o fato de as mercadorias estarem sendo vendidas pelo mesmo preço do custo médio (lucro na operação igual a zero)

04/04/98

D - Estoques 6.000
C - Caixa 6.000

05/04/98

D - Caixa 3.600
 C - Vendas 3.600

D - CMV 2.880
 C - Estoque 2.880

Analisando as alternativas:

- a) O CMV das vendas do dia 03/04/98 foi de \$ 6.000,00.
 b) Esta é a correta conforme a ficha de estoques (EF = 300 x \$ 14,40 = \$ 4.320,00)
 c) Lucro Bruto = Vendas - CMV
 Vendas = 3.600 + 6.000 = 9.600
 LB = 9.600 - 8.880,00 = \$720,00
 d) (Errada) foram vendidas:
 500 unid. x \$ 12,00 = \$ 6.000 (CMV)
 200 unid. x \$ 14,40 = \$ 2.880 (CMV)
 Total = 700 unid. \$ 8.880
 Se fossemos calcular a media diaria
 \$8.880,00 / 700 = \$ 12,69
 e) Nas vendas do dia 05/04/98 o lucro bruto foi de:
 LB = V - CMV
 LB = 3.600 - 2.800 = \$ 720,00
 Lucro por unidade = \$720,00 /200 = \$3,60 por unidade

Resposta: Letra B**Questão 4.7 (TCU-99)**

A empresa que utiliza o sistema do inventário periódico (contagem física) deve avaliar o seu estoque (final) ao custo das últimas entradas, semelhante ao que ocorre no método PEPS.

Resposta: Letra B**Questão 4.8 (AFRF-2000)**

Pelo método UEPS:

Data	Entradas			Saídas			Saldos		
	QTD	VU	VT	QTD	VU	VT	QTD	VU	VT
01/11							200	1,50	300,00
02/11	300	2,00	600,00				200	1,50	300,00
							300	2,00	600,00
10/11				200	2,00	400,00	200	1,50	300,00
							100	2,00	200,00
15/11	160	2,50	400,00				200	1,50	300,00
							100	2,00	200,00
							160	2,50	400,00
30/11				150	2,50	375,00	200	1,50	300,00
							100	2,00	200,00
							10	2,50	25,00
					CMV	775,00		EF	525,00

Resposta: Letra D

Questão 4.9 (AFRF-2000)

O CMV será obtido pela fórmula:

$$\text{CMV} = \text{EI} + \text{C} - \text{EF} = 1.200 + 5040 - 240 = 6.000$$

O custo unitário das compras é obtido pela divisão do valor total das mesmas pela quantidade adquirida. Assim:

$$\text{C.U.} = \frac{5.040}{400} = \$12,60$$

Resposta: Letra B

OBS.: A questão citou que o Resultado Operacional foi de \$2.000. Caso se tratasse do Resultado Bruto (RCM), o valor da Receita Líquida seria obtido pela fórmula:

$$\text{RCM} = \text{VL} - \text{CMV}$$

$$\therefore \text{VL} = \text{CMV} + \text{RCM} = 6000 + 2000 = 8000$$

Caso fosse o Resultado Operacional Líquido não teríamos como calcular o valor da Receita Líquida, pois a questão não forneceu dado de Despesas e Receitas Operacionais.

4.10. (ESAF/TTN-1994/vespertino) –

RCM representa o valor das vendas menos o CMV.

$$\text{RCM} = \text{V} - \text{CMV}$$

Como o custo das mercadorias vendidas (CMV) é igual ao estoque inicial mais compras menos estoque final ($\text{CMV} = \text{Ei} + \text{Co} - \text{Ef}$), podemos substituir esta expressão na apuração do RCM e obteremos:

$$\text{RCM} = \text{V} - (\text{Ei} + \text{Co} - \text{Ef})$$

$$\text{RCM} = \text{V} - \text{Ei} - \text{Co} + \text{Ef}.$$

A resposta correta é a letra “a”.

4.11. (ESAF/TCU-1999)

Quando a empresa não possuir controle permanente de estoques, vale dizer, quando adotar o sistema de inventário periódico, o valor do estoque final será avaliado pelo critério PEPS, isto é, as mercadorias existentes no final do período serão avaliadas pelo custo das últimas aquisições.

A resposta correta é a letra “b”.

4.12. (ESAF/MPOG/2001)

Essa questão solicita que se apure o estoque final de mercadorias, segundo um dos métodos: PEPS, UEPS e MPM.

Pelo método PEPS consideram-se vendidos os produtos adquiridos há mais tempo. Isso faz com que fique em estoque os valores das aquisições mais recentes.

Pelo método UEPS, a situação se inverte, isto é, consideram-se vendidos as aquisições mais recentes, permanecendo em estoque as aquisições mais antigas.

Pelo método da MPM, o custo das mercadorias vendidas é obtido pelo preço médio das aquisições anteriores a venda.

Começaremos a análise pelo método PEPS, embora, em questões de prova, aconselhamos o início pela MPM pelo fato de representar, aproximadamente, a média entre o PEPS e o UEPS. Com isso, podemos eliminar alguma alternativa, visto que em uma economia de elevação de preços os estoques, se avaliados pelo método PEPS tendem a ser menores do que se fosse avaliado pelo método UEPS.

Não utilizaremos as famosas fichas no intuito de levá-los a utilização de um raciocínio que lhes poderá ser útil no momento da prova por economizar tempo.

Pelo método PEPS, como houve apenas uma venda de 15 unidades, devemos considerar vendido o estoque inicial (5 unidades) e a aquisição A (10 unidades). Assim, resta no estoque final o seguinte valor:

B - 10 u	x	\$ 8,50	=	85,00
D - 5 u	x	\$ 10,0	=	50,00
Estoque final			=	135,00

Ressalte-se, ainda, por pertinente, que as saídas ou vendas devem ser feitas pelo valor de entrada (compras ou estoque) e não pelo valor de venda. O fato de utilizar o sistema de inventário periódico ou permanente não altera o valor do estoque final no método PEPS. A propósito, se utilizado o sistema de inventário periódico só se pode avaliar o estoque final pelo método PEPS.

Como o estoque final apurado pelo método PEPS é de \$135,00, podemos eliminar as alternativas “a” e “b”.

Pelo método UEPS encontramos a seguinte situação:

As 15 unidades vendidas são:

10 unidades de B e 5 unidades de D. Restam, portanto, em estoque:

O estoque inicial (5 x 3)	=	\$15,00
5 unidades de A (5 x 5)	=	\$25,00
<u>5 unidades de D (5 x 10)</u>	=	<u>\$50,00</u>
Estoque final	=	\$90,00

Atenção! Conforme já frisado, no sistema de inventário periódico, admite-se apenas o uso do método PEPS. Com isso eliminamos as alternativas “d” e “e”.

Pelo método da MPM o valor do estoque final pode ser assim obtido:

Ei -	5u	x	\$3,0	=	\$ 15,00
A-	10u	x	\$5,0	=	\$ 50,00
<u>b-</u>	<u>10u</u>	<u>x</u>	<u>\$8,5</u>	<u>=</u>	<u>\$ 85,00</u>
total = 25u		x	?	=	\$ 150,00

Obtemos o Custo Médio Unitário pela divisão de \$ 150,00 por 25U, o que resulta em \$ 6,0/u. Assim:

25 u	x	\$ 6,0	=	\$ 150,00
<u>- 15 u</u>	<u>x</u>	<u>\$ 6,0</u>	<u>=</u>	<u>\$ 90,00</u>
= 10u	x	\$ 6,0	=	\$ 60,00
<u>+ 5 u</u>	<u>x</u>	<u>\$ 10,0</u>	<u>=</u>	<u>\$ 50,00</u>
Total			=	\$ 110,00

A alternativa correta é a letra “c”.

4.13. (ESAF/CVM/PLANEJAMENTO-2001)

O valor das vendas brutas foi de R\$ 1.000,00, no entanto houve devolução de vendas no valor de R\$ 200,00. Desta forma, as vendas líquidas alcançaram R\$ 800,00.

O CMV inicial foi de R\$ 600,00. A devolução ensejou um registro de débito a fornecedores pelo valor de R\$ 100,00, logo o custo da mercadoria devolvida foi de R\$ 100,00. Assim, o CMV final foi de apenas R\$ 500,00.

Considerando que o valor das vendas líquidas foi de R\$ 800,00 e que o CMV líquido foi de R\$ 500,00, então o Lucro Bruto foi de R\$ 300,00.

A resposta correta é a letra “d”.

4.14. (ESAF/SUSEP/2001)

Nessa questão é solicitado o lançamento de aquisição de mercadorias com uso exclusivo de lançamentos de primeira fórmula (1 débito e um crédito).

O preço da mercadoria é de R\$ 30,00 a unidade, que multiplicado por 500 unidades, resulta no valor de R\$ 15.000. Entretanto, sobre esse valor deve incidir o IPI de 4%, cujo valor é de R\$ 600,00.

O ICMS deve ser calculado sobre o preço da mercadoria, ou seja, 12% de R\$ 15.000,00 = R\$ 1.800,00.

Dessa forma, teremos a seguinte situação:

D – mercadorias	R\$ 13.800,00
D – ICMS a Recuperar	R\$ 1.800,00
C – Fornecedores	R\$ 15.600,00

Porém, como nos foi solicitado que o lançamento fosse efetuado pela primeira fórmula, temos:

D – Mercadorias	
C – Fornecedores	R\$ 15.000,00

D – ICMS a Recuperar	
C – Mercadorias	R\$ 1.800,00

D – Mercadorias	
C – Fornecedores (IPI)	R\$ 600,00

A alternativa correta é a de letra “d”.

4.15. (SEFA/PA – 2002/ESAF)

De início, deve-se informar aos concursandos que a terminologia empregada na formulação das questões não condiz, necessariamente, com a terminologia mais adequada tecnicamente.

É o caso da questão em tela, pois no enunciado fala em despesas quando deveria ser utilizada a expressão gastos ou desembolsos. Fazemos este comentário introdutório em face da resposta apresentada pela banca examinadora como sendo a resposta correta.

Analisando as alternativas apresentadas, tem-se que na alternativa “a” nos é afirmado que “as despesas de fretes e seguros pagas na aquisição de mercadorias para revenda devem ser classificadas como custo de aquisição de mercadorias.”. Salvo essa impropriedade técnica já frisada, a questão se apresenta como correta, pois os gastos ou dispêndios ou ainda os valores pagos a título de frete e seguros na aquisição de mercadorias devem integrar o custo de aquisição de mercadorias. Portanto não são despesas. São valores que devem ser ativados em estoque de mercadorias para revenda. A propósito, integram o custo de aquisição de mercadorias, insumos e de quaisquer bens que serão ativados, todos os gastos necessários à obtenção desses bens.

Com relação a alternativa “b”, o erro consiste precisamente no fato de a alternativa “a” estar correta, ou seja, não se tratam de despesas, mas de custos.

Para a alternativa “c”, cabe esclarecer que qualquer obrigação não paga é classificada no passivo, seja ela de curto prazo (circulante), seja de longo prazo (PELP).

No que diz respeito a alternativa “d” é de destacar que as despesas pagas na entrega de mercadorias vendidas se constituem em despesas operacionais. Jamais custo. A principal característica de custo é que ele é ativado (levado ao ativo).

A alternativa “e” aproveita o comentário da alternativa “d”, ou seja, como se trata de despesa operacional, afeta este.

Assim, com a ressalva já apontada, se afigura como correta somente a alternativa “a”.

4.16. (AFRF/2002–A/ESAF)

Na operação de compra houve incidência de ICMS de 12% sobre o valor de R\$ 120.000,00. Logo o valor de ICMS a Recuperar foi de R\$ 14.400,00.

Nas operações de venda a incidência de ICMS foi de 17% sobre o valor de R\$ 100.000,00, isto é, o ICMS a Recolher montou em R\$ 17.000,00. Logo, no mês seguinte, ao acertar as contas com o fisco, a empresa terá um saldo de ICMS a Recolher de R\$ 2.600,00. Portanto a alternativa correta é a letra “d”.

4.17. (AFRF/2002–A/ESAF)

Veja que a questão requer o conhecimento do funcionamento da incidência de ICMS e IPI em operações com mercadorias.

As compras realizadas por J. C. Comércio devem ir a estoque com os seguintes valores:

Mercadorias	300 pares x R\$ 20,00	= 6.000,00
ICMS s/compras (20%)		= 1.200,00 (incluso no preço)
<u>IPI sobre compras (30%)</u>		<u>= 1.800,00</u>
Valor total da nota		= 7.800,00

Como se trata de empresa comercial, fará jus a recuperar o ICMS, porém o valor do IPI deve ser incluído no estoque (ativado), pois não é recuperável.

Desta forma, irá para estoque o valor de R\$ 6.600,00.

Assim, o custo unitário, avaliados a custo médio, será:

Estoque inicial 200 u custo unitário R\$ 17,00 custo total R\$ 3.400,00

Compras 300u custo unitário R\$ 22,00 custo total R\$ 6.600,00

Total 500 u custo médio R\$ X custo total R\$ 10.000,00

$X = R\$ 10.000,00 / 500 u = R\$ 20,00/u$

Portanto, a alternativa correta é letra “c”.

4.18. (AFRF/2002–A/ESAF)

FICHA DE CONTROLE DE ESTOQUE – MÉTODO DO CMP										
MERCADORIA: Cestos de vime										
DATAS	HISTÓRICO	ENTRADAS			SAÍDAS			SALDO		
		Qtd	P.Uni	Total	Qtd	P.Unit.	Total	Qtd	P.Unit.	Total
Março										
01	Estoque inicial	-	-	-	-	-	-	15	3,00	45,00
5	venda	-	-	-	5	3,00	15,00	10	3,00	30,00
10	Compra	20	3,00	60,00	-	-	-	30	3,00	90,00
15	Compra	10	4,00	40,00				40	X	130,00
	Saldo							40	3,25	130,00
20	Venda	-	-	-	15	3,25	48,75	25	3,25	81,25
30	Venda	-	-	-	20	3,25	65,00	5	3,25	16,25
31	Saldo	-	-	-	-	-	-	5	3,25	16,25
TOTAIS				100,00			128,75			16,25

Analisando as alternativas apresentadas, temos que:

a) O estoque final apresenta custo unitário de R\$ 3,25. O estoque final é o próprio saldo, portanto a afirmativa está correta.

b) O custo das mercadorias vendidas foi de R\$ 128,75. Esse valor é encontrado na linha dos totais, coluna saídas total.

c) A venda do dia 20 deu lucro bruto de:

$15 u \times R\$ 6,00 = R\$ 90,00 - (20\% \text{ ICMS}) R\$ 18,00 = \text{Venda líquida de } R\$ 72,00 - (\text{CMV}) R\$ 48,75 = \text{Lucro Bruto } R\$ 23,25.$

d) O estoque no fim do dia 10 foi de R\$ 90,00.

e) O estoque final foi de R\$ 16,25.

Logo, a alternativa apresentada no gabarito está correta. Letra “a”.

CAPÍTULO 5 - TRIBUTOS, DESCONTOS, DEVOLUÇÕES e ABATIMENTOS

Questão 5.1 (AFRF/98)

Sabemos que, para obtenção da Receita Líquida de vendas, devemos deduzir da Receita Bruta:

- impostos s/ vendas (ICMS, PIS, CONFINS, IE, ISS);
- descontos incondicionais e abatimentos concedidos;
- devolução de vendas.

NOTA FISCAL	
2000 unid. x \$ 120,00	\$ 240.000,00
(+) IPI	\$ 2.100,00
(-) Desconto Comercial	(\$ 2.500,00)
TOTAL NF	\$ 239.600,00
ICMS destacado = \$ 2.400,00	

Obs.:

- 1) o frete de \$ 3.000,00 foi pago pelo vendedor, não sendo portanto, considerado custo para comprador, e sim "despesa de vendas" (operacional) para o vendedor;
- 2) o desconto de \$ 2.000,00 é financeiro.

Assim a DRE do vendedor fica:

vendas brutas	240.000
(-) ICMS + PIS + CONFINS	(3.900)
(-) descontos Comerciais	(2.500)
(=) receita Líquida	233.600
(-) CPV	(120.000)
(=) lucro Bruto	113.600
(-) frete sobre vendas	(3.000)
(-) outras despesas de vendas	(2.600)
(-) descontos financeiros concedidos	(2.000)
(-) salário de vendedores	(3.500)
(=) resultado operacional líquido	102.500

Resposta: Letra E

Questão 5.2 (ICMS/SC-98)

Para calcularmos o valor das vendas líquidas, basta utilizarmos os dados do balancete da seguinte forma:

Vendas Brutas (VB)	41.000
(-) ICMS s/ Vendas	(6.460)
(-) Devolução de Vendas	(3.000)
(=) Vendas Líquidas (VL)	31.540

Já para obtermos o valor do lucro bruto temos que utilizar a fórmula:

$$LB = VL - CMV, \text{ onde } CMV = EI + C - EF$$

Pelo balancete, sabemos que:

$$EI = 1.600; C = 14.080$$

Para calcularmos o valor do estoque final (EF) em 31/12/92, temos que utilizar o saldo do Ativo Circulante (AC) da DOAR nesta data, que é de 16.445.

Assim, devemos subtrair deste valor todos os demais valores do balancete referentes ao ativo circulante. O que sobra é o saldo da conta mercadorias (EF).

Ativo Circulante em 31/12/92	16.445
(-) Duplicatas a Receber	(5.000)
(-) Caixa e Bancos	(10.305)
(=) Estoque final	1.140

Agora basta aplicar as fórmulas:

$$CMV = EI + C - EF = 1.600 + 14.080 + 1.140 = 14.540$$

$$\therefore LB = VL - CMV = 31.540 - 14.540 = 17.000$$

Resposta: Letra A

Questão 5.3 (TRF-2000)

O método de custeio a ser utilizado é o das últimas entradas para avaliar os estoques.

Vendas Brutas (VB)	27.000
(-) ICMS s/ Vendas	(2.500)
(-) Devolução de Vendas	(500)
(=) Vendas Líquidas (VL)	24.000

Compras Brutas	15.000
(-) Abatimentos s/compras	(200)
(-) Devolução de Compras	(1.000)
(=) Compras Líquidas (CL)	13.800

OBS: O valor das compras brutas já é líquido do ICMS sobre compras, ou seja, não se deve deduzi-lo novamente.

Mercadorias disponíveis para venda (Disp):

$$Disp = EI + CL = 4.000 + 13.800 = 17.800$$

$$EF = 2/5 \times disp = 2/5 \times 17.800 = 7.120$$

$$CMV = EI + CL - EF = 4.000 + 13.800 - 7.120$$

$$CMV = 10.680$$

$$RCM = VL - CMV = 24.000 - 10.680 = 13.320$$

Resposta: Letra C

Questão 5.4 (TTN-98)

O valor de \$ 210,00 (total da nota) já inclui o IPI, que não é **recuperável** na operação (revenda). O ICMS, por sua vez, é recuperável. Portanto, para sabermos o valor lançado em estoques devemos subtrair do total pago apenas o valor do ICMS. Assim,

Valor da Nota	210,00
(-) ICMS	(34,00)
(=) valor a lançar em estoques	176,00

Valor unitário = \$ 176,00/4 = \$ 44,00

Resposta: Letra A

Para ilustrarmos, a Nota Fiscal e o lançamento são:

Nota Fiscal

4 unid. x \$ 50,00	200,00
+ IPI	10,00
Total NF	210,00
ICMS destacado	34,00

Lançamento

D - Máquinas para revenda (Estoque) 176,00
 D - ICMS a recuperar 34,00
 C - Caixa 210,00

Questão 5.5 (TTN-98)

A questão pede o valor do percentual do estoque final (EF), em relação as compras (C).

RB= Receita Bruta

LB = Lucro Bruto ou resultado operacional Bruto

RL= Receita Líquida

EI = Estoque Inicial

RL= RB - ICMS = 12.000 - [17% x 12.000]

RL = 0,83 x \$12.000 = \$9.960,00

LB = RL - CMV = 0,3 x \$12.000 = \$3.600,00

CMV = RL - LB = 9.960 - 3.600 = \$6.360,00

CMV = EI + C - EF

6.360 = 1.160 + 8.000 - EF

EF = \$2.800,00

O percentual em relação às compras é:

\$ 2.800,00 x 100 = **35%**

\$ 8.000,00

Resposta: Letra E

Questão 5.6 (AFCE/TCU-99)

Para resolvermos a questão temos que saber que o IPI não compõe a base de cálculo de ICMS somente se a mercadoria for adquirida para industrialização ou comercialização (artigo 13, § 2º da LC 87/96).

Na questão uma máquina foi adquirida para o ativo permanente e três para comercialização. Assim, teríamos que dividir a compra em duas, para efeito de cálculo dos impostos, sendo uma máquina para uso e três para revenda.

01 máquina para uso

01 unid. x R\$ 120,00	= R\$ 120,00
(+) IPI (10%)	= R\$ 12,00
Total da NF	= R\$ 132,00
(ICMS destacado = 12% x R\$132,00=)	R\$ 15,84)

03 máquinas para revenda

03 unid. x R\$ 120,00	= R\$ 360,00
(+) IPI 10%	= R\$ 36,00
Total da NF	= R\$ 396,00
(ICMS destacado = 12% x R\$360,00=)	R\$43,20)

Só que a ESAF considerou indevidamente que o ICMS não incidiria sobre o IPI em toda a compra. Assim, teríamos o seguinte:

Nota Fiscal de Compras

04 unid. x \$ 120,00	= \$ 480,00
(+) IPI 10%	= \$ 48,00
Total da NF	= \$ 528,00
(ICMS destacado = 12% x \$ 480,00 =)	\$ 57,60)

OBS.: Conforme o §5º do artigo 20 da LC 87/96, com redação dada pela LC 102/2000, o ICMS pago nas aquisições para o ativo permanente também pode ser recuperado. Os valores a serem lançados seriam os seguintes:

Mercadorias

3 x \$120,00	\$360,00
(-) ICMS = 12% x \$360,00	(\$43,20)
Subtotal	(\$316,80)
(+) IPI = 10% x \$360,00	\$36,00
Valor líquido	\$352,80

Móveis e Utensílios

1 x \$120,00	\$120,00
(-) ICMS = 12% x \$120,00	(\$14,40)
Subtotal	(\$105,60)
(+) IPI = 10% x \$120,00	\$12,00
Valor líquido	\$117,60

Lançamento

D – ICMS a recuperar	57,60
D – Móveis e Utensílios	117,60
D – Mercadorias	352,80
C – Bancos c/Movimento	528,00

Resposta: Letra D

Questão 5.7 (AFCE-TCU/99)

Para que a empresa se ressarcisse do seu custo e do ICMS sobre a venda sem obter nenhum lucro, o valor da sua venda líquida (VL) deveria ser igual ao CMV, pois:

$$RCM = VL - CMV$$

Se $RCM = 0$ (sem lucro), então $VL = CMV$

O valor das vendas líquidas será obtido pela seguinte fórmula:

$$VL = VB - ICMS \text{ (uma vez que não temos descontos nem devoluções de vendas).}$$

$$ICMS = 17\% \times VB = 0,17 VB$$

$$\text{Assim: } VB - ICMS = CMV$$

$$VB - 0,17 VB = 4.150$$

$$0,83 VB = 4.150$$

$$VB = 5.000$$

Resposta: Letra D

Questão 5.8 (AFTN/96)

O valor dos estoques consumidos, de acordo com o método da **média fixa**, deve ser calculado como se houvesse uma só venda (consumo) no mês por um valor unitário médio obtido pela divisão entre o valor das mercadorias disponíveis p/ venda e sua quantidade. Assim:

Lote	Data	Qtd	Valor	Valor total
A	4/1/x1	500	400,00	200.000,00
Frete (A)	5/1/x1	500	20,00	10.000,00
B	20/1/1	1.000	450,00	450.000,00
devolução (B)	21/1/x1	(200)	450,00	(90.000,00)
C	27/1/x1	2.000	520,00	1.040.000,00
Abatimento (C)	28/1/x1			(118.400,00)
Total				1.491.600,00

A quantidade adquirida totalizou:

Lote A	500
Lote B	800
Lote C	2.000
Total	3.300

O custo unitário (média fixa) foi de:

$$\text{Custo unitário} = \$ 1.491.600,00 / 3.300 = \$ 452,00$$

A quantidade vendida (consumida) foi de:

23/1	1.200
30/1	2.000
Total	3.200

Assim, o custo das mercadorias consumidas foi de:
 $3.200 \times \$ 452,00 = \$ 1.446.400,00$

OBS.: O método da média fixa não considera as datas em que as mercadorias foram adquiridas ou consumidas dentro do período, diferentemente do que ocorre com a média móvel.

Resposta: Letra D

Questão 5.9 (AG-PF/2000)

1. **(Errada)** A compra de mercadorias para revenda com desconto afetará o valor das Compras Líquidas (será reduzido). Este, por sua vez, reduz o CMV ($EI + CL - EF$). Porém, o lucro só é calculado após a venda das mercadorias ($RCM = V - CMV$).

2. **(Correta)** Lançamento na compra a prazo de material para estoque:

D Mercadorias	1.000	
C Fornecedores		1.000

3. **(Errada)** Lançamento:

D Mercadorias	10.000	
C Fornecedores		9.000
C Caixa		1.000

Não há conta redutora de lucro operacional envolvida.

4. **(Correta)** Lançamento:

D Mercadorias	20.400	
C Caixa		20.400

O frete neste caso foi suportado pelo comprador.

5. **(Errada)** Lançamento:

D Mercadorias	27.000	
D ICMS a Recuperar	3.000	
C Caixa		30.000

O registro é de **débito** de R\$ 27.000,00 em Estoques.

Questão 5.10 (AFRF-2000)

No cálculo do resultado operacional não entram as receitas com venda de bens do ativo permanente:

Estoque Final (EF) = 50

Estoque Inicial (EI) = 100

Compras (C) = 100

Cálculo do CMV:

$CMV = EI + C - EF$

$CMV = 100 + 100 - 50 = 150$

Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

Receia Bruta de Vendas	400
(-) ICM s/ vendas	(80)
(=) Receita Líquida	320
(-) CMV	(150)
(=) Resultado Bruto	170
(-) Despesas Operacionais	
• Comerciais (Vendas)	(50)
• Gerais	(110)
(=) Lucro Operacional Líquido	10

Como não foi especificado se o lucro operacional seria bruto ou líquido é de se supor que o examinador quisesse saber o lucro líquido.

Resposta: Letra A

CAPITULO 6 – CONTAS ESPECIAIS E AJUSTES

Questão 6.1 (AFRF/98)

A questão é típica de aplicação do princípio da competência, ou seja, apropriação mensal das despesas de seguro de acordo com a vigência da apólice.

Valor do prêmio: \$30.000 pagos em 30/04/97
Vigência: 01/05/97 a 30/04/98 (12 meses)

Como o valor foi todo lançado como despesa operacional no exercício de 1997 (erroneamente), devemos ajustá-lo em 31/12/97 para que a despesa seja corretamente apropriada. Assim:

Apropriação mensal: \$30.000 / 12 meses
= \$2.500 por mês

Apropriação em 97: maio a dezembro = 8 meses
\$ 2.500,00 x 8 = \$ 20.000,00

Apropriação em 98: janeiro a abril = 4 meses
\$ 2.500,00 x 4 = \$ 10.000,00

Lançamento de ajuste a ser efetuado em 31/12/97:

D – Seguros a Vencer	\$ 10.000
C – Despesas de Seguros	\$ 10.000

Desta forma, esta despesa que foi "estornada" do ano de 1997 deverá ser lançada em 1998 (\$10.000,00), reduzindo assim o resultado do ano de 1998 neste valor.

Resposta: Letra A

Questão 6.2 (AFRF/98)

Estoques: 100.000 unidades x \$ 1,00 = \$ 100.000,00
Duplicatas a Receber: \$ 200.000,00

a) **2% de créditos iliquidáveis** – de acordo com o princípio da prudência (maior valor para o passivo e menor valor para o ativo) deve ser constituída uma "Provisão para Devedores Duvidosos" no valor de 2% do saldo de duplicatas a receber. Assim:

$PDD = 2\% \times \$ 200.000,00 = \$ 4.000,00$

b) O **preço de mercado** das suas mercadorias está cotado em \$1,10, ou seja, maior que o valor contábil. Neste caso, não há que se falar em provisão para ajuste de estoques ao valor de mercado, pois a Lei das S.A. somente a prevê em caso de valor de mercado menor que o custo de aquisição.

Sendo assim, o **Ativo Circulante** fica:

Estoques	100.000,00
Duplicatas a Receber	200.000,00
(-) PDD	(4.000,00)
TOTAL	296.000,00

Resposta: Letra D

Questão 6.3 (ICMS-SC/98)

De acordo com os princípios da Competência, Prudência e Oportunidade, a despesa que a empresa teria com os serviços de conserto se refere à venda do produto, portanto deve ser reconhecida concomitantemente com a receita de venda do mesmo, ou seja, no ano de 1996. Assim, deve ser constituída uma provisão, e não uma reserva para contingência .

A reserva para contingência deve ser constituída apenas quando previstas situações incomuns, em que o patrimônio esteja ameaçado por fenômenos incontroláveis pela entidade, tais como:

- enchentes, secas, pragas
- guerras e revoluções
- desapropriações e encampações

Sendo assim, a constituição de tal provisão no valor de \$1.100,00 afetará o resultado para menos (ao contrário da constituição de reserva para contingência, que não afeta o lucro líquido do exercício).

O lucro líquido será de: $\$8.700 - \$1.100 = \$7.600$

A provisão passiva representa uma obrigação ou risco futuro, no caso obrigação de vir a prestar um serviço.

Resposta: Letra B

Questão 6.4 (TRF/2000)

Em uma operação de desconto de duplicatas, a conta “Clientes” permanece no ativo da empresa até que o cliente efetue o pagamento da duplicata no banco. Este, por sua vez, deve acusar o recebimento do título para dar ciência à empresa. Esta então pode baixar o título em seu ativo neste momento, efetuando o seguinte lançamento:

D – Duplicatas Descontadas
C – Clientes

Resposta: Letra C

OBS: A letra **D** (aviso de crédito) se refere ao aviso que o banco emite quando está efetuando o crédito de um determinado valor na conta-corrente da empresa, como por exemplo o estorno de uma taxa cobrada a maior. Não é o caso da questão, pois a empresa já recebeu através de desconto (antecipadamente) o valor da duplicata que está sendo quitada.

Questão 6.5 (TRF/2000)

A Provisão para Devedores Duvidosos projetada para o ano de 2000 é de \$670,00. Ocorre que resta saldo na conta PDD de \$320,00. Assim, deve ser efetuado um lançamento de complementação da provisão no valor de:

$\$670,00 - \$320,00 = \$350,00$

Lançamento de complementação da provisão:

D – Despesas c/Devedores Duvidosos	350,00	
C – Provisão para Devedores Duvidosos		350,00

OBS: Uma outra opção seria reverter toda a provisão de 1999 não utilizada (\$320,00) para uma conta de receita e constituir a PDD para 2000 pelo valor integral (\$670,00), porém não havia esta alternativa.

Resposta: Letra A

Questão 6.6 (TFC-2000)

Analisando os grupos e saldos, temos o seguinte:

S = Saldo, (D)evedor ou (C)redor

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

PL = Patrimônio Líquido

AP = Ativo Permanente

CONTA	Valor	S	Grupo
Ações em Tesouraria	600	D	PL
Amortização Acumulada	160	C	AP
Capital a Realizar	800	D	PL
Depreciação Acumulada	450	C	AP
Duplicatas Descontadas	400	C	AC
Prejuízos Acumulados	110	D	PL
Provisão para FGTS	222	C	PC
Provisão para Férias	111	C	PC
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	200	C	AC
Provisão para IR	500	C	PC
Provisão p/Perdas em Investimentos	300	C	AP
Provisão p/ajuste de estoques ao valor de mercado	100	C	AC

- a) **(Correta)** Variação dos saldos devedores:
 $D = 600 + 800 + 110 = 1.510$
- b) **(Correta)** Variação dos saldos credores:
 $C = 160 + 450 + 400 + 222 + 111 + 200$
 $+ 500 + 300 + 100 = 2.443$
- c) **(Correta)** Variação do ativo permanente:
 $AP = -160 - 450 - 300 = -910$ (redução de \$910)
- d) **(Incorreta)** Variação do passivo circulante:
 $PC = 222 + 111 + 500 = 833$
- e) **(Correta)** Variação do ativo circulante:
 $AC = -400 - 200 - 100 = -700$ (redução de \$700)

Resposta: Letra D

Questão 6.7 (TFC-2000)

A Provisão para ajuste de estoques ao valor de mercado deverá ser constituída somente para o item tipo "B" (bem de venda), pois o seu valor de mercado (\$2,60) é inferior ao valor contábil (\$2,70).

Porém, está sendo perguntado o valor das contas que representam estes itens. Estas não sofrerão alterações.

<u>Ativo Circulante</u>	
Estoques "A"	250
Estoques "B"	270
(-) Provisão p/ajustes de estoques ao valor de mercado	(10)
<u>Ativo Permanente</u>	
Item "C"	280

Total das contas representativas dos itens:

$$T = 250 + 270 + 280 = 800$$

Resposta: Letra D

Questão 6.8 (TTN-98)

Na operação de desconto de duplicatas o proprietário do título recebe do banco um valor líquido, já descontados juros e taxas bancárias, devendo permanecer o título (duplicatas a receber) no ativo da empresa até que o cliente efetue o pagamento.

Lançamento:

D - Bco c/ Movimento

D - Despesas Bancárias

C - Duplicatas Descontadas

Resposta: Letra C

Questão 6.9 (AFCE/TCU-99)

Nesta questão a empresa efetuou suas operações pelo Regime de caixa. O que devemos fazer é proceder aos ajustes para enquadrar no REGIME DE COMPETÊNCIA:

- 1) Falta contabilizar a despesa do salário de dezembro (-360,00);
- 2) Expurgar a parcela de despesa de seguros de janeiro/99 (+80);
- 3) Falta contabilizar a receita de serviços de dez/98 (+450,00);
- 4) Juros vencidos a favor da empresa Firma Mento Ltda já recebidos;
- 5) Impostos e taxas vencidos, mas não pagas. Devem ser reconhecidas as despesas (-400);
- 6) Comissões recebidas em 98, referente no exercício de 1999, no valor de \$ 100,00. Expurgar (-100).

<u>Ajustes</u>	
360	450
	80
400	
100	
860	530
330	

Resposta: Letra A

Questão 6.10 (AFTN/96)

O lançamento da constituição de uma provisão (seja ela passiva ou ativa) se dá pelo reconhecimento de uma despesa (conta de resultado) em função da aplicação dos princípios da prudência, competência e oportunidade. Ex.:

D - Despesas com Provisão para Devedores Duvidosos

C - Provisão para Devedores Duvidosos

Resposta: Letra E

Questão 6.11 (AFTN/96)

No desconto de Nota Promissória há cobrança antecipada de juros, o que representa uma conta de ativo ("Juros a Vencer"). A despesa de juros (conta de resultado) deve ser apropriada a cada final de período. No exemplo em questão, em 01/10/x1 seria lançado:

- D - Juros a Transcorrer (AC)
- D - Bco C/ Movimento (AC)
- C - Notas Promissórias a Pagar (PC)

OBS.: O desconto de uma nota promissória equivale a um empréstimo tomado com juros.

Resposta: Letra C

Questão 6.12 (AFTN/96)

O lançamento da apropriação mensal de juros seria:

- D - Despesa de Juros 2.000
- C - Juros a Transcorrer 2.000

Isto porque conforme visto na questão anterior a despesa total de juros foi de \$8.000, apropriáveis por 4 meses (outubro/x1 a janeiro/x2). Assim, em 31/12/x1, já terão sido lançadas 3 vezes a apropriação de juros (outubro, novembro e dezembro/x1). Então $3 \times \$2.000 = \6.000 , que é a despesa financeira em x1.

Resposta: Letra E

Questão 6.13 (AFTN/96)

Segundo a Lei das S.A. devemos constituir a Provisão para ajuste de estoques ao valor de mercado quando este for **inferior** ao valor contabilizado. Assim:

Mat.-Prima	Custo Total	Valor de Mercado	Provisão	Novo valor contábil
A	2.000.000	1.800.000	200.000	1.800.000
B	6.000.000	7.500.000	-	6.000.000
C	8.000.000	7.000.000	1.000.000	7.000.000
Total				14.800.000

Resposta: Letra A

Questão 6.14 (INSS/97)

1. **(Correta)** O capital social é a principal conta do grupo patrimônio líquido, devendo estar registrado no órgão competente (arts. 7 e 182).
2. **(Correta)** Reservas de Capital são contribuições de sócios ou terceiros que excedem o capital social e não transitam pelo resultado. São origens de recursos (arts. 182, § 1º). Fazem parte do PL.
3. **(Errada)** De acordo com o princípio da competência e da prudência, prováveis obrigações relativas a fatos contábeis já ocorridos devem ser registradas através de Provisões Passivas (valor estimado). Portanto a conta Provisões para Contingências se classifica no Passivo, e não no PL. Não confundir com Reserva de Contingência.

4. **(Correta)** Todas as Reservas se classificam no PL, inclusive as Reservas de Lucros, cuja finalidade básica é a de não distribuir lucros aos acionistas indevidamente.

5. **(Errada)** Apesar do termo “Reservas” ter sido utilizado, os estoques de ouro representam um ativo para a empresa, portanto não fazem parte do PL.

Questão 6.15 (AFRF/2000)

Duplicatas a Receber		
(3)	60	
(4)	60	
(5)	60	
(6)	60	
(7)	70	
(8)	60	
	370	
(i)	150	
		120 (iv)
		70 (vi)
	520	190
	330	

Duplicatas Descontadas		
	60	(4)
	60	(6)
	70	(7)
(v)	60	190
(vi)	70	100 (iii)
	130	290
		160

i) Vendas a prazo c/ emissão de 3 duplicatas de R\$50,00 (9, 10 e 11):

Lançamento:

Duplicatas a Receber
a Vendas 150,00

ii) Vendas à vista

Lançamento:

Caixa
a Vendas 200,00

OBS.: Não afeta o saldo das contas.

iii) Desconto bancário das duplicatas n.º 9 e 10:

Lançamento:

Banco
a Duplicatas Descontadas 100,00

OBS.: Não interessa para a questão o valor dos juros.

iv) Recebimento das duplicatas n.º 3 e 5:

Lançamento:

Caixa
a Duplicatas a Receber 120,00

v) Devolução pelo banco da duplicata n.º 4:

Lançamento:

Duplicatas descontadas
a Bancos c/ Movimento 60,00

vi) Recebimento pelo banco da duplicata n.º 7:

Lançamento:

Duplicata Descontadas
a Duplicatas a Receber 70,00

Resposta: Letra B

Questão 6.16 (AFRF-2000)

Ajustes necessários:

1) Se o cheque não foi contabilizado nem sacado, não há necessidade de ajuste

OBS.: Um cheque deve ser contabilizado sempre que emitido.

2) Os valores mobiliários estão com valor de mercado maior ($R\$0,25 \times 1.000 = R\$250,00$) que o valor contábil, portanto não há que se falar em provisão para ajuste.

3) Contabilização das receitas e despesas antecipadas:

3.1) Caixa (+AC)
a Receitas Antecipadas (+PC) 40,00

3.2) Despesas Antecipadas (+AC)
a Caixa (-AC) 150,00

Ativo Circulante			
Caixa	40	300	Duplicatas Descontadas
Bcos c/ Mov.	100	150	(3.2)
Valores Mobil.	200		
Mercadorias	600		
Mat. Consumo	120		
Dupl. Receber	500		
(3.1)	40		
(3.2)	150		
	1.300		

Resposta: Letra B

Questão 6.17. (Esaf/Fiscal-Natal-RN-2001)

Prêmio de seguro representa o valor que a empresa paga para ter a cobertura de seu ativo que está protegendo. Desta forma, o prêmio pago para cobertura de 1 (um) ano é de R\$ 30.000,00 a partir de 01/09/01 até 31/08/02, o que equivale a R\$ 2.500,00 por mês de cobertura.

O seguro pago antecipadamente representa uma despesa antecipada, isto é, seguros a vencer porque o fato gerador da despesa ainda não ocorreu.

A medida em que o fato gerador da despesa for ocorrendo, a parcela relativa a essa despesa será baixada, mediante crédito na conta seguros a vencer e em contrapartida de débito em despesas de seguros. Desta forma, em 31/12/01, teremos baixado da conta seguros a vencer o equivalente a 4/12 do valor total, isto é, R\$ 10.000,00. Logo, restarão 8/12 de saldo nessa conta, ou seja, R\$ 20.000,00.

Portanto, a resposta correta é a letra “c”.

Questão 6.18. (MIC/ESAF/98)

Consoante o disposto no inciso II do art. 183, da Lei das SA, os direitos que tiverem por objeto mercadorias e produtos do comércio da companhia, assim como matérias-primas, produtos em fabricação e bens em almoxarifado, serão avaliados pelo custo de aquisição ou produção, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado, quando este for inferior.

Desta forma, a mercadoria do tipo A será avaliada pelo custo de aquisição de R\$ 10,00 a unidade, visto que o valor de mercado é superior e esse valor.

A mercadoria do tipo B, cujo custo de aquisição foi de R\$ 15,00, será avaliado pelo valor de mercado de R\$ 12,00 a unidade, pois este valor é inferior ao do custo de aquisição.

É de ressaltar que em função do princípio do registro pelo valor original o custo de aquisição não poderá ter seu valor alterado, sendo que o ajuste deverá ser feito por meio de uma provisão, representando a aplicação do princípio da prudência.

Assim, o valor a ser registrado na conta mercadorias continua sendo de R\$ 10.000,00 e o valor da provisão para ajuste ao valor de mercado será R\$ 1.200,00 (400 unidades x R\$ 3,00).

A resposta correta é a letra “b”.

Questão 6.19. (ESAF/TCE-RN/2001)

A operação de desconto de duplicatas enseja um registro a débito de bancos conta movimento e a crédito de duplicatas descontadas. Percebe-se que não se mexe na conta duplicatas a receber.

Por ocasião do recebimento de duplicatas, quer no banco ou em carteira, é que se realiza a baixa de duplicatas a receber. Quando as duplicatas recebidas tiverem sido descontadas, devemos dar baixa também nessa conta.

Logo, o recebimento de duplicatas descontadas merece um registro de baixa de duplicatas a receber (mediante crédito) e a baixa de duplicatas descontadas (mediante débito nessa conta).

Perceba que a conta bancos conta movimento é movimentada no momento da operação de desconto, não ensejando registro por ocasião do recebimento normal dos títulos descontados.

Assim, a resposta correta é a letra “c”.

Questão 6.20. (AFRF/2002-A-ESAF)

O valor contábil do bem na operação “a” é de R\$ 1.200,00 (4.000 – 2.800 depreciação de 70%)

O valor contábil do guindaste é de R\$ 1.000,00 (5.000 – 4.000 depreciação de 80%)

O valor contábil do cofre é de R\$ 3.000,00.

Dessa forma, os custos totais foram de R\$ 5.200,00

As receitas totais foram de R\$ 5.000,00, logo houve perda de R\$ 200,00, nessas operações.

A alternativa correta é a letra “e”.

Questão 6.21. (AFRF/2002–A–ESAF)

Vamos falar sobre o método de depreciação da soma dos dígitos:

Este método consiste em somar os dígitos da vida útil do bem. O valor assim encontrado será o denominador. O numerador será o dígito do ano ou o inverso, conforme se está em quotas crescentes ou decrescentes.

Para a questão em tela, a máquina será depreciada em 5 anos. Assim:

Ano 1

Ano 2

Ano 3

Ano 4

Ano 5

Soma = 15

Como a depreciação é crescente, será ela, então de:

1º ano (1 ÷ 15) x R\$ 30.000,00 = R\$ 2.000,00

2º ano (2 ÷ 15) x R\$ 30.000,00 = R\$ 4.000,00

3º ano (3 ÷ 15) x R\$ 30.000,00 = R\$ 6.000,00

4º ano (4 ÷ 15) x R\$ 30.000,00 = R\$ 8.000,00

5º ano (5 ÷ 15) x R\$ 30.000,00 = R\$ 10.000,00

Dessa forma, o valor contábil dessa máquina, ao fim do terceiro ano, será de R\$ 18.000,00.

Caso a depreciação fosse decrescente, os valores por ano seriam invertidos, isto é, teríamos R\$ 10.000,00 de depreciação no 1º ano, R\$ 8.000,00 no 2º, R\$ 6.000,00 no 3º, R\$ 4.000,00 no 4º e R\$ 2.000,00 no 5º ano.

O valor contábil da mina, que se exaure em 8 anos (200.000 kg ÷ 25.000 kg/ano) é de R\$ 37.500,00.

Portanto, a soma dos valores contábeis é de R\$ 55.500,00.

A alternativa correta é a letra “d”.

Questão 6.22. (TRF/2002–A/(ESAF)

Pelo aluguel recebido em 1º de outubro a Imobiliária Casa & Terra deverá fazer o seguinte lançamento:

Caixa

a Receita antecipadas de Aluguel R\$ 1.800,00

No último dia de cada mês deve ser feito a apropriação do valor da receita de aluguel realizada no período, com o seguinte lançamento contábil:

Receita antecipada de Aluguel
a Receita de Aluguel ou Aluguéis ativos R\$ 300,00

Dessa forma, em 31 de dezembro teremos apropriado as receitas de aluguel de três meses, restando em aluguéis antecipados ou receitas do exercício seguinte o valor de R\$ 900,00.

Pelo pagamento do aluguel antecipado far-se-á o seguinte lançamento:

Despesas antecipadas

a Caixa R\$ 2.400,00

A apropriação da despesas mensal será efetuada pelo registro a seguir demonstrado:

Despesas de Aluguel

a Despesas Antecipadas R\$ 200,00

Em assim procedendo, teremos apropriado despesas de R\$ 600,00, em 31 de dezembro. Logo o saldo da conta de despesas do exercício seguinte ou despesas antecipadas será, nessa data, de R\$ 1.800,00.

A resposta correta é, portanto, a letra “b”.

Questão 6.23. (TRF/2002–A/ESAF)

Primeiramente devemos dissociar o valor da construção do valor do terreno. Assim, o valor do imóvel fica com a seguinte composição:

Terreno = 60 % = R\$ 39.000,00

Construções = 40% = R\$ 26.000,00. Salienta-se que só este valor está sujeito à depreciação.

As construções serão depreciadas em 25 anos, logo:

$R\$ 26.000,00 \div 25 \text{anos} = R\$ 1.040,00/\text{ano} \times 8 \text{anos} = \text{depreciação acumulada de } R\$ 8.320,00.$

Os móveis serão depreciados em 10 anos, logo:

$R\$ 20.000,00 \div 10 \text{anos} = R\$ 2.000,00/\text{ano} \times 4 \text{anos} = \text{depreciação acumulada de } R\$ 8.000,00.$

Assim, a depreciação acumulada geral é de R\$ 16.320,00.

A alternativa correta é a letra “c”.

Questão 6.24. (TRF/2002–ESAF)

A conta duplicatas descontadas é de natureza credora e será debitada em duas hipóteses:

Pela devolução de duplicatas pelo banco sem que tenham sido quitadas e pela efetiva quitação.

Se o débito for decorrente da devolução pura e simples, há a necessidade de se creditar, em contrapartida, a conta Bancos c/Movimento.

Sendo o caso de quitação, o crédito será na conta Duplicatas a Receber.

Desta forma, o primeiro espaço em branco devemos preencher com: “quitação de desconto bancário”.

No segundo espaço em branco, onde a conta Bancos c/Movimento é creditada, deve aparecer: “devolução de duplicatas não recebidas”.

No terceiro espaço em branco, pelo crédito de Duplicatas a receber, deve aparecer: “liquidação de duplicatas recebidas”.

Portanto, a alternativa correta é a letra “d”.

Questão 6.25. (ATE/MS/2001–ESAF)

O valor inicial destinado a alugueis a vencer de R\$ 135.000,00, correspondeu a 30 meses, o que representa o equivalente a R\$ 4.500,00 por mês de despesa a apropriar.

Como em 31 de agosto o saldo da conta Alugueis a vencer era de R\$ 36.000,00, isto significa que a despesa de aluguel relativa ao mês de agosto ainda não havia sido apropriada.

Devemos, portanto, apropriar o valor de R\$ 4.500,00 de despesa de aluguel (alugueis passivos) no mês de agosto, em contrapartida de alugueis a vencer, afinal, alugueis é despesa mensal.

Resposta correta letra “A”.

Questão 6.26. (ATE/MS/2001–ESAF)

Na operação de desconto de duplicatas o valor de duplicatas a receber não sofre qualquer alteração. A baixa é realizada somente por ocasião do efetivo recebimento (pagamento), quer a duplicatas estejam em carteira de cobrança ou descontadas no banco. Também se dará baixa no caso de perdas, quando as duplicatas se tornarem definitivamente e comprovadamente incobráveis.

Duplicatas descontadas são contas de natureza credora e têm como contrapartida a conta Bancos.

A conta Duplicatas Descontadas é debitada pelo pagamento ou quando o banco devolve as duplicatas sem que tenham sido quitadas. Sendo o caso de pagamento, a contrapartida será a conta Duplicatas a Receber.

Alternativa correta letra “C”.

Questão 6.27. (ATE/MS/2001–ESAF)

Ordenados	R\$ 120.000,00
Horas extras	R\$ 8.000,00
Subtotal (1)	R\$ 128.000,00
INSS Patronal, 22% de (1)	R\$ 28.160,00
FGTS, 8% de (1)	R\$ 10.240,00
Total	R\$ 166.400,00

Os demais valores são suportados pelos empregados.

Alternativa correta letra “B”.

Questão 6.28. (BACEN/2001–ESAF)

Vejamos, a máquina depreciou no ano de 1998 durante 5 meses. Se em 12 meses ela deprecia o equivalente a produção de 30.000 peças, então no ano de 1998 ela depreciou o equivalente a 12.500 peças.

No ano de 1999 ela depreciou 30.000 peças, mais o coeficiente de 1,2, o que dará 36.000 peças no ano.

Se a duração da máquina é para fabricar 240.000 peças, então o percentual depreciado é obtido pela divisão da soma de 12.500 e 36.000 pelo valor de 240.000. Isso nos dará um percentual de depreciação de 20,208%, que de R\$ 12.000,00, dará o valor da depreciação acumulada em final de 1999 de R\$ 2.425,00.

Alternativa correta, letra “A”.

Questão 6.29. (AFC–2002–ESAF)

O valor de mercado do item alfa é de R\$ 288.000,00 (12.000 u x R\$ 24,00/u), ao passo que o valor contábil é de R\$ 300.000,00. Portanto, o valor de mercado é menor em R\$ 12.000,00 do que o valor contábil.

O item beta está avaliado, a mercado, em R\$ 26.000,00 (1000 u x R\$ 26,00), enquanto que o custo ou valor contábil é de R\$ 25.000,00. Logo, o valor de mercado é superior ao custo em R\$ 1.000,00.

O bem celta, cujo valor contábil é de R\$ 153.000,00, apresenta valor de mercado de R\$ 158.100,00. Esse valor também é superior ao valor de mercado.

Segundo o art. 183, inciso II, da Lei nº 6.404/1976, as mercadorias em estoque devem ser avaliadas pelo custo de aquisição ou valor de mercado, dos dois o menor.

Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

...

II - os direitos que tiverem por objeto mercadorias e produtos do comércio da companhia, assim como matérias-primas, produtos em fabricação e bens em almoxarifado, pelo custo de aquisição ou produção, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado, quando este for inferior;

Os bens beta e celta possuem valor de mercado superior ao custo, porém o bem alfa apresenta valor de mercado inferior ao custo. Aplicando o dispositivo antes transcrito, só resta uma alternativa a assinalar, isto é, a resposta correta é a letra “a”, coincidente com o gabarito preliminar.

Questão 6.30. (AFPS–INSS–ESAF/2002)

Se nós recordarmos os pontos desenvolvidos neste site, veremos que esta questão foi por mim abordada em início de setembro, mais especificamente nos pontos 50 a 52.

Lá nós vimos que o empregador é obrigado a reter do empregado a parcela relativa a sua contribuição previdenciária e a parcela do imposto de renda retido na fonte. Porém esses valores são de obrigação do empregado e serão descontados do salário ajustado ou contratado. Assim, em termos de despesa, esses valores assim descontados do salário são despesas do empregado e não do empregador.

Afora esses valores, outros incidem sobre a folha de salários e esses são de responsabilidade, de regra, da empresa. Neste íterim aparecem o FGTS e o INSS parte patronal.

Desta forma, no presente caso, são despesas da empresa:

Salários e Ordenados	R\$ 21.000,00
Horas Extras trabalhadas	R\$ 2.000,00
Sub-total	R\$ 23.000,00
Contribuição para o INSS, parte patronal 20%	R\$ 4.600,00
Depósito para o FGTS 8%	R\$ 1.840,00
TOTAL DESPESA COM SAL´ARIOS	R\$ 29.400,00

Assim, a resposta correta é a letra “e”.

Questão 6.31. (ICMS-MS-2001)

Se a máquina a ser depreciada possui valor de R\$ 750,00 e após a depreciação esta terá o valor de R\$ 50,00, então o valor a ser depreciado é de R\$ 700,00. Este valor deve ser depreciado em 5 anos de forma linear. Então o valor da depreciação anual será de R\$ 140,00.

Alternativa correta letra “A”.

Questão 6.32. (ESAF/TRF – 2000)

As bancas examinadoras estão se especializando em apresentar armadilhas em suas provas. Esta questão é exemplo típico de artimanhas dessa natureza.

Para facilitar a compreensão e possibilitar a marcação da resposta correta, analisaremos todas as alternativas, individualmente.

a) Apuração do Resultado

	Despesa	Receita
Encargos de 10% no empréstimo (I)	120,00	
Desconto de 10% no pagamento de título (II)		65,00
Juros em recebimento de título (III)		46,00
Aluguel ativo (IV)		38,00
Impostos (V)	12,00	
Juros no pagamento de título (VII)	45,00	
Desconto passivo (VIII)	36,00	
Aluguel passivo (IX)	28,00	
Receita de serviço		52,00
Total	241,00	201,00
Saldo	40,00	

Logo, as despesas foram maiores do que as receitas em R\$ 40,00, o que representa prejuízo de R\$ 40,00 e não lucro, conforme preconizado na alternativa.

b)

	Passivo Exigível	
Empréstimo (I)		1.200,00
Encargos (I)		120,00
Pagamento de título (II)	650,00	
Imposto (V)		12,00
Compra de máquina (VI)		600,00
Pagamento de título (VIII)	450,00	
Somas	1.100,00	1.932,00
Saldo		832,00

c) Na solução desta alternativa usaremos razeonetes e os fatos serão identificados pelos números romanos que os antecedem no enunciado da questão.

<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Empréstimos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1200, (I)</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>		Empréstimos		1200, (I)		<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Bancos/Caixa</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>(I) 1.080,</td> <td>585, (II)</td> </tr> <tr> <td>(III) 460,</td> <td>400, (VI)</td> </tr> <tr> <td>(III) 46,</td> <td>450, (VII)</td> </tr> <tr> <td>(IV) 38,</td> <td>45, (VII)</td> </tr> <tr> <td>(VIII) 324,</td> <td>28, (IX)</td> </tr> <tr> <td>1.948,</td> <td>1.508,00</td> </tr> <tr> <td>440,</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>		Bancos/Caixa		(I) 1.080,	585, (II)	(III) 460,	400, (VI)	(III) 46,	450, (VII)	(IV) 38,	45, (VII)	(VIII) 324,	28, (IX)	1.948,	1.508,00	440,		<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Juros Passivos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>(I) 120,</td> <td></td> </tr> <tr> <td>(VII) 45,</td> <td></td> </tr> <tr> <td>165,00</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>		Juros Passivos		(I) 120,		(VII) 45,		165,00	
Empréstimos																																	
1200, (I)																																	
Bancos/Caixa																																	
(I) 1.080,	585, (II)																																
(III) 460,	400, (VI)																																
(III) 46,	450, (VII)																																
(IV) 38,	45, (VII)																																
(VIII) 324,	28, (IX)																																
1.948,	1.508,00																																
440,																																	
Juros Passivos																																	
(I) 120,																																	
(VII) 45,																																	
165,00																																	
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Título a pagar</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>(II) 650,</td> <td>600, (VI)</td> </tr> <tr> <td>(VII) 450,</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>		Título a pagar		(II) 650,	600, (VI)	(VII) 450,		<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Descontos ativos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td>65, (II)</td> </tr> </tbody> </table>		Descontos ativos			65, (II)	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Juros ativos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td>46, (III)</td> </tr> </tbody> </table>		Juros ativos			46, (III)														
Título a pagar																																	
(II) 650,	600, (VI)																																
(VII) 450,																																	
Descontos ativos																																	
	65, (II)																																
Juros ativos																																	
	46, (III)																																
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Títulos a Receber</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>(X) 52,00</td> <td>460, (III)</td> </tr> <tr> <td></td> <td>360, (VIII)</td> </tr> <tr> <td>52,00</td> <td>820,00</td> </tr> <tr> <td></td> <td>768,00</td> </tr> </tbody> </table>		Títulos a Receber		(X) 52,00	460, (III)		360, (VIII)	52,00	820,00		768,00	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Aluguéis ativos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td>38, (VI)</td> </tr> </tbody> </table>		Aluguéis ativos			38, (VI)	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Despesa de impostos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>(V) 12,</td> <td></td> </tr> <tr> <td>12,00</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>		Despesa de impostos		(V) 12,		12,00									
Títulos a Receber																																	
(X) 52,00	460, (III)																																
	360, (VIII)																																
52,00	820,00																																
	768,00																																
Aluguéis ativos																																	
	38, (VI)																																
Despesa de impostos																																	
(V) 12,																																	
12,00																																	

Impostos a pagar		Máquinas		Descontos passivos	
	12, (V)	(VI) 1.000,		(VIII) 36,	
		1.000,00		36,00	
Aluguéis passivos		Receita de serviço			
(IX) 28,00			52, (X)		
28,00					

A questão pede a soma dos saldos devedores do balancete, isto é, a soma dos saldos das contas de natureza devedora.

BANCOS/CAIXA	440,00
Juros Passivos	165,00
Títulos a Receber	(768,00)
Despesas de Impostos	12,00
Máquinas	1.000,00
Aluguéis passivos	28,00
<u>Descontos passivos</u>	<u>36,00</u>
TOTAL	913,00

A conta títulos a receber é conta de natureza devedora e apresentou, pelos elementos disponíveis, saldo credor. Isto quer dizer que antes destes fatos havia títulos a receber e que esta conta diminuiu em R\$ 768,00, logo, no balancete, este valor deve ser consignado como diminuição do saldo devedor!!!

Portanto, a alternativa está correta.

d) Balanço Patrimonial (Ativo)

	Ativo
Empréstimo (I)	1.200,00
Pagamento de título—Caixa/Banco (II)	(585,00)
Recebimento de título (III)	560,00
Aluguel (V)	38,00
Compra máquina (VI)	1.000,00
Compra máquina (VI)	(400,00)
Pagamento de título (VII)	(495,00)
Recebimento de título (VIII)	396,00
Pagamento de aluguel (IX)	(28,00)
Clientes (X)	52,00
Total	1.738,00

e) Considerando a aplicação do método das partidas dobradas, pelo qual a todo débito corresponde um crédito, o valor dos créditos foi superior ao do apresentado na alternativa.

Resposta: Letra C

Questão 6.33. (SEFA/PA – 2002 – ESAF)

Contas	Saldos devedores	Saldos credores	Ativo	Passivo exigível
Caixa	100,00		100,00	
Máquinas, sendo 1/3 para revender	630,00		630,00	
Ações de outras empresas, sendo 1/3 para revender	450,00		450,00	
Despesas de depreciação de máquinas	90,00			
Depreciação acumulada		180,00	(180,00)	
Perdas em investimentos	20,00			
Provisão para perdas em investimentos		60,00	(60,00)	
Provisão para ajustes de ações ao preço de mercado		30,00	(30,00)	
Fornecedores		850,00		850,00
Duplicatas descontadas		90,00	(90,00)	
Duplicatas a receber	290,00		290,00	
Capital social		600,00		
Reservas de lucro		100,00		
Total	1.580,00	1.910,00	1.110,00	850,00

Logo, a resposta correta é a letra “c”.

Questão 6.34. (PREFEITURA DE NATAL–RN / 2001 ESAF)

Patrimônio Bruto quer dizer a mesma coisa que ativo total. Então este terá o seguinte valor:

Ações de coligadas	1.200,00
Bancos c/ aplicação	1.100,00
Caixa	1.200,00
Despesas a vencer	280,00
Duplicatas a receber	1.000,00
Duplicatas descontadas	(800,00)
Edificações	5.000,00
Matéria-prima	1.300,00
Mercadorias	2.500,00
Móveis e utensílios	3.500,00
Participações acionárias	800,00
Provisão p/ ajuste de estoques	(150,00)
Receitas a receber	600,00
Total	17.530,00

A resposta correta é a letra “b”.

Questão 6.35. (AFRF/2002 – A/ESAF)

A questão requer que apuremos a soma dos saldos devedores e credores, para, se for o caso, apontar a diferença ou soma de um ou outro.

CONTAS	SALDOS	
	DEVEDORES	CREDORES
Ações e Participações	R\$ 3.000,00	
Adiantamento a Diretores	R\$ 500,00	
Bancos Conta Movimento	R\$ 2.000,00	
Caixa	R\$ 500,00	
Despesas com Pesquisa	R\$ 2.500,00	
Duplicatas a Pagar		R\$ 300,00

Duplicatas a Receber	R\$ 3.000,00	
Empréstimos e Financiamentos obtidos		R\$ 10.000,00
Fornecedores		R\$ 5.000,00
Imóveis	R\$ 6.000,00	
Mercadorias	R\$ 3.000,00	
Máquinas e Equipamentos	R\$ 1.700,00	
Poupança	R\$ 1.000,00	
Receitas Antecipadas		R\$ 6.500,00
Seguros a Vencer	R\$ 800,00	
Títulos a Pagar		R\$ 2.000,00
Veículos	R\$ 1.000,00	
TOTAL	R\$ 25.000,00	R\$ 23.800,00

A resposta correta é. Portanto, a letra “a”.

Questão 6.36

A questão versa sobre o pagamento antecipado de aluguel, no valor de R\$ 135.000,00, cujos fatos geradores da despesa ocorrem somente entre o período de 01/10/80 a 31/03/83.

O período de ocorrência dos fatos geradores de despesa é de:

80 = 3 meses

81 = 12 meses

82 = 12 meses

83 = 3 meses

Logo, o aluguel pago deve cobrir 30 meses.

O lançamento originário dessa operação foi o seguinte:

Alugueis a vencer

a Caixa ou Bancos

Pelo pagamento antecipado, nesta data, do aluguel de nosso depósito
pelo período de 01/10/80 até 31/03/83, no valor de R\$ 135.000,00

O valor mensal do aluguel é de R\$ 4.500,00 ($R\$ 135.000 \div 30$).

Todos os meses deve ser reconhecida a despesa de aluguel antecipado de R\$ 4.500,00 com o seguinte lançamento:

Despesas de aluguel

a Alugueis a vencer

Pela apropriação da despesa de aluguel do mês, no valor de R\$ 4.500,00

Idêntico procedimento deverá ser adotado em 31/08/82, pois no balancete levantado para ajustes ao resultado do exercício a despesa de aluguel ainda não foi reconhecida.

Portanto, a resposta correta é a letra “c”.

CAPÍTULO 7 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Questão 7.1 (AFRF/98)

Vamos comentar as alternativas incorretas.

- a) Artigo 80 da Lei das S/A: a constituição da Cia depende do cumprimento dos seguintes requisitos:
- i) Subscrição por pelo menos 2 pessoas, de todas as ações em que se divide o capital fixado no estatuto;
 - ii) Realização, como entrada, de **10%**, no mínimo, do preço das ações subscritas em dinheiro (a lei exige uma integralização maior para algumas empresas);
 - iii) Depósito no Banco do Brasil, ou outro banco autorizado pela CVM, da parte realizada em dinheiro.
- c) A elaboração das demonstrações financeiras será no final de cada exercício social, e não no dia 31/12 de cada ano necessariamente (normalmente coincide com o ano calendário). A data do término será fixada no estatuto.
- d) O exercício social terá a duração de 01 (um) ano e a data do término será fixada no estatuto, podendo ter duração diversa nos casos de constituição da sociedade e alteração estatutária.
- e) Art. 176, § 3º: As demonstrações financeiras registrarão a destinação dos lucros segundo a proposta dos órgãos da administração, no pressuposto de sua aprovação pela assembléia-geral.

Resposta: Letra B

Questão 7.2 (TCE-ES/94)

Para respondermos à questão utilizaremos as seguintes fórmulas acerca do capital circulante líquido:

$CCL = AC - PC$
$\text{Variação do CCL} = \text{Origens} - \text{Aplicações}$

Sendo assim:

Grupo	Saldo Inicial	Saldo Final	Variação
AC	18.400	23.200	
PC	14.500	16.800	
CCL	3.900	6.400	2.500

$$\text{Variação CCL} = 2.500 = \text{Origens} - \text{Aplicações}$$

$$\text{Aplicações} = 5.300 - 2.500 = 2.800$$

Resposta: Letra B

Questão 7.3 (TCE-ES/94)

A base de cálculo de cada uma das participações estatutárias deve ser deduzida do valor da participação imediatamente anterior. Assim:

Lucro antes do IR	4.000.000
(-) Imposto de Renda (25%)	(1.000.000)
(=) Base de cálculo participações	3.000.000
(-) Participação de Empregados (10%)	(300.000)
(=) BC Participação de Administradores	2.700.000
(-) Participação de Administradores (10%)	(270.000)
(=) BC Participação Partes Beneficiárias	2.430.000
(-) Participação das Partes Beneficiárias (5%)	(121.500)
(=) Lucro Líquido do Exercício	2.308.500

OBS.: A questão poderia ter sido um pouco dificultada caso fossem informados prejuízos contábeis acumulados de períodos anteriores. Neste caso o saldo acumulado dos prejuízos deveria ser deduzido da base de cálculo das participações.

Resposta: Letra D

Questão 7.4 (TCE-ES/94)

Segundo a Lei das S.A., em seu artigo 182, serão classificadas como reservas de capital as doações e as subvenções para investimentos, incluídos neste último caso os incentivos fiscais, que poderão se dar sob a forma de restituição, isenção ou suspensão de tributos federais, estaduais ou municipais.

Resposta: Letra A

Questão 7.5 (TCE-ES/94)

Lembrando que a correção monetária vigorou até 31/12/1995, devemos proceder à correção do valor do investimento adquirido por \$4.000,00.

$$\text{Investimento corrigido} = \$4.000,00 \times 1,50 = \$6.000,00$$

Uma vez que o investimento deve ser avaliado pela equivalência patrimonial, devemos identificar o percentual de participação do mesmo:

$$\text{Índice de Participação} = \frac{4.000}{20.000} \times 100 = 20\%$$

Em seguida, deve-se proceder à correção do investimento conforme mostrado anteriormente para \$6.000,00.

Os valores apresentados do PL da investida (já corrigidos) totalizavam \$35.000,00.

Aplicando-se o percentual de participação, teremos um novo valor do investimento:

$$\begin{aligned} \text{Investimento ao final de 19X1:} \\ = 20\% \times \$35.000,00 = \$7.000,00 \end{aligned}$$

O ganho por equivalência patrimonial será então de:
\$7.000,00 - \$6.000,00 = \$1.000,00

Resposta: Letra E

Questão 7.6 (AFRF-2002-B)

Como na questão nos é apresentado o Lucro operacional e não são mencionadas despesas ou receitas não operacionais concluímos que o Resultado antes do IR e CSLL é igual ao Lucro operacional, pois:

Lucro Operacional
 (-) Despesas não operacionais
 (+) Receitas não operacionais
 = Resultado antes da CSLL
 (-) Provisão para CSLL
 = Resultado antes do IR
 (-) Provisão para o IR
 (-) Participações
 = Resultado Líquido do Exercício

É fundamental para resolução desta questão lembrar que as participações atribuídas a debenturistas e empregados são deduzidas da base de cálculo do IR e CSLL (Decreto 3.000/99), ou seja:

Base de cálculo IR e CSLL = Resultado antes do IR e CSLL – Participação dos Debenturistas– Participação dos Empregados

Portanto nesta questão:

Base de cálculo IR e CSLL = 70.000-3.500-3.000 = 63.500
 IR e CSLL = 30% de 63.500 = 19.050

Fazendo a DRE temos:

Resultado ante do IR e do CSLL 70.000
 (-) Provisão IR e CSLL (19.050)
 (-) Participação de Debenturistas (2.500)
 (-) Participação de Empregados (2.500)
 (-) Participação de Administradores (2.500)
 = Resultado Líquido do Exercício 41.950

Por fim,

Reserva Legal = 5% do Resultado Líquido do Exercício
 Reserva Legal = 5% de 41.950,00 = R\$ 2.097,50

Resposta correta letra D

Questão 7.7 (ICMS/SC-98)

Para sabermos o valor das vendas a prazo, temos que calcular o lucro bruto, fazendo a simplificação de que, além do resultado bruto, só ocorreram despesas operacionais para a obtenção do lucro líquido. Assim:

Lucro Líquido	3.050
(+) Despesas com Vendas	135
(+) Despesas Administrativas	856
(=) Lucro Bruto	4.041

O lucro bruto resulta da fórmula: $LB = V - CMV$, onde $CMV = EI + C - EF$ e

$V = \text{Vendas a vista (VV)} + \text{Vendas a prazo (VP)}$

Do balanço temos os valores de EI e EF. O valor das compras deve ser obtido pela soma das compras à vista (CV) com as compras a prazo (CP), sendo $CV = 2.813$.

Utilizando o razonete da conta **Fornecedores**, poderíamos obter o valor de CP. Assim,

Fornecedores	
2.987	813
	CP
	1.341

$$813 + CP - 2.987 = 1341$$

$$CP = 3.515$$

O valor das compras (C) é:

$$C = CV + CP = 2.813 + 3.515 = 6.328$$

$$\therefore \text{CMV} = EI + C - EF = 1.220 + 6.328 - 1.633 = 5.915$$

$$\therefore \text{LB} = V - \text{CMV}$$

$$V = \text{VV} + \text{VP} = 2.111 + \text{VP}$$

$$\therefore 4.041 = 2.111 + \text{VP} - 5.915$$

$$\text{VP} = 7.845$$

Resposta: Letra C

Questão 7.8 (AFC-SFC/2000)

A absorção de prejuízos do exercício é tratada pela Lei das S.A. em seu artigo 189, parágrafo único, que diz o seguinte:

*“O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pela reserva de lucros, e pela reserva legal, **nessa ordem**.”*.(grifos nossos)

Primeiramente, observamos que a reserva legal faz parte das reservas de lucros. Porém, a norma acima descrita destacou esta reserva (legal) para que, após a utilização dos lucros acumulados, fosse então utilizado o saldo das **demais** reservas de lucros (estatutária, de contingência, retenção de lucros e lucros a realizar) e por último, caso ainda houvesse prejuízo a compensar, aí sim utiliza-se o saldo da reserva legal.

Quanto à reserva de capital, diz o artigo 200, I, que esta somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros, ou seja, é a última a ser utilizada, inclusive após a reserva legal.

Sendo assim, a absorção do prejuízo de R\$ 15.000,00 se dará da seguinte forma:

Valor do Prejuízo	15.000,00
(-) Lucros Acumulados	(5.000,00)
(=) Prejuízo remanescente	10.000,00
(-) Reservas Estatutárias	(7.000,00)
(=) Prejuízo remanescente	3.000,00
(-) Reserva Legal	(3.000,00)
(=) Prejuízo remanescente	0,00

Os saldos de lucros acumulados e reservas estatutárias foram totalmente utilizados para absorver o prejuízo, enquanto que do saldo de R\$ 6.000,00 da conta reserva legal foram utilizados somente R\$3.000,00, sobrando R\$3.000,00.

O patrimônio líquido ficará assim:

Capital Social	100.000,00
Capital a Realizar	(9.000,00)
Reservas de Capital	8.000,00
Reservas Estatutárias	0,00
Reserva Legal	3.000,00
Lucros Acumulados	0,00
Somatório	102.000,00

Resposta: Letra A

Questão 7.9 (AFC-STN/2000)

A questão se refere à análise literal dos artigos da Lei das S.A. (6.404/76). Vamos às alternativas:

- a) **(Incorreta)** O exercício social terá duração de 01 (um) ano, e **somente a data do término** será fixada no estatuto (artigo 175).
- b) **(Incorreta)** As demonstrações financeiras registrarão a destinação dos lucros segundo a proposta da administração, no **pressuposto** de sua aprovação pela assembleia-geral (artigo 176, §3º), ou seja, a aprovação pela assembleia é posterior.
- c) **(Correta)** As notas explicativas deverão indicar os investimentos em outras sociedades, quando relevantes (artigo 176, §5º, b).
- d) **(Incorreta)** Serão classificadas como resultado de exercício futuro as receitas de exercícios futuros, diminuídas dos custos e despesas a elas correspondentes (artigo 181). Segundo a doutrina dominante, estas receitas são aquelas recebidas antecipadamente mas que, sob nenhuma hipótese, serão ressarcidas.
- e) **(Incorreta)** As contas de depreciação integram somente o ativo imobilizado (artigo 183, §2º, a). Porém, a amortização acumulada será encontrada no imobilizado (artigo 183, §2º, b) e também no diferido (artigo 183, §3º).

Resposta: Letra C

Questão 7.10 (TRF-2000)

A utilização de reservas para aumento do capital social é permitida pela Lei 6.404/76. Deve-se lançar a débito da conta de reservas, que é uma conta de saldo credor. A contrapartida é a própria conta *capital social*, pois não podemos lançar a crédito de *capital a realizar*, já que não está ocorrendo a integralização. Além do mais, o lançamento a crédito de *capital a realizar* não aumentaria o valor do capital social, somente do patrimônio líquido. Sendo assim, o lançamento correto é:

- D – Reservas
- C – Capital Social

Resposta: Letra D

Questão 7.11 (TFC-2000)

As reservas de capital são aquelas definidas no 182, §1º da Lei 6.404/76, ou seja:

1. ágio obtido na emissão de ações;
2. produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição;
3. prêmio recebido na emissão de debêntures;
4. doações e subvenções recebidas para **investimento**;
5. resultado da correção monetária do capital realizado.

As subvenções caracterizadas como reservas de capital são aquelas para investimento, que provém geralmente de isenções ou restituições de tributos e visa acelerar o desenvolvimento econômico de determinado setor ou região.

As subvenções para custeio destinam-se à cobertura de prejuízos ou à redução de custos industriais, objetivando diminuição do preço final do produto. A subvenção para custeio tem tratamento contábil de **receita**, por isso a alternativa **a** está incorreta.

A reserva de capital pode ser utilizada também para aumento do capital social (artigo 200, IV)

Resposta: Letra A

Questão 7.12 (TTN-98)

Não podemos nos esquecer de apurar o resultado do exercício (**DRE**, conforme quadro abaixo), pois este será transferido, ao final do período, para a conta “Lucros ou Prejuízos Acumulados”, que faz parte do PL.

Receita Bruta de Vendas	700,00
(-) Deduções de vendas (ICMS s/ vendas)	(90,00)
(=) Receita Líquida de Vendas	610,00
(-) CMV	(230,00)
(=) Lucro Bruto	380,00
(-) Despesas Operacionais	(180,00)
(=) Lucro Líquido	200,00

Para sabermos se o saldo da conta “Lucros ou Prejuízos Acumulados” é credor ou devedor devemos levantar um **balancete de verificação** e comparar os saldos.

Conta	Saldos Devedores	Saldos Credores
Caixa	20,00	
Bancos c/ Movimento	80,00	
Duplicatas a receber	240,00	
Máquinas e equipamentos	160,00	
Fornecedores		300,00
Salários a pagar		200,00
ICMS a recolher		100,00
Capital Social		300,00
Resultado Líquido do Exercício		200,00
Estoque de mercadorias	410,00	
Veículos	250,00	
Subtotal	1.160,00	1.100,00
(+) Lucros ou prejuízos Acumulados		60,00
Total Geral	1.160,00	1.160,00

Após a constatação de que o saldo de LPA é credor, passemos ao cálculo do patrimônio Líquido:

Patrimônio Líquido	
Capital Social	300,00
LPA	60,00
Lucro do Período	200,00
Total	560,00

Resposta: Letra D

Questão 7.13 (AFTN/96)

A reserva de reavaliação serve para adequação do valor contábil do bem ao valor de mercado, devendo ser constituída pela diferença entre ambos. Já a correção monetária (até 31/12/95) tomava por base o custo histórico do bem e era composta pela aplicação de um índice de correção a este valor.

Resposta: Letra A

Questão 7.14 (AFTN/96)

A lei 6.404/76, em seu artigo 181, definiu como fazendo parte do grupo "Resultado de Exercícios Futuros" as Receitas de Exercícios Futuros, diminuídas dos custos e despesas a elas correspondentes.

Esta definição não é suficiente para resolver a questão. Uma receita de prestação de serviços recebida antecipadamente, onde caberá à prestadora a obrigação futura de execução de um serviço não é corretamente enquadrada como resultado de Exercícios Futuros, mas sim como um passivo, uma vez que há uma obrigação de fazer que, se não realizada, converte-se em uma obrigação de pagar (multa ou devolução do dinheiro).

Para enquadrarmos uma receita no grupo resultados de exercícios futuros devemos identificar a obrigação (contratual) da empresa que recebeu o valor antecipado. Caso não haja cláusula de devolução e/ou prestação de serviços futuros, então a receita deve ser considerada como sendo do grupo resultado de exercícios futuros.

Resposta: Letra B

Questão 7.15 (AFTN/96)

Segundo a lei das S.A. são reservas de capital:

- I) Ágio na emissão de ações;
- II) Prêmio na colocação de debêntures;
- III) Produto da alienação de partes beneficiárias e Bônus de Subscrição;
- IV) Doações e subvenções para investimentos.

Reparem que este assunto é exigido exaustivamente em vários concursos.

A Reserva Especial para Dividendos Obrigatórios não Distribuídos e a Reserva para Contingência são **Reservas de Lucros**.

OBS.: A questão deve ter sido anulada devido aos erros de digitação.

Resposta: Letra D (Anulada)

Questão 7.16 (AG-PF/2000)

1. (Correta) Lançamento:

Se não houver parcela subscrita:

- D Caixa
- C Capital Social

Se houver parcela anteriormente subscrita:

- D Caixa
- C Capital a Realizar

2. (Errada) Bônus de Subscrição são títulos negociáveis pela companhia ou atribuíveis como vantagem adicional a subscritores de ações e prestadores de serviços à sociedade. Não é obrigatório que a empresa os distribua quando da emissão de novas ações com ágio.

3. (Correta) O produto da alienação de Partes Beneficiárias e Bônus de Subscrição deve ser registrado como Reservas de Capital (Patrimônio Líquido).

4. (Errada) Lançamento:

- D Imóveis
- C Reservas de Capital – Doações

Portanto a afirmativa está invertida.

5. (Correta) A Reserva de Capital pode ser utilizada para compensar prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as Reservas de Lucros (Artigos 189 e 200 da Lei 6.404/76).

Questão 7.17 (ESAF/Auditor-Piauí/2001)

Vamos à análise individual das contas:

Capital (PL credora)

Reserva Legal (PL credora)

Provisão para Contingência – esta conta poderia confundir. Na verdade é uma provisão passiva mesmo, conta credora. Contempla basicamente o valor referente a litígios que a empresa está para perder na justiça e terá de pagar no período seguinte. Conforme sabemos a provisão deve ser contabilizada desde que a despesa tenha sido incorrida e seja possível estimar o seu valor, independente da legislação do IR. Portanto é conta de passivo.

Subvenção para custeio – diferentemente da subvenção para investimento, que é reserva de capital, a subvenção para custeio é o valor que a empresa recebe como incentivo para melhorar sua situação financeira ou para reduzir o preço de seu produto. É contabilizada como receita.

Reserva para Aumento de Capital – é reserva de lucros. Deve estar prevista no estatuto.

Ágio na emissão de ações – reserva de capital

Ações em Tesouraria – é conta retificadora de PL

Reavaliação de Ativos de controladas – a empresa também deve contabilizar como reserva de reavaliação as reavaliações de ativos das suas controladas, de acordo com a sua participação, pois, de certa forma, ela possui participação no valor daquele ativo.

Reserva para novos investimentos – é a reserva para planos de expansão ou para retenção de lucros (reserva de lucros)

Reserva de lucros a realizar – é reserva de lucros.

Assim, o **PL** da empresa ficou:

Capital Social	600
Reserva Legal	80
Reserva para Aumento de Capital	40
Ágio na Emissão de Ações	100
Ações em Tesouraria	(30)
Reavaliação de Ativos de Controladas	140
Reserva para Novos Investimentos	120
Reserva de Lucros a Realizar	90
TOTAL	1.140

Resposta: Letra C

Questão 7.18 (INSS/97)

A DOAR está regulamentada pelo artigo 188 da Lei 6.404/76.

1. (Errada) Aumentam o CCL os empréstimos de **longo** prazo obtidos junto a terceiros (I,c), e não os de **curto** prazo. Vejam a tomada de um empréstimo de curto prazo:

- D Bancos c/Movimento (+AC)
- C Empréstimos Bancários (+PC)

Neste caso o ativo circulante e o passivo circulante aumentaram do mesmo valor, gerando efeito nulo no CCL.

2. (Correta) É o lucro ajustado para efeitos de DOAR (I,a). Também deve ser acrescido das demais despesas econômicas e deduzido das receitas econômicas (Ex: ganho ou perda por equivalência patrimonial, variação monetária sobre empréstimos de longo prazo etc.). **Se der positivo, é origem, se der negativo, é aplicação.**

3. (Correta) A distribuição de dividendos é efetuada através de um lançamento a débito de PL (Lucros Acumulados) e a crédito de Passivo Circulante (Dividendos a Distribuir), portanto é uma aplicação de recursos (II,a).

4. (Errada) Aquisição de estoques não afeta o PL. O que afeta é a aquisição de direitos do imobilizado (II,b).

5. (Errada) A constituição de reservas de lucros é efetuada através de um lançamento a débito de PL (Lucros Acumulados) e a crédito de PL (Reservas de Lucros), portanto não afeta o CCL e não consta da DOAR.

Questão 7.19 (INSS/97)

$$\text{CCL} = \text{AC} - \text{PC}$$

As operações que podem aumentar o CCL são aquelas que aumentam o AC e/ou reduzem o PC. Assim:

1. **(Correta)** Lançamento:

- D Mercadorias (+AC)
- C Fornecedores

O prazo pode ser curto (PC) e neste caso não afetaria o CCL, pois teríamos aumento do AC e do PC em valores iguais. Mas, se o prazo for longo (PELP), então haveria aumento do AC e conseqüentemente do CCL. Reparem que a questão perguntou as transações que **podem** aumentar o CCL.

2. **(Correta)** Lançamento com valores hipotéticos:

D Caixa (+AC)	1.200	
C Equipamentos (-AP)		1.000
C Ganho na venda (R / +PL)		200

Houve aumento do AC de 1.200 e o PC não foi alterado, portanto o CCL aumenta em 1.200.

3. **(Errada)** Despesas reduzem o resultado do período, que, conforme a DOAR, após ajustado este pode ser uma origem (se houver lucro), ou uma aplicação (se houver prejuízo). Reparem no lançamento que há redução do AC, portanto é uma **redução** do CCL.

- D Despesas com reparos (D/-PL)
- C Caixa (-AC)

4. **(Correta)** Receitas aumentam o resultado do período, que, conforme a DOAR, após ajustado este pode ser uma origem (se houver lucro), ou uma aplicação (se houver prejuízo). Reparem no lançamento que há aumento do AC, portanto é um aumento do CCL.

- D Caixa (+AC)
- C Receita com Recuperação de Créditos (R/+PL)

5. **(Errada)** Há redução do AC, portanto redução do CCL. O lançamento é:

- D Participações Societárias (+AP)
- C Caixa (-AC)

Questão 7.20 (AFRF-2000)

Classificam-se como reservas de capital:

- a) Ágio na emissão de novas ações;
- b) Prêmio na emissão de debêntures;
- c) Produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição;
- d) Doações e subvenções para investimentos, recebidas de órgãos públicos;
- e) Incentivos Fiscais.

Resposta: Letra A

Questão 7.21 (AFRF-2000)

Segundo a Lei 6.404/76 estão impropriamente colocados os seguintes itens:

- 1) A conta “Máquinas” não faz parte do Ativo Circulante, mas sim do Ativo Permanente;
- 2) As contas no ativo devem vir dispostas em ordem **decrecente** do grau de liquidez (art. 178). Assim a conta “Caixa” deveria ser a primeira, seguida pela conta “Bancos” e assim por diante.
- 3) Segundo o §2º do artigo 176 é vedada a utilização de designações genéricas, como “Diversas Contas” ou “Contas Correntes”. Na questão então não seria possível a utilização da rubrica “Outras Contas”.

Total = 3 erros

Resposta: Letra A

Questão 7.22 (AFRF-2000)

Uma das possibilidades de constituição de reserva de capital é quando ocorre ágio na emissão de ações. No caso as ações foram criadas a partir da conversão de debêntures. Porém, a parcela que ultrapassa o valor nominal da ação será igualmente reconhecida como Reserva de Capital.

Resposta: Letra C

Questão 7.23 (AFRF-2000)

Lucro antes IR	400
(-) Provisão p/ IR	(80)
Base de cálculo das Participações	320
(-) Participações	(20)
(=) Lucro Líquido do Exercício	300

Valor nominal da Reserva Legal
= 5% R\$ 300,00 = R\$ 15,00

Limites:

Obrigatório: (a empresa **deve** deixar de constituir a reserva legal se ultrapassá-lo):

Reserva Legal < 20% do capital social
= 20% x R\$ 200,00 = R\$ 40,00

Saldo de Reserva Legal ficaria com R\$ 30,00 + R\$ 15,00 = R\$ 45,00 (ultrapassa o limite obrigatório)

Opcional: (a empresa **pode** deixar de constituir a reserva legal se ultrapassá-lo):

[Reserva Legal + Reservas de Capital] < 30% do capital social

$$\therefore 30 + x + 25 = 30\% \times \$ 200$$

$$55 + x = 60$$

$$x = 5$$

Conclusão: Pelo limite obrigatório, a empresa poderia constituir reserva no valor de **até** R\$ 10,00, que somados ao saldo de R\$ 30,00 dariam o limite (obrigatório) de R\$ 40,00. Já pelo limite opcional, a partir de R\$ 5,00, não haveria mais a obrigatoriedade de constituição da reserva legal. Sendo assim a empresa poderá constituir qualquer valor entre R\$ 5,00 e R\$ 10,00.

Resposta: Letra E

Questão 7.24 (AFRF-2000)

Esta questão é interessante pois para obtermos o valor do lucro líquido do exercício devemos efetuar os cálculos invertidos, ou seja, somando-se todas as destinações realizadas, da seguinte forma:

Dividendos	60,00
Reservas Estatutárias	50,00
<u>Reserva legal</u>	<u>40,00</u>
Destinações do LLE	150,00

Sabemos que, ao final do exercício social, o resultado deve ser imediatamente transferido para a conta *Lucros ou Prejuízos Acumulados* (que possuía um saldo devedor de 20).

Assim, os lançamentos ao final do exercício foram os seguintes:

1) Transferência do resultado para lucros acumulados:

D - Resultado do Exercício	180	
C - LPA		180

2) Transferências para reservas e dividendos:

D - LPA	150	
C - Reserva Legal (PL)		40
C - Reservas Estatutárias (PL)		50
C - Dividendos a pagar (PC)		60

Sabemos também que o resultado líquido do exercício é aquele obtido após as participações estatutárias, sendo então transferido para a conta *Lucros ou Prejuízos Acumulados*. Neste caso o valor transferido foi de R\$ 180,00 já tendo sido deduzidos imposto de renda e participações.

Sendo assim, o lucro do exercício, antes da distribuição de todos os valores relacionados na questão deve ser obtido pelo somatório do valor transferido para Lucros Acumulados mais os valores das participações estatutárias e do imposto de renda. Assim:

$$\text{Lucro antes da distribuição} = 180 + 30 + 200 = 410$$

Resposta: Letra D

OBS.:

- O valor das participações foi de R\$ 30,00 (definido na questão)
- O lucro após o IR foi de \$ 410 - \$ 200 = \$ 210,00
- O saldo atual de Lucros Acumulados após as operações 1) e 2) é de \$ 10,00

LPA			
(SI)	20	180	1)
2)	150	160	
		10	

- O imposto de renda foi de R\$ 200,00 (já definido na questão).

Questao 7.25 (AFRF-2000)**I - Origens:**

Computadas	1.800
(+) Resultado líquido do Exercício	1.800
(+) Despesas de Depreciação	<u>400</u>
	4.000

II - Aplicações:

Computadas	2.600
(+) Dividendos propostos	<u>150</u>
	2.750

III - Origens - Aplicações = Aumento no CCL
 = 4.000 - 2.750 = 1.250

Resposta Letra C**Questão 7.26. (PCF/UnB/CESPE-97)****ITEM ①**

Pela aplicação do princípio da competência, as receitas e despesas devem ser reconhecidas no momento da ocorrência dos respectivos fatos geradores, independentemente de recebimento ou pagamento.

As demonstrações contábeis observam esse princípio, logo incluem-se nessa demonstração os valores não realizados em moeda.

O item está **ERRADO**.

ITEM ②

A destinação do resultado para reservas de lucro e dividendos é efetuada a partir da conta Lucros ou Prejuízos Acumulados. Entretanto, conforme dispõe o art. 189 da lei, antes de qualquer destinação, serão compensados os prejuízos de exercícios anteriores e será deduzida a provisão para o imposto de renda.

Atenção!

Em que pese as reservas e dividendos saírem de Lucros Acumulados, o cálculo dos valores destas rubricas toma por base o lucro líquido do exercício, conforme dispõem os arts. 193 a 196 e 202, da Lei nº 6.404/76.

Ressalte-se que o dividendo é sempre calculado tomando por base o lucro ajustado, determinado conforme o disposto no art. 202.

O item está **CERTO**.

ITEM ③

Conforme dispõe o art. 187 da lei, as despesas financeiras, com vendas, administrativas e gerais são consideradas despesas operacionais, logo são incluídas na demonstração do resultado imediatamente abaixo do Lucro Bruto.

O item está **ERRADO**.

ITEM ④

Inicialmente há de se dizer que o IPI jamais faz parte da Receita Bruta. Compõe, é verdade, o faturamento bruto, mas não representa receita para o Industrial ou a ele equiparado, portanto faz parte do total da nota, mas é calculado em separado, não estando incluído no preço das mercadorias ou produtos. Trata-se de recursos que ingressam na empresa, mas que não são de sua propriedade. A empresa é mera arrecadadora deste imposto, devendo, conseqüentemente, recolher esses valores ao Erário.

A estrutura da demonstração, segundo o art. 187 da lei, determina que a partir da receita bruta excluem-se as vendas canceladas, vendas devolvidas, os descontos incondicionais e os tributos incidentes sobre vendas, chegando-se, então, às vendas líquidas.

O item está **ERRADO**.

ITEM 5

Os ajustes de exercícios anteriores são efetuados a nível de Lucros ou Prejuízos Acumulados. Não devem ser incorporados ao resultado do exercício, pois haveria desrespeito ao princípio da competência, visto que esses valores se referem a outras competências financeiras.

O item está **ERRADO**.

Questão 7.27. (ESAF/AFC-STN-2002)

A máquina foi adquirida pelo custo de R\$ 12.500,00 e é depreciada com valor residual de 20%. Esse valor residual (20% de R\$ 12.500,00) representa R\$ 2.500,00. Logo, o valor depreciável é de R\$ 10.000,00.

O período de depreciação é de 1º de outubro de 1998 até 30 de junho de 2002, isto é, 45 meses. A taxa de depreciação anual é de 12%, o que equivale a 1% ao mês.

Assim, o bem (em sua parte depreciável) está depreciado em 45%, ou seja, em R\$ 4.500,00.

Resta, portanto, como valor contábil da referida máquina o equivalente a R\$ 8.000,00 (R\$ 12.500,00 – R\$ 4.500,00).

Consta que o valor de venda foi de R\$ 7.600,00.

Como o custo do bem vendido foi de R\$ 8.000,00 (valor contábil do bem), houve na transação uma perda de R\$ 400,00.

A resposta apresentada, letra “b”, está correta.

Questão 2.28. (AFRF/2002–ESAF)

Vamos ordenar e calcular todo o demonstrativo do resultado do exercício, porém é necessário que se faça algumas observações:

A base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social não podem, assim, ser determinadas, pois parece que a empresa está obrigada ao lucro real que possui sistemática própria de cálculo, com suas adições, exclusões e compensações. Mas, mesmo assim, desconsideremos todas essas implicações da lei fiscal.

Vendas Brutas	R\$ 100.000,00
Vendas Canceladas	(R\$ 20.000,00)
<u>Descontos Incondicionais Concedidos</u>	<u>(R\$ 20.000,00)</u>
=	R\$ 60.000,00
ICMS s/ Compras e Vendas 12% =	(R\$ 7.200,00)
COFINS 2% =	(R\$ 1.200,00)
<u>PIS/PASEP 1% =</u>	<u>(R\$ 600,00)</u>
= Vendas líquidas	R\$ 51.000,00
<u>(-) CMV*</u>	<u>R\$ 37.000,00</u>
= Lucro Bruto	R\$ 14.000,00
+ Juros Recebidos	R\$ 1.500,00
+ Descontos Obtidos	R\$ 15.000,00
(-) Impostos e Taxas	R\$ 500,00
(-) Propaganda e Publicidade	R\$ 1.800,00
(-) Depreciação	R\$ 700,00
(-) Despesas Bancárias	R\$ 800,00
(-) Comissões sobre Vendas de Merc.	R\$ 3.000,00
(-) Descontos Condicionais Concedidos	R\$ 2.000,00
(-) Juros Pagos	R\$ 500,00
(-) Salários e Encargos	R\$ 3.000,00
<u>(-) Água e Energia</u>	<u>R\$ 200,00</u>
= Lucro Operacional Líquido	R\$ 18.000,00
+ <u>Receitas Não-Operacionais</u>	+ <u>R\$ 2.000,00</u>
= Lucro antes do IR e CSL	R\$ 20.000,00
Provisão para Contribuição Social 10%	R\$ 2.000,00
<u>Provisão para Imposto de Renda 15%</u>	<u>R\$ 3.000,00</u>

= Lucro após IR e CSL		R\$	15.000,00
Participação de Administradores	5%	R\$	750,00
Participação de Partes Beneficiárias	5%	R\$	712,50
= Lucro líquido do exercício		R\$	13.537,50

* CMV

Estoque Inicial	R\$ 30.000,00
+ Compras de Mercadorias	R\$ 44.000,00
(-) Estoque Final	R\$ 37.000,00
= Custo Mercadorias Vendidas	R\$ 37.000,00

Portanto, a resposta correta é a letra “d”.

Questão 7.29. (ESAF/AFC-STN-2002)

A Lei nº 6.404/1976, em seu art. 187, tratando da demonstração do resultado do exercício, estabelece que:

Art. 187. A demonstração do resultado do exercício discriminará:

I - a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;

II - a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;

III - as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;

IV - o lucro ou prejuízo operacional, as receitas e despesas não operacionais; (Redação dada pela Lei nº 9.249, de 26/12/1995)

V - o resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto;

VI - as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, e as contribuições para instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados;

VII - o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.

§ 1º Na determinação do resultado do exercício serão computados:

a) as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente da sua realização em moeda; e

b) os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos.

§ 2º O aumento do valor de elementos do ativo em virtude de novas avaliações, registrados como reserva de reavaliação (artigo 182, § 3º), somente depois de realizado poderá ser computado como lucro para efeito de distribuição de dividendos ou participações.

É de ressaltar, ainda, que para o caso presente, a base de cálculo do Imposto sobre a Renda e a Contribuição Social Sobre o Lucro são idênticas.

Assim, considerando que não há prejuízos acumulados a compensar, podemos apurar o valor da CSLL, das participações dos empregados e as participações dos administradores, partindo do lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, representando o inciso V, conforme segue:

Lucro antes do Imposto de Renda e CSLL	R\$ 20.000,00
(-) Imposto de Renda	(R\$ 6.000,00)
(-) CSLL 10% Sobre o Lucro antes IR e CSLL	(R\$ 2.000,00)
= Base de cálculo participação empregados	R\$ 12.000,00
(-) Participação do empregados	(R\$ 1.200,00)
= Base de cálculo participação administradores	R\$ 10.800,00
(-) Participação administradores	(R\$ 1.080,00)
= Lucro líquido	R\$ 9.720,00

A resposta correta é a letra “a”.

Questão 7.30. (AFRF/2002–ESAF)

O examinador deseja que se apure o resultado global pela venda de três bens, sendo que um deles é do ativo circulante (trator - estoque de vendas) e dois do ativo permanente.

Convém salientar que bens de venda não sofrem depreciação.

O valor global das vendas alcançou R\$ 130.000,00

O custo do trator é de R\$ 28.000,00, já que não sofre depreciação.

O custo jeep é de R\$ 20.000,00 menos a depreciação acumulada.

Se a vida útil do jeep é de 8 anos, então ele terá depreciação anual de 12,5%. Como o bem já se encontra há dois anos na empresa, sua depreciação acumulada é de 25%, cujo valor resulta em R\$ 5.000,00.

Assim, o valor contábil do jeep é de R\$ 15.000,00.

O custo do imóvel foi de R\$ 80.000,00, sendo 40% desse valor relativo a edificação e 60% relativo ao terreno. A vida útil da edificação é de 25 anos e seu uso já é de dez anos.

Sabemos que os terrenos não sofrem depreciação, então devemos separar os valores atinentes a esse imóvel, da seguinte forma:

40% de R\$ 80.000,00 = R\$ 32.000,00 valor da edificação

60% de R\$ 80.000,00 = R\$ 48.000,00 valor do terreno

Assim, o valor de R\$ 32.000,00 é susceptível a depreciação em 25 anos. $R\$ 32.000 / 25 \text{ anos} = R\$ 1.280,00 / \text{ano}$. $R\$ 1.280,00 \times 10 \text{ anos} = 12.800,00$ (valor da depreciação acumulada).

Desta forma, o valor contábil do imóvel é de R\$ 67.200,00.

Podemos, agora, apurar o valor do lucro global:

Receita total	R\$ 130.000,00
(-) Custo trator	R\$ 28.000,00
(-) Custo jeep	R\$ 15.000,00
(-) Custo imóvel	R\$ 67.200,00
Lucro Global	R\$ 19.800,00

A resposta correta é a letra “d”.

Questão 7.31. (TRF–2002–ESAF)

As receitas do mês são R\$ 800,00 e R\$ 1.300,00, cuja soma é de R\$ 2.100,00.

As despesas do mês são: Custo das Mercadorias Vendidas R\$ 2.000,00 e a Conta de Luz de R\$ 80,00.

O resultado será a diferença entre receitas e despesas, logo $R\$ 2.100,00 - R\$ 2.080,00 = R\$ 20,00$.

Atente-se ao fato de que o pagamento da conta de luz no valor de R\$ 95,00 é despesa do mês passado.

Alternativa correta é a letra “b”.

Questão 7.32. (BACEN/2001–ESAF)

Para sabermos o valor do lucro líquido do exercício, a partir dos dados apresentados, devemos separar os valores que foram extraídos do lucro líquido para recompô-lo.

Assim:

A variação de Prejuízos acumulados de 300 para Lucros acumulados de 3.700, absorveu um lucro de **4.000,00**.

As reservas de lucro (legal, contingência e estatutária) que passaram de 500 para 850, absorveram **350,00** do lucro do exercício.

A provisão para o Imposto de renda absorveu **600,00**.

As participações a pagar absorveram **350,00** do lucro do exercício.

Os dividendos a pagar absorveram **2.300,00** do lucro.

Somando esses valores, teremos que o lucro líquido, antes do Imposto de Renda, no exercício de 2000, foi de **R\$ 7.600,00**.

Alternativa correta, letra “C”.

Questão 7.33. (MPOG-ESAF/2001)

Letra a) } Conforme já mencionamos, as subvenções para investimento são contas do PL e não transitam por resultado. Porém, as subvenções para custeio devem transitar por resultado. Logo, são contas de resultado.

A alternativa está correta.

Letra b) } Prejuízos Acumulados é conta do Patrimônio Líquido.

Letra c) } Dividendos a Distribuir é obrigação, logo é conta do passivo.

Letra d) } Amortização acumulada é sempre conta do Ativo Permanente e a natureza de seu saldo é credora.

Letra e) } Conta Corrente de ICMS é conta do Ativo ou do Passivo, conforme o saldo. A propósito, segundo a lei, a expressão contas correntes não é factível de uso.

Questão 7.34. (ICMS-MS-2001)

Ativo

Bens Numerários	3.000,00
Duplicatas a Receber	9.000,00
Provisão p/Devedores Duvidosos	(2.700,00)
Empréstimos a Coligadas	1.500,00
Despesas Antecipadas	1.050,00
Estoques	14.100,00
Ações de Coligadas	5.295,00
Imobilizado	7.050,00
Duplicatas Descontadas	(3.000,00)
Total	35.295,00

Passivo

Empréstimos Bancários (LP)	3.000,00
Dividendos a Pagar	2.325,00
Contas a Pagar	5.700,00
Provisão p/Imposto de Renda	3.150,00
Total	14.175,00

Patrimônio Líquido (2)

Capital Social	7.815,00
Reservas de Lucros	2.850,00
Reservas de Capital	9.480,00
Lucros (Prejuízos) Acumulados	975,00
Total	21.120,00

Patrimônio Líquido anterior (1)

Capital Social	7.815,00
Reservas de Capital	9.480,00
Prejuízos Acumulados	(5.400,00)
Total	11.895,00

Diferença de PL (2) – (1) = 21.120,00 – 11.895,00 = 9.225,00.

Esse incremento no PL mais o dividendo proposto e o Imposto de Renda formam o Lucro do exercício.

Assim, o Lucro Líquido antes do imposto de renda foi de:

Aumento do PL	R\$ 9.225,00
Dividendo	R\$ 2.325,00
Imposto de Renda	R\$ 3.150,00
Total	R\$ 14.700,00

Alternativa correta letra “D”.

Questão 7.35. (Esaf/AFRF-2003)**SOLUÇÃO:**

Receita Operacional Bruta	R\$ 6.000,00
(-) ICMS s/ Vendas	R\$ 720,00
(-) COFINS	R\$ 180,00
(-) PIS s/ Faturamento	R\$ 60,00
= Receita Líquida de Vendas	R\$ 5.040,00
(-) Custo da Mercadoria Vendida	R\$ 2.800,00
= Lucro Operacional Bruto	R\$ 2.240,00
(-) Despesas Financeiras	R\$ 600,00
(-) Salários e Ordenados	R\$ 1.000,00
= Lucro Operacional Líquido	R\$ 640,00

Logo, a resposta correta é a letra “e”

Questão 7.36. (AFRF/2002/ESAF)

As contas que compõem o capital social são: Capital Integralizado no valor de R\$ 70.000,00 e a reserva de correção monetária do capital realizado no valor de R\$ 16.000,00. Portanto o capital social é de R\$ 86.000,00. Com isto, a alternativa “a” está errada.

Capital a Realizar é a diferença entre o Capital Subscrito e o Capital Realizado.

Veja que o capital subscrito é de R\$ 90.000,00 e o capital realizado de R\$ 70.000,00, logo o capital a realizar é de R\$ 20.000,00. Assim, esta alternativa “b” também está errada

Na letra “c” encontramos a resposta correta. As Reservas de Lucros já foram definidas na questão anterior, resta demonstrar a sua apuração:

Reserva para Contingências	R\$ 17.000,00
Reservas Estatutárias	R\$ 15.000,00
Reservas para Investimento	R\$ 14.000,00
<u>Reserva Legal</u>	<u>R\$ 13.000,00</u>
Total	R\$ 59.000,00

As **Reservas de Capital** somam R\$ 35.000,00 e são formadas por Reserva de Ágio na Venda de Ações R\$ 19.000,00 e Reserva de Correção Monetária R\$ 16.000,00. Isto torna errada a alternativa “d”.

Das contas apresentadas, as duas primeiras não interferem no valor do Patrimônio Líquido. Somando-se as demais, encontraremos o valor de R\$ 196.000,00. A alternativa “e” está errada.

Questão 7.38. (Esaf/AFC-2002)

Na questão nos é solicitado o valor do Capital Social. Sabe-se que o Capital Social é componente do Patrimônio Líquido.

Dessa forma, devemos procurar esse valor.

Nos é informado que o valor de Lucros Acumulados equivale a 25% do Capital de Terceiros (obrigações).

São contas que representam capitais de terceiros:

Débitos de Funcionamento	R\$ 900,00
Notas Promissórias emitidas	R\$ 600,00
Débitos de Financiamento	R\$ 300,00
Total	R\$ 1.800,00

Portanto o valor de Lucros Acumulados é de R\$ 450,00 (25% de R\$ 1.800,00).

Visto o valor desta conta, devemos apurar o valor do Patrimônio Líquido. Para apuração do PL vamos nos valer da equação patrimonial ($A - P = PL$).

Portanto, falta-nos a apuração do ativo para obter, por diferença, o valor do PL, visto que o valor do passivo é de R\$ 1.800,00, conforme apurado.

Dentre as contas Apresentadas, o valor do Ativo é o seguinte:

Bens fixos	R\$ 2.100,00
Créditos de Financiamento	R\$ 600,00
Bens de Venda	R\$ 900,00
Créditos de Funcionamento	R\$ 1.200,00
Bens Numerários	R\$ 450,00
Bens de Renda	R\$ 750,00
Total	R\$ 6.000,00

Aplicando a equação patrimonial, chegamos ao seguinte valor de PL:

$$R\$ 6.000,00 - R\$ 1.800,00 = R\$ 4.200,00$$

O PL contém em seu valor, entre outros, o valor do Capital Social. Logo, podemos achar o valor do Capital Social pela diferença do valor do PL total e as demais contas de PL. As demais contas do PL somam o seguinte valor:

Reservas de Lucros	R\$ 750,00
Reservas de Capital	R\$ 1.800,00
Lucros Acumulados	R\$ 450,00
Total	R\$ 3.000,00

Assim, finalmente estamos em condições, por operação aritmética, de apurar o valor do Capital Social:

Capital Social = PL – R\$ 3.000,00

Capital Social = R\$ 4.200,00 – R\$ 3.000,00

Capital Social = R\$ 1.200,00

Resposta: Letra E

Questão 7.39. (ESAF–CVM/2001)

O ativo permanente diferido é constituído de despesas já incorridas, isto é, já ocorreu o fato gerador dessas despesas, no entanto serão apropriadas ao resultado apenas quando os fins para o qual foram realizadas puderem produzir resultados.

As despesas antecipadas são aquelas em que houve o pagamento, no entanto o fato gerador ainda não ocorreu. Desta forma, a resposta correta é a letra “c”.

Questão 7.40. (PCF/UnB/CESPE–97)

ITEM ①

Aplicações em ouro são investimentos temporários, portanto devem ser classificados em ativo circulante ou ativo realizável a longo prazo.

O que nos leva a classificar um investimento como permanente é a intenção de permanência, como por exemplo as participações societárias permanentes.

O item está **ERRADO**.

ITEM ②

As contas de depreciação, amortização e exaustão acumuladas são contas redutoras de ativo, de sinal contrário às contas normais deste grupo, portanto de natureza credora. Ademais, terrenos jamais são depreciados.

O item está **ERRADO**.

ITEM ③

Classificam-se no Ativo Permanente Imobilizado os bens e direitos de uso. Marcas e Patentes são desse grupo de conta, pois são úteis e necessários à consecução dos objetivos sociais da entidade.

Classificam-se no Ativo Permanente Diferido as despesas pré-operacionais. São exemplos de despesas pré-operacionais os gastos efetuados na reorganização, projetos, pesquisa de novos produtos entre outros.

O item está **ERRADO**.

ITEM ④

Debêntures, independentemente de cláusula de conversão, representam obrigação da empresa emitente, logo devem ser classificadas no passivo, seja no circulante ou exigível a longo prazo, obedecido o vencimento ou prazo de resgate.

Por oportuno, salienta-se que o prêmio obtido na emissão de debêntures é uma reserva de capital e deve ser classificado no patrimônio líquido. (Prêmio é um plus sobre o valor nominal).

O item está **CERTO**.

ITEM ⑤

Toda obrigação (real ou provável) que se vence após o final do exercício social seguinte deve ser classificada no passivo exigível a longo prazo.

O item está **CERTO**.

Questão 7.41. (Esaf/AFC-2002)

O art. 179 da lei societária estabelece que no ativo as devem ser classificadas, conforme determina e o art. 182, § 1º, da mesma lei, estabelece quais contas compõem as reservas de capital. Observemos os referidos dispositivos:

Art. 179. As contas serão classificadas do seguinte modo:

I - no ativo circulante: as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte;

II - no ativo realizável a longo prazo: os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas (artigo 243), diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia;

III - em investimentos: as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa;

IV - no ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da companhia e da empresa, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os de propriedade industrial ou comercial;

V - no ativo diferido: as aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social, inclusive os juros pagos ou creditados aos acionistas durante o período que anteceder o início das operações sociais.

Parágrafo único. Na companhia em que o ciclo operacional da empresa tiver duração maior que o exercício social, a classificação no circulante ou longo prazo terá por base o prazo desse ciclo.

Art. 182. A conta do capital social discriminará o montante subscrito e, por dedução, a parcela ainda não realizada.

§ 1º Serão classificadas como reservas de capital as contas que registrarem:

- a) a contribuição do subscritor de ações que ultrapassar o valor nominal e a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social, inclusive nos casos de conversão em ações de debêntures ou partes beneficiárias;*
- b) o produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição;*
- c) o prêmio recebido na emissão de debêntures;*
- d) as doações e as subvenções para investimento.*

§ 2º Será ainda registrado como reserva de capital o resultado da correção monetária do capital realizado, enquanto não-capitalizado.

Analisando cada alternativa apresentada, a luz desses dispositivos, conclui-se que a única que satisfaz o ato legal é a alternativa “a”.

Questão 7.42. (ESAF/AFTN–1994/setemb.)

Reza o art. 193 da Lei das S/A que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social”.

Para fins de cálculo da reserva legal devemos considerar o capital social corrigido, isto é, o capital social nominal e mais a reserva de correção do capital social.

Assim, o valor máximo que a reserva legal poderá alcançar será de R\$ 114,00. Como já existe uma reserva legal constituída de R\$ 100,00, então o valor máximo que poderá ser constituída no exercício é de R\$ 14,00.

Devemos, então, apurar o resultado do exercício, porém necessitamos saber a natureza do saldo da conta correção monetária do balanço, pois este pode ser devedor ou credor. Para poder apurar o saldo dessa conta é necessário que elaboremos o balancete de verificação:

Bancos	10	
Caixa	20	
Capital		500
Clientes	350	
Correção monetária de balanço	150	
Custo de mercadorias vendidas	300	
Depreciações acumuladas		50
Despesas comerciais	70	
Despesas financeiras	10	
Despesas tributárias	10	
Fornecedores		180
Imóveis	80	
Impostos incidentes sobre vendas	200	
Juros ativos		40
Máquinas	30	
Mercadorias	620	
Reserva correção monetária capital		70
Reserva de lucros		60
Reserva legal		100
Salários a pagar		50
Veículos	200	
Vendas		1000
Totais	2.050	2.050

Percebe-se, assim, que o saldo da conta correção monetária de balanço possui natureza devedora.

Podemos, finalmente, apurar o resultado do exercício:

Contas	Despesas	Receitas
Correção monetária de balanço	150	
Custo de mercadorias vendidas	300	
Despesas comerciais	70	
Despesas financeiras	10	
Despesas tributárias	10	
Impostos incidentes sobre vendas	200	
Juros ativos		40
Vendas		1000
Totais	740	1040
Resultado = LUCRO		300

Consoante o disposto na lei, o limite da reserva legal aplicada sobre o lucro do exercício é de R\$ 15,00 (5% de R\$ 300,00). Desta forma, o limite a ser observado é o de que a reserva legal não deve exceder a 20% do capital social (corrigido monetariamente), isto é, de R\$ 14,00.

A resposta correta é a letra “d”.

Questão 7.43. (Esaf/AFC-2002)

Para resolver esta questão usaremos um quadro no qual separamos os valores ou saldos em 05 (cinco) colunas distintas, isto é, Passivo Circulante (PC), Ativo Circulante (AC), Patrimônio Líquido (PL), Ativo Permanente (AP) e Ativo Total (AT).

Contas	PC	AC	PL	AP	AT
Ações em Tesouraria			(1.000,00)		
Ações de Coligadas				1.500,00	1.500,00
Adiantamento a fornecedores		600,00			600,00
Adiantamento de clientes	300,00				
Bancos c/Movimento	1.200,00				1.200,00
Capital a Integralizar			(4.000,00)		
Capital Social			15.000,00		
Clientes		2.800,00			2.800,00
Duplicatas Descontadas		(800,00)			(800,00)
Duplicatas a Receber		2.000,00			2.000,00
Fornecedores	6.000,00				
Impostos a Recolher	600,00				
Juros Ativos			300,00		
Juros Ativos a Receber		110,00			110,00
Juros Ativos a Vencer	100,00				
Juros Passivos			(200,00)		
Lucros Acumulados			300,00		
Material de Consumo		500,00			500,00
Mercadorias		3.000,00			3.000,00
Móveis e Utensílios				5.500,00	5.500,00
Provisão de Férias	400,00				
Provisão para Imposto de Renda	1.800,00				
Provisão p/ Perdas Investimentos				(700,00)	(700,00)
Reserva Legal			800,00		
Seguros a Vencer		190,00			190,00
Veículos				4.500,00	4.500,00
TOTAL	10.400,00	8.400,00	11.200,00	10.800,00	20.400,00

Portanto, a resposta correta é a letra “e”.

Questão 7.44. (AFRF/2002/ESAF)

A Lei nº 6.404/1976, em seu art. 182, §§ 1º e 2º, define quais são as reservas de capital, a saber:

Art. 182. A conta do capital social discriminará o montante subscrito e, por dedução, a parcela ainda não realizada.

§ 1º Serão classificadas como reservas de capital as contas que registrarem:

- a) a contribuição do subscritor de ações que ultrapassar o valor nominal e a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social, inclusive nos casos de conversão em ações de debêntures ou partes beneficiárias;*
- b) o produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição;*
- c) o prêmio recebido na emissão de debêntures;*
- d) as doações e as subvenções para investimento.*

§ 2º Será ainda registrado como reserva de capital o resultado da correção monetária do capital realizado, enquanto não-capitalizado.

É de ressaltar que esses valores não transitam por resultado. Isto se deve ao fato de que as operações que geram esses valores não fazem parte do objeto social das entidades, afinal, nenhuma entidade é constituída para

receber, por exemplo, doações para investimentos como objeto social. Ademais, a maior parcela dessas reservas provêm das ações (ágio na emissão de ações) que é parte constitutiva do capital social. Assim, a alternativa “a” está de acordo com o que diz a lei, os princípios de contabilidade e a doutrina.

A lei das S.As nomeia as reservas de lucros nos arts. 193 a 197, *in verbis*:

Art. 193. Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

§ 1º A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.

§ 2º A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas Estatutárias

Art. 194. O estatuto poderá criar reservas desde que, para cada uma:

I - indique, de modo preciso e completo, a sua finalidade;

II - fixe os critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição; e

III - estabeleça o limite máximo da reserva.

Reservas para Contingências

Art. 195. A assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar parte do lucro líquido à formação de reserva com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado.

§ 1º A proposta dos órgãos da administração deverá indicar a causa da perda prevista e justificar, com as razões de prudência que a recomendem, a constituição da reserva.

§ 2º A reserva será revertida no exercício em que deixarem de existir as razões que justificaram a sua constituição ou em que ocorrer a perda.

Retenção de Lucros

Art. 196. A assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

§ 1º O orçamento, submetido pelos órgãos da administração com a justificação da retenção de lucros proposta, deverá compreender todas as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até 5 (cinco) exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento.

§ 2º O orçamento poderá ser aprovado na assembleia-geral ordinária que deliberar sobre o balanço do exercício.

§ 2o O orçamento poderá ser aprovado pela assembleia-geral ordinária que deliberar sobre o balanço do exercício e revisado anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social. (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001)

Reserva de Lucros a Realizar

Art. 197. No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto ou do art. 202, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001)

§ 1o Para os efeitos deste artigo, considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder da soma dos seguintes valores: (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001)

I - o resultado líquido positivo da equivalência patrimonial (art. 248); e (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001)

II - o lucro, ganho ou rendimento em operações cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte. (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001)

§ 2o A reserva de lucros a realizar somente poderá ser utilizada para pagamento do dividendo obrigatório e, para efeito do inciso III do art. 202, serão considerados como integrantes da reserva

*os lucros a realizar de cada exercício que forem os primeiros a serem realizados em dinheiro.
(Redação dada pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001)*

Veja que as reservas de lucros são: Reserva Legal, Reservas Estatutárias, Reservas para Contingências (Cuidado! Há enorme diferença entre reservas para contingências e provisões para contingências), Reserva de Retenção de Lucros (para investimento, por exemplo) e Reserva de Lucros a Realizar (esta última teve sensíveis alterações e esta prova foi a última que não contemplou essas alterações)

As reservas de lucros, conforme pode ser observado, são provenientes dos lucros. As principais finalidades dessas reservas são dar maior garantia ao capital social e postergar distribuição de dividendos e outras participações.

Dessa forma, as alternativas “b” e “d” estão alinhadas com lei e a prática contábil.

A alternativa “c”, igualmente correta, encontra guarida no art. 183, inciso V e § 2º, alínea “a”, da lei das sociedades por ações.

Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

...

V - os direitos classificados no imobilizado, pelo custo de aquisição, deduzido do saldo da respectiva conta de depreciação, amortização ou exaustão;

...

§ 2º A diminuição de valor dos elementos do ativo imobilizado será registrada periodicamente nas contas de:

a) depreciação, quando corresponder à perda do valor dos direitos que têm por objeto bens físicos sujeitos a desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência;

Perceba que a alternativa é transcrição literal da lei.

Restou como alternativa incorreta a letra “e”.

No ativo imobilizado devem ser classificados (somente estes) os bens e direitos necessários à consecução dos objetivos sociais. Desta forma, imóveis alugados, que não sejam de uso da entidade, devem ser classificados no Ativo Permanente Investimentos.

Resposta: Letra E

Questão 7.45. (AFRF/2002–ESAF)

Na solução desta questão vamos analisar todas as alternativas.

Alternativa “a”:

São contas de saldos devedores:

Depósito no banco	R\$ 150,00
Salários do mês	R\$ 620,00
Títulos a Receber	R\$ 900,00
Aluguéis Passivos	R\$ 600,00
Produtos para Venda	R\$ 750,00
Equipamentos	R\$ 1.000,00
Casa e Terrenos	R\$ 1.350,00
Total	R\$ 5.370,00

A alternativa está incorreta.

Alternativa “b”:

As contas do ativo circulante somam:

Depósito no banco	R\$ 150,00
Títulos a Receber	R\$ 900,00
Produtos para Venda	R\$ 750,00
Total	R\$ 1.800,00

O valor apresentado na alternativa é de R\$ 2.250,00, portanto incorreto.

Alternativa “c”:

O passivo circulante apresenta o seguinte valor:

Duplicatas a Pagar	R\$ 2.200,00
Impostos Atrasados	R\$ 450,00
Total	R\$ 2.650,00

O valor apresentado na alternativa não satisfaz o resultado apurado. Portanto, a alternativa está errada.

Alternativa “d”:

Do rol de contas apresentadas, apuramos o valor de R\$ 2.350,00 para o ativo permanente, como a seguir demonstrado. Portanto essa alternativa também está incorreta.

Equipamentos	R\$ 1.000,00
Casa e Terrenos	R\$ 1.350,00
Total	R\$ 2.350,00

Alternativa “e”:

O Patrimônio Líquido é a diferença entre o ativo e o passivo exigível mais o resultado de exercícios futuros.

Ressalte-se que resultado de exercícios futuros são aqueles valores sobre os quais não pesa nenhuma obrigação.

O valor do ativo é o seguinte:

Depósito no banco	R\$ 150,00
Títulos a Receber	R\$ 900,00
Produtos para Venda	R\$ 750,00
Equipamentos	R\$ 1.000,00
Serviços Prestados a Prazo	R\$ 1.500,00
Casa e Terrenos	R\$ 1.350,00
Total	R\$ 5.650,00

O valor do passivo exigível soma:

Duplicatas a Pagar	R\$ 2.200,00
Impostos Atrasados	R\$ 450,00
Total	R\$ 2.650,00

Da definição do PL, teremos que o seu valor é:

$$R\$ 5.650,00 - R\$ 2.650,00 = R\$ 3.000,00$$

Resposta: Letra E

Questão 7.46. (AFRF/2002–ESAF)

Analisando a alternativa “a”, temos:

- 1 – pela venda à vista de mercadorias, o ativo (Caixa/Bancos) recebeu o débito de R\$ 300,00; e
- 2 – pela prestação de serviços, o ativo recebeu o débito de R\$ 400,00. Logo, o ativo recebeu débitos no valor de R\$ 700,00.

Na alternativa “b” nos é afirmado que o ativo aumentou em R\$ 165,00. Vamos conferir?

Já vimos que o ativo recebeu débitos no valor de R\$ 700,00. Falta vermos os crédito por ele recebidos:

- 1 – pela venda à vista houve o crédito de R\$ 240,00, pelo custo das mercadorias vendidas;
- 2 – pelo pagamento das duplicatas houve crédito de R\$ 115,00;

3 – pelo pagamento de títulos vencidos houve crédito de R\$ 180,00. Assim, o ativo foi creditado em R\$ 535,00.

Dessa forma, o valor dos débitos supera o valor do créditos em R\$ 165,00, isto é, o ativo aumentou em R\$ 165,00.

A alternativa está correta.

O Patrimônio Líquido aumentou no seguinte valor:

- 1 – pelo lucro na venda de mercadorias, o PL aumentou em R\$ 60,00;
- 2 – pelos juros pagos, o PL diminuiu R\$ 15,00;
- 3 – pela prestação de serviços, o PL aumentou R\$ 400,00;
- 4 – pelo desconto obtido, o PL aumentou R\$ 20,00.

Logo, o PL aumentou, no todo, R\$ 465,00. Portanto a alternativa “c” está errada.

Os créditos recebidos pelo passivo são: ????

Entendeu?

Não houve nenhum crédito no passivo, logo a alternativa “d” está errada.

A diminuição do passivo foi a seguinte:

- 1 – R\$ 100,00 pelo pagamento de duplicatas; e
- 2 – R\$ 200,00 pelo pagamento de títulos. Logo, o valor total da diminuição foi de R\$ 300,00.

A alternativa “e” está errada.

Resposta: Letra B.

Questão 7.47. (AFRF/2002–ESAF)

O art. 193 da Lei das sociedades anônimas determina que:

Art. 193. Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

§ 1º A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.

§ 2º A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

5% do lucro líquido, que é de R\$ 60.000,00, resulta em R\$ 3.000,00.

Entretanto, o valor da reserva legal não pode exceder a 20% do capital social.

O capital é de R\$ 50.000,00, logo o limite total é de R\$ 10.000,00.

Como o valor da reserva legal anteriormente constituída soma R\$ 8.000,00, o valor máximo que pode ser constituído é de R\$ 2.000,00.

Atente-se que o enunciado pede o valor que deverá ser constituído, portanto não será necessária a análise no concernente ao § 1º, pois este abre uma possibilidade de abrandamento.

Entretanto, para não deixar dúvida, vamos analisar a questão sob a ótica do § 1º.

Nesse caso, somamos a reserva legal o valor da reserva de Subvenção para investimentos, o que nos dá o valor de R\$ 10.000,00. Para chegar a 30% do capital faltam R\$ 5.000,00. Logo, não há de se levar esse valor em conta em face do limite estabelecido no caput do artigo.

Resposta: Letra C.

Questão 7.48. (TRF-2002-ESAF)

Solicita-se, nesta questão, que se apure o valor do ativo total, considerando-se o rol de contas acima. Desta forma, separemos as contas de ativo:

Caixa	R\$ 100,00
Bancos c/Movimento	R\$ 200,00
Contas a Receber	R\$ 100,00
Empréstimos Concedidos LP	R\$ 100,00
Duplicatas Emitidas	R\$ 800,00
Equipamentos	R\$ 100,00
Clientes	R\$ 450,00
Mercadorias	R\$ 500,00
Notas Promissórias Aceitas	R\$ 250,00
<u>Patentes</u>	<u>R\$ 200,00</u>
Total	R\$ 2.800,00

A questão é relativamente tranqüila. A única conta que poderia suscitar alguma dúvida é a conta “Notas Promissórias Aceitas”. É de se ressaltar que notas promissórias aceitas são notas promissórias emitidas por terceiros, por isso um direito.

Resposta: Letra C.

Questão 7.49. (AFC-2002-ESAF)

Na questão nos é solicitado o valor do Capital Social. Sabe-se que o Capital Social é componente do Patrimônio Líquido.

Dessa forma, devemos procurar esse valor.

Nos é informado que o valor de Lucros Acumulados equivale a 25% do Capital de Terceiros (obrigações).

São contas que representam capitais de terceiros:

Débitos de Funcionamento	R\$ 900,00
Notas Promissórias emitidas	R\$ 600,00
Débitos de Financiamento	R\$ 300,00
Total	R\$ 1.800,00

Portanto o valor de Lucros Acumulados é de R\$ 450,00 (25% de R\$ 1.800,00).

Visto o valor desta conta, devemos apurar o valor do Patrimônio Líquido. Para apuração do PL vamos nos valer da equação patrimonial ($A - P = PL$).

Portanto, falta-nos a apuração do ativo para obter, por diferença, o valor do PL, visto que o valor do passivo é de R\$ 1.800,00, conforme apurado.

Dentre as contas Apresentadas, o valor do Ativo é o seguinte:

Bens fixos	R\$ 2.100,00
Créditos de Financiamento	R\$ 600,00
Bens de Venda	R\$ 900,00
Créditos de Funcionamento	R\$ 1.200,00
Bens Numerários	R\$ 450,00
Bens de Renda	R\$ 750,00
Total	R\$ 6.000,00

Aplicando a equação patrimonial, chegamos ao seguinte valor de PL:

$$\text{R\$ 6.000,00} - \text{R\$ 1.800,00} = \text{R\$ 4.200,00}$$

O PL contém em seu valor, entre outros, o valor do Capital Social. Logo, podemos achar o valor do Capital Social pela diferença do valor do PL total e as demais contas de PL. As demais contas do PL somam o seguinte valor:

Reservas de Lucros	R\$ 750,00
Reservas de Capital	R\$ 1.800,00
Lucros Acumulados	R\$ 450,00
Total	R\$ 3.000,00

Assim, finalmente estamos em condições, por operação aritmética, de apurar o valor do Capital Social:

$$\text{Capital Social} = \text{PL} - \text{R\$ 3.000,00}$$

$$\text{Capital Social} = \text{R\$ 4.200,00} - \text{R\$ 3.000,00}$$

$$\text{Capital Social} = \text{R\$ 1.200,00}$$

Resposta: Letra E.

Questão 7.50. (AFC-2002-ESAF)

O art. 179 da lei societária estabelece o modo como as contas do ativo devem ser classificadas e o art. 182, § 1º, da mesma lei, estabelece quais contas compõem as reservas de capital. Observemos os referidos dispositivos:

Art. 179. As contas serão classificadas do seguinte modo:

I - no ativo circulante: as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte;

II - no ativo realizável a longo prazo: os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas (artigo 243), diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia;

III - em investimentos: as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa;

IV - no ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da companhia e da empresa, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os de propriedade industrial ou comercial;

V - no ativo diferido: as aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social, inclusive os juros pagos ou creditados aos acionistas durante o período que anteceder o início das operações sociais.

Parágrafo único. Na companhia em que o ciclo operacional da empresa tiver duração maior que o exercício social, a classificação no circulante ou longo prazo terá por base o prazo desse ciclo.

Art. 182. A conta do capital social discriminará o montante subscrito e, por dedução, a parcela ainda não realizada.

§ 1º Serão classificadas como reservas de capital as contas que registrarem:

- a) a contribuição do subscritor de ações que ultrapassar o valor nominal e a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social, inclusive nos casos de conversão em ações de debêntures ou partes beneficiárias;
- b) o produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição;
- c) o prêmio recebido na emissão de debêntures;
- d) as doações e as subvenções para investimento.

§ 2º Será ainda registrado como reserva de capital o resultado da correção monetária do capital realizado, enquanto não-capitalizado.

Analisando cada alternativa apresentada, a luz desses dispositivos, conclui-se que a única que satisfaz o ato legal é a alternativa “a”.

Questão 7.51. (AFC–2002–ESAF)

Para resolver esta questão usaremos um quadro no qual separamos os valores ou saldos em 05 (cinco) colunas distintas, isto é, Passivo Circulante (PC), Ativo Circulante (AC), Patrimônio Líquido (PL), Ativo Permanente (AP) e Ativo Total (AT).

Contas	PC	AC	PL	AP	AT
Ações em Tesouraria			(1.000,00)		
Ações de Coligadas				1.500,00	1.500,00
Adiantamento a fornecedores		600,00			600,00
Adiantamento de clientes	300,00				
Bancos c/Movimento	1.200,00				1.200,00
Capital a Integralizar			(4.000,00)		
Capital Social			15.000,00		
Clientes		2.800,00			2.800,00
Duplicatas Descontadas		(800,00)			(800,00)
Duplicatas a Receber		2.000,00			2.000,00
Fornecedores	6.000,00				
Impostos a Recolher	600,00				
Juros Ativos			300,00		
Juros Ativos a Receber		110,00			110,00
Juros Ativos a Vencer	100,00				
Juros Passivos			(200,00)		
Lucros Acumulados			300,00		
Material de Consumo		500,00			500,00
Mercadorias		3.000,00			3.000,00
Móveis e Utensílios				5.500,00	5.500,00
Provisão de Férias	400,00				
Provisão para Imposto de Renda	1.800,00				
Provisão p/ Perdas Investimentos				(700,00)	(700,00)
Reserva Legal			800,00		
Seguros a Vencer		190,00			190,00
Veículos				4.500,00	4.500,00
TOTAL	10.400,00	8.400,00	11.200,00	10.800,00	20.400,00

Portanto, a resposta correta é a letra “e”.

Questão 7.52. (CESPE/PERITO-PF-97)

ITEM ①

O inciso VII, do art. 187, da Lei das S.As., determina que a demonstração do resultado do exercício discriminará o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.

O item está **CERTO**.

ITEM ②

O item retrata a disposição do art. 202 da lei que, conforme já se frisou, determina a distribuição do dividendo tendo-se por base o lucro ajustado.

A lei faculta que as companhias utilizem outros demonstrativos complementares para dar maior evidência aos componentes patrimoniais e negócios, mas estes não são obrigatórios.

O item está **CERTO**.

ITEM ③

As demonstrações previstas, como obrigatórias, na lei são:

O Balanço Patrimonial, Resultado do Exercício, Lucros ou Prejuízos Acumulados e Origens e Aplicações de Recursos.

O item está **ERRADO**.

ITEM ④

A demonstração das origens e aplicações de recursos indica as modificações na posição financeira da companhia, demonstrando todas as movimentações que afetam o Capital Circulante Líquido (CCL). Para tanto, demonstra todas as origens e aplicações que ocorram no ativo e passivo que não sejam o circulante.

O item está **ERRADO**.

ITEM ⑤

Conforme o § 5º do art. 176, as demonstrações financeiras devem ser complementadas com notas explicativas.

O item está **CERTO**.

Questão 7.53. (AFC-2002-ESAF)

A lei estabelece nos arts. 193 e 194 que:

Reserva Legal

Art. 193. Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

§ 1º A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.

§ 2º A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas Estatutárias

Art. 194. O estatuto poderá criar reservas desde que, para cada uma:

I - indique, de modo preciso e completo, a sua finalidade;

II - fixe os critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição; e

III - estabeleça o limite máximo da reserva.

Já no art. 198 estabelece que:

Art. 198. A destinação dos lucros para constituição das reservas de que trata o artigo 194 e a retenção nos termos do artigo 196 não poderão ser aprovadas, em cada exercício, em prejuízo da distribuição do dividendo obrigatório (artigo 202).

Desta forma, a Reserva Estatutária deve ser constituída após o cálculo do dividendo ou, se constituída antes, sem prejudicá-lo. Porém, em qualquer situação devemos observar o estabelecido no estatuto que deve descrever sucintamente a forma de sua constituição. Esta afirmação é feita considerando, ainda, o conteúdo do art. 202 da mesma lei societária (6.404/76):

Dividendo Obrigatório

Art. 202. Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto ou, se este for omissivo, a importância determinada de acordo com as seguintes normas: (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001)

I - metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001)

a) importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e (Alínea incluída pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001)

b) importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; (Alínea incluída pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001)

II - o pagamento do dividendo determinado nos termos do inciso I poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar (art. 197); (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001)

III - os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização. (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001)

§ 1º O estatuto poderá estabelecer o dividendo como porcentagem do lucro ou do capital social, ou fixar outros critérios para determiná-lo, desde que sejam regulados com precisão e minúcia e não sujeitem os acionistas minoritários ao arbítrio dos órgãos de administração ou da maioria.

§ 2º Quando o estatuto for omissivo e a assembléia-geral deliberar alterá-lo para introduzir norma sobre a matéria, o dividendo obrigatório não poderá ser inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001)

§ 3º A assembléia-geral pode, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, deliberar a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório, nos termos deste artigo, ou a retenção de todo o lucro líquido, nas seguintes sociedades: (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001)

I - companhias abertas exclusivamente para a captação de recursos por debêntures não conversíveis em ações; (Inciso incluído pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001)

II - companhias fechadas, exceto nas controladas por companhias abertas que não se enquadrem na condição prevista no inciso I. (Inciso incluído pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001)

§ 4º O dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à assembléia-geral ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da companhia. O conselho fiscal, se em funcionamento, deverá dar parecer sobre essa informação e, na companhia aberta, seus administradores encaminharão à Comissão de Valores Mobiliários, dentro de 5 (cinco) dias da realização da assembléia-geral, exposição justificativa da informação transmitida à assembléia.

§ 5º Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do § 4º serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da companhia.

§ 6º Os lucros não destinados nos termos dos arts. 193 a 197 deverão ser distribuídos como dividendos. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001)

Assim sendo, a Reserva Estatutária poderia ser calculada do seguinte modo:

Lucro Após IR e CSL	R\$ 85.000,00
(-) Participação Estatutária	R\$ 5.000,00
= Lucro Líquido do Exercício	R\$ 80.000,00
(-) Reserva Legal	R\$ 4.000,00
(-) Dividendo Mínimo	R\$ 20.000,00
= Lucro após dividendo	R\$ 56.000,00
10% de R\$ 56.000,00 =	R\$ 5.600,00

Isto faria com que a resposta fosse a letra "a".

A resposta poderia ser também a letra "b", "c" e "d", pois tudo depende de como está escrito no estatuto para apurar a base de cálculo.

Se a base de cálculo for o lucro líquido do exercício, o valor da Reserva Estatutária seria de R\$ 8.000,00.

Se a base de cálculo fosse o lucro remanescente após deduzida a Reserva Legal, o seu valor seria de R\$ 7.600,00.

Se a base de cálculo fosse o lucro líquido deduzido do dividendo, então o valor da reserva seria de R\$ 6.000,00.

Desta forma, a questão deveria ter sido anulada em face das múltiplas respostas apresentadas e da não discriminação do estabelecido no estatuto para a formação desta reserva.

Questão 7.54. (BACEN-2001-ESAF)

Com base no § 1º do art. 182 da Lei nº 6.404/1976, o valor na colocação de ações que exceder o nominal, deverá ir a reserva de capital, como ágio na emissão de ações.

Alternativa correta, letra "B".

Questão 7.55. (MPOG-ESAF/2001)

Letra a) } O patrimônio representa o conjunto de bens, direito e obrigações de uma certa entidade. Ora, os bens arrendados não pertencem a entidade, portanto não há razão para registrá-los no ativo.

Letra b) } O fundo de comércio representa a clientela, a confiança no estabelecimento comercial, o ponto comercial. Tudo é passível de valoração, entretanto a sua mensuração é subjetiva. Segundo o Princípio da Prudência não devemos registrar valores a título de bens e direitos sobre os quais resida alguma incerteza na realização.

Letra c) } Partes beneficiárias cedidas saem do Patrimônio da entidade. Não representam redução do Capital Social, apenas são títulos que atribuem certos direitos aos seus titulares, como por exemplo a participação no resultado.

Letra d) } Novamente invocamos o Princípio da Prudência, pois conforme este, entre duas situações igualmente válidas, deve-se escolher aquela da qual resulta menor valor do PL.

Letra e) } O Capital Social das Sociedades Anônimas é formado por ações. Quando a companhia adquire, por qualquer motivo, ações de sua própria emissão, como por exemplo de sócio dissidente, estará diminuindo o valor do Capital Social. Ocorre que, por disposição legal, o Capital Nominal não pode ser diminuído a todo momento. A solução que se nos apresenta é lançar o valor relativo às ações adquiridas em conta redutora do PL, em conta específica denominada de Ações em Tesouraria.

Resposta: Letra B.

Questão 7.56. (CESPE/PERITO-PF-97)

ITEM ①

A Lei nº 6.404/76, preceitua que as demonstrações de cada exercício serão publicadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações **do** exercício anterior. Portanto, é necessária a indicação correspondente de apenas **um** exercício anterior e não **dois**.

O item está **ERRADO**.

ITEM ②

O § 2º, do art. 176 da Lei nº 6.404/1976, dispõe:

Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

...

§ 2º Nas demonstrações, as contas semelhantes poderão ser agrupadas; os pequenos saldos poderão ser agregados, desde que indicada a sua natureza e não ultrapassem 0,1 (um décimo) do valor do respectivo grupo de contas; mas é vedada a utilização de designações genéricas, como "diversas contas" ou "contas-correntes".

Depreende-se, da simples leitura do dispositivo legal, que o examinador fez uma grande confusão.

O item está **ERRADO**.

ITEM ③

As demonstrações contábeis, especialmente o balanço patrimonial, são elaboradas antes da aprovação pela assembleia geral da proposta de destinação do resultado, portanto esses demonstrativos devem conter a destinação que será dada ao resultado ou dividendo. Normalmente o dividendo proposto figura no passivo circulante como Dividendos a Pagar ou Distribuir.

O item está **CERTO**.

ITEM ④

Nas demonstrações financeiras devem ser ressaltados todos os aspectos relevantes que interferiram no resultado ou que possam interferir nos resultados em exercícios futuros. Esses aspectos não de ser evidenciados por meio de notas explicativas, de modo a dar maior segurança aos investidores e demais atores interessados no desempenho da entidade.

O item está **CERTO**.

ITEM ⑤

No ativo as contas são dispostas em ordem decrescente do grau de liquidez. Isso, segundo a lei.

No passivo, segundo a lei, não há uma ordem estabelecida em função de exigibilidade ou vencimento. Na prática e pela doutrina contábil, entretanto, existe essa ordem.

O item está **ERRADO**.

Questão 7.57. (ICMS-MS-2001)

Não se aplica às obrigações o disposto no inciso II do art. 179 da lei das sociedades anônimas. Assim, as obrigações decorrentes de vendas, adiantamentos ou empréstimos de sociedades coligadas ou controladas, diretores, acionistas ou outros participantes no lucro da companhia, devem ser classificadas conforme o prazo de vencimento estipulado na operação.

Resposta correta letra "B".

Questão 7.58. (ICMS-MS-2001)**Capital alheio é representado por:**

Empréstimos Bancários	R\$ 2.000,00
Impostos a Recolher	R\$ 120,00
Total	R\$ 2.120,00

Capital Próprio:

Capital	R\$ 800,00
Impostos e Taxas	R\$ (150,00)
Juros Ativos	R\$ 250,00
Salários e Ordenados	R\$ (320,00)
Receita de Vendas	R\$ 950,00
Custo das Vendas	R\$ (900,00)
Total	R\$ 630,00

Obs.: Para a apuração do capital próprio as receitas foram consideradas fatores de aumento e a despesas como redutoras desta conta.

Prejuízo do exercício:

Juros Ativos	R\$ 250,00
Receita de Vendas	R\$ 950,00
Custo das Vendas	R\$ (900,00)
Impostos e Taxas	R\$ (150,00)
Salários e Ordenados	R\$ (320,00)
Total	R\$ (170,00)

Pelas contas apresentadas, temos que a soma dos débitos é de R\$ 3.370,00, e a soma dos créditos é de R\$ 4.120,00. Existe, portanto uma diferença de R\$ 750,00, cujo valor deve ser debitado.

Como no enunciado fala que a única conta que não está no rol, pode-se afirmar que o prejuízo acumulado antes do resultado era de R\$ 750,00. Como o resultado deu prejuízo de R\$ 170,00, o **Prejuízo Acumulado, após encerramento do exercício foi de R\$ 920,00.**

Sendo as contas apresentadas as que compõem o patrimônio da entidade, então ela está com passivo a descoberto de R\$ 120,00, decorrente da diferença de capital d prejuízos acumulados.

Resposta correta letra “B”.

Questão 7.59. (CESPE/PERITO-PF-97)**ITEM ①**

Aplicações em ouro são investimentos temporários, portanto devem ser classificados em ativo circulante ou ativo realizável a longo prazo.

O que nos leva a classificar um investimento como permanente é a intenção de permanência, como por exemplo as participações societárias permanentes.

O item está **ERRADO**.

ITEM ②

As contas de depreciação, amortização e exaustão acumuladas são contas redutoras de ativo, de sinal contrário às contas normais deste grupo, portanto de natureza credora. Ademais, terrenos jamais são depreciados.

O item está **ERRADO**.

ITEM ③

Classificam-se no Ativo Permanente Imobilizado os bens e direitos de uso. Marcas e Patentes são desse grupo de conta, pois são úteis e necessários à consecução dos objetivos sociais da entidade.

Classificam-se no Ativo Permanente Diferido as despesas pré-operacionais. São exemplos de despesas pré-operacionais os gastos efetuados na reorganização, projetos, pesquisa de novos produtos entre outros.

O item está **ERRADO**.

ITEM ④

Debêntures, independentemente de cláusula de conversão, representam obrigação da empresa emitente, logo devem ser classificadas no passivo, seja no circulante ou exigível a longo prazo, obedecido o vencimento ou prazo de resgate.

Por oportuno, salienta-se que o prêmio obtido na emissão de debêntures é uma reserva de capital e deve ser classificado no patrimônio líquido. (Prêmio é um plus sobre o valor nominal).

O item está **CERTO**.

ITEM ⑤

Toda obrigação (real ou provável) que se vence após o final do exercício social seguinte deve ser classificada no passivo exigível a longo prazo.

O item está **CERTO**.

Questão 7.60. (ESAF-CVM/2001)

A demonstração das origens e aplicações de recursos está disciplinada no art. 188 da Lei das S/A, que dispõe:

Art. 188. A demonstração das origens e aplicações de recursos indicará as modificações na posição financeira da companhia, discriminando:

I - as origens dos recursos, agrupadas em:

- a) lucro do exercício, **acrescido de depreciação**, amortização ou exaustão e ajustado pela variação nos resultados de exercícios futuros;
- b) realização do capital social e contribuições para reservas de capital;
- c) recursos de terceiros, originários do aumento do passivo exigível a longo prazo, da redução do ativo realizável a longo prazo e da alienação de investimentos e direitos do ativo imobilizado.

II - as aplicações de recursos, agrupadas em:

- a) dividendos distribuídos;
- b) aquisição de direitos do ativo imobilizado;
- c) aumento do ativo realizável a longo prazo, dos investimentos e do ativo diferido;
- d) redução do passivo exigível a longo prazo.

III - o excesso ou insuficiência das origens de recursos em relação às aplicações, representando aumento ou redução do capital circulante líquido;

IV - os saldos, no início e no fim do exercício, do ativo e passivo circulantes, o montante do capital circulante líquido e o seu aumento ou redução durante o exercício.

Da leitura do dispositivo percebe-se que a depreciação consiste numa adição ao resultado do exercício para se determinar as origens dos recursos.

Resposta: Letra C.

Questão 7.61

A questão versa sobre a DOAR.

A matriz legal que disciplinando o assunto é encontrada no art. 188 da Lei nº 6.404, de 30 de outubro de 1976, que assim dispõe:

Art. 188. A demonstração das origens e aplicações de recursos indicará as modificações na posição financeira da companhia, discriminando:

I - as origens dos recursos, agrupadas em:

- a) lucro do exercício, **acrescido de depreciação**, amortização ou exaustão e ajustado pela variação nos resultados de exercícios futuros;*
- b) realização do capital social e contribuições para reservas de capital;*
- c) recursos de terceiros, originários do aumento do passivo exigível a longo prazo, da redução do ativo realizável a longo prazo e da alienação de investimentos e direitos do ativo imobilizado.*

II - as aplicações de recursos, agrupadas em:

a) dividendos distribuídos;

b) aquisição de direitos do ativo imobilizado;

c) aumento do ativo realizável a longo prazo, dos investimentos e do ativo diferido;

d) redução do passivo exigível a longo prazo.

III - o excesso ou insuficiência das origens de recursos em relação às aplicações, representando aumento ou redução do capital circulante líquido;

IV - os saldos, no início e no fim do exercício, do ativo e passivo circulantes, o montante do capital circulante líquido e o seu aumento ou redução durante o exercício.

Na resolução de questões de prova que versem sobre a DOAR devemos ter em mente que ela é uma demonstração financeira pela qual se procura evidenciar o capital de giro próprio, isto é, o Capital Circulante Líquido (CCL).

Assim, todas as receitas e despesas que foram consideradas na apuração do resultado e que não influenciam o CCL devem ser eliminadas, quando surge o conceito de Resultado Ajustado (Lucro ou Prejuízo).

Enquadram-se nessa modalidade de exclusões do resultado as despesas de depreciação, amortização e exaustão, além de variações monetárias passivas a longo prazo, bem como as receitas de variações monetárias e a variação no REF.

Dito isso, podemos passar a Resolução das questões.

Considerações para RESOLUÇÃO:

1 – Havia no PL, em X1:

Capital Social	20.000,00
Reserva de Capital	4.000,00
Reserva de Lucros	2.000,00
<u>Lucros acumulados</u>	<u>10.000,00</u>
Total	36.000,00

2 – Note que houve capitalização somente das Reservas de Capital, no entanto este passou para 29.000,00. Denota-se, assim, que houve aumento de capital pela subscrição dos sócios no valor de 5.000,00, o que representa uma origem de recursos e assim deve ser considerada na DOAR.

3 – O resultado do exercício foi de:

Prejuízos Acumulados	19.000,00
Absorção de Lucros Acumulados	10.000,00
<u>Absorção de Reservas de Lucros</u>	<u>2.000,00</u>
Total (Prejuízo)	(31.000,00)

4 – **Prejuízo líquido ajustado:**

Prejuízo do Exercício	(31.000,00)
(+) Despe. Depreciação	2.000,00
<u>(+) Variação Monetária Passivas (LP)</u>	<u>4.500,00</u>
Total	(24.500,00)

OBS.: O valor das variações monetárias passivas a LP, representam despesa para fins de apuração do resultado, entretanto, como a DOAR é um demonstrativo financeiro, esse valor não foi desembolsado, logo não houve aplicação de recursos, ou dizendo do forma mais adequada, essa despesa não deve ser considerada no resultado para fins de DOAR porque ela não representa desembolso ou diminuição do capital circulante.

5 – Origens de recursos:

Dos sócios pelo aumento de capital	5.000,00
<u>Redução de Clientes LP</u>	<u>2.000,00</u>
Total	7.000,00

6 – Aplicação de recursos:

Prejuízo Líquido Ajustado	24.500,00
(+) Diminuição do PELP*	<u>10.000,00</u>
Total	34.500,00

* Observe que o PELP era de 40.000. A esse valor foi adicionado a variação monetária de 4.500, passando então para 44.500,00. Ato seguinte o valor passou para 34.500, isto aconteceu em função de uma parcela, que era LP, ter se tornado exigível no exercício social subsequente, isto é, 10.000 passaram para PC, logo houve redução de 10.000,00 em PELP o que caracteriza aplicação de recursos nesse valor. Já o PC está com saldo de 11.500,00 porque houve, também, além o recebimento dos 10.000,00 vindos de LP, variação monetária nessa rubrica no valor de 1.500,00.

7 – Variação do Capital Circulante Líquido foi de 7.000,00 – 34.500,00 = (27.500).

Questão 7.62.

Perceba que não foi fornecido o saldo das contas do exercício anterior, o que faz supor que estamos diante do balanço do final do primeiro exercício social.

RESOLUÇÃO:

1 – Composição do Resultado do Exercício:

Lucros Acumulados	57.000,00
Reserva para contingências	3.000,00
Reserva Estatutária	1.000,00
Reserva Legal	4.000,00
Dividendos	26.000,00
(-) Real. Reserva Reav.	<u>(1.000,00)</u>
Total	90.000,00

2 – Lucro Ajustado:

Lucro Líquido do Exercício	90.000,00
(+) Depreciação	4.000,00
(+) Depreciação	3.000,00
(+) Amortização	2.000,00
(+) Despesas Financeiras LP*	8.800,00
(+) Aumento REF	3.000,00
(-) Receitas Financeiras LP*	<u>(1.000,00)</u>
Total	109.900,00

* Observe que a DOAR é um demonstrativo financeiro e no caso das receitas e despesas de Longo Prazo, por mais que elas tivessem ocorrido para efeitos de resultado, não houve reflexo no CCL.

3 – Origens:

Lucro Ajustado	109.900,00
Financiamentos a Longo Prazo	63.200,00**
Capital Social	20.000,00
Reservas de Capital	<u>4.000,00</u>
Total	197.100,00

Aplicações:

Aumento do ARLP	18.100,00**
Imóveis	80.000,00
Equipamentos	<u>50.000,00</u>

Despesas pré-operacionais	20.000,00
Dividendos	26.000,00
(-) Reavaliação de ativos	(8.000,00)
Total	186.100,00

** Perceba que estes valores devem ser os originais, pois os aumentos atribuídos a eles por despesas ou juros não representaram diminuição ou acréscimo do CCL, por isso devem ser excluídos.

4 – Variação do Capital Circulante Líquido:
 $197.100,00 - 186.100,00 = 11.000,00$

Questão 7.63. (AFC-2002-ESAF)

Pelo disposto no art. 188 da Lei das Sociedades por Ações, o demonstrativo das origens e aplicações de recursos deve ser apresentado do seguinte modo:

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

Art. 188. A demonstração das origens e aplicações de recursos indicará as modificações na posição financeira da companhia, discriminando:

I - as origens dos recursos, agrupadas em:

- a) lucro do exercício, acrescido de depreciação, amortização ou exaustão e ajustado pela variação nos resultados de exercícios futuros;*
- b) realização do capital social e contribuições para reservas de capital;*
- c) recursos de terceiros, originários do aumento do passivo exigível a longo prazo, da redução do ativo realizável a longo prazo e da alienação de investimentos e direitos do ativo imobilizado.*

II - as aplicações de recursos, agrupadas em:

- a) dividendos distribuídos;*
- b) aquisição de direitos do ativo imobilizado;*
- c) aumento do ativo realizável a longo prazo, dos investimentos e do ativo diferido;*
- d) redução do passivo exigível a longo prazo.*

III - o excesso ou insuficiência das origens de recursos em relação às aplicações, representando aumento ou redução do capital circulante líquido;

IV - os saldos, no início e no fim do exercício, do ativo e passivo circulantes, o montante do capital circulante líquido e o seu aumento ou redução durante o exercício.

Percebe-se que as origens dos recursos serão demonstradas começando pelo resultado do exercício.

Temos como resultado do exercício o aumento de:

Lucros acumulados	R\$ 200,00
Reserva Legal	R\$ 100,00
Dividendos a pagar	R\$ 350,00
Total do resultado	R\$ 650,00

Origens:

Resultado do exercício	R\$ 650,00
Aumento depreciação Acumulada	R\$ 200,00
Realização de Capital Social	R\$ 500,00
Recursos de terceiros:	
<u>Ações de coligadas</u>	<u>R\$ 300,00</u>
Total das Origens	R\$ 1.650,00

<u>Aplicações:</u>	
dividendos distribuídos	R\$ 350,00
Imóveis	R\$ 1.000,00
Títulos a receber LP	R\$ 200,00
Títulos a Pagar LP	R\$ 800,00
Total Aplicações	R\$ 2.350,00

Variação do CCL = Origens – Aplicações = 1.650,00 – 2.350,00 = (700,00)

A resposta correta é a letra “e”.

Questão 7.64. (ESAF-CVM/2001)

Observa-se que já foi fornecido o lucro após o Imposto de Renda de R\$ 1.000,00 que é a base de cálculo das participações estatutárias, visto que não há prejuízos acumulados.

As participações estatutárias compõem o time do DEAPF (Debenturistas, Empregados, Administradores, Partes beneficiárias e Fundo de assistência dos empregados) e devem ser calculadas sucessivamente nessa ordem.

Assim, a participação estatutária dos empregados é de R\$ 200,00 (20% de R\$ 1.000,00). Excluindo essa participação do resultado, obteremos a base de cálculo da participação dos administradores que é de R\$ 800,00 e aplicando o percentual de participação (20%) previsto no estatuto, veremos que a participação destes é de R\$ 160,00.

Portanto, o lucro líquido do exercício é de R\$ 640,00.

O dividendo será calculado sobre o lucro líquido do exercício a base de 20%, conforme estabelecido no estatuto, logo aparecerá no passivo a conta dividendos a pagar no valor de R\$ 128,00.

A resposta correta é a letra “b”.

Questão 7.65 (PERITO CONTÁBIL – 2002/CESPE/Unb)

ITEM 1:

Conforme dispõe o art. 202 da Lei nº 6.404/76, Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto ou, se este for omissivo, a importância determinada de acordo com as seguintes normas: metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.

Portanto o item está **certo**.

ITEM 2:

O inciso III do art. 202 da Lei nº 6.404/76 estabelece que os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização.

Logo o item está **certo**.

ITEM 3:

Lucros a realizar são os lucros advindos de vendas a longo prazo e do resultado positivo da equivalência patrimonial. A propósito, o art. 197, § 1º, da Lei das S/A dispõe:

§ 1º Para os efeitos deste artigo, considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder da soma dos seguintes valores:

I - o resultado líquido positivo da equivalência patrimonial (art. 248); e

II - o lucro, ganho ou rendimento em operações cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte.

O item está **errado**.

ITEM 4:

A lei das S/A faculta às companhias, nos casos em que a situação financeira não permita a distribuição de dividendos, a retenção de todo o lucro, logo o dividendo a distribuir pode ser nulo o que é inferior ao mínimo estabelecido no art. 202.

O item está **errado**.

ITEM 5:

No art. 195 da lei societária, ao tratar da Reserva para Contingências, dispõe que:

Art. 195. A assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar parte do lucro líquido à formação de reserva com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado.

§ 1º A proposta dos órgãos da administração deverá indicar a causa da perda prevista e justificar, com as razões de prudência que a recomendem, a constituição da reserva.

§ 2º A reserva será revertida no exercício em que deixarem de existir as razões que justificaram a sua constituição ou em que ocorrer a perda.

O item está **certo**.

CAPÍTULO 8 – OUTROS ASSUNTOS

Questão 8.1 (AFRF/98)

Valor de Aquisição do Bem	50.000
(+) Correção monetária	8.000
(-) Depreciação	(3.000)
(=) Valor Contábil	55.000

Ao proceder à baixa do bem, a empresa registrará uma perda (despesa) no valor contábil de \$55.000,00.

Obs.: O fato de ainda restar uma dívida de \$5.000,00 referente à aquisição do bem em nada influencia a baixa do mesmo, que foi registrado no ativo à época da compra por \$50.000,00.

Resposta: Letra B

Questão 8.2 (AFRF/98)

Capital Social: 2.000.000 ações da empresa Dona S/A, que é a investida. Nós (investidora) possuímos 30% do capital de Dona S/A. O investimento é avaliado pela **equivalência patrimonial**.

Lucro Líquido de Dona S/A = \$300.000,00

Dividendos a Distribuir = 40% x \$300.000,00
= \$120.000,00.

Parcela dos dividendos para a investidora:
30% x \$120.000,00 = \$36.000,00

Nos investimentos avaliados pela equivalência patrimonial a investidora, ao registrar o recebimento de dividendos da investida, deve contabilizar uma redução na conta do investimento, uma vez que o PL da investida está sendo diminuído pela distribuição de dividendos, como se observa no lançamento efetuado:

Na investida:

D – Lucros Acumulados (-PL)	120.000	
C – Dividendos a Distribuir (+PC)		120.000

Assim a investidora deve registrar o seguinte:

D – Dividendos a Receber (+ AC)	36.000	
C – Investimentos Permanentes / Ações de Dona S/A (- AP)		36.000

Resposta: Letra A

Questão 8.3 (AFRF/98)

Saldo da Conta Resultado do Exercício	800.000
(-) Provisão p/ IR	(180.000)
(-) Participação de Empregados	(12.000)
(-) Participação de Diretores	(10.000)
(=) Lucro Líquido do Exercício	598.000

Para distribuição de dividendos, devemos ajustar o lucro líquido do exercício da seguinte forma (art. 202 da Lei 6404/76):

Lucro Líquido do Exercício	598.000
(-) Reserva Legal	(25.000)
(+) Reversão de Reserva p/ Contingência	30.000
(=) Lucro Líquido ajustado	603.000
Dividendo mínimo obrigatório (30%)	180.900

Resposta: Letra A

Obs.:

- 1 – A constituição e reversão das reservas estatutárias não fazem parte do cálculo do lucro líquido ajustado;
- 2 – O lucro líquido do exercício (LLE) é aquele obtido após a dedução da provisão para o imposto de renda e das participações. As reservas são constituídas após a apuração do LLE.

Questão 8.4 (AFRF/98)

Participação de Beatriz Itabira:

$$\frac{\$ 150.000,00}{\$ 750.000,00} \times 100 = 20\%$$

Ao final do período a Cia. Bira & Bira apurou lucro de \$600.000,00, porém só incorporou ao PL \$450.000,00 (Reserva para Aumento de Capital).

Assim, o PL da Investida ficou em:

$$PL = 750.000,00 + 450.000,00 = \$1.200.000,00$$

O valor do investimento para Beatriz Itabira neste momento é de: $20\% \times \$1.200.000,00 = \$240.000,00$.

Como o investimento foi vendido com ágio de 20%, conclui-se que o mesmo foi vendido por:

$$\begin{aligned} \$240.000 + [20\% \times \$240.000] = \\ \$240.000 + \$48.000 = \$288.000,00 \end{aligned}$$

Resposta: Letra D

Questão 8.5 (ICMS-SC/98)

- Conta "Ajustões" \Rightarrow Ativo Permanente
- Taxa de depreciação = 12,5% a.a.
- Depreciação contabilizada mês a mês
- Saldo de "Despesas com Depreciação" em 31/12/97 = \$117,00 (estas despesas são referentes ao ano de 1997)
- Depreciação acumulada até 31/12/97 = 9,375%
- 01/03/98 \Rightarrow compra de 3 novos ajustões
- 30/04/98 \Rightarrow "Depreciação Acumulada de Ajustões" = \$199,00

OBS.: Como a depreciação acumulada até 31/12/97 é de 9,375% (inferior a 12,5%), os ajustões foram adquiridos em 1997 e a despesa de depreciação deste ano (\$117,00) corresponde ao percentual de 9,375%. Assim, chamando de X o valor dos bens adquiridos até 31/12/97:

$$0,09375 X = 117 \Rightarrow X = 1.248$$

A depreciação acumulada até 30/04/98 terá as seguintes parcelas:

- 1) Depreciação até 31/12/97: $P1 = \$ 117$
- 2) Depreciação em 98 (4 meses) dos bens adquiridos até 31/12/97.
Taxa de depreciação = $(12,5\%) / 3 = 0,04167$
 $\therefore P2 = 0,04167 \times 1.248 = 52$
- 3) Depreciação dos ajustes adquiridos em 98.
Considerando Y o valor dos ajustes adquiridos em 98:
Taxa de depreciação (2 meses) = $(12,5\%) / 6 = 0,02083$
 $\therefore P3 = 0,02083 \times Y$

Assim, a depreciação acumulada em 30/04/98 é composta pelas seguintes parcelas:

$$\begin{aligned} P1 + P2 + P3 &= 199 \\ 117 + 52 + 0,02083 Y &= 199 \\ \therefore 0,02083 Y &= 199 - 52 - 117 \\ Y &= \frac{30}{0,02083} = 1.440 \end{aligned}$$

Resposta: Letra A

Questão 8.6 (TFC/2000)

Esta questão é uma "pegadinha".
Valor do Bem = \$6.000,00 (não interessam as parcelas)
Vida útil = 4 anos
Taxa de depreciação = 25% ao ano

Ao final do 1º ano:
Encargos de depreciação = $25\% \times \$6.000,00 = \$1.500,00$

Ao final do 2º ano:
Encargo de depreciação = $25\% \times \$6.000,00 = \$1.500,00$

Resposta: Letra D

OBS.: Caso a pergunta fosse a depreciação acumulada nos dois anos a resposta seria \$3.000,00

Questão 8.7 (TFC/2000)

A despesa com depreciação é uma despesa **operacional**. Caso se trate de uma máquina utilizada na produção teria o tratamento contábil de **custo**. Portanto esta depreciação fez o lucro operacional diminuir em \$240,00. O lucro obtido na venda de bens do ativo permanente é **não operacional**. Assim:

Valor do bem	\$600
(-) Depreciação Acumulada (40%)	\$240
(=) Valor Contábil	\$360
Valor de Venda	\$500
Ganho não operacional (\$500 - \$360)	\$140

Podemos concluir que o lucro líquido diminuiu em \$240 e aumentou em \$140, tendo portanto uma redução final de \$100,00 após a contabilização de todos estes fatos.

Resposta: Letra C

Questão 8.8 (AFCE/TCU-99)

Capital de Giro (bruto) = Ativo Circulante
Capital de Giro Líquido ou Capital Circulante Líquido CCL = AC - PC

Capital de Giro

Dinheiro Tesouraria	700
Direitos s/ terceiros	500
Bens p/ revenda	1.250
Duplicatas de nossa emissão	200
Notas promissórias emitidas por terceiros	110
Juros pagos antecipadamente	80
	2.840

Resposta Letra C

Questão 8.9 (INSS/97)

O enunciado da questão se refere à destinação possível do lucro líquido. Devemos então observar o disposto nos artigos 189 a 192 da Lei 6.404/76, e identificar os itens que são deduzidos **antes ou após** a apuração do lucro do exercício. Somente é considerado destinação do resultado aquilo que é deduzido **após** a DRE.

1. **(Errada)** Provisão para IR deve ser deduzido **antes** da apuração do lucro líquido do exercício (art. 189).
2. **(Correta)** Reserva de Retenção de Lucros ou Planos de Investimento são Reservas de Lucros, constituídas **após** a apuração do lucro líquido (art.196).
3. **(Errada)** Prêmio na Emissão de Debêntures é uma Reserva de Capital, portanto não é destinação do lucro, mas sim constituída a qualquer momento pela parcela de contribuição dos debenturistas que exceder o valor nominal do título (art.182, § 1º, c).
4. **(Correta)** Reserva de Lucros a Realizar é uma Reserva de Lucros, constituída **após** a apuração do lucro líquido (art.197).
5. **(Correta)** Reserva de Contingência é uma Reserva de Lucros, constituída **após** a apuração do lucro líquido (art.195).

Questão 8.10 (AFRF/2000)

O bens devem ser depreciado somente a partir de 01/07/20x1.
 Valor de aquisição: R\$20.000,00
 Vida útil: 20 anos
 Taxa de depreciação: 5% aa

Em 20x1 \Rightarrow 6 meses \Rightarrow	2,5%
Em 20x2 \Rightarrow 12 meses \Rightarrow	5,0%
Em 20x3 \Rightarrow 12 meses \Rightarrow	<u>5,0%</u>
Total	12,5%

Resposta: Letra D

OBS.: A base de cálculo para a depreciação seria o valor de aquisição menos o valor residual (10%), ou seja:

Valor de aquisição	20.000
(-) Valor residual (10%)	<u>(2.000)</u>
(=) Valor de Cálculo p/ depreciação	18.000

CAPÍTULO 9 – CUSTOS

Questão 9.1 (AFTN/96)

Em primeiro lugar, devemos ratar os outros custos indiretos aos produtos A e B em função das horas de produção. Assim:

Produto	Horas	Fração	Rateio do Custo
A	2.000	2/3	1.200.000
B	1.000	1/3	600.000
Total	3.000		1.800.000

Custo Unitário

Item	A	B
Materiais Indiretos	1.600.000	2.400.000
M.O.D.	2.400.000	3.600.000
M.O.I.	800.000	1.200.000
Matéria-prima	4.200.000	2.800.000
Custo Rateado	1.200.000	600.000
Custo Total	10.200.000	10.600.000
Quant. Produzida	10.000	10.000
Custo Unitário	1.020,00	1.060,00

Resposta: Letra A

Questão 9.2 (AFTN/96)

Foram vendidas 80% das unidades de "B" então permaneceram em estoque 20% das mesmas.

Assim: $EF = 20\% \times \text{custo de B}$

$EF = 0,2 \times \$10.600.000 = \$2.120.000,00$

Resposta: Letra C

Questão 9.3 (AFTN/96)

O sistema de custeio que atribui aos custos de produção todos os custos (fixos e variáveis) é denominado **custeio por absorção**.

O **custeio direto ou variável** considera como **custo** somente os custos variáveis. Os fixos são tratados como despesas.

Resposta: Letra E

Questão 9.4 (AFTN/96)

Os itens que nascem do processo produtivo, porém não têm venda garantida são denominados SUCATAS

Resposta: Letra C

OBS.:

1) **Co-produtos** = emergem do mesmo processo produtivo até um certo ponto. Ambos são principais, têm venda garantida e receita significativa para a empresa (ex: filé-mignon, alcatra, maminha, picanha, contra-filé).

2) **Subprodutos** = emergem do mesmo processo do produto principal. Possuem venda garantida, porém sua receita é bastante inferior a receita obtida com a venda dos produtos principais (ex: cascos, chifres e ossos do boi).

Questão 9.5 (INSS/97)

O enunciado da questão se refere à distinção entre o sistema de **custeio por absorção**, que considera todos os custos fixos e variáveis relativos às mercadorias vendidas no período, e o custeio direto ou variável, que considera como custo do período somente os **custos variáveis** incorridos.

1. **(Errada)** Custeio por absorção engloba custos fixos e variáveis. Ambos são considerados **custos**.
2. **(Correta)** Custeio Direto fere o Princípio da Competência, pois considera como despesa do período o custo variável relativo a produtos ainda não vendidos.
3. **(Correta)** No momento em que um custo variável incorrido pela empresa é considerado custo na elaboração do resultado, independentemente da venda do produto, então está se antecipando uma despesa que, pelo princípio da competência, somente deveria ser reconhecida como tal no momento da venda do produto (realização da receita). Como o fisco segue o regime de competência, não aceita este método de custeio.
4. **(Errada)** O custeio por absorção é aceito pelo fisco e não posterga o reconhecimento de receitas.
5. **(Correta)** Como os custos somente são reconhecidos como despesa no momento da venda do produto (realização da receita), então o custeio por absorção segue o princípio da competência, assim como os demais princípios fundamentais.

Questão 9.6 (INSS/97)

Os encargos financeiros (juros), apurados pelo regime de competência, decorrentes da aquisição de qualquer mercadoria, inclusive matéria-prima ou até mesmo na obtenção de empréstimos, devem ser lançados como **despesas de juros (operacionais)** no período a que se referirem, independentemente de terem sido pagas ou não.

Portanto, somente serão lançadas no ativo circulante como despesa antecipada (item 3) caso tenham sido pagas antes do período de competência (ex: aluguel pago antes do mês de uso). Sendo assim, **todas as alternativas estão erradas**.

9.7 (MPOG-ESAF/2002)

Os custos implicados na produção dos dois produtos foram fornecidos, isto é, foram separados em custos fixos e custos variáveis. Os custos fixos devem ser rateados pelo número de horas gastas na produção.

Assim, se os custos fixos foram de R\$ 30.000,00 e o número de horas gastas na produção foi de 50.000 horas, então cada hora equivale a R\$ 0,60 de custo fixo.

Desta forma, na produção do produto “X” foi gasto o valor de R\$ 17.000,00 (R\$ 1,70/unidade), e na produção do produto “Y” R\$ 34.000,00 (R\$ 1,70/unidade). Logo o lucro bruto unitário, considerando os valores de venda de R\$ 2,00 e R\$ 4,00, respectivamente, para o produto “X” e “Y”, foi de R\$ 0,30 e R\$ 2,30.

A resposta correta é a de letra “a”.

9.8- (MPOG-ESAF/2002)

No período foram produzidas 5.000 unidades e os custos fixos foram de R\$ 1.000.000,00, logo os custos fixos representam R\$ 200,00 por unidade se o modo de rateio adotado for o número de unidades produzidas.

Assim, teremos os seguintes custos de produção e lucro por unidade, respectivamente:

Produto A } R\$ 3.000,00 } R\$ 1.000,00

Produto B } R\$ 4.000,00 } R\$ 800,00

Produto C } R\$ 1.500,00 } R\$ 800,00

Produto D } R\$ 1.700,00 } R\$ 1.600,00

Desta forma, a alternativa correta é a letra “b”.

9.9 (MPOG-ESAF/2002)

Nos é fornecido que o custo de produção unitário, com o uso da máquina nova, é de R\$ 0,05 e que o preço de venda unitário é de R\$ 0,25. Com isto teremos um lucro bruto por unidade de R\$ 0,20. Também foi informado que a capacidade de produção da máquina nova é de 150.000 unidades.

Ora, com a produção máxima, isto é, 150.000 unidades, o lucro bruto foi de R\$ 30.000,00 (150.000 u x R\$ 0,20/u).

A alternativa correta é a letra “c”

9.10 (MPOG-ESAF/2002)

Margem de contribuição unitária é o preço de venda por unidade (-) custo variável por unidade.

Custos variáveis são aqueles que variam com o volume de produção, que no entanto, dentro de certos limites, são fixos por unidade produzida.

Temos então, que são custos variáveis a Mão-de-Obra direta, Matéria Prima, Custos Indiretos Variáveis e Despesas Gerais Variáveis. Somando esses valores, teremos o custo variável total de R\$ 14.000,00, o que representa R\$ 0,70 por unidade.

Visto o preço de venda ser de R\$ 2,00, então a Margem de Contribuição individual é de R\$ 1,30.

Logo, a alternativa correta é a letra “e”.